

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL



PETRÓPOLIS
1941

Sumário

Prefácio, **3**

Pedro II – Aspectos de sua personalidade – Wanderley Pinho, **7**

D. João VI, a transmigração da família real portuguesa e a colonização do Brasil no jornal O Conciliador do Reino Unido, do visconde de Cairu (1821) – Hélio Vianna, **39**

As duas últimas festas da Monarquia – Bodas de prata de Suas Altezas Imperiais – O baile da Ilha Fiscal – Memórias (inéditas) do engenheiro Adolfo José del Vecchio, construtor da ilha Fiscal – Francisco Marques dos Santos, **49-69**

A elevação de Petrópolis à cidade – Mesquita Pimentel, **91**

Imperatriz Amélia – Alcindo Sodré, **113**

Uma cerimônia na Corte em 1864 – Lourenço L. Lacombe, **131**

Louça da Companhia das Índias – Alfredo Teodoro Rusins, **155**

O Palácio Imperial de Petrópolis, **203**

Arquivo do Museu Imperial, **231**

Noticiário, **295**

É esta a segunda publicação do ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL.

Remetido o primeiro número a várias instituições culturais do país, a conhecidos estudiosos de assuntos históricos, bem como a grande número de bibliotecas, foi ele também distribuído a todas as pessoas que, por escrito ou verbalmente, manifestaram interesse em obtê-lo. Neste particular, é auspicioso assinalar a grande quantidade de pedidos, vindos de todo o território nacional, e mesmo do estrangeiro, como sejam Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Equador.

O Museu Imperial, além de seu Anuário, espera ter oportunidade de promover publicações especiais, de modo a divulgar documentos de grande importância, recolhidos ao seu Arquivo. Embora não se trate ainda do avultado e precioso arquivo de dom Pedro II, guardado no castelo d'Eu em França e cuja vinda para o Brasil depende apenas da situação internacional, o Museu foi enriquecido com a transferência dos 81 volumes manuscritos, do Arquivo Nacional que constituem os "Livros da Mordomia da Casa Imperial", documentos esses relativos a atos e vida social das pessoas da família de Bragança no país, de d. João VI a d. Pedro II, o que equivale dizer, de 1808 a 1889.

Processa-se presentemente, à organização de um catálogo onomástico e de assuntos contidos nesses 81 volumes para constituir um primeiro volume de publicação destinado a servir de guia aos pesquisadores históricos nas suas eventuais consultas.

Alcindo Sodré
Diretor do Museu Imperial

PEDRO II

Pedro II *

Aspectos de sua personalidade

Não creio que outra estátua tenha igual poder de ressurreição ao dessa que aqui, a poucos passos, tantas vezes parece querer inovar-se, abandonando a cisma contemplativa, o comentário mental do livro que empunha entre seus dedos de bronze.

O gênio do escultor que moldou aquela perfeição assim nos assusta; mas também, e sobretudo, a estreita harmonia da obra de arte com o ambiente e as recordações tão vivas que nestes ares circulam.

Petrópolis é o imperador.

Vaga por aqui seu fantasma.

Ama com encantamento estes pedaços de serra, estes riozinhos de ribas floridas, estes jardins, aquelas chácaras, e até o “ruço”, cinzenta névoa que instila hipocondria, e ele aspirava contente, a dizer: “lava os pulmões”.

No exílio, a imagem que evoca do Brasil, não é a Guanabara soberba, nem, entre aléias antigas, a quinta de S. Cristóvão, ligada a impressões de toda a sua vida; nem as paisagens que vira e admirara, norte e sul, em suas excursões. Nas cartas, quase só alude ao “nosso Petrópolis” (Vichy, 27/06/1891, a Taunay). “Fale-me de Petrópolis” – pedia a um fiel amigo, o visconde de Taunay (Cannes, 21/03/1891). E, por certo, destas várzeas e margens, montanhas e florestas é que ele se recorda, quando deixa escapar este suspiro: “parecia-me gozar a bela vegetação do Brasil” (Versailles, 22/05/1891, a Taunay – *in* visconde de Taunay “Pedro II”).

* Conferência pronunciada no Instituto Histórico de Petrópolis, pelo sócio efetivo Wanderley Pinho, a 2 de dezembro de 1939.

Cumprir um dever de gratidão esta cidade, por seu Instituto Histórico, promovendo cada ano, a 2 de dezembro, em memória do seu fundador e patrono, algum estudo, uma palestra, sobre Pedro II.

Mas o culto cívico numa instituição como esta, que visa ao esclarecimento das verdades históricas, não obriga ao formalismo dos panegíricos, apregoadores de virtudes sabidas, antes deve dar largas e estimular a apreciação de faces novas daquela grande individualidade ou fatos e episódios de seu longo e brilhante reinado.

Mal de mim que nem tempo, nem conhecimentos, nem espírito me acudiram para dizer algo que vos interesse,— minha senhoras e meus senhores.

O imperador e os estadistas do Segundo Reinado

O meu embaraço aumenta por ter de tratar de figura tão estudada, debatida, louvada, agredida.

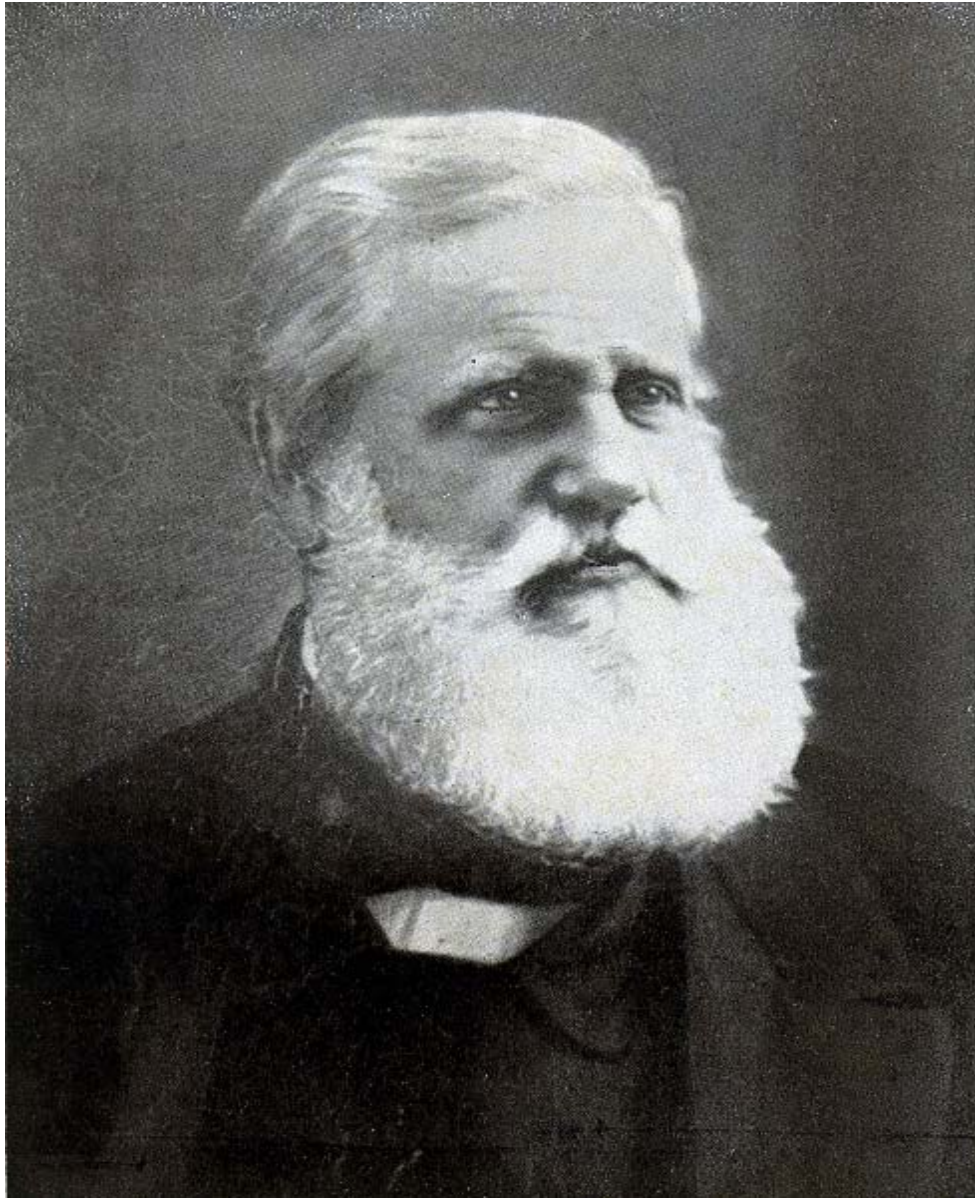
Ao analista minudente, que padece da obsessão de ser exato e da tortura de ser justo, cumprir nem deixar levar-se do encanto dos que o exaltaram, nem influenciar-se das contestações apaixonadas dos que o procuraram abater.

Vultos da casta de Pedro II, jamais se apoucam; medidos e compassados pela crítica fria. Aparecem sempre na sua rigorosa estatura – grandes, eretos, altivos.

Não há mal para eles se lhes quebrem redomas, remergulhando-os no ar livre, onde flutuam as poeiras das contingências, das fraquezas, das circunstâncias, mas onde, com as refrações da atmosfera em que vivemos, e em que eles menos respiraram, podemos vê-los a toda a luz, e por todos os perfis.

Pedro II não foi um santo, nem se distanciou como um deus de míseros mortais, daqueles que, no Parlamento, nos ministérios, nos partidos, nas cadeiras de mestres, nas togas de magistrados ou sob as Armas da pátria, governaram com ele o Brasil.

Se um povo tem o governo que merece; um rei tem a corte que lhe cabe. Um monarca não pode nunca, máxime



O imperador, numa tela de óleo de Winterhalten, artista inglês da corte de Luís Felipe, existente em França na residência da marquesa de Barral.

se reina por muito tempo, afastar-se em grandes contrastes da média pessoal dos elementos que o cercam, e dos processos e meios de ação de sua época.

De qualquer modo por que apreciemos os nossos homens de 1840 a 1889, chegaremos à conclusão de que estavam bem à altura da missão que tinham e do grande rei que lhes centralizava a ação e, em muitos casos, os guiava.

Mas de tal modo sedutora é a pessoa e a vida do segundo imperador que é preciso pôr-se a gente de atalaia, para conter uma certa exaltação que pode elevá-lo em demasia à custa da realidade histórica, e de alguma justiça a seus colaboradores. Eu mesmo paguei já esse tributo na mocidade, ao primeiro contato menos aprofundado de um assunto que me empolga desde criança, quando o ambiente doméstico, de saudosa homenagem ao monarca, me marcava um *partipris* admirativo, – ia dizer – de comoção apologética, a que só pude fugir, ai de mim!, com estes começos de velhice.

Vindo palestrar convosco sobre alguns aspectos e os últimos dias de Pedro II, não julgueis todavia, pelo que acabo de dizer, busque de nenhum modo alterar-lhe a efígie, talhada já no mármore da história por tantos buris de mestres. Apenas atenuaria se pudesse a rigidez cubista de algumas linhas duras, porque sua inteireza moral e política não tinha esse corte absoluto, antes participava de certas curvas que lhe davam ao contorno as saliências e as sombras de um figura humana.

**O arquivo d’Eu – Apelo
ao príncipe dom Pedro**

E aqui creio poder, ousadamente embora, falar em nome do Instituto Histórico de Petrópolis, em nome de Petrópolis, em nome dos estudiosos da história brasileira, ao fazer um apelo a S. A. o príncipe d. Pedro de Orleans e Bragança, que nos honra com sua presença, e quis dar-se a pena de me ouvir.

Sabemos que é intenção de S. A. fazer recolher ao Brasil e franquear aos que pesquisam a história do país os papéis do imperador, guardados no castelo d’Eu.

Tal notícia nos alvoroça, a todos os que temos estudos a completar, problemas históricos a resolver, curiosidades a satisfazer. Mas a nossa ânsia é tal que se agita em impaciências, talvez meros protocolares, inspirá-las, porém, no amor da verdade fundada, que é o sentimento dominante dos que formam institutos como este.

Quantos enigmas da história pátria, especialmente do Segundo Reinado, encontrarão suas chaves nesses manuscritos que jazem lá em terras de França, quando aqui, em Petrópolis, anexados ao Museu Imperial, lidos e estudados, serão – tenho a certeza – uma nova e excelente maneira de cultivar o grande imperador...

Nunca ele saiu diminuído dos documentos, nem careceu, jamais, engrandecer-se à custa de seu silêncio.

V. A. franqueando já aqueles documentos a alguns amantes da história, que puderam ir ao castelo d'Eu, tem visto, pelos trabalhos vindos a lume, quanto para a estima pública avultariam os seus antepassados, se integralmente puderem ser tais diplomas lidos, interpretados e vulgarizados.

Serviço de monta é já a publicação feita por V. A., em colaboração com a Biblioteca Nacional e a comissão do Centenário de Petrópolis, do “Catálogo” daquele riquíssimo arquivo. Mas – d. Pedro – esse catálogo é um aperitivo. Mande V. A., que nos sirvam o banquete.

O “poder pessoal”

Já que tive de ceder ao suave jugo da amizade e à imperiosa insistência de Leão Teixeira para vir assim e agora importunar-vos – palestremos dois minutos sobre o que – a não nos transportamos inteiramente àqueles tempos, – não acharíamos bitola para medir, tão pequeno e, sem poder nos aparece: – o “poder pessoal” de d. Pedro II.

Certo que existiu.

Mas como?

Até que ponto?

Aí estão assuntos para estudo.

Foi benéfico?

Eis uma tese indiscutível.

Durante o seu reinado o imperador foi senhor das oportunidades e livre nas seleções individuais. Vetou não poucos políticos, e preferiu alguns chefes, que os partidos consideravam de segunda plana, àqueles naturalmente indicados para organizadores ministeriais.

Foi a sua oposição, parece, à entrada de Ferreira Viana para o Ministério Rio Branco que inspirou a paixão oposicionista ao César Caricato. Nabuco, por assim dizer, morreu da mágoa de ter sido preterido em 1878, quando os liberais depois de dez anos de afastamento foram chamados de novo ao poder. Não raros estadistas se ressentiram por arredados ou esquecidos, enquanto outros, como Saraiva, tiveram ocasiões freqüentes de mostrar desdém pela preferência insistente de Sua Majestade.

Os políticos tinham os olhos fitos no imperador; o remate das suas carreiras dependia inteiramente dele; ele é que levava os partidos ao poder ou à oposição.

Esse arbítrio dava-lhe força para dirigir o governo, firmando, por exemplo, pactos com Rio Branco e Dantas para a libertação dos nascituros e dos sexagenários, ou resistindo à eleição direta até impor a Sinimbu uma condição que era um obstáculo invencível.

Mas nem jamais na escolha dos homens e no chamamento dos partidos revelou obstinados caprichos nem exerceu império intolerante para fazer vingar suas idéias. Várias vezes adiou e mesmo cedeu e capitulou, à voz de seus conselheiros, ante a oposição enérgica de seus ministros.

Aos homens de Estado e aos partidos irritava entretanto esse poder pessoal... quando eram dele vítima e não beneficiários. Sempre na oposição o denunciaram, e no governo o negaram. E sempre, reciprocamente, se acusaram de corrompidos pelo imperador.

Uma síntese dessa atitude dos estadistas monárquicos é este pequeno diálogo no Senado, entre Zacarias e Cotegipe:

“Zacarias – Então V. ex.^a não quer compreender o que é governo pessoal? É aquele que v. ex.^a dizia haver em 1866.

Cotegipe – E que v. ex.^a negava.

Zacarias – Mas no decurso dos anos vi que existia no país”.
(Senado, 26 de julho de 1877).

O imperador não podia conformar-se com o papel de autômato ou espectador – e os políticos ciosos da autoridade mostravam-se hostis ao que lhes parecia autocracia. Luta franca e pública nas recriminações dos opositoristas; reservada, invisível, mas diuturna, nas relutâncias dos que eram ministros de Sua Majestade.

No fundo as acusações de versatilidade e corrupção que tanto se atiravam uns contra os outros, os políticos do Segundo Reinado, não tinham fundamento. Todos eles atacavam de frente o “poder pessoal” quando não tinham o mando e todos lhe resistiram quando governantes. A questão é que no governo a aparência era de se conformarem em ser cúmplices da Coroa absorvente.

E como estava no pendor político dos ministros – enquanto ministros – e mesmo depois, negar que de qualquer maneira se tivessem curvado ante o trono, contava desse modo o imperador com defensores certos para acusações inevitáveis.

E ia vivendo e reinando com seu “poder pessoal”.

A partidos e políticos pesava que o governo lhes viesse pelo favor imperial e não por outorga nacional.

Um destes escrevia: “temos vivido e continuaremos a viver neste sistema de básculo, e os partidos políticos a prestarem-se mutuamente como executores de uma política que lhes escapa, quando mais fortes e seguros se consideram; justa punição de sua imprevidência, e... (por que não o dizemos?) de suas paixões. Destarte se têm aniquilado os nossos mais importantes cidadãos, e só aparece um, o primeiro, superior a todos, mas por isso mesmo mais exposto ao fogo celeste, qual a alcantilada montanha. Não podia ser esta a intenção dos fundadores da monarquia no Brasil: não é esse o nosso interesse, não é esse o resultado que deve dar o governo da nação – pela nação... Dispam os partidos a *túnica de Nesso* que lhes tolhe o movimento; voltem-

se para a nação, que como mãe lhes dará força” (Rascunho de um artigo de Cotegipe para ser publicado anônimo ou com pseudônimo).

Timidez do “poder pessoal”

Mas que, ou o que, havia de desatar os partidos dessa péla, entregando-lhes a sorte à vontade nacional?

A eleição direta: assim o pensaram e disseram conservadores e liberais.

A eleição direta: essa miragem que a tantos iludiu.

Em certo momento a política brasileira dava o espetáculo de duas forças a se defrontarem: de um lado os partidos lutando pela eleição direta; de outro, o “poder pessoal”, o imperador franca ou indiretamente a contrariar ou adiar aquele propósito político.

Mas nessa questão, que parecia vital e decisiva para o predomínio, as regalias, o arbítrio da Coroa, o “poder pessoal” se revelou tímido e capaz de ceder. E se fosse, como então figuravam a imprensa, os políticos, a opinião popular, a eleição direta o mesmo que a morte da “autocracia” de Pedro II, este, ao conformar-se, chamando Saraiva a realizar a grande reforma, praticava, se não um suicídio, uma amputação política.

É que ainda no que mais o interessava, ou em que tinha convicções tão fortes quanto resistentes sabia submeter-se e renunciar em chegando a hora.

É caso de elogiar esse “poder pessoal” no modo.

Havemos de ver que merece também louvores na essência, pelos benefícios que dele advieram ao país.

Testemunho histórico de Saraiva sobre o “poder pessoal”

A este propósito, vale recordar o depoimento de Saraiva quando no Senado republicano (2 de setembro de 1891) falou com entono de historiador.

O estadista baiano reconhecendo a existência de um “poder absoluto” (poder absoluto!!?...) levava-o a conta não da absorção imperial mas da fraqueza dos ministros, frouxidão de que, naturalmente, se julgava isento, ele que

tantas vezes que sobraçou pastas em repetidos gabinetes. Voltando os olhos para o regime deposto exclamava Saraiva: “se escrevesse para a história diria que na monarquia não havia governo pessoal; isso era uma invenção dos ministros. Para prova, cita um fato ocorrido sendo presidente do Conselho, e o visconde de Pelotas, ministro da Guerra. Este solicitou a sua demissão por julgar como falta de confiança o pedido de certos documentos que lhe fizera o imperador. Assegurou ao seu colega que não havia falta de confiança, porque o mesmo se passara com Caxias, Osório e outros, e aconselhou-o a que não apresentasse os documentos. Depois explicou ao imperador que ele ofendera a suscetibilidade do ministro. O imperador respondeu num ímpeto: sou o homem mais injustamente tratado. E acrescentou: – o senhor mesmo tem-me feito muitas injustiças, tem-me atacado o poder pessoal. Explicou ao imperador que o que combateu não era o poder pessoal, mas o poder quase absoluto de Sua Majestade. E esse poder, assegura, provinha da fraqueza dos ministros cuja dignidade aliás ele sempre respeitou.” (apud – *Gazeta de Notícias* – 3 de setembro de 1891).

Maneira política de Pedro II. Disciplina pessoal ou expansão de caráter?

O predomínio inegável da Coroa decorria, aliás, do texto da Constituição que conferia ao monarca o direito de nomear e demitir os ministros e das condições e costumes da política nacional. E se o imperador não abatesse um dia, por si, o partido que governava nunca este se retiraria do poder uma vez que jamais seria vencido em massa pelas urnas.

Já não há portanto lugar para afirmar ou contestar ou tão celebrado “poder” mas estudar-lhe a feição, as maneiras – extenso e curioso campo às pesquisas documentais e apreciações psicobiográficas da personalidade imperial.

Pedro II guiava e dosava a ação não apenas pelos artigos da Carta outorgada por seu pai ou pelas conveniências imediatas, também a regulava por preceitos, muitas vezes sutis, de uma espécie de código cujas normas a pouco e pouco se revelavam na marcha dos acontecimentos e no desfiar dos episódios de seu longo reinado.

Tal conjunto de regras e hábitos o inibiam de entrar nas facções, antes lhe impunham ao respeito (embora queixoso sempre) dos partidos. Semelhante espécie de disciplina pessoal o equilibrava acima das clientelas eleitorais, dos grupos, das *coteries*, com o que não gerava ódios definitivos, nem descontentamentos irremediáveis; nem áulicos ou amigos perigosos; nem dedicados capazes de exaltação; nem adversários perenes.

Dava a impressão de agir numa profunda contenção de impulsos, a obedecer aos mandamentos de uma fria habilidade.

Mas é o caso de perquerir: – sem assomos, nem desvios, nem desmandos no exercício do “poder pessoal” coibia-se tão só o imperador numa formidável autodisciplina, ou manifestava as qualidades essenciais de seu caráter?

O arquivo d’Eu, os “diários” de Pedro II responderão seguramente; entretanto de tal maneira se mostram semelhantes à entidade política e a personalidade humana e familiar do imperador que não é ousadia alvitrar a plausibilidade da última hipótese.

Aquela hierática solenidade que se resguardava para impor suavemente correspondia ao recato retraído na manifestação de seus afetos.

Vejamo-lo um momento em face da imperatriz; da própria princesa; com quem pareceu mais expansivo...

Leiamos-lhe as cartas, salvo algumas a Gobineau...

Contemos-lhe as lágrimas, as únicas entrevistas por Afonso Celso Júnior rolando-lhe entre os dedos que encobriam o rosto, na ante-sala funerária de Teresa Cristina...

Nem os assuntos políticos tratados com a filha e o genro, canalizaram-se a moldes diferentes dos que o governavam no trato com os ministros: é ler os documentos que ficaram sobre a ida do conde d’Eu para a Guerra do Paraguai; é recordar aquela declaração de 1877 de volta da Europa, de que não emitira sua imperial opinião sobre qualquer fato da administração ou da política enquanto estivera ausente, – pregão de Pilatos, que visava tanto o ministério quanto a regência. O conde d’Eu nessa ocasião escrevia ao pai que, depois de seu regresso, o imperador nem a ele nem a

Isabel falara de política, sendo curioso “não tenha querido informar-se de como se passaram estes ou aqueles fatos na sua ausência. No dia de seu desembarque, mal transposto o velho vestíbulo do palácio, foi direto aos ministros, sem dizer uma palavra à sua filha” (apud Alberto Rangel, “Gastão de Orleans”).

Tenacidade e opinião e orientação:

Dois exemplos pouco conhecidos

Está claro que numa conferência é apenas possível esboçar ou indicar por alto certos rumos à crítica política e ao estudo psicológico do imperador. E escolher algum fato eloqüente para demonstração e prova.

Lembremos um traço de seu perfil: – a tenacidade com que, assentada uma orientação, ou adotada uma opinião, não as esquecia, não tergiversava, não as abandonava senão quando ele próprio julgava momento de ceder.

Juntemos aos exemplos muitos e citados mais um, pouco conhecido.

Quando em 1876-77 viajava pelo estrangeiro assentou que durante sua ausência não trataria de assunto político ou administrativo – sequer opinaria.

Ora, estando ele na Inglaterra, o príncipe de Gales, o futuro Eduardo VII, pediu confidencialmente a Penedo, nosso ministro em Londres, para os dois irmãos – o príncipe Artur (duque de Comnaught) e o príncipe Leopoldo, além do primo – o duque de Cambridge, a grã-cruz da Ordem do Cruzeiro, como já a tinha ele Eduardo e seu irmão – o príncipe de Edimburgo. Dizia que isso seria muito agradável à rainha Vitória.

Penedo falou logo ao imperador, mas Pedro II respondeu-lhe “que achando-se fora do Brasil nada lhe competia fazer sobre esta assunto” (carta de Penedo a Cotegipe, 21 de julho de 1877). O caso, entretanto, merecia ser logo resolvido por S. M., valorizando pela presteza de uma decisão pessoal, imperial, a distinção ainda mais quando era solicitada.

Mas se Pedro II tinha resolvido abster-se totalmente de atos administrativos?... Que importava o príncipe de Gales e a própria rainha Vitória?...

O governo atendeu ao pedido – mas o imperador manteve-se e quis manter-se estranho àquela gentileza internacional e interdinástica.

Também nessa ocasião Penedo conversou com o imperador sobre o couraçado *Independência* que se construía nos estaleiros britânicos, e a respeito de finanças, e assim escrevia (8 de julho 77) a Cotegipe: – “O imperador não tem falado em coisa alguma concernente à nossa administração interior! Não tem tempo, vive num rodopio, e só muito às pressas foi ver o *Independência*. Entretendo-se Penedo com S. M. sobre a venda daquele navio a que chamavam o “monstro”, dizendo ser esse o pensamento de Cotegipe: “em resposta declarou-me que não dava opinião alguma em coisas concernentes ao governo enquanto andasse por cá.” (idem).

Outro exemplo dessa firmeza, dessa tenacidade – afluí gerada de sua formação moral de magistrado – é o caso das comutações de penas de morte, que liberalizava, com raríssimas exceções, aos condenados que apelavam para a sua clemência.

Os crimes de escravos contra senhores e feitores em certa época se amiudaram. Era a reação servil nas fazendas, estimulada pela propaganda nas cidades, e dos agentes do abolicionismo no interior.

Pedro II comutava as penas de morte decretadas aos assassinos, em galés.

Muitos negros, porém, matavam justamente para, sendo condenados à morte, e o imperador lhes atenuando a pena, irem para as galés, que preferiam às senzalas.

A benignidade de Pedro II tornava-o assim cúmplice do crime dos escravos, que contavam com ela para alcançarem pelo homicídio as galés, melhores que o tronco.

Em São Paulo um dia veio apresentar-se ao delegado um escravo que confessava: “Matei um homem”. – “Quem era esse homem?” – “Não sei.” – “Mas por que o matou?” – “Por nada, quero ser condenado para ir servir entre os galés.”

Pesava sobre S. M. uma especialíssima e não pequena responsabilidade.

Mas continuava a comutar.

Apresentaram-se projetos na Câmara alterando as leis penais no sentido de obviar aquela anomalia.

Era natural que surgisse uma reação e ela se exerceu ilegal, violenta, monstruosa. O júri, em geral composto de “senhores”, transformou a justiça e a aplicação da lei em mentira e vingança. Passou o castigo a ser o talião das vítimas.

Absolutamente certos de que a comutação imperial não faltaria, os jurados passaram a negar os crimes, absolvendo os escravos, ou a desclassificar-lhes o delito, para que as penalidades brandas restituíssem facilmente o culpado a seus donos ou proprietários.

Estes incumbir-se-iam – Deus sabe como! – de punir os assassinos.

Grave circunstância esta que podia conduzir às lutas coletivas, barbarizando os costumes, transformando a convivência de senhores e escravos numa guerra de castas e raças.

Todas estas considerações político-sociais, a conveniência do Estado, pediam à munificência imperial ou a seus escrúpulos que transigissem com a razão pública, – mas Pedro II não tendo certeza absoluta da autoria do crime furtava-se a consentir na execução capital.

Era o magistrado superando o rei.

A queixa, a prevenção dos senhores de escravos contra a Coroa, proveio muito da convicção de que o imperador abandonava os fazendeiros, os desamparava, ante a ameaça do assassinato, ou mesmo depois de perpetrado o crime, obrigando-os a fazerem justiça por si mesmos, ou a desesperarem da lei, dos tribunais, de Sua Majestade.

Todavia o imperador não modificou o seu critério. E continuou a comutar aquelas penas de morte.

Evolução do “poder pessoal”

Não poderíamos firmar para o imperador uma linha invariável de conduta, um imutável processo político-pessoal, as mesmas e idênticas maneiras de ser e agir.

Foi longa sua jornada – quase meio século de reinado – extensa trilha que ele não percorreu com o mesmo passo e igual ritmo. Começara, menino ainda, essa viagem e acabou velho e doente. No seu gráfico pessoal e de imperante correm curvas de ascensão e declínio não traçadas por suposições, plausibilidades, ou deduções, mas pela mão firme dos documentos que se vão amiudando e completando.

Adolescente que se sentara num trono antes do tempo, teria que obedecer a princípio à influência de conselheiros e orientadores domésticos.

Esse período, foi, entretanto, menor do que deveria contar-se. A facção áulica incomodava ao imperador-rapaz. Cuidou de libertar-se da tutela em atos de certa dureza autoritária e iria, como os de que foram vítimas Paulo Barbosa e Aureliano.

Aprendendo e adaptando-se, a necessidade, a ansiedade de mostrar-se enérgico e forte perturbava-lhe a ação.

Passada essa fase das afirmações de personalidade, surge a do equilíbrio: – em que firmaria o molde definitivo de sua maneira política ainda submetida às modificações e deformações sugeridas pelas circunstâncias.

E afinal o cansaço e a doença anteciparam a ruína do regime, na ruína do monarca decadente.

Ultimamente um historiador inglês que nos visitou, numa deliciosa conferência no Instituto Histórico Brasileiro, distinguia na rainha Vitória três personalidades diferentes e tão diversas que, segundo pitorescamente nos disse, Vitória Terceira, encontrando-se num salão com Vitória Segunda, ambas não se reconheceriam, e, se palestrassem, só num ponto se entenderiam – o de que Vitória Primeira fora uma tolinha.

Pedro II tem mais continuidade; possui um maior número de *constant*es nas suas variedades pessoais.

As constantes pessoais de Pedro II

Essas constantes são, justamente o que mais pode exaltar o seu caráter de homem e o seu vulto de imperante: – um máximo de lealdade dentro das reservas hábeis que a política lhe pedia; honestidade baseada no desinteresse e na desambição próprias e no horror à desonestidade alheia; tolerância extrema, espírito de liberdade quase sem restrições; descuido do futuro pessoal e da sua dinastia, e cuidado sempre presente aos deveres de chefe de uma nação que queria fazer cada vez mais culta, mais rica, mais forte, mais feliz.

Os modelos estrangeiros de Pedro II

Maneiras instintivas, oriundas dele mesmo, ou modos adquiridos pela educação e pela experiência – ou uma coisa e outra – os processos de reinar de Pedro II não escapavam à repercussão e à imitação de fatos, homens e instituições européias.

O arremedo parlamentar e legiferante, a transfiguração ou reverberação das questões ou crises político-sociais do Velho Mundo; essa lei da irradiação dos movimentos europeus e da tendência fac-similar do Brasil, da América, tem sido já notada com acerto crítico e alguma minúcia ao serem estudadas as nossas revoluções e alguns episódios máximos do reinado. Mas não temos investigado, quanto devíamos, acerca dos paradigmas reais de Pedro II.

O que comumente se diz é que ele formara a sua individualidade de rei com mestres e tutores, no ambiente triste e fechado, fradesco, de São Cristóvão. O imperador teria saído pronto e imutável das mãos de seus modeladores para seguir reinado avante. Mas bem podemos supor que continuaria a estudar seus poderes e os processos de os exercer – na lição de seus colegas da Europa. Olhava para além do Atlântico, para Vitória e Leopoldo, Luís Felipe e Vítor Emanuel, Frederico e Napoleão III e Francisco José, à busca de exemplos e precedentes.

Influência da rainha Vitória

Enquanto partidos e câmaras acompanhavam, muitas vezes copiando-a, o desenrolar da política inglesa; ao mesmo passo que os políticos brasileiros traduziam as maneiras e a eloquência dos estadistas britânicos e não raro estereotipavam suas opiniões, idéias e programas, Pedro II não desfitava a rainha Vitória.

A Constituição de 1821 deixava à Coroa, à ação política do imperante o mesmo extensíssimo campo que o costume constitucional inglês. E, como aqui, as competições e vindicações do trono, dos ministros e do Parlamento enchiam em larga parte a vida política da Inglaterra, dando ao imperador muito o que aprender e com que se justificar.

Em alguns processos pareceu decalcar atitudes e palavras da soberana inglesa.

Quando em 1853 chamou a organizar o célebre “Gabinete da Conciliação” a Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde e marquês do Paraná, – o altíssimo avoengo do nosso ilustre presidente – entendeu o imperador que devia oferecer ao novo ministério, um programa, acerca do qual já tive ocasião de em livro fazer comentários.

Paraná voltava ao governo depois de quase dez anos, desde quando, num assomo, atirara as pastas aos degraus do trono, para se recolher com seu partido ao ostracismo, não sem dizer ao Parlamento, descobrindo e acusando a Coroa, que não quisera submeter às influências áulicas.

Amargava ainda o imperador um ressaibo de amor próprio ofendido. Não esquecera; e por isso prevenia-se agora, escudando-se em advertências, balizando o âmbito das prerrogativas e da política imperiais, restringindo o círculo da ação ministerial.

Pedro II, porém, não seguia nesse passo simplesmente a sugestão de antigas lembranças e ao desejo de mostrar ao novo ministro que já não encontrava um rapazola imberbe, mas um rei que queria governar. Tomava forças para tanto num exemplo: o do recente conflito, de tão grande repercussão parlamentar, entre a rainha Vitória e lorde Palmerston.

De fato, em fevereiro de 1852, John Russel; explicando as razões da demissão de Palmerston, lera a memorial intimação da rainha a este ministro. Se compararmos o documento vitoriano com os termos, às vezes excessivamente incisivos, do programa do imperador oferecido a Paraná, não duvidaremos da inspiração inglesa que animava a Pedro II para seu gesto de energia e ao mesmo tempo de avanços de poderes imperiais (ver *Cotegipe e seu Tempo*, p. 416; lorde Palmerston *Correspondência Íntima*, 2º volume, p. 329; *Discurso de José de Alencar na Câmara, a 9 de Agosto de 1869*, p. 57 dos Anais).

E se em 1870, no curso do incidente com Itaboraí e seus companheiros de ministério, acerca do propósito emancipador de Sua Majestade (que os ministros achavam precipitado e carente de meditação) o imperador pôde dizer: que enquanto “julgava dever conservar os ministros” sempre cedia a opinião destes (ver *Política e Políticos do Império*) é que tinha presente ainda aquele episódio Vitória-Palmerston, quando a rainha declarou, através do memorial que lhe prepara Stockmar, ser seu direito constitucional o de demitir ministros.

Certo o imperador era muito menos desembaraçado que a rainha Vitória, sobretudo em certa época mais afastada do reinado desta.

Não deixava Pedro II de entreter relações e conversas políticas com estadistas do partido contrário ao que se achava no poder, mas não chegava ao ponto de cartear-se com opositores, como a soberana inglesa com lorde Melbourne quando os *tories* governavam e ela não só recebia como atendia e seguia conselhos governamentais do desabusado ministro decaído.

O nosso imperador, mais discreto e cauto, nunca foi leviano.

Fazia-se contraditório, tinha veículos, pessoas de confiança para suas sondagens e insinuações, digamos mesmo, conspirações.

Vimos no arquivo do Itamarati uma carta de Caxias ao visconde do Rio Branco, a Paranhos, quando os Saquaremas mantinham-se em oposição ao tempo da Liga, na qual o futuro duque mostra grandes cuidados na realização de uma reunião política, porque o imperador lhe recomendara

que não se expusesse, pois precisaria dele. À revelia e até ocultamente, contra o ministério que governava, preparava substituições, acomodando em avisos confidenciais futuros presidentes do Conselho.

É do arquivo de Cotegipe uma carta de Sampaio Viana, datada de dezembro de 1862, que dá notícia de haver o imperador, mandado recado particular a Itaboraí para que organizasse como presidente do Conselho um ministério inteiramente de sua confiança, missão de que o estadista fluminense declinara, indicando Caxias, tendo havido uma reunião em casa de Uruguai.

Já é conhecida, por documentos muito preciosos e minuciosos a ação do imperador no chamamento de São Vicente a substituir Itaboraí em 1870 (ver *Política e Políticos do Império*).

Daria assunto para toda uma palestra apreciar, sem perder de vista episódios semelhantes da política européia, a maneira de agir do imperador, as feições do seu “poder pessoal”.

Conseqüências benéficas do “poder pessoal”

Já quanto aos resultados desse poder, que os críticos da época chamavam de ... ditadura (!) ... e que são em síntese o reinado, devemos buscar outras comparações e confrontos, volvendo-nos para a restante América. Desse cotejo sai a monarquia brasileira exaltada e triunfante.

Que contraste entre o Brasil monárquico e as repúblicas dos caudilhos?!...

Enquanto sob o domínio destes dominadores ambiciosos não existia nas suas “democracias” liberdade individual nem de opinião, nem de pensamento, nem de imprensa; e as prisões se enchiam; e a submissão política era uma escravidão pior que as dos nossos negros e o desprestígio internacional daqueles países descia sempre – o Império brasileiro era o que todos sabemos e já não há apaixonado que tente negar.

Não era obra exclusiva do imperador, mas em grande parte era devido à ação do “poder pessoal”.

A moléstia do imperador

Chamei a vossa atenção para as fases da evolução da personalidade política de Pedro II. Duas há tão distintas que constituem na vida imperial compartimentos estanques.

Assim como Michelet assinalou para o reinado de Luís XIV dois períodos: – antes e depois da fistula – assim, e com maiores razões, podemos dividir o Segundo Reinado brasileiro em – antes e depois da moléstia do imperador.

Estava a doença, que se declarou em 1887, longe da demência, em que tantos acreditavam. Em certa época, porém, os lapsos de memória dificultavam-lhe o exercício do governo. Gravando mal a notícia dos acontecimentos e das circunstâncias não podia S. M. deliberar com inteiro acerto.

Estes seriíssimos sintomas cerebrais manifestaram-se alarmantes nos momentos em que culminava a questão militar, e já passados mais de seis meses, Mota Maia escrevia ao conde d’Eu que Sua Majestade só então começava a lembrar-se dos fatos ocorridos na Tijuca, onde se encontrava quando partira para o Velho Mundo (ver *O Conde de Mota Maia*).

Não perdera o raciocínio, nem a lembrança dos fatos antigos, anteriores à doença, mas certa excitação e volubilidade de conversa o levava a familiaridades notadas pelos que dele se aproximavam.

Tinha alguma plausibilidade, o lance oratório de Ferreira Viana, quando discutira, com ática crueldade, a licença para a viagem imperial: – “aquele que ainda ontem era o senhor do Império, hoje não é nele senhor de si!”

Mota Maia – o médico e amigo – alarmava-se com essa fraqueza mental, sem lhe atinar com a causa: – a diabetes? Alguma lesão cerebral? Enfraquecimento resultante das febres que padecera? (*O Conde de Mota Maia*).

Já não era a saúde, era a própria personalidade do imperador que desmudando-se, extinguiu-se.

Melhorou; mas nunca mais foi o mesmo.

Não regressou em condições de reempunhar o cetro.

Os que o viram na Europa ao voltar, desanimavam. Penedo escrevia desconsolado – “o que ele foi, como nós o conhecemos, receio que nunca mais será, e só peço a Deus que o leve a salvamento, e quanto antes para o Brasil”. E

pedia que evitassem o espetáculo de sua decadência a estrangeiros; mandassem buscá-lo num navio de guerra. Não consentissem “que ele volte num navio de passageiros no estado em que ele se acha” (carta a Cotegipe, de 28 de junho de 1888).

“Ao voltar para o Brasil – afirmou Nioac a Saraiva – lembrei ao imperador de abdicar; o seu estado de fraqueza me impelia a usar de semelhante franqueza. Veio um especulador ousado e orgulhoso, abusando do estado de monarca, atirou tudo pelos ares” (carta de 29 de junho de 1889, arquivo do Instituto Histórico Brasileiro).

E chegou de fato tão débil que Rebouças registrava seu retorno a esta Petrópolis querida, a 5 de setembro de 1888: “só pôde assistir às entusiásticas manifestações por trás das vidraças do palácio” (“Diário”).

Esta cena melancólica – magro, as longas barbas brancas caindo sobre o peito recurvo, o olhar cansado, o gesto lento a acenar um agradecimento de convalescente, para dentro dos caixilhos fechados, ao povo cá fora, que desfilava vibrando nas ruas brancas de bruma; este quadro sombrio e triste tornar-se-ia o símbolo do curto fim de reinado que ainda lhe restava. Daí em diante – “sombra política de si mesmo”, fantasma de monarca, reinaria mais alguns meses, assim – “atrás dos vidros”.

“Cada vez mais esquecido das coisas presentes e alheio aos assuntos políticos” (Taunay – “Diário”), desinteressava-se até daqueles seus grandes e constantes informantes – os jornais.

A *ausência-presente* do imperador juntava um novo poder corrosivo ao vitríolo da campanha de imprensa que ia destruindo a monarquia.

E, enquanto um deputado republicano pedia na Câmara um exame de sanidade da pessoa imperial, Rui Barbosa bateu e rebatia em artigos numerosos assuntos tão gratos aos demolidores das instituições vigentes, argumentando com “a moléstia do imperador”, a “insânia imperial”, e denunciando Pedro II – “em letargia”, “em caduquez”, em decadência mental com o “espírito obscurecido” e a “vontade afônica”, a “ação quase extinta revelada unicamente nos intervalos de luz crepuscular em que a vida intelectual e o in-

teresse político despertam adormentados”, num “eclipse progressivo da inteligência”, “cruel esboroamento moral em que a doença lhe ia dia-a-dia diluindo a grande autoridade... acerba provação da monarquia” (*Queda do Império*, 2º vol.).

Levantando no ar umas crudelíssimas perguntas: “já Sua Majestade dorme no seu féretro o último sono? Ou uma fatalidade ainda pior acabou de lhe sepultar o órgão da razão no chumbo do letargo eterno”? – “Somos ou não governados por um rei moralmente morto”? – O redator do *Diário de Notícias* tirava partido de tão triste circunstância para impopularizar e combater a princesa e seu marido: – “ditadura de camarilha, sob a ficção da integridade mental do chefe do Estado” – “o chefe do Estado não tem senão por intervalos o sentimento de sua posição. Governa-o a camarilha; governa-o acima da camarilha a princesa imperial; governa-o acima desta o príncipe consorte”.

As cartas trocadas entre Mota Maia e o presidente do Conselho João Alfredo, evidenciam como o médico dosava a atividade de seu imperial cliente, interpondo entre o exercício das prerrogativas reais e as deliberações ministeriais os vetos de sua dedicação pela saúde, ou restos de saúde, do seu régio amigo.

“Dizia-se também – informa quem tem razões para, só veiculado o boato confirmá-lo, o sr. Velho Mota Maia, no livro sobre o pai – dizia-se também que as pessoas que rodeavam o imperador não o traziam bem ao fato da verdadeira situação do país (*O Conde de Mota Maia*).

Os parentes, os palacianos, os amigos, a princesa não tinham, não podiam ter a coragem de pedir a S. M. que abandonasse o governo, deixasse o trono. Ao revés disso redobravam de piedoso carinho.

E tristemente bruxuleava a monarquia.

O conde d’Eu, que nas suas cartas ao duque de Nemours apreciava com lucidez os acontecimentos, – o enfraquecimento do trono desde a partida do imperador doente em 87, os progressos da idéia republicana, os descontentamentos causados pela Abolição, – às vezes se animava com a melhor aparência do sogro, mas não se iludia quanto aos efeitos da falta de saúde de Pedro II. A 12 de novembro de 1888 comu-

nicava: – “Aqui também as perspectivas não são brilhantes. A decadência da Monarquia se acentua cada vez mais, o público não tendo custado a perceber que o imperador com a melhor boa vontade não pode mais governar como fazia antes de cair doente. Disso resulta uma inércia notável na ação governamental, enquanto as manifestações republicanas se multiplicam de todos os lados”. (Apud Alberto Rangel – *Gastão de Orleans*).

A moléstia do imperador era assunto que pertencia à política.

Aos dissidentes conservadores – discurso de Ferreira Viana em julho de 1887 por ocasião da licença para Sua Majestade viajar; aos liberais – interpelação de Joaquim Nabuco (não respondida pelo Gabinete Cotegipe) se não havia mister que o ministério tivesse junto ao imperador em viagem de cura, um delegado seu para informar ao governo e ao Parlamento sobre o estado de saúde de Sua Majestade; aos republicanos – requerimento do deputado Penido em que solicitava exame de sanidade na imperial pessoa.

Era assunto que pertencia à imprensa – Quintino e o *País* – o célebre artigo “O esquife da monarquia”; Rui Barbosa e a série de editoriais no *Diário de Notícias*; os jornais das províncias; os jornais europeus; as reportagens de Demerval da Fonseca na *Gazeta de Notícias*.

Preocupava os ministros, obrigados a equilibrarem discrição e reserva, com a necessidade de, sendo francos, atalharem exageros e explorações.

Inquietava a família imperial.

Alarmava a nação, que, observando o imperador, via nebuloso o futuro da monarquia no Brasil.

Só o imperador, a tudo estranho, não percebia o seu próprio estado; e, à proporção que o tempo avançava, fugindo à política, à administração, embalava-se numa espécie de euforia literária, que lhe entreve os últimos anos de vida, e tirou-lhe quase toda a tristeza do destronamento e do exílio.

Taunay enquanto lhe notava, entristecido, a insegurança de opinião sobre as questões em curso, o esquecimento das coisas presentes, e o desinteresse pelos assuntos políticos (*Diário*, de 19 de abril de 1889), apatia nas suas funções

majestáticas – verificava-lhe a atividade no campo das leituras críticas. O imperador em meados de maio de 1889 lhe devolvia um livro com interessantes anotações, indicadoras de ter sido apreciado com cuidado página por página, prova, diz Taunay, da sanidade mental do imperador para os assuntos literários (“Diário” de 18 de maio de 1889).

Alheando-se ao trono, confiando-se nas letras, Pedro II, no apagar-se de um lento desaparecimento, não se sentia feliz.

A moléstia que o deixava tão outro no mando, na vontade, na opinião, não lhe decompôs no mais a personalidade, nem o torturou.

O temperamento não se lhe alterou, e tanto que, nas horas mais amargas de sua vida, a indiferença mórbida pode ser considerada como sobranceira estóica, e o seu vago absenteísmo de esquecido ombreou com a calma magnânima e digna.

Assim como, embora alquebrado e lento o porte não perdeu a majestade, assim o espírito, atingido no cerne, pela implacabilidade da doença, não lhe mudou nas linhas essenciais a nobre contextura.

**Vexame de reinar –
Desapego ao trono**

Joaquim Nabuco assinalou como uma das conseqüências da perda de saúde o que a mim me parece uma das características normais – a mais sedutora e nobre daquela alma honesta.

Escreveu o autor de *Um Estadista do Império* que a doença que enfraquecia o cérebro do imperador tornava-o tímido “quase vexado de reinar na América à moda da Europa”. Bem podemos todavia lobrigar em palavras e atitudes anteriores que sempre achara injustos os seus privilégios.

Estaria pronto, porventura, a deixar o trono, se visse nisso a felicidade do povo, se suas previsões lhe não alvitrassem que a abdicação, ou renúncia da dinastia poderia ser o começo da anarquia, do caudilhismo ou do desmembramento.

Conversando com Vítor Hugo (foi isso em 1877), escapou-lhe a expressão – “meus direitos”, mas, presto, atalhou: “eu não tenho direitos, não tenho senão um poder

devido ao acaso. Devo empregá-lo pelo bem, pelo progresso, pela liberdade”.

O desprezo pelo fausto; seu democratismo um tanto *rastaquiera* no trajar e viajar, não parecem modos de quem insiste em disfarçar as aparências de rei, de quem está sempre a sacudir da cabeça uma coroa que lhe pesa?...

Julgam-no acaso jungido a preceitos monárquicos? – busca desmenti-los. Julgam-no aristocrata? Exibe-se quase plebeu. Supõem-no intolerante? Mostra-se acolhedor, perdoador, magnânimo. Consideram-no afastado, pelos orgulhos de longa tradição dinástica, da aristocracia literária e científica? – força as portas dos poetas e vai despojar-se, diante dos sábios, de seu manto real, invejoso de togas e becas. Reputam-no servo da Igreja e aliado do clero, como uma contingência de interesses do trono e da dinastia? – recebe ímpios, visita rabinos, condecora ateus, prende bispos.

Certas sutilezas de sua biografia, algumas esquisitices de sua carreira imperial, hesitações e receios de sua maneira de governar podem encontrar explicações nesse debate interior, em que a consciência lhe negava um cetro, que a fortuna do nascimento e o desenvolver do tempo lhe sustinha nas mãos.

Em nota íntima, escreveu, certa feita: – “creiam que ponho sempre o bem da nação acima dessa consideração exclusiva do interesse monárquico”.

Saraiva em conversa com meu pai, que me transmitiu, confirmava essa disposição imperial. O estadista baiano nessa palestra assegurava: “O imperador é um homem profundamente honesto. Se se convencer que o país quer a República, largará o trono; ir-se-á com sua família”.

Conta Coelho Rodrigues que, chamado Saraiva a suceder certo ministério, dissera a Pedro II “parecer-lhe próximo o advento da República e necessário preparar o país para ela, fazendo a federação das províncias e abdicando a Coroa nas mãos do Parlamento”. – Ouvindo isto, perguntou-lhe o imperador se não julgava possível o Terceiro Reinado, ao que respondera o conselheiro Saraiva: “o reino de Sua Alteza não é deste mundo”. E Pedro II, sem esboçar um argumento sequer a favor do trono: – “pois bem, sr. Saraiva, organize o ministério e governe como entender que eu não lhe oporei embaraços”.

Em julho de 1889, segundo narrou Salvador de Mendonça que, de partida para os Estados Unidos, se fora despedir de S. M. o Imperador dissera: “estude bem, com todo o cuidado, a organização do Supremo Tribunal de Justiça de Washington. Creio que nas funções da Corte Suprema está o segredo do bom funcionamento da Constituição americana. Quando voltarem haveremos de ter uma conferência a este respeito. Entre nós as causas não vão bem e parece que poderemos criar aqui um tribunal, igual ao norte-americano, e transferindo para ele as atribuições do poder moderador da nossa Constituição ficaria esta melhor. Dêem toda a atenção a este ponto” (ver *A Situação Internacional do Brasil*).

Eram displicências ou devaneios de um espírito doente? – Creio mais numa idéia radicada, desde os tempos de boa saúde.

O imperador e a República

O golpe de 89 poderia surpreender a todos, menos ao imperador. Estava preparado e pronto, feito o exame de consciência, que ainda teve forças de mais tarde gravar na sua *Fé de Ofício*.

Ainda quando a moléstia não o anestesiasse naquela indiferença politicamente inerte, e quase feliz – o transe da deposição apareceu-lhe como um episódio porventura adivinhado de seu destino.

Por isso é que a princesa Isabel pôde, mesmo a 16 de novembro, fazer este registro: “só às que se achavam no paço papai declarou que se retirava, e que se não fosse pelo país, para ele pessoalmente era um despacho”. (Notas da princesa em anexo à *Viagem Militar do Conde d’Eu*, ed. Max Fleiuss).

Era para ele um alívio!... Esse estado de espírito, um ano e meio depois (julho de 1891) definiria melhor, em conversa com Afonso Celso Júnior: “sob o ponto de vista individual lucrei imensamente. Sou hoje mais livre. Vivo como entendo, satisfazendo as minhas vontades, à lei das minhas inclinações, sem despertar críticas nem incorrer em pesadas responsabilidades. Leio, estudo, passeio e movo-me desembaraçadamente. Não me vejo forçado a sacrificar a devoção à obrigação. Gozo, demais, de repouso, de que já ia

precisando. Creio que não me negam, quando menos o título de empregado público consciencioso. Desempenhava escrupulosamente as funções de que me incumbiam. E aquilo era trabalho bastante! Aqui queixo-me de nada fazer. Tive numa ociosidade absoluta, exercendo genuíno poder pessoal, pois realizo quanto me apraz. Já vêem que particularmente ganhei com a mudança”. (*Contribuições à Biografia de D. Pedro II*).

Exílio ameno

A doença imperial, de tão más conseqüências para a monarquia e para a dinastia, proporcionou a Pedro II, a mim que parece, um fim ameno.

Ao partir para o exílio, Taunay lhe ouvira: “eu não tenho medo do infortúnio”.

O exílio, sob muitos aspectos, foi-lhe uma libertação.

A política, a sua categoria imperial; as cogitações, esperanças e reações dinásticas – tudo se afastara dele num esquecimento absoluto e definitivo. O Brasil era uma recordação e uma saudade; mas só saudade e recordação. Talvez perguntasse a si mesmo se um dia houvera ali um trono onde ele realmente se tivesse sentado. Rebouças incitou que seus lábios jamais diziam “meu trono”, “meu Império”, “meu reino”, “minha dinastia”, mas apenas “o Brasil... minha bela pátria... que saudades do Brasil tão bonito... Petrópolis... Minha casa... Meu jardim”... (Diário).

Poderia dizer ainda, como o próprio Rebouças – “já considero o Brasil uma nação do passado, como a Grécia antiga” misturando um sentimento terno pelo torrão à admiração erudita por Atenas.

A obsessão das letras enchia-lhe o tempo, dava-lhe ocupação, consolo, e até contentamento.

Se nele o político preponderasse o que seria dele, agora, sem trono, nem reino? Um desgraçado sem interesse nem objetivos.

Os livros, os cientistas, deleite ou orgulho do convívio dos letrados tornavam-lhe o exílio suave.

As cartas que da Europa escreveu, os documentos que firmou depois de lá de novembro, o próprio currículo de expatriado, dão a impressão não apenas de uma conformação sobranceira e quieta, mas de tranqüilidade satisfeita.

Lembrava-se com “entranhadíssimas saudades” de passeios matinais, à sombra tímida destas árvores, com Taunay, Aljezur e Rebouças, neste *seu Petrópolis*, mas falava com igual carinho de outras companhias e outros letrados, com que conversava no “*meu Paris* onde tanto se aprende”.

Bartet e Coquelin, sessões do Instituto e concertos, algumas incursões pelo Parnaso, traduções de Lucrecio, versões da Bíblia e das *Mil e Uma Noites*, o confronto da tradução da *Odisséia* por Odorico Mendes (para concluir entusiasmado – “como é belo o grego”?!...) os estudos matemáticos com Picará, que o levam a devanear – “vejo quase resolvida a navegação aérea e submarina; zombaremos das montanhas e tempestades” (Paris, 28 de outubro de 1891) – tudo isso e mais seu livro de versões de poesias hebraico-provençais lhe enchiam inteiro o espírito, agora liberto de ministérios, decretos, nomeações, fiscalizações, parlamentos.

Tinha a fortuna ainda de preocupações literárias universais – sânscrito, árabe, provençal, grego; astronomia, Gobineau, Herculano... A mudança era indiferente. O destino poupava-lhe o desconsolo, por exemplo, do pesquisador afastado de seus arquivos, privado de seus alfarrábios. Tem saudades dos livros que deixara, que esperava rever antes da molde, como filhos queridos. Mas lá encontrava outros, outras bibliotecas.

Dos fatos do Brasil critica e comenta os literários e artísticos; anota os livros que Taunay lhe envia; censura os neologismos de Castro Lopes; interessa-se pelo “panorama” de Vítor Meireles, e pela estátua de João Caetano; – mas parece nada saber de Deodoro, da Constituinte, da política, nem de São Cristóvão, nem do paço, nem da corte, nem dos ingratos. Apenas repara, um dia, não receber mais cartas, e que o esqueciam depressa.

Mas é uma leve sombra de queixa, em meio ao claro dia de seu descuido.

Alude, apenas, a raros problemas nacionais: a questão das Missões, imigrações, chins...

As preferências antigas o embriagavam. É de crer que seu espírito não padecia; ele próprio escreveu: “se soffro não me aborreço nem a outros com minhas queixas” (Versailles, 22 de maio de 91).

A sua única cogitação política é de como lhe julgarão o reinado. Tem por inteiramente terminada a sua tarefa, mas não quer que lhe façam injustiças históricas. Escreve a “Fé de Ofício”, cuja publicação o alegra. Era uma “confissão perante a nação” que ele esperava o absolvesse naquilo que houvesse errado, “atendendo às intenções”.

Esse testamento político – sim – lhe arranca lágrimas – “creia que lhe escrevo estas linhas com as lágrimas nos olhos. Tenho tanta fé que tudo o que fiz e faço que penso que seria mártir nos primeiros séculos do cristianismo. Não exagero” (Vichy, 27 de junho de 1891), e tomava como síntese de seu caráter político o verso clássico – “a minha terra amei e a minha gente”.

Aquela doentia indiferença resguardava-o ainda da pior das torturas – a preocupação da falta de meios pecuniários que lhe perturbaria a embriaguez das leituras, das convivências intelectuais, e é o conde d’Eu, é Nioac, e é o conde de Mota Maia, são amigos no Brasil, os que vão regulando, à sua revelia, as finanças precárias da casa, para lhe pouparem o desgosto de empobrecido.

Rastreareis em vão provas daquela grande tristeza resignada que todos ecoamos numa admiração reverente, quando lhe lembramos o banimento e o exílio; debalde apurareis o ouvido para escutar, partida dele mesmo, a nota da aflição, ou da tragédia. O que não era apatia ou conformidade e alguma saudade, era serenidade sem padecer.

Há uma inspiração shakespereana nas cenas finais de sua vida. De um lado uma pequena Corte apreensiva, inquieta, melancólica, a mirá-lo com o carinho de quem cuida de um doente, comunicando a tudo um acabrunhamento fatal, cuidadosa mesmo, – masoquismo político dos decaídos – para o castigo de ingratos reais ou imaginários, em alentar e exagerar a impressão, o espetáculo da majestade do sofrimento estóico; – de outro lado a calma plácida do rei que, alheio quase a tudo a seu redor, compõe frouxos versos, conversa ciência, faz traduções e exulta numa atividade intelectual que o encanta.

Os dedicados de cá não abandonavam a palheta das sombras, molhando os pincéis em lágrimas para pintá-lo como o viam... e como ainda o vemos.

Algum ou alguns – (Loreto? Múcio Teixeira? Laet?) – compuseram, como dele, alguns versos magistrais, – os “Sonetos do Exílio” – evidentemente de outra pena, pequena obra literária que tão profundamente vibrou na emoção nacional, estrofes que se tornaram como evangelho popular de um saudosismo lamentador, senão de um sebastianismo inconformado.

Quantas vezes ouvi emocionado, rudes homens do campo recitarem com ênfase, de olhos úmidos:

“Corda que estala em harpa mal tingida”...

... “Cuspir à extrema hora

A mesma boca adulatora e ingrata

Que tantos beijos nela pôs outrora”

ou ainda e sobretudo

“A justiça de Deus na voz da história”

que se incorpora à alma popular como uma sentença prolóquio?!...

Era a lenda, como uma conseqüência lógica; como uma verdade deduzida.

Era a lenda, para a qual colaborava a lira de poetas amigos, e os fatos cada um deles mais emocionantes: a pobreza no estrangeiro; aquela serenidade que ainda suspeita de mórbida pode ser chamada de “calma olímpica” – sobranceria sem queixa nem ressentimento; o expatriamento brutal; a separação de seus livros; a dispersão da família; a morte da imperatriz; a loucura de Pedro de Saxe; a ingratidão de tantos e a dedicação de tão poucos; os soluços surpreendidos por Afonso Celso Júnior – pranto escondido de quem antes parecia insensível à morte da esposa; a lamentação soluçante de Taunay ao visitar a biblioteca imperial de São Cristóvão já domínio da República...

Tudo entretece um burel de sofredor que esconde o manto imperial, tudo lhe transforma o cetro em bastão de mísero peregrino e lhe transmuda a personalidade e levanta os vetos de uma imensa simpatia melancólica às contestações frias da crítica analisante.

É a lenda, que colore de matizes de grande suavidade a lembrança de um homem justo e patriota útil.

Joaquim Nabuco escreveu: “de certo o exílio do imperador foi triste, mas também foi o que deu à sua figura a majestade que hoje a reveste” (*Minha Formação*).

Não dissequemos essa ilusão.

Porque quebrar o encanto dessa melancolia que banha o nosso espírito de saudade admiradora?

Há tanta arte em certas *verdades irreais* que a própria *verdade real* se deve curvar diante delas.

E quem sabe o que existe de desforra – do que podia ser contra o que foi – nessas convicções e sentimentos tenazes que não recuam nem diante do documento?!...

Retiremos daí os projetores da averiguação que destaca arestas e enegrece de sombras o que antes víamos à luz suave de claridades indecisas!...

Volvamos à lenda que aqui é tristeza que comove e exalta.

E se é já tempo de terminar, libertemo-nos das minúcias da análise, busquemos as conclusões fundadas da história exata, as suas sentenças finais e irrecorríveis e lembremos que se o que importa à nação é a sua liberdade de opinião, de imprensa, do pensamento – de alma; se o que importa a ela é a ordem – contra pronunciamentos e revoluções, contra a anarquia ou o caos; se o que lhe importa é o progresso – organização, economia, conforto, riqueza; se é a sua força – segurança externa, prestígio no continente e no mundo; se é a sua cultura – a elevação do espírito para compreender ou criar para sonhar ou conhecer – os cinquenta anos do Segundo Reinado deixaram grandes saldos nas contas e crônicas da pátria!

E se é possível sintetizar num homem, uma época – Pedro II bem merece do Brasil, por encarnar meio século de liberdade, de ordem, de progresso, de força e de cultura!

Wanderley Pinho.

**D. JOÃO VI, A TRANSMIGRAÇÃO DA
FAMÍLIA REAL PORTUGESA
E A COLONIZAÇÃO DO BRASIL NO JORNAL
“O CONCILIADOR DO
REINO UNIDO”, DO VISCONDE CAIRU. (1821).**

**D. João VI, a transmigração da família real
portuguesa e a colonização do Brasil no jornal
“O Conciliador do Reino Unido”,
do visconde de Cairu (1821).**

Da personalidade multiforme de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, merece ser destacada a figura do jornalista, que ele o foi, e dos mais ativos do agitado período de 1821 a 1823, embora também nesse assunto caracterizando-se pelo “pronunciado sabor cortesão” que em seus trabalhos de história justamente observou Oliveira Lima ¹.

Tão grande é a contribuição nesse setor oferecida pelo eminente polígrafo baiano, que a seu próprio filho Bento da Silva Lisboa, barão de Cairu, escapou a referência a um dos periódicos por ele lançados em 1821, a *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum*, quando na “Lista das Obras do Visconde de Cairu”, que acompanha a memória que sobre o pai escreveu e foi publicada na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, relacionou os jornais por Silva Lisboa redigidos, naquele triênio ².

1. Oliveira Lima – *O Movimento da Independência 1821-1822*, p. 57.

2. Bento da Silva Lisboa (barão de Cairu) – José da Silva Lisboa, visconde de Cairu. Memória lida em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 24 de agosto de 1839, publicada na *Revista Trimensal*, tomo 1º (1839), páginas 238-246. A “Lista” ref. à p. 245, imperfeitamente inclui os seguintes periódicos dirigidos por José da Silva Lisboa: *Conciliador do Reino Unido* (N. 3.993 do Catálogo da Exposição de História do Brasil), 1821.

Reclamações do Brasil, 1822.

Causa do Brasil, 1822.

Império do Brasil, 1822.

Roteiro do Brasil (aliás *Brasilico*, cf. o *Catálogo* cit., nº 4.481), 1822;

Atalaia, 1823.

Noutra oportunidade trataremos da *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum* (Nº 19.539 do *Catálogo* cit.) em cujo 3º número, de 22 de dezembro de 1824, Cairu documentadamente preconizava a organização, entre nós, das “Companhias particulares dos homens de letras”.

Foi o *Conciliador do Reino Unido* a primeira das gazetas políticas que dirigiu Silva Lisboa, num momento especialmente crítico da vida brasileira. Seus sete números, in 4^o, compostos na única tipografia aqui então existente, a Impressão Régia, aparecidos entre 1^o de março e a segunda quinzena de abril de 1821, com o total de 67 páginas ³ ainda alcançaram no Brasil do rei d. João VI e sua corte, apesar de ter sido resolvida, desde 7 de março, a sua volta a Portugal, devendo permanecer no país, como príncipe regente, seu filho e herdeiro d. Pedro.

Do aparecimento do *Conciliador* e das circunstâncias que cercaram essa iniciativa deu sucinta notícia o referido filho de Cairu, na memória citada: “Quando rebentou a revolução do Porto, em 1820, e que o seu eco repercutiu em todo o Brasil, tendo-se visto o senhor rei d. João VI na necessidade de jurar, em 26 de fevereiro de 1821, a Constituição que as cortes constituintes em Portugal fizessem, era tal o crédito de que gozava Silva Lisboa que foi nomeado inspetor dos estabelecimentos literários, emprego sumamente espinhoso, pois que tinha de censurar todas as obras que se publicassem; das que ele satisfatoriamente desempenhou, não se esquecendo, no meio das suas graves ocupações, de aconselhar a concórdia e harmonia entre os cidadãos, publicando o jornal *Conciliador do Reino Unido* ⁴.

Completando a informação, adiantou um dos mais notáveis de nossos bibliógrafos, Alfredo do Vale Cabral, alguma coisa sobre o programa cumprido pelo futuro visconde de Cairu, explicando que, “logo depois dos acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821, data da regeneração política do reino do Brasil, Silva Lisboa, apesar de suas graves e variadas ocupações, começou a publicar sem o seu nome um periódico que deu sete números, aparecendo o primeiro a 1^o de março, sob o título *O Conciliador do Reino Unido*, defenden-

3. Talvez seja a única coleção completa desse precioso periódico a que se guarda entre os reservados da seção de jornais e revistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde a consultamos. Do 3^o número, adiante reproduzido, possui dois exemplares o sr. Francisco Marques dos Santos, que amavelmente permitiu a transcrição de todo o seu conteúdo neste número do Anuário do Museu Imperial.

4. Bento da Silva Lisboa, op. cit., p. 241.

CONCILIADOR

DO

REINO UNIDO.

NUMERO III.

— Em quanto seu corpo o espirito réja,
Estará de contínuo aparelhado
A pôr a vida e Reino totalmente
Por tão bom Rei, por tão sublime Gente.
Crês tu, que se este nosso Ajuntamento
De Soldados, não fóra Lusitano,
Que durára elle tanto obediente
Por ventura á seu Rei, e á seu Regente?
Grandemente por certo estão provados:
Pois que nenhum trabalho grande os tira
D' aquella PORTUGUEZA ALTA EXCELLENCIA
De LEALDADE FIRME, e de OBEDIENCIA.

Camões Lus. C. VI. E. 4. C. V. E, 71, e 72.

*D*istingui os Tempos, e conciliaréis os Direitos.
Esta Regra da Jurisprudencia Universal he a justa medida para se regularem as apparentes irregularidades, e ostensivas desproporções, nas Crises e Regencias dos Estados.

O Senhor Rei D. José, de gloriosa memoria, quando projectou a reforma do Estado da India, assim deo razão da *Necessidade da Inovação* no Preambulo da Carta de Lei de 15 de Janeiro de 1774.

D

do ardentemente o príncipe regente d. Pedro, pregando a concórdia e a boa harmonia entre os cidadãos, advogando a causa do Brasil com argumentos irrefutáveis e avivando a memória a todos os cidadãos acerca das cartas de lei de 16 de dezembro de 1815 e 13 de maio de 1816, em que o rei d. João VI declarara a união dos reinos de Portugal, Brasil e Algarves, incorporando as armas de todos eles em um só escudo”⁵.

Melhor que essas referências posteriores, para que se tenha idéia do jornal que resolveu publicar o próprio inspetor dos estabelecimentos literários, escolhido para o cargo por aclamação do povo, será uma vista pelo conteúdo dos sete exemplares que se guardam entre os reservados da seção de jornais e revistas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Concordando com o título e os objetivos do periódico, trazendo todos os números do *Conciliador do Reino Unido* a seguinte significativa epígrafe de Camões:

... – “*Em quanto seu corpo o espírito reja,
Estará de contínuo aparelhado
A pôr a vida e Reino totalmente
Por tão bom Rei, por tão sublime Gente.
Crês tu, que se este nosso Ajuntamento
De Soldados, não fora Lusitano,
Que durara ele tanto obediente
Por ventura a seu Rei, e a seu Regente?
Grandemente por certo estão provados:
Pois que nenhum trabalho grande os tira
Daquela PORTUGUESA ALTA EXCELÊNCIA
DE LEALDADE FIRME, E OBEDIÊNCIA*

CAMÕES Lus.

C. VI, E. 4; C. V, E. 71 e 72”.

5. Alfredo do Vale Cabral – *Vida e escritos de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu*. Tipografia Nacional, 1881. Publicação da memorável Exposição de História do Brasil, promovida pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p. 26.

Em tom de proclamação aos compatriotas, de aquém e de além-mar, aos amantes do Reino Unido e à tropa de linha, – começa o artigo inicial e único, do exemplar de 1º de março de 1821. Lembra-lhes o decreto de 13 de novembro de 1813 e as cartas de lei citadas por Vale Cabral. Refere-se à divisa do infante d. Henrique – “Talent de bien faire”, para terminar com a classificação da data de 26 de fevereiro de 1821 como o Dia da Salvação e da Regeneração, com elogios ao príncipe d. Pedro, por ter sido o mediador da concessão da Constituição – que ainda se iria fazer.

O segundo número, de 12 de março, evoca a recomendação de d. Manuel I a Vasco da Gama, para que mantivesse sempre a paz e a concórdia. Alude ao nascimento de d. João Carlos, príncipe da Beira, filho de d. Pedro, ocorrido no dia 6, não se esquecendo de salientar a distinção desde d. João IV outorgada ao nosso país, com intitular-se príncipes do Brasil os herdeiros presuntivos da Coroa de Portugal. Aproveita-se da oportunidade para concluir que d. João VI do Brasil e de Portugal fizera um só corpo, sendo lealdade e união a divisa que aconselhava, depois de exaltar, mais uma vez, o ato de 26 de fevereiro, divagando sobre a lealdade e a concórdia, encerra o fascículo com os “Votos Patrióticos” contidos no hino composto por um goiano por motivo dos acontecimentos daquela data, com o seguinte estribilho:

*“Dai-nos Pedro segurança
Cesse de toiro a opressão
Sejamos livres felizes
Por Santa Constituição.”*

No quarto número entra *O Conciliador do Reino Unido* em terreno mais doutrinário. Refere-se, com luxo de maiúsculas e vigor de adjetivos, ao vulcão revolucionário da França, à liberal Constituição da Inglaterra, à divisão da sociedade civil em proprietários, capitalistas e salarizados (particulares e públicos) – ponto em que Cairu tem ocasião de expor os seus sólidos conhecimentos da economia política do tempo. Termina recordando longamente os motivos confessáveis da revolução portuguesa de agosto de 1820.

A liberdade de imprensa constituiu o tema principal dos três últimos números do jornal dirigido pelo próprio censor de todas as publicações brasileiras. Entendendo-a

OS CONTEMPORANEOS



VISCONDE DE CAIRU

F. de S. S.

Visconde de Cairu
Litografia de Sisson

melhor quando estabelecida de modo a serem evitados os abusos que depois tanto foram registrados, esforçou-se Silva Lisboa por esclarecer os seus contemporâneos a respeito de tão delicado assunto, para isso se valendo tanto dos recursos que provinham de sua incontestável erudição como da capacidade dialética que sempre caracterizou os seus escritos, apesar do tom dogmático em que eram geralmente vazados.

Propositalmente deixamos de parte o terceiro número do *Conciliador do Reino Unido*, de 24 de março de 1821. Valendo-nos do exemplar pertencente à magnífica coleção de jornais antigos do Brasil que possui o sr. Francisco Marques dos Santos, gentilmente posta à nossa disposição, julgamos interessante transcrevê-lo na íntegra, para justificar o título dado a este artigo, oferecendo, ao mesmo tempo, aos leitores do *Anuário do Museu Imperial*, o conhecimento do precioso documento pelo referido periódico constituído. Publicado apenas um mês antes da partida do Rio de Janeiro desse príncipe regente que foi o nosso primeiro, único e grande rei, além de imperador honorário do Brasil que altamente mereceu essa distinção concedida pelo tratado de reconhecimento da Independência, – não temos dúvida em considerar excelente a coletânea de depoimentos a seu respeito contidos na reportagem jornalística que se segue, organizada por um dos mais ilustres brasileiros de seu tempo, o visconde de Cairu.

É o seguinte o respectivo texto:

“Distingui os tempos, e conciliareis os Direitos.

Esta regra da jurisprudência universal é a justa medida para se regularem as aparentes irregularidades, e ostensivas desproporções, nas crises e regências dos Estados.

O senhor rei d. José, de gloriosa memória, quando projetou a reforma do Estado da Índia, assim deu razão da *Necessidade da Inovação* no preâmbulo da carta de lei de 15 de janeiro de 1774:

“Devendo todas as Leis Econômicas, Civis e Políticas, ser sempre acomodadas, não só aos lugares, mas também aos tempos; costumando as relações delas diversificar por sorte as circunstâncias, que as mesmas Constituições mais

santas, e mais úteis nos primeiros estabelecimentos, vêm a fazer-se pelo decurso dos anos tão impraticáveis, como em todas as coisas humanistas nas quais não pode haver perpetuidade por natureza: Tendo-me sido presente, que nestes precisos termos se acham os regimentos dos tribunais, e a forma da administração que antes regia o Estado da Índia, de sorte que tem resultado contrários efeitos; sou servido que seja administrado e regido por diversas disposições &c.”

O passado, passado: trata-se de emenda futura: constitua-se cada indivíduo melhor e a Constituição do Estado terá os destinados efeitos. De que serve irritar o povo com enfadonhas resenhas dos males sofridos, calando-se, com misteriosa reticência, os bens experimentados? Só se vêem as nódoas da administração, e nada se ficha que louvar no Código Brasiliense, nem na previdente diplomacia do Gabinete da Boa Vista, que até nos seguiu mais um interesse europeu, para a consideração política da monarquia lusitana, pela aliança nupcial entre as casas de Bragança e Áustria, que deu nova face, e perspectiva sublime, às relações comerciais do Adriático e Brasil?

Possam ter sempre todos no entendimento e coração o generoso sistema do nosso libertador, tão aclamado pelos súditos filantropos da Europa! Confio que os leitores se comprazerão dos seguintes testemunhos. Começarei pelo do atual famoso arcebispo de Malines. Assim diz:

“Uma nova cena foi aberta na Europa. O que os holandeses se propuseram a executar, quando Luís XIV trovejava às portas de Amsterdã; o que Felipe V projetava, quando a fortuna contrária parecia entregar a Espanha à sua rival; o que o resolutivo Pombal aconselhava, quando Lisboa engolida pelo terremoto parecia não assentar senão sobre um abismo; o que Carlos IV ia empreender depois de, já mui tarde, esclarecido sobre a sorte que lhe estava preparada; foi executado pelo príncipe do Brasil. Dele é que veio o exemplo dado aos soberanos da Europa para unânime confederação e resistência do déspota da França... A sua passagem de Portugal ao Brasil é um sucesso que exercerá a maior influência sobre o destino do mundo. A nau que o levou ao Brasil alcançaria entre os gregos ainda mais honras que a embarcação que transportou a Jason e a seus

argonautas. O novo rei da monarquia lusitana é o conservador da realeza na América, e o seu ponto de apoio. Os tronos da Europa a ele deverão essa obrigação... Portugal não tem mais colônias na América; ora tem tudo a ganhar e nada a perder. O soberano deve agradecer ao céu de o levar a suas terras sem limites de espaço e de riquezas, para encher os destinos preparados à humanidade, entrando agigantado na política do universo, e constituindo-se independente. Eis a graduação sublime a que chama o próprio interesse bem entendido”.

“Já as filhas do soberano da corte do Brasil vieram assentar-se nos tronos da Europa: a filha de Césares vai associar-se ao cetro do Brasil ⁶: outras as seguirão; e os dois mundos, confundindo o seu sangue, em lugar de o derramarem mutuamente, substituirão os laços de família às cadeias de que eram carregados; e assim aproximaram a humanidade para o destino que o céu lhe tinha assinado, quando a criou, e era compor uma só família, animada dos mesmos sentimentos, pois que a tinha dotado das mesmas faculdades”.

O conde *Chaptal*, inspetor das fábricas de França, na sua obra de 1819 sobre a indústria francesa, assim diz no tomo I cap. 2:

“A trasladação da sede do governo português ao Rio de Janeiro tem deslocado os interesses comerciais da Europa com Portugal; hoje convém dirigi-los para os ricos países do Brasil. Este país se há de elevar a alto grau de prosperidade, *contanto que o comércio permaneça livre*”.

O conde *Hogendorf*⁷, ex-ministro de Estado na Holanda, assim diz na sua obra de 1818 sobre o *Estabelecimento das Colônias Mistas*, pp. 166 e 212:

“O Brasil foi emancipado pelo príncipe regente de Portugal. Por esta resolução, tão árdua como generosa, este soberano erigiu o cetro de um belo Império, e abriu os portos a todas as nações... Se o governo do Brasil continuar no sistema de sabedoria, moderação, e sã política, sobre-

6. Refere-se aos casamentos de duas filhas de d. João VI com o rei da Espanha Fernando VII e seu irmão d. Carlos; e ao casamento da arquiduquesa d. Leopoldina da Áustria com o futuro d. Pedro I.

7. Aliás Hogendorp, general de Napoleão voluntariamente exilado nas Águas Férreas, sobre o qual amplas informações têm sido publicadas ultimamente no Brasil, Holanda e França.

tudo a respeito de comércio, e tolerância, que agora caracteriza todos os seus atos e as suas disposições, seguramente o crescimento da prosperidade e riqueza desta primeira monarquia do novo mundo, espantará o antigo, pela rapidez de sua marcha, e altura que se há de elevar”.

O príncipe Maximiliano da Prússia ⁸ na sua recente *Viagem ao Brasil*, já traduzida do original alemão para o inglês e francês, assim diz:

“Os olhos dos naturalistas estavam há muito tempo dirigidos com particular fito ao Brasil, país felizmente situado, que prometia muita colheita para satisfazer a curiosidade, mas que até o presente era com rigorosa vigilância fechado a todo o indagador.

“O aspecto dos negócios na Europa resolveu o monarca de Portugal a transferir a sua residência ao Brasil, que não tinha sido visto por seu soberano, ainda que era a principal fonte de sua riqueza.

“A transmigração do soberano, e da sua corte, não podia deixar de ter grande influência neste país. O opressivo sistema de misteriosa exclusão foi abolido: a confidência tatuou lugar à tímida desconfiança; e permitiu-se a viajantes estrangeiros acesso a este campo de novas descobertas.

“Os liberais sentimentos do sábio rei, correspondidos por um ministério ilustrado, não só deram admissão aos estrangeiros, mas até promoveram as suas indagações na mais liberal maneira, concedendo mui generosa ajuda de custo de soma anual para o prosseguimento das indagações, e ordenando a expedição de ofícios aos governadores das diferentes províncias, com honoríficas recomendações para socorros. Que contraste ora há entre a liberal polícia do presente governo e o antigo sistema!

“Em nome dos meus compatriotas, e de todos os viajantes europeus, não posso fazer menos do que o exprimir assim publicamente a minha gratidão a um monarca, que tem adotado providências igualmente sábias, e populares.

“Tão favorável recepção, e amigável tratamento são inexprimivelmente aprazíveis a um peregrino remoto de seu

8. Aliás Maximiliano de Wied-Neuwied, cuja notabilíssima *Viagem ao Brasil* somente há pouco foi divulgada em português, dando início à série Brasileira em grande formato, da Companhia Editora Nacional.



O príncipe d. Pedro, regente do Brasil - Da coleção do Museu Imperial

país natal; e certamente produzirão às ciências incalculável vantagem, de que participará todo o mundo civilizado... Os alemães Mr. *Freyreiss*, e *Sellons*⁹, que intentam viajar vários anos no Brasil, e de quem há muito que esperar em descobertas de história natural, como pessoas o melhor qualificadas para penetrarem o interior do país, têm achado generoso patrono em Sua Majestade o rei de Portugal.”

Roberto Southey, célebre poeta laureado de Sua Majestade britânica, e excelente escritor da *História do Brasil*, dada à luz proximamente, assim diz:

“No Brasil o comércio, agricultura e população estão rapidamente crescendo, e são suscetíveis de quaisquer melhoramentos, que o benévolo soberano e um ministério sábio, possam introduzir. Todas as coisas aí tendem ao adiantamento do povo; ele é desejado pelo seu governo; e se promove pelo teor das leis, e é favorecido pelo espírito do século.

“Em justiça à Sua Majestade o rei de Portugal e do Brasil, não devo omitir, que ele tem aberto a sua biblioteca ao público; esta contém sessenta mil volumes.

“Deus na sua graça preparou aos brasileiros esta feliz mudança: conceda-lhes também ciência, e verdadeira piedade; e que possam florescer por todas as gerações, tendo por sua herança uma das mais belas porções do globo”.

Mr. *Langsdorff*, cônsul-geral de Sua Majestade Imperial da Rússia no Brasil, em uma história sobre este reino, impressa em Paris no fim do ano passado, assim diz:

“O meu fim é unicamente fazer conhecer a todos que se querem interessar nas emigrações para o Brasil, *fatos incontestáveis*, sobre um país que é pouco conhecido, e sobre o qual agora estão fixos os olhos do universo.

“Não me aventuro a entrar aqui em particularidades políticas, ou dar as minhas idéias sobre o estado atual do gabinete de Portugal e do Brasil; baste dizer, para instruir e segurar a todas as pessoas que desejem fixar-se no Brasil, que o *seu governo sábio e doce* protegerá sempre os seus interesses, que se identificarão com os próprios.

“Os novos colonos não serão jamais vexados; porque o governo já fez a pública declaração, que lhe concederá gra-

9. Aliás Sellow, botânico, companheiro de Freyreiss.

tuitamente terras muito consideráveis; os isentará nos primeiros dez anos de todos os direitos, impostos ou quaisquer encargos, e lhes segura o direito da propriedade. Enfim o governo tem mostrado que faz tudo para aumentar a população, e atrair gente industriosa, e agricultores e artistas de todo o gênero.

“Os sucessos políticos que vemos em Portugal, não podem ter outras conseqüências para o Brasil, senão o fortificar os laços naturais entre os dois países, cujos vassallos respeitam e amam seu soberano.

“Os dois países, por interesses recíprocos, pela feliz harmonia que existe entre eles, pela conformidade unânime de seu sentimento, e pelo da sua grandeza nacional, e pelo aferro que têm ao seu monarca, são inseparáveis, e o tempo mostrará brevemente a verdade desta asserção.

“A nação portuguesa, sendo bem convencida de sua grandeza, e de sua glória, depois da descoberta das Índias Orientais e Ocidentais, sacudiu, sem efusão de sangue, o jugo de uma influência estrangeira; ela não cessou, e persevera, no meio destas mudanças, com uma constância inaudita e imóvel, na sua submissão a seu rei legítimo, e muito amado, e na sua profunda veneração à família real.

“Todos esses sucessos, e os que ainda hão de vir, não terão outra influência sobre a sorte dos colonos mais que o consolidar as suas propriedades neste novo reino.

“Enquanto observamos, entre a Espanha e as suas colônias, a discórdia, guerra civil, e uma separação eterna, vemos (e veremos sempre) que os laços naturais entre Portugal e o Brasil serão fortificados de dia-a-dia; e que o Reino Unido, criado por João VI, subirá, sem alguma dúvida, ao mais alto grau de potência e de prosperidade.

“O capitalista empreendedor, fixando-se em lugar conveniente deste rico país, poderia facilmente dobrar e quadruplicar em poucos anos o seu capital, e fazer felizes muitas famílias que padecem ou vegetam na Europa; ao mesmo tempo que é do interesse do governo português facilitar, quando for possível, as emigrações para o *melhor dos países conhecidos*”.

Hélio Vianna.

AS DUAS ÚLTIMAS FESTAS DA MONARQUIA:

Bodas de prata de Suas Altezas
Imperiais, a 15 de outubro de 1889.

Baile da ilha Fiscal, a 9 de no-
vembro de 1889.

Bodas de prata de Suas Altezas Imperiais

No dia 15 de outubro de 1889, completaram 25 anos de casados a augusta princesa imperial dona Isabel e Sua Alteza o conde d'Eu. À tarde, receberam Suas Altezas, em sua residência, as pessoas que os foram cumprimentar. Também comemorava aquela data o décimo quarto aniversário de Sua Alteza o príncipe do Grão-Pará, primogênito do casal.

Nas ruas Guanabara e Paissandu era difícil o trânsito. Grande foi o número de corporações, cavalheiros e senhoras, representantes das diversas classes sociais que visitaram o Palácio Isabel, apresentando homenagens e saudações pelos felizes aniversários celebrados.

A Redentora, princesa imperial dona Isabel, educada para os espinhosos encargos do trono, desde cedo compreendera, pelo instinto do seu nobre coração e pela lucidez de seu espírito, a importância de sua tarefa.

Por três vezes, em ausência do imperador, sentara-se, como regente, no trono, dando provas de elevados dotes de inteligência, nos mais difíceis assuntos da administração, despachando com conhecimento de causa e muitas vezes sugerindo soluções novas e acertadas. De cada vez, deixara a ilustre filha de dom Pedro II escrita a sua lembrança na memória do povo e nas páginas da história brasileira, pela prática de algum benefício público, ato de caridade ou benefício social.

D. Isabel, havia pouco, integrara uma página luminosa da nossa história pela redenção dos cativos do Brasil. O acontecimento teve como expressão dolorosa o vaticínio de Cotegipe. No entanto, a grande brasileira, em longa vida de exílio, jamais se lembrou da lei de 13 de maio sem grande emoção de santo e cívico prazer.

O grande amor que dedicava a princesa imperial ao conde d'Eu era verdadeiramente correspondido pelo seu au-

gusto esposo, homem de cultivada inteligência e bem formado coração; brasileiro por efeito do consórcio, tanto quanto pela estima à pátria adotiva, da qual recebera, no comando de seu Exército em guerra e no término dela, as palavras de elogio e de justiça dos seus contemporâneos, que lhe cingiram a fronte com os louros do valor militar. Qual serena figura, no panorama histórico brasileiro, avulta o conde d'Eu como um dedicado às ciências administrativas. Acompanhando os progressos da arte da guerra, prestara relevantes serviços à causa da instrução, fundando o Asilo da Infância Desamparada, o Museu Escolar e outras instituições.

Certo é que ninguém, de bom senso, jamais negou o desinteresse e despreendimento do conde d'Eu aos bens materiais, bastando, para isso, lembrar que ele nunca foi ao Tesouro receber o seu soldo de marechal do Exército e os vencimentos de conselheiro de Estado.

Recepção no Paço Isabel

Por ocasião de suas bodas, receberam os condes d'Eu inúmeras visitas: de S. A. o príncipe dom Pedro Augusto, do ministério, do corpo diplomático, da Guarda Nacional da corte e de Niterói, do presidente da província do Rio de Janeiro, conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo, acompanhado de seu oficial-de-gabinete, Sérgio Ascoli; do dr. Raimundo Correia, secretário do Governo da província do Rio e dos srs. comandante superior da Guarda Nacional e seu estado-maior, comandante e oficiais do 2º Batalhão do serviço ativo, corpo de cavalaria e 1º da reserva, comandante e oficiais do corpo policial e do chefe de polícia da mesma província.

O conselheiro Carlos Afonso e sua comitiva seguiram em bondes especiais, juntamente com a banda de música do corpo policial da província, fardada em grande gala.

Ao chegarem ao palácio foram recebidos por Suas Altezas; proferindo nessa ocasião o conselheiro Carlos Afonso um discurso pondo em relevo os dotes morais da augusta princesa, lembrando as datas de 28 de setembro de 1871 e de 13 de maio de 1888. Traçou o ilustre político um quadro encantador, em frases brilhantes.

Saudando o príncipe testemunhou o orador grande admiração pelo bravo militar que fora ao campo de batalha, em desafronta aos bríos da nação, escrevendo com a sua heróica espada uma página brilhante nos fastos da história militar brasileira.

Suas Altezas mostraram-se extremamente satisfeitos e agradeceram aquela prova de leal e dedicado apreço.

Ao Palácio Isabel compareceram, entre tantas pessoas ilustres, os srs.: marqueses da Gávea e Paranaguá, condes de Carapetés e Estrela, viscondes de São Luís do Maranhão e de Sousa Fontes, barão de Loreto, barão e baronesa de Ivinheima, barão e baronesa de Javari, barão de Macaúbas, barão e baronesa de Maia Monteiro, conselheiro de Estado Ordinário senador João Alfredo Correia de Oliveira, conselheiro Tito de Matos, presidente do Maranhão; senador Correia, brigadeiro Clarindo, comendador Topin, dr. Muniz de Aragão, dr. Betim Pais Leme e esposa, dr. Silva Romero, diretor do hospital de São Sebastião; comendador Rodolfo Bernardelli, dr. Emígdio Vítório, diretor do Arsenal de Guerra e seu estado-maior; chefe de polícia da corte; conde de Santa Fé, bispo diocesano, e monsenhor cônego Eduardo Cristão, inspetor da Capela Imperial, monsenhor Brito, vigário-geral do bispado; dr. Fernando Mendes de Almeida, redator-chefe do *Diário do Comércio*, comandante e oficiais do *Almirante Cochrane*, representantes do Supremo Tribunal de Justiça e da relação e comissão do Instituto Histórico, composta dos srs. viscondes de Beaurepaire-Rohan e de Taunay; barão Homem de Melo, conselheiro de Estado Olegário Herculano de Aquino e Castro e Henrique Raffard.

Devemos notar que nessa festa íntima houve participação do povo, demonstrando enternecedora e festiva alegria em saudar aqueles que eram verdadeiramente grandes, não porque estivessem no poder, mas porque sabiam dar brilhante exemplo de acrisoladas virtudes.

Às três horas da tarde chegaram SS. MM. Imperiais, que ali se demoraram e jantaram. O imperador presenteou o seu augusto neto, príncipe do Grão-Pará, com uma rica lapiseira de ouro.

A imperial e venerável Ordem Terceira de N. S. do Carmo entregou a S. M. a Imperatriz, para dignar-se oferecer

a seu neto, o diploma de irmão terceiro daquela benemérita ordem.

Das três até às seis horas foi franqueada a visita dos representantes da imprensa à galeria do palácio onde estavam expostos os mimos oferecidos a SS. AA.:

Um serviço completo de prata para toalete, dentro de uma caixa de marroquim, oferta de SS. MM. Imperiais.

Uma linda peça para centro de mesa, toda de prata e cristal, trabalhada caprichosamente, constando de uma coluna rematada em um festão de prata lavrada, tendo conchas cinzeladas com finura e próprias para frutas e doces, acompanhada de um ramo de flores de prata, oferecida pela Associação Comercial. Esse presente estivera exposto na joalheria Luís de Rezende. Na base da rica peça de prata havia, de um lado, a inscrição: “A Suas Altezas a sereníssima princesa imperial senhora condessa d’Eu e seu augusto consorte o senhor conde d’Eu. Preito de respeitosa dedicação da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Em 15 de outubro de 1889”. Do outro lado, um escudo com as armas das casas de Suas Altezas.

Encimando o riquíssimo centro de mesa, completando-lhe a elegância e o valor artístico, achava-se um magnífico buquê de flores, também de prata, trabalho paciente e primoroso de um artista habilíssimo, Pedro Antônio da Costa, que trabalhava no delicado mister de florista de prata, com extraordinária correção e beleza, não tendo deixado, na especialidade, nenhum substituto.

Um cartão de prata fosca, medindo, mais ou menos 20 cm de comprimento sobre 10 de largura, tendo um magnífico brilhante, oferecido pela Guarda Nacional da corte, apresentando abaixo da gravura das armas imperiais a dedicatória: “À Sua Alteza a princesa imperial e seu benemérito consorte o sr. conde d’Eu, marechal do Exército, homenagem da mais inquebrantável lealdade da Guarda Nacional da corte. 15 de outubro de 1889”.

Um par de vasos de bronze, japoneses, oferta do príncipe dom Pedro Augusto.

Um crucifixo de prata.

Um riquíssimo candelabro de prata maciça, com 1,35m de altura, nove braços para velas, pesando cerca



Medalhão de prata, fundo em cera perdida e cinzelada, com os bustos conjugados de Gastão de Orleans e Isabel de Bragança. Trabalho assinado e datado: – “R. Bernardelli – 1889”, executado por ocasião das comemorações das bodas de prata de SS. AA., a 15 de outubro de 1889. Reprodução do original pertencente ao autor deste trabalho.

de 10 quilos, oferecido por um grupo de senhoras: viscondessa da Penha, viscondessa de Ubá, condessa de Mota Maia, Maria Balbina da Fonseca Costa Calógeras, baronesa de Loreto, Maria Argemira de Paranaguá Moniz, Maria Eufrásia Marques Lisboa, marquesa de Itamarati, Maria Emília Mayrink, Clara M. Mayrink Rebelo, Maria José Paranhos Mayrink, baronesa de Ipanema, Maria Guilhermina Bernardes Raythe, baronesa de São Joaquim, viscondessa de Fonseca Costa, baronesa de Suruí, condessa da Estrela (Cecília), Elisa Guimarães da Silva Costa, Alice Yeats, baronesa de Inoã, Maria Francisca Marinho, viscondessa de Alvarenga, Maria Luísa Roque de Pinho, viscondessa de São Francisco, Clara Nothmann, Maria Pinheiro Gracie, J. R. Le Cocq d'Oliveira e baronesa de Muritiba. Acompanhava o presente uma pasta de couro, tendo no fecho um laço de prata, com as datas de 15 de outubro de 1864 e 1889, além das armas imperiais. A pasta encerrava uma saudação firmada pelas senhoras ofertantes.

Um caixa de prata, para pó-de-arroz e uma cesta também de prata, oferta do barão e baronesa de Muritiba.

Uma tela emoldurada, com o retrato em corpo inteiro do rei Luís Felipe, oferecida pelo duque de Nemours, pai do conde d'Eu.

Duas cestas de prata, oferecidas pela baronesa de Javari.

Um par de jarras de prata, em rico estojo, oferta do barão do Catete.

Uma caixa de prata, para pó-de-arroz, oferecida pela condessa da Estrela, viúva.

Um aparelho de prata maciça, composto de quatro peças, para escritório, oferta das filhas do visconde da Penha; um medalhão de ônix, tendo em relevo de prata os bustos dos príncipes do Grão-Pará e dom Luís.

Um medalhão de prata, com os bustos do conde e condessa d'Eu e dois modelos, em prata, dos lábios e uma orelha de Sua Alteza a princesa imperial, trabalhos de escultura, oferecidos por Rodolfo Bernardeli.

Uma cesta de prata e um porta-flores de prata oxidada, oferta de Joseph White.

Uma jarra de prata tendo um ramo de cravos e violetas naturais, oferta da esposa do conselheiro Raythe.

Uma cesta de violetas naturais, oferta de dona Clara Nothmann.
Uma cafeteira de prata, oferecida pela baronesa de Ipanema.
Um vaso de prata, oferecido pela condessa de Carapebus;
Uma cesta de prata, porta-cartões, oferecida por dona Francisca Tourinho.

Uma estatueta de bronze, *Molière enfant*, oferecida por Mr. e Mme. Schreiner e comendador Marcelino Schreiner.

Uma rica almofada para sofá, oferecida pela baronesa do Rio Apa.

Uma rica estante de madeira com embutidos de cristal para música, por dona Maria Eufrásia Marques Lisboa; nessa estante viam-se folhas de árvore onde se liam datas e números dos decretos assinados pela princesa nas suas regências.

Uma xícara de prata, do barão de Capanema.

Com o aniversário do consórcio de SS. AA. Imperiais registrou-se um ato de louvável filantropia: o comendador Antônio José Gomes Brandão, indo cumprimentar SS. AA. Imperiais, em nome da administração do Banco Colonizador e Agrícola, do qual era presidente, ofereceu a quantia de 10:000\$000 em ações integralizadas do mesmo estabelecimento de crédito, para ser aplicada em donativos a institutos designados pela augusta família.

SS. MM. indicaram a Associação Propagadora das Belas-Artes e SS. AA. a Associação Protetora da Infância Desvalida.

Ao receberem o donativo, as diretoras da Sociedade Propagadora das Belas-Artes e do Liceu de Artes e Ofícios resolveram que do rendimento dessas 25 ações fossem retirados anualmente 200\$ para constituírem dois prêmios de 100\$ com a denominação de *Bodas de Prata, Conde Condessa d'Eu*, prêmios que, lembrando sempre este fato, seriam conferidos ao aluno ou à aluna que, freqüentando as aulas de desenho de ornatos, tivessem maior aplicação.

Resolveram mais que se lavrasse um termo histórico da origem do donativo e da criação dos prêmios para ser afixado em duplicata nas aulas referidas.

Baile no Cassino Fluminense

Realizou-se nos salões do Cassino Fluminense, na noite de 15 de outubro de 1889, o baile oferecido pelo comércio da corte, em comemoração ao regresso do conde d'Eu, das províncias do Norte. Por um requinte de gentileza de seus promotores, o baile realizou-se na data em que os ilustres príncipes comemoravam suas bodas de prata ¹.

Suas Majestades Altezas Imperiais e Sua Alteza o príncipe d. Pedro Augusto chegaram pouco antes das 10 horas à sede do tradicional cassino, requintadíssimo de tradições, em cujo ambiente haviam perpassado todas as figuras do reinado de Pedro II, os diplomatas estrangeiros acreditados no Império, os visitantes ilustres, pois aquela casa outra coisa não fora senão o salão de visitas da corte, quando ainda não sonhávamos com os cassinos de outra espécie...

1. A convite do visconde de São Francisco, reuniram-se, a 15 de agosto, em uma das salas do Banco do Brasil, os srs. marquês de Paranaguá, visconde de Muritiba, conselheiro de Estado José da Silva Costa, barões do Catete, Paraná, Lagoa, Alto-Mearim, Ipanema, Andaraí e Quartim, conselheiro Francisco de Paula Mayrink, comendador Malvino da Silva Reis, Agostinho Maria Correia de Sá, Antônio Ferreira da Silva, João da Silva Monteiro, Hermano Joppert, Tobias Lauriano Ferreira de Melo, José Pinto de Oliveira, José Luís Fernandes Vilela, Antônio Ferreira da Silva, João da Silva Monteiro, Antônio Teixeira, Antônio José Gomes Brandão, Antônio Pinto de Miranda, Henrique Leuba, Alberto Tootal, Antônio Gomes Vieira de Castro Sobrinho, Francisco Joaquim de Castro, Alberto da Fonseca Guimarães, e José Mendes de Oliveira Castro.

O visconde de São Francisco, presidindo a reunião, declarou que convidara os presentes para consultá-los se concordavam com uma manifestação ao conde d'Eu no seu regresso das províncias do Norte, acrescentando que os importantes serviços prestados por Sua Alteza ao país justificavam plenamente essa manifestação.

Concordaram todos que se fizesse a manifestação, deliberando que um vapor fosse esperar Sua Alteza fora da barra, e que se lhe oferecesse, a seguir, um grande baile no Cassino Fluminense.

O comendador José Mendes de Oliveira Castro propôs a seguinte comissão para organizar os festejos: visconde de São Francisco, barões do Catete, Andaraí, Javari, Quartim, Rio Apa, Paraná e Alto-Mearim e os senhores Henrique Leuba, Alberto Tootal, Oto Warstoff, Joaquim Rodrigues Ferreira, conselheiro Carneiro da Rocha, comendadores Correia de Sá e Malvino Reis.

Os senhores Teodoro Duvivier e barão do Rio Apa desculpam-se em cartas, por não terem comparecido, aderindo, porém, às resoluções que fossem tomadas. O conde de Carapebus, do mesmo modo, justificou o seu não comparecimento.

Cf. o *Jornal do Comércio* de 15 de agosto de 1889.

Cerca de 800 pessoas, salvo melhor cálculo, estiveram presentes, notando-se quase todo o corpo diplomático, ministério, oficiais de mar e terra, oficiais da Guarda Nacional, banqueiros e jornalistas.

Os oficiais do couraçado chileno *Almirante Cochrane* compareceram, conjuntamente o ministro plenipotenciário do Chile e seus secretários. Também estiveram presentes os oficiais do cruzador francês *Le Sané*.

Sua Alteza a princesa imperial trajava um belo vestido *broché* de seda azul-celeste com guarnição magnífica de rendas brancas de Malines, ornando-lhe o colo riquíssimo colar de brilhantes e enfeitando-lhe os cabelos uma pluma azul com brilhantes; S. M. a Imperatriz trajava vestido de seda cor de chumbo e S. M. o Imperador o grande uniforme de almirante; os srs. conde d'Eu e d. Pedro Augusto trajavam casacas.

Da família imperial, somente o príncipe dom Pedro Augusto dançou, sendo seu par, na primeira quadrilha, a esposa do encarregado dos Negócios da França.

S. M. o Imperador, o conde d'Eu, o príncipe dom Pedro Augusto, tão depressa estavam neste como naquele lado da sala e não houve quem não lhes agradecesse uma afabilidade. No intervalo das danças enchia-se o *buffet* e o *fumoir*; fervia o champanhe nas taças e as ondas azuladas dos havanas subiam tenuamente entre as folhagens das palmeiras decorativas. As galerias, o salão, as diversas salas e os terraços laterais, estavam repletos. Destacava-se na multidão o colorido das sedas, os veludos, as casacas pretas e as fardas douradas – entre as quais as de Cavaleiros de São Maurício, da diplomacia, dos ministros e generais, dos fidalgos da Casa Imperial, da oficialidade da Marinha francesa e chilena, dos nossos oficiais de mar e terra e da Guarda Nacional.

Senhoras da mais elevada sociedade animavam as novas quadrilhas, com marcas graciosíssimas e arrebatadoras figurações, ou em valsas de Boston, com seus volteios rápidos e constantes, no dizer das crônicas do tempo.

A família imperial retirou-se pouco depois de uma hora da noite, após o chá.

BAILE OFFERECIDO

A
D.
A.
D.
i.
C.
o.
n.
d.
e
d'
E.
u

NO

CASSINO FLUMINENSE

15 de Outubro de 1889

Carnet do baile oferecido ao conde d'Eu 15/10/1889.
(Coleção do Museu Imperial)

O serviço do *buffet*, fornecido pela Confeitaria Castelões, não poderia ser melhor, quer quanto à variedade, quer quanto à presteza com que foi executado ¹.

Dentre as belíssimas *toilettes* das senhoras que compareceram àquela última festa imperial no cassino, foi-nos possível reconstituir as seguintes, feitas pelas casas de M^{me}. Borges (Welleincamp), M^{me}. Guimarães e Palais Royal, segundo a *Gazeta de Notícias*:

BARONESA DE MURITIBA: *toilette* em *moiré* francesa branca, com guarnição de aplicação da Inglaterra.

BARONESA DE LORETO: *toilette* em *royal broché ivoire*, guarnecida de rendas da Inglaterra.

BARONESA DE VILA VELHA: *toilette* em *broché bouton d'or*, guarnecido com *panneaux* de rendas *Duchesse* e flores *bouton d'or* e cardinal.

MARIA BITTENCOURT: *toilette* em *broché mauve ivoire*, guarnecidas de rendas da Inglaterra e flores feitas para a *toilette*.

1. *Bufê*: Orgeat, Orangeade, Grenadine, Punch au Rhum, Boi au champagne, Vins fins, Bières assorties, Eau de Seltz, Liqueur, Cognacs, Biscuits fins, Gateau Victoria, Petits fours, Assiettes montées, Gâteau manioca, Sandwichs variés, Petits pains à la parisienne.

Service du salon: Thé vert et noir au lait, Pain grillé, Venise et Petropolis, Pain de la Mecque, Gâteau de Savoie, Petits fours secs, Glaces moulés crème et fruits, Matonelles à la napolitaine, Gaufres à la vanille, Punch à la Russe et à la Romaine, Biscuits au champagne.

Souper Volant: Sandwichs variés, Horlys de filets de merlan à l'italienne, Huîtres à la Villeroy, Petits patés aux anchois, Cramesquis de crevettes, Rissoles à la Pompadour, Maravilhas de saumon, Bouchées à la Reine, Croquettes de lapereau, Escalopes de perdreaux, Attereaux de foie de canard, Canetons de volailles truffées, Petits aspic de foie gras, Chauffroix de gibier, Petits vertes de gelée aux fruits, Bavaroise au marasquin.

Sur les Buffets: Canja à la brésilienne et consomné, Filets de poissons à la Tartare, Langue à la bohémienne, Salade de saumon à la russe, Galantine de macuco, Langue écarlate à la gelée, Jambon d'York, Dindons truffés et à la brésilienne. Chocolat à la crème, Biscuits à la culière, Pain d'araruta, Cosaques assortis.

Vins: Madère, Xérès, Sauteine; Rhin, Bodeaux, Chamberlain, Porto Champagne frappé.

Souper: Canja à la brésilienne e consommé, Escalopes de merlan sauce Tartare, Cramesquis de crevettes, Maravilhas de saumon, Attereaux de foie de canard, Canetons de volailles truffées, Petits aspic de foie gras, Chauffroix de gibier, Salade de saumon à la russe, Galantine de macuco à la Périgord, Langue écarlate à la gelée, Jambon d'York, Dindon truffé et à la brésilienne, Petits vertes de gelée aux fruits, Bavaroise au marasquin.

Dessert: Thé vert et chocolat à la crème.

Vins: Xérès, Madère, Porto, Bordeaux, Bourgogne, Rhum, Champagne.

D. MARIA ANTONIETA SALDANHADA GAMA: *toilette* em *royal unis et brocard rose du roi*.

D. MERCEDES BASTOS: *toilette* de finíssima gaze branca, guarnecida de violetas de Parma.

SRA. BEZZI: *toilette* de seda preta com rendas magníficas e guarnição de cravos vermelhos.

SRA. JANSEN: *toilette bouton d'or* com *tablier* bordado azul assentado às flores da guarnição.

D. EUGÊNIA DE LIMA E SILVA: *toilette en royal* e filó cor-de-rosa.

SRA. TEIXEIRA BASTOS: *toilette en peau de soie vertgris*, guarnecido de damassé de diversas nuances.

SRA. EDMOND LEUZINGER: vestido azul-claro em radzmir, guarnecido de rendas de Bruxelas e miosótis em cujos galhos havia pássaros e ninhos.

D. CONSTANÇA JUNQUEIRA: *toilette en moire*, francesa, preta, guarnecido de filó preto bordado a ouro.

D. RITA JUNQUEIRA: *toilette en surah* rosa pálido com guarnição de rendas brancas.

SRA. MELO REIS: *toilette en grénadine* preta com alto bordado preto de vidrilhos, sobre *crêpe-lisse*.

D. ANA FRANÇA: *toilette en faille* preta, com guarnição de rendas e vidrilhos e flores *grenat*.

SRA. LACASE: *toilette e faille* cor-de-rosa, guarnecido de rendas *Chantilly* pretas e flores.

SRA. CHAVES: *toilette en tulle crême*, túnica em puro gênero grego.

D. ISAURA ROCHA: *toilette en armure* de seda preta, guarnecida de renda bordada de vidrilhos e franja de vidrilho e ouro, com guarnição de flores cremes.

SENHORITA BARROS: *toilette en damassé blanc*, *garnie de roses et glissines*.

SENHORITA ARAÚJO LIMA: *toilette en tulle crême*, *garnie de rubans et dentelles*.

SENHORITA EUGÊNIA COUTO: *toilette en foulard rose*, *garnie de crêpe rose*.

SRA. MARQUES DE SÁ: *toilette genre Empire, vertpâle, garnie d'or.*

BARONESA DE INOÃ: vestido de meia cauda, de *peau de soie* creme, frente de gaze de seda creme, bordada de espigas de trigo da mesma cor.

BARONESA DE MAIA MONTEIRO: vestido de *peau de soie* de cauda, *broché* cor de ouro, frente de filó de seda cor de ouro, e lágrimas de cristal cor de ouro.

BARONESA DE SOUZA LIMA: vestido de cauda de chamalote de seda creme, enfeitado de filó bordado de seda da mesma cor.

BARONESA DE IPANEMA: vestido de *peau de soie* verde de cauda, *broché vert et vieux-rose*, guarnecido de rendas pretas verdadeiras (de Chantilly).

CONDESSA DE MOREIRA LIMA: vestido de chamalote de seda egípcio azul celeste de cauda, enfeitado de filó de seda azul, recamado de cequins dourados.

D. ADELAIDE COSTA LIMA BRAGA: vestido de cauda de brocatel creme bordado a ouro, guarnecido de filó de ouro, arabesco e rendas douradas.

SRA. CATA PRETA: vestido de cauda de brocatel *vieux rose*, guarnecido de vidrilhos e plumas da mesma cor.

SENHORITA ANTONIETA PAULA RAMOS: vestido redondo de tricolore verde nilo, coberto de filó da mesma cor (fumê de pium), enfeitado de fitas cor-de-rosa e jacintos cor-de-rosa.

DONA TERESINHA SOUTO: vestido de *peau de soie*, cor-de-rosa, meia cauda, enfeitado de gaze de seda bordada cor-de-rosa.

DONA CONSTANÇA DE ALBUQUERQUE DINIZ: vestido de *peau de soie* azul-claro de cauda, coberto de rendas verdadeiras (ponto de Inglaterra).

SENHORITA MARIA RITA AZAMBUJA: vestido redondo de *surah* de seda branca, enfeitado de *crepe-lisse* branco, bordado de cor (à *Pompadour*), buquê de rosas no ombro e rosas com borboletas na cabeça.

SENHORITA JULIETA CARDOSO: vestido de *surah* branco, enfeitado de gaze de seda branca, bordado de seda frouxa e flores *liserons* azul-claro.

D. LAURINDA IPANEMA: vestido redondo de *Tonkin* cor-de-rosa enfeitado de fitas da mesma cor.

SRA. MENÉLIO PINTO: *riche toilette à traine en royal bleue et Pekin crème et rose tablier et manches en crêpe rose.*

SRA. RODRIGUES TEIXEIRA: *toilette à trame en faille rose pâle et guirlandes de roses vieux rose garnie de tulle pampillé d'or.*

SENHORITA MALLERS: *toilette vieu ble garnie de tulle genre empire grasse ruche dans le bas.*

SRA. FIGUEIREDO: *toilette en damassé et satin, mais garnie de dentelle blanche.*

SRA. LOUPE: vestido de *faille* cor de pêssego, enfeitado de filó branco bordado, corpinho e cauda de pelúcia verde-musgo.

SENHORITA CASTRO RABELO: um vestido redondo de *surah* verde nilo; enfeitado de crepe verde nilo, bordado de pérolas.

SRA. LOPO DINIZ CORDEIRO: um vestido de *faille* francesa, azul-claro, enfeitado de vidrilhos e com cauda de pelúcia *mordoré*, forrada de azul-claro.

D. SOFIA MONTENEGRO: vestido de *faille* cor-de-rosa, enfeitado de rendas verdadeiras (de Bruxelas).

A orquestra, composta de 60 professores, executou variadíssimas peças, sob a regência do maestro Domingos Machado.

A comissão organizadora foi incansável com os convidados, cativando-os pela solicitude com que procurava tornar-lhes agradável a festa.

O baile terminou às 4 e meia horas da manhã.

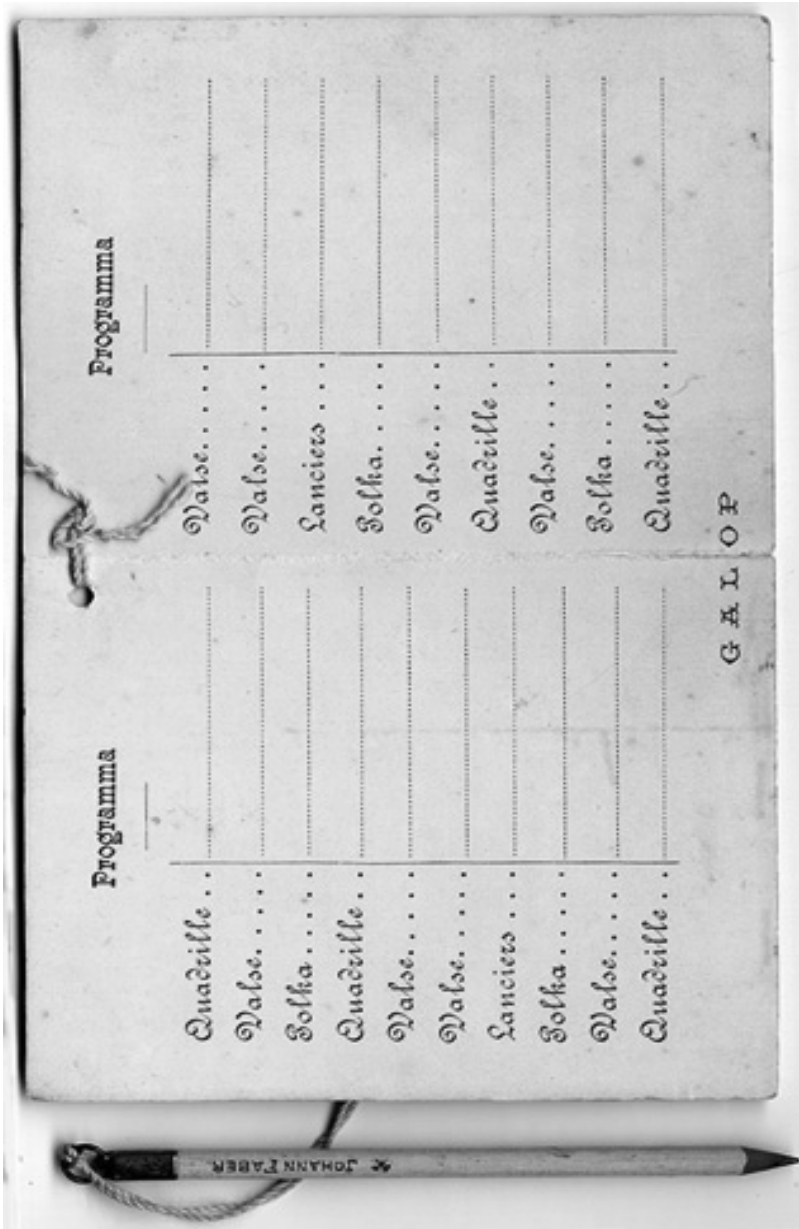
Damos abaixo a lista da grande maioria dos cavalheiros presentes à última festa dada sob o regime imperial no Cassino Fluminense, o salão de festas por onde passaram todos os políticos, a diplomacia, a magistratura, os titulares, toda a gente grande do Segundo Reinado, os estrangeiros ilustres, viajantes, *et magna concomitante caterva.*

Tenente-coronel Malvino da Silva Reis, Eduardo Montaldo Parlausini, Francisco X. G. Flores, dr. José Felix Barbosa de Oliveira, Domingos Lourenço Lacombe, Júlio Lacombe, dr. Joseph Fogliani, Wilhelm Weselins, Álvaro Cimon Bjerck, dr. Humberto de Saraiva Antunes, Francisco de Paula Palhares, Antônio Ferreira Bulleir, Pedro E. de Castro Araújo, I. V. Hall, dr. Ildefonso de Azevedo Dutra, comendador Antônio José Gomes Brandão, comendador Alberto Emílio Rodolfo Nielsen, Augusto Pessoa Machado, alferes Oscar de Souza Fontes, Richard G. Shearer, Deocleciano da Costa Dória, George Hugh Wyndhan, barão Giulio de Biase, conde Leefried, dr. Joaquim Timóteo de Araújo Neto, dr. Jorge de Azevedo, Segundo Leeson; Alexandre Gasparoni, barão de Sobral, comendador Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, dr. Joaquim Quintanilha Neto Machado, Evaristo Juliano de Sá, comendador Guilherme Porio, capitão-de-fragata Eliezer Coutinho Tavares, Olímpio Loup, Alexandre Garcia, Paulo Furquim de Almeida, Luís Gomes Pereira Filho, Anselmo de Azevedo Fernandes, dr. Augusto Serafino da Silva, F. L. Schivind, Teotônio D. Regadas, Lúcio Machado de Freitas, Brett Argh, comendador André Gonçalves de Oliveira, Luís Gex, capitão dr. João Vieira da Cunha Guimarães, Emílio Gruhn, dr. Camera, Pedro Lazarini, Morik Schantz, dr. Fairbain, dr. Américo de Moura Marcondes, Gudin, Pedro Aguinaga, alferes Quirino da Rocha Araújo, dr. Pederneiras, Waldemar Krah, comendador Albino da Costa Lima Braga, Manuel Pereira Fernandes Bravo Filho, dr. Augusto Brant Pais Leme, Max Nothmann, Edward Haynes, dr. Antônio Buarque de Lima, Bernardo do Amaral Savaget, desembargador Antônio Buarque Lima, Elkin Hime, Francisco de Sales, conselheiro Carlos Augusto de Carvalho, dr. João Batista Pereira, dr. João Urbano de Carvalho, barão de Sampaio Viana, dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque, alferes Eduardo Franklin de Sá, conde de Dronhoff (barão de Kraft), José Hermida Pazos, dr. Jorge Frederico Moller, dr. Fábio Ramos, F. P. Adams, tenente Fernando Marques de Castro, Maurício Henschel, conselheiro Francisco Caminhoá, conselheiro Ângelo Tomaz do Amaral, conselheiro José da Silva Costa, Foetterle, Custódio Olívio de Freitas Ferraz, dr. Viriato Belfort Duarte, comendador José Pinto de Oliveira, Henrique Martins Pinheiro, Car-

los Martins Pinheiro, dr. Antônio Francisco Velho Filho, Antônio Joaquim Bernardes Júnior, dr. Manuel Pinto Ribeiro de Carvalho, barão de Javari, conselheiro dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier de Azevedo, dr. Damaso de Albuquerque Diniz, dr. Miguel Arcanjo de Paula Lima, barão de Loreto, capitão Joaquim Antônio Rodrigues, capitão Enéias Augusto Nóbrega de Pontes, dr. Manuel Peixoto Cursino do Amarante, dr. Luís Schreiner, dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu, dr. Alexandre Cardoso Fontes, Luís de Mendonça, capitão Luís de Oliveira e Souza, D. R. Dickson, Alfredo Santos, dr. Virgílio Ramos Gordilho, conselheiro Manoel José Espínola, S. Popper, dr. Luís Henrique Pereira Campos, Edmundo Leuzinger, Joaquim Vieira de Souza, dr. José Maria da Conceição Júnior, comendador Eduardo Pellew Wilson Júnior, comendador Achilles Fribourg, J. Gordon, Brauss, Shephard, comendador Bernardeli, coronel João Alfredo de Ataíde, Patrício da Câmara Lima, Luís Ramos Carneiro da Rocha, tenente Guilherme Alves da Silva Porto, Mansell Lefreve, comendador Gaspar da Silva, Eduardo Romaguera, dr. Honório Teixeira Coimbra, Joaquim Delgado de Carvalho, Artur Watson, Alfredo Romaguera, alferes Anioni Luís de Vincenzi, João de Souza Gomes Neto, Oscar Leers, comendador Efigênio Tourinho, conde de Carapebus, Alberto Porto, dr. João Pedreira de Couto Ferraz, Joaquim Pinheiro Guimarães, comendador Manoel Francisco Correia, dr. Luís de Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, major Gomes, dr. Frouget, Frederico Stoll, barão de Mendes Tota, Eduardo George E. Hime, Gabriel Francisco de M. Junqueira Filho, dr. Possidônio de Carvalho Moreira, Manuel Joaquim de Sá, George Sanville, capitão Torquato José da Costa e Silva, major Manuel de Freitas Novais, major José Vítor Mendes Pereira, H. Krogn, Manuel Guimarães, barão de Itapagipe, tenente-coronel Artur José Goulart, J. César de Andrade Duque-Estrada Júnior, comendador José White, conselheiro Manuel da Silva Mafra, comendador Bernardino José Borges, Henry Leubá, dr. Augusto V. Alves Sacramento Blake, Antônio José Marques de Abreu Júnior, dr. Carlos Sampaio, dr. Frederico Smith de Vasconcelos, Machado de Assis, comendador Antônio de Calasans Raythe, Fernando Antônio Pinto de Miranda, Alberto Passos Reeves, José Clemente da Costa, comendador Cláudio José da Silva, dr. Manuel

Monteiro de Barros, conselheiro Lucas A. O. Cata Preta, capitão Carlos José Ribeiro Braga, comendador José Joaquim da França Júnior, barão de Quartim, dr. Tobias Morezzi, James Buthom Whitehead, dr. José M. da Silva Velho, dr. Seve Navarro, comendador Joaquim de Matos Faro, visconde de Joselym, Christiano Hercksher, Luís Pereira de Campos, dr. Fano Cumplido Júnior, Alfredo de Mayer, dr. Bueno do Prado, Eduardo Alfredo de Oliveira, conselheiro José Francisco Diana, Carlos de Saldanha da Gama, visconde de Souza Fontes, comendador Ângelo Elói da Câmara, Henrique Romaguera, dr. Edmundo de Oliveira, dr. João Batista Augusto Marques, M. Serzedelo, visconde de Taunay, dr. Francisco Machado Bittencourt, dr. Augusto Cochrane de Alencar, Henrique da Silva Souza Liberal, coronel Carlos José da Costa Pimentel, tenente-coronel Frederico Fontoura, dr. José Macedo de Castro Rebelo, Joaquim Gonçalves de Araújo, dr. José Gonçalves de Araújo, Eugênio Emílio Ratlard, dr. Menélio Pinto, Henrique B. M. Magalhães Mendonça, comendador Antônio Nunes Pires, Lucrécio Fernandes de Oliveira, comendador José Duarte Rodrigues, dr. Carlos Buarque de Macedo, comendador Caetano Pinheiro da Fonseca, capitão Alexandre Dyott, Augusto Hime, d. Amélia Sá Barros e Vasconcelos, Álvaro Minier de Souza, tenente Ernesto Augusto de Sena Pereira, A. C. Souza Brito, d. Eumênia Harper, tenente-coronel Manuel Joaquim Borges de Lima, d. Luísa Sales Pinto, alferes Carlos Alberto Garcez Palha, tenente Leopoldo da Câmara Lima Júnior, comendador Caetano Pinto, capitão Aristides Tavares, dr. J. Gonçalves Guillon, dr. José Carapebus, José Bloem, general dr. Antônio José do Amaral, dr. Alfredo Rocha, capitão João Augusto de Macedo Pais Leme, Rodolfo José Crone, Ritchie, dr. José Maria Conceição Júnior, dr. Marciano Gonçalves da Rocha, Arlindo de Souza Gomes, Virgílio de Oliveira, comendador José Correia de Aguiar, alferes Alberto Moreira, comendador C. W. Gross, tenente Alexandre Mendes da Costa, barão de Santa Margarida, dr. Torquato José Fernandes Couto, Alberto J. P. Hargreaves, comendador Napoleão de Azevedo, dr. Antônio de Paula Ramos, dr. Júlio da Silva Maia, comendador Simões de Sampaio Leite, comendador Bouile, dr. Manuel do N. Alves Linhares, J. A. Giros, Kennedy, barão do Rio Apa, dr. Joaquim José da França Júnior, co-

mendador Adriano José de Melo, dr. Luís Ribeiro de Souza Fontes, dr. Júlio Paranaguá, Henrique Faria, viscondessa de Santa Isabel, Henrique Chaves, comendador Belarmino Brasiliense Pessoa de Melo, conde de Moreira Lima, Bernardo Veloso, dr. Paulo de Frontin, dr. Ricardo Paranaguá, comendador Riva, conde Welserheimb, dr. Camilo Pereira, Álvaro de Sá, vice-almirante Elisiário José Barbosa, dr. Heitor Bastos Cordeiro, dr. J. de Barros Barreto, Alfredo Luís Pereira da Silva, dr. Alberto Maia, conselheiro Rodrigo Antônio de Lamare, Berhan Rochfort, Jeremias A. Adanges, Francisco B. M. Tupin, dr. Silva Ramos, Oscar do Rego Macedo, dr. Hilário Soares de Gouveia, dr. Luís Teixeira de Barros Júnior, dr. Camilo da Cunha Figueiredo, dr. Antônio Joaquim de Magalhães Castro, dr. Luís Betim Pais Leme, dr. Paulo José Pereira de Almeida Torres, comandante Policarpo de Barros, dr. Afonso Celso de Assis Figueiredo, James Mathew, Mário de Magalhães Castro, comendador Tobias Lauriano Figueira de Melo, barão de Muritiba, dr. J. Botelho Benjamin, d. Blas Vidal, Henry Bryanthe, coronel Antônio Germano de Andrade Pinto, Jackson, dr. Francisco Marques de Araújo Góis, dr. Antônio de Paula Freitas, Carlos Brandon, Joaquim Dias dos Santos, José Rudge, Alberto Sertório, Pierre Bogdnoff, José Cândido Duarte, Alfredo A. de Almeida, Alberto Coelho de Oliveira, comendador V. Cernichiaro, dr. Antônio Cardoso de Menezes, alferes Edmundo Bugger Pinto, G. Gudgeon, baronesa de Suruí, Rodolfo Ernesto de Abreu, alferes Oscar Vítor Masson, R. Norton, U. R. Brodie, tenente Joaquim Catrambi, D. A. Frederico Vanderramo, José Silveira Neto, Harold Hime, dr. Carlos Ferreira França, Jorge Ramos, Carlos de Freitas Sá, Alfredo Brusck, Massey, Stacey, dr. Joaquim José da Fonseca Júnior, E. P. Lacaze, José Vicente de Oliveira, dr. Manvilorosth, M. Bryan, tenente-coronel Cândido Alves da Silva Porto, tenente Horácio Ramos Machado, comendador Francisco Satamine, tenente Jorge Schimdt, alferes João Batista Ferraz de Campos, Wittold de Skorzevski, Louis de Coppet, Álvaro Condé, alferes Domingos Moniz Bernardes, Samuel Gracie, tenente-coronel Leite de Castro, dr. Antônio Roxo Marques Rodrigues, barão de Maia Monteiro, Brandon, José A. F. da Costa, Carlos Keyes, dr. Wilson B. Keyes, dr. Sebastião Saldanha da Gama, Carlos Tross, Augusto de Oliveira



Programma

Valse
Valse
Lanciers
Solka
Valse
Quadrille
Valse
Solka
Quadrille

Programma

Quadrille
Valse
Solka
Quadrille
Valse
Valse
Lanciers
Solka
Valse
Quadrille

GALOP

Verso do carnet

Pinto, capitão Luís Pereira Machado, comendador Antônio Joaquim Carvalho Lima, Adains, dr. Artur Rocha, Pedro Maria Navarro, Alberto Gomes de Matos, dr. Luís da Rocha Dias, Luís Henrique Liberal, dr. A. Francisco de Assis Mascarenhas, dr. Lalommoher, Arsínio Niemeyer, conselheiro João Batista da Fonseca, conselheiro dr. João da Mata Machado, dr. Carlos Perdigão, desembargador Guilherme Coelho Cintra, Luís Pereira, tenente-coronel Valério Correia Neto, Alberto Taylor Maxwell, comendador Luís Rodrigues de Oliveira, conselheiro Domingos de Araújo e Silva, dr. Hans Heilborn, Lucim Lambert, comendador Jorge Naylor, Jacome Nicolau de Vincensi, Ajax Lobo, John Ridgway, dr. Anselmo Nogueira, barão de Ivinheima, capitão João da Silva Torres, Heinrich Rudingez, dr. Rozendo Barreto, Herman Kolkühl, alferes Rodrigues de Carvalho Júnior, Ventz, capitão F. Câmara, Roberts, Joaquim Xavier Coelho Bittencourt, Manuel Lima e Silva, A. R. Shalders, A. M. Gull, dr. João Lins Cavalcanti de Albuquerque, barão de Inoã, Carlos Niemeyer Soares, dr. Alberto Fialho, Braz Nogueira da Gama, João L. Teixeira Bastos, Germano de Barros, dr. João Dantas, dr. B. Vieira de Melo, tenente Amâncio Raimundo Machado, Antônio Delfim Simões da Silva, comendador Antônio da Costa Chaves Faria, Joseph Ridgway, dr. Honório Augusto Ribeiro, Alfredo Bastos, comendador Alexandre Afonso da Rocha Satamini, Donner, Resil Talham, comendador Frederico Palm, tenente-coronel Joaquim Rasgado, Coliner C. Le Moussunir, Alfredo Smith de Vasconcelos, capitão Bolivar José da Rocha, dr. Cândido Mendes de Almeida, capitão J. Pinheiro Medeiros de Carvalho, tenente Frederico Schmidt, conselheiro Tito Augusto Pereira de Matos, Adriano José de Melo Júnior, conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo, dr. Brasília da Silva Barama, conselheiro Luís José de Sampaio, barão de Sousa Lima, Augusto Quartim, Ernesto Lisboa, Alexandre Maxwell Taylor, Manuel José dos Santos, comendador Pedro Pinheiro Guimarães, dr. Roberto Jorge Haddock Lobo, conselheiro Estevão José da Silva, Antônio da Rocha Paranhos, dr. Lopo Diniz Cordeiro, Clemente da Silva, dr. Firmo de Albuquerque Diniz, dr. Antônio Gabriel de Paula Fonseca, dr. Joaquim de Siqueira, dr. Joaquim José Moreira Júnior, Henrique Brandão, conselheiro Eduardo de Andrade Pinto, dr. Francisco de Queiroz Matoso, capitão

Luís Pamplona Corte Real, tenente-coronel Luís Carlos da Costa Pimentel, dr. João Ferreirinha, tenente Eurico Pedroso Barreto de Albuquerque, John H. Lowndes, João Batista Lopes, José Cramer, dr. Francisco Teixeira Magalhães, Manuel da Rocha, Antônio Vaz Ferreira, dr. Francisco José de Oliveira Tosta, dr. Mário de Souza Ferreira, reverendo Mossley, Numa do Rego Macedo, Domingos Ribeiro, João Carlos de Melo, Lyatt, comendador Antônio Teixeira Rodrigues, Carlos Leal, alferes Carlos José Bailly, conselheiro João Marcelino de Souza Gonzaga, dr. Oscar Pederneiras, Raffard, dr. João do Rego Barros, dr. Manuel Inácio Gonzaga, Estevão José Pires Ferrão Júnior, major Anselmo Rangel de Vasconcelos, comendador Manuel de Vasconcelos, Mme. Masset, Joaquim José de Cerqueira, dr. Antônio Teixeira da Silva, d. Francisca Roxo de Souza Pinto, dr. Antônio Jansen do Paço, dr. José Carlos Rodrigues, Frederich Hasselman, Robillard, dr. Francisco Freire de Figueira, Caetano Garcia, barão de Vila Velha, major dr. Carlos Nunes de Aguiar, Guilherme Philips, A. Stelle, Ritchara Sharard, comendador Carlos Gonçalves de Sá, dr. Augusto Álvares de Azevedo, dr. Valenzuela, capitão José Pereira de Barros Sobrinho, capitão José Francisco Masson, dr. Tomaz Wallace da Gama Cockrane, dr. Oscar Borghert, tenente Carlos Augusto Guilherme Arens, Alan Nathan, capitão João Antônio Henrique Arens, dr. Luís Gomes Pereira, dr. Francisco Baiano, tenente Joaquim Máximo Madureira de Sá, dr. Carlos Araújo Gondim, dr. Luís Ferreira de Abreu, conselheiro Manuel de Oliveira Fausto, alferes Armindo Pena Vieira, Henrique Simonard, comendador Diogo Andrew, d. Matilde Machado, d. Ana Favila, conselheiro Bento Luís de Oliveira Lisboa, conde de Estrela, major Joaquim Leandro Ribeiro, Artur Ferreira, Ladislau Neto Filho, capitão Afonso Lima Pereira da Silva, dr. José de Calazans Rodrigues de Andrade, Augusto Faria, capitão Bernardino Antônio da Silva Cardoso, comendador Joaquim Antônio de Souza Ribeiro, Sidney Simonsen, Giovanni Fogliani, alferes Cândido Monteiro Muniz, dr. Luís da Cunha Feijó e Osmund.

Ilustração litográfica,
colorida,
No
cardápio
da
festa
da
Ilha Fiscal



O baile da ilha Fiscal

Efetuu-se a 9 de novembro de 1889 com extraordinária pompa o baile oferecido no Palácio da Guarda-Moria, na ilha Fiscal, pelo presidente do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto, à officialidade do couraçado chileno *Almirante Cochrane*.

Excetuadas as visitas feitas pelo imperante e príncipes ao vaso de guerra chileno e o banquete oferecido à sua officialidade por dom Pedro Augusto, o baile da ilha Fiscal foi a mais solene manifestação official de apreço tributada ao governo do Chile pelo governo imperial, após as inúmeras demonstrações de simpatia prestadas à nação amiga, por todas as corporações e povo da capital do Império, durante o largo estágio do *Almirante Cochrane* na Guanabara.

A fim de realizar esse baile com tão grande e desusado brilho, o governo louvou-se no gosto artístico e solícitude de seus delegados, que se desempenharam galhardamente na organização da festa mais esplendorosa e memorável nos fastos da nossa majestosa baía de Guanabara.

Os encômios tributados ao conselheiro barão de Sampaio Viana, inspetor da alfândega e ao comendador Adolfo Fortunato Hasselmann, guarda-mor, organizadores do baile, ficam aquém do afã e dos prodígios de atividade que os dois cavalheiros realizaram.

Desde pela manhã daquele sábado famoso, os olhares interrogavam a tranqüilidade azul do céu, fitando-a amorosamente como numa íntima súplica, pedindo-lhe que ornasse a noite de estrelas, deixando para depois da festa as nuvens ameaçadoras, desfeitas na noite anterior em aguaceiro importuno. Veio, afinal, um sol amarelo de verão, constante e quente, acompanhando a marcha do dia que ia passando, promissoramente.

Às duas da tarde, ao começar o movimento dos bairros nobres, principiou a marcha das carruagens para a cidade e a enchente nos bondes – do gárrulo bando que vinha tratar das encomendas delicadas, protestando desconfiança da memória, das notas e principalmente do bom gosto dos pais e dos maridos. Crescia na rua do Ouvidor a onda multicolor dos vestidos e dos chapéus e muita gente perdeu nas transações feitas nesse dia, na Casa Wellicamp, na Casa Guimarães, no Palais Royal, na Casa Mercier, na Combacau, no Barbosa & Freitas, na Mme. Roche, no Formosinho, na Casa Doll, no Pinho, no Preço Fixo, na Notre Dame, no Schmidt e no Chesneaux – tudo quanto ganhou nas transações da rua da Alfândega.

Acabou mais cedo que de costume o movimento no Centro: era preciso voltar para casa, esperar pela modista e pelo cabeleireiro. Felizes os que conseguiram um cabeleireiro! Houve gente que, para tê-lo, fez penteado de baile às 9 horas da manhã; e para autenticar esta afirmativa, basta dizer que o habilíssimo Alfredo, da Casa Schmidt, saiu em tálburi às oito e meia da manhã e voltou para casa às dez da noite!

Nos barbeiros era igual o movimento: um pobre homem que quisesse simplesmente fazer a barba, tinha de esperar a vez, com a resignação de quem não podia protestar contra nada, até que se acabasse o trabalho dos ferros quentes na feitura das pastinhas com que a elegância masculina, dos dezoito aos vinte e poucos anos, se apresentava então, cheia de bazófia e de cosmético, na conquista dos salões, metida em colarinhos pontiagudos e desferindo olhares de galã através de binóculos sem grau ¹.

1. Ensaia-se este novo tipo de *chic* nacional, que veio dar em definitivo a sua nota entre 1890 e 1910 e por aí andava perambulando em quanta festa havia e aceitava dos alfaiates o ecletismo das *toilettes* que a civilização européia destinava a apresentações diferentes, consoante à natureza de cada uma delas. O apuro dessa elegância era o *veston* preto de gola inteira de seda: os felizes possuidores dessa jóia vestiam-na desde a manhã; faziam assim o passeio a cavalo, almoçavam, vinham à cidade em bonde ou em tálburi, iam aos jantares de cerimônia e aos bailes, mudando por especial favor durante o dia o colarinho e o punho que vestiam ao sair de casa. Não faziam questão da cor da camisa, pois a importação tinha inundado o mercado com os peitos e colarinhos com largos pingos vermelhos ou azuis e essa nova elegância atirava-se avidamente a eles. Nas *soirées* apareciam entre as abas negras da casa o peito de cor de uma camisa, envergonhada com o papel que estava fazendo, com o grande brilhante ou com as safiras ou esmeraldas enormes, circundadas de brilhantes, que ora serviam de botão para a camisa, ora para anel do dedo de um amigo, ou para formosa *bicha* de uma parenta rica.

O povo fazia uma verdadeira procissão, desde o Largo de São Francisco até o Largo do Paço, constantemente renovada pelos contingentes fornecidos pelos bondes de Botafogo, de Vila Isabel, de São Cristóvão, da praia Formosa, da Lapa e do Riachuelo, de todas as linhas enfim, porque cada uma das 500 mil pessoas do Rio de Janeiro que não teve um convite para o baile da ilha Fiscal, tornara-se um inimigo encarniçado, ou do barão de Sampaio Viana, ou do comendador Hasselmann.

No largo do Paço, mais de seiscentos carros engrossavam constantemente a massa de povo que procurava as barcas e enfileiravam-se, depois, até a rua da Misericórdia. Seis grandes arcos e dois candelabros de gás iluminavam a ponte flutuante e a estação, onde tocava uma banda de música.

Às capas riquíssimas de seda e arminho acotovelavam os sobretudos leves; as rendas das mantilhas mal ocultavam os penteados, de que escapavam fulgores de jóias rutilantes.

As luzes do gás tiravam milhares de chispas dos brilhantes preciosos e do ouro das fardas bordadas e caíam sobre os chapéus armados e bonés militares. Aí começava a formação dos grupos; onde, de repente, surgiu a princesa imperial, com magnífico vestido preto bordado a ouro, conversando com uma dama de sua casa. Perto, S. M. a Imperatriz, S. M. o Imperador, o conde d'Eu, o príncipe d. Pedro Augusto, os camaristas e veadores. Quatro senadores e dois oficiais de alta patente completavam esse grupo, olhado avidamente por muitos outros, em alguns dos quais bem se percebia a comoção dessa aproximação primeira.

A conversa geral protestava contra a demora da barca que não chegava. Para se distraírem, alguns cavalheiros contavam que o panorama que dali se destacava, era Veneza pura; outros falavam sobre a subscrição do Banco do Brasil; um lembrava que àquela hora, em São Paulo, Bartolomasi estava provavelmente na *première* do “Schiavo”, a fazer saudades de De Ana. Naquele espaço limitado havia pelo menos cem senhoras.

Na baía cruzavam de um lado e de outro, com lanternas pendentes, lanchas e bóias. A barca que se aproximava, com profusa iluminação de copos de cores, focos de luz vermelha e azul, centenas de lanternas enfileiradas lateralmente de

proa a popa, parecia uma ilha fantástica, flutuando docemente, abrindo caminho sobre águas prateadas, deixando um sulco fosforescente, uma deslumbrante esteira misteriosa.

Ao longo destacava-se, nos contornos mínimos, a figura gótica da ilha, com as esguias torres rompendo o espaço, com milhares de luzes, envolvida na gaze de um azul claríssimo, produzida pelos focos iluminativos assestados contra ela pelo *Almirante Cochrane* e pelos outros navios de guerra, notadamente o *Riachuelo* e o *Aquidabã*. A face que se divisava da ponte de embarque, era a lateral da ilha; a barca seguia nessa direção, fazia a volta e aproava para a frente, ficando então entre esta e o *Orion* (navio da alfândega), também iluminado.

À proporção que a gente se aproximava, o olhar, já afeito ao esplendor, começava a distinguir os menores detalhes da construção, as figuras movediças dos cavalheiros e das senhoras, cada lanterna, cada copo de cor, cada lâmpada elétrica. Era de um maravilhoso efeito o pavilhão da entrada, onde foram armadas inúmeras pequenas mesas, nas quais as taças de champanhe refletiam em tons caprichosos os milhares de luzes. No pavilhão da ceia, as duas mesas armadas em ferradura ostentavam o riquíssimo serviço da Casa Pascoal: nas cabeceiras do lado do mar, dois enormes pavões estendiam a aberta cauda multicolor, abrangendo o espaço dos seis primeiros talheres; seguiam-se alternadamente peças inteiras de caça e peixe, entre as quais ficavam enormes castelos armados em açúcar, de mais de metro de altura, em cujos torreões as bandeiras chilena e brasileira guardavam delicadíssimos bombons. Em frente a cada talher havia nove copos de diferentes feitios, três brancos e seis de cor. De espaço a espaço, erguia-se, ora uma jarra com flores, ora uma urna, ora um candelabro de prata. Mais de oitenta criados faziam o serviço nesta sala, cuja mesa custara o trabalho de quarenta e oito cozinheiros durante três dias consecutivos; os chefes do serviço estavam na pequena sala reservada à família imperial, ao lado e na qual o presidente do Conselho ergueu a saudação ao Chile.

Mais longe, no pátio, viam-se centenas de pessoas, umas passeando de um para outro lado, outras sentadas, umas saindo e outros entrando para os salões. Ouvia-se o som da

orquestra numerosa, tocando nos terraços laterais e através das janelas abertas, viam-se os pares que passavam no penoso exercício da dança, penoso naquela acumulação de gente. Efetivamente, nessa festa esplêndida, cuja magnificência esteve além de toda a previsão, apesar de ser um baile, a dança foi um incidente. Nos planos superiores pouca gente havia; alguns animaram-se a subir até o salão de honra.

Às oito horas da noite, no cais Pharoux, principalmente e em outro cais donde podia ser vista a ilha Fiscal, era extraordinária a aglomeração de curiosos, ávidos de apreciar os efeitos da iluminação e o transporte dos convidados para a esplendorosa festa.

A iluminação da ilha refletia-se sobre as águas em luzes multicores e o holofote do alto da torre, de uma intensidade de 60.000 velas, espadanava jorros de luz, batendo em cheio nos edifícios da praça Dom Pedro II, igreja do Carmo, Capela Imperial e embebiam-se na rua do Ouvidor, vistos até do largo de São Francisco de Paula. Realçava tudo isto a luz pálida da lua, que às vezes ofuscava-se entre densas nuvens para dar maior deslumbramento àquela cena.

Os couraçados brasileiros e o couraçado chileno cruzavam as luzes dos seus grandes focos elétricos, a iluminarem a baía.

Até a meia-noite a multidão foi sempre crescente, enchendo toda a linha do cais desde a doca do mercado até o Arsenal de Guerra.

Os convidados embarcavam no cais Pharoux, repleto de povo, iluminado e ornamentado, bem como a ponte *Ferry*, com os seus arcos e candelabros de gás de 19 bicos cada um e bosque artisticamente disposto, onde tocava durante o embarque dos convidados a banda de música do corpo policial do Rio de Janeiro em grande uniforme.

O transporte era feito pela barca *Primeira*, que fizera tantas viagens entre o Pharoux e a ilha, quantas foram precisas, iniciando o seu afã às oito e meia horas.

Foram tomadas todas as cautelas para o mais seguro e cômodo desembarque, com o auxílio de uma prancha móvel atapetada, de corrimões acolchoados e impelida por 12 marinheiros.

Em frente ao cais de desembarque destacava-se um lindo bosque; nas paredes do torreão, via-se de um lado um belo quadro alegórico, simbolizando a recepção do *Cochrane*, por ninfas e golfinhos saindo da Guanabara e oferecendo ramos de flores aos marinheiros chilenos. Do outro lado, um painel com episódio da história chilena.

O pavilhão da entrada

Corrido em quase toda a extensão do cais, era como que uma sucessão de pavilhões, em que as cores da bandeira chilena alternavam-se simetricamente, nas paredes e no teto.

Para o lado esquerdo, ao primeiro lance do palácio da guarda-moria, estava o pequeno salão destinado ao tocador das senhoras. Tudo o que havia de mais apurada elegância quer em relação aos móveis, quer em relação às alfaias, ali encontraram as gentis fluminenses.

Uma das portas dessa sala abria para os salões de baile.

No primeiro, as paredes sumiam-se sob os festões de flores naturais e palmas. No teto corriam festões de rosas artificiais, de onde refletiam grandes focos de luz elétrica. Ao alto, coroas de flores artificiais rematavam a ornamentação, por sobre troféus de bandeiras brasileiras e chilenas, entrelaçadas.

* * *

Mais um passo e entrava-se no segundo salão de dança. Na brancura das paredes sobressaíam em relevo duas grandes âncoras, uma toda de rosas, outra simulando aço polido, tendo uma flor a desabrochar em cada extremo.

A essa sala seguiam-se os dois grandes salões de dança. Sobre a porta da entrada de cada um, elevavam-se em magníficas cópias a óleo, os retratos dos almirantes *Cochrane* e *Grenfell*, de autoria do pintor *Artur Novak*. Entre as linhas perpendiculares de festões de flores, por sob as bandeiras chilenas e brasileiras entrelaçadas, refletindo a iluminação elétrica, altos espelhos de guarnição de pelúcia carmesim alinhavam-se paralelamente, ao longo da sala. O soalho desaparecia sob o finíssimo tapete vermelho. Portas e janelas ostentavam preciosas cortinas.

Na outra ala do palácio, três outros salões de dança estavam ornamentados da mesma forma, só divergindo na mobília.

Tanto nessa sala, como na outra, entre o segundo salão e o grande, achava-se armado um bufê especial.

* * *

Salão da ceia

Ao lado esquerdo do pavilhão de desembarque, no extremo da ilha, foram armadas duas mesas em forma de ferradura, conforme já vimos.

Em homenagem ao Chile, no lado direito do salão, em escudos das cores azul e encarnada, achavam-se inscritos os nomes dos presidentes e seus principais homens de letras e ciências, desde 1818; ao lado esquerdo, em escudos idênticos, os nomes dos navios da esquadra chilena. Destacava-se na ornamentação desse salão outros adornos com as cores chilenas e grande profusão de lâmpadas elétricas, além de muitos candelabros com velas.

A sala reservada à família imperial e em cujas portas havia muitas cortinas estava ricamente mobiliada, luxuosamente ornada e profusamente iluminada ¹.

1. A iluminação foi confiada à direção do senhor Léon Rodde, empregando o material pertencente à extinta empresa Força e Luz que conseguiu produzir força para 700 lâmpadas elétricas, alimentadas por três motores.

Um quarto motor, trabalhando independentemente dos três, produzia um foco de 60.000 velas, isto é, mais da metade da força projetada pelo motor da Torre Eiffel.

Projetava-se a luz sobre todas as direções, iluminando até grande distância, ora a baía, ora a cidade.

No interior do edifício era deslumbrante o efeito das pequenas lâmpadas colocadas em meio das flores que pendiam em festões.

Do mesmo senhor foi a iluminação *a giorno*, a cuja colocação presidiu arte e bom gosto.

Realizou-se a experiência da iluminação elétrica no edifício da Ilha Fiscal e das construções acessórias na noite de 15 de outubro. Ela foi inteiramente satisfatória e durante mais de duas horas não diminuiu um só instante. Estiveram presentes, então, os ministros da Fazenda e do Império, e entre outras pessoas os senhores Afonso Celso Júnior, conselheiro Sabóia, doutor Parreiras Horta, barão de Sampaio Viana, comendadores Hasselmann e Ferreira Sampaio, engenheiro Del Vecchio e Dr. Miranda Carvalho.

Fontes consultadas: *O País* e *Gazeta de Notícias*, de 17/10/1889.

Os coretos para as orquestras do baile foram levantados nos ângulos das duas alas do edifício e no terraço, transformado em bosque; tocou durante toda a noite a banda de música dos menores do Arsenal de Guerra.

Além destas salas, são dignas de citar a de *toilette* de S. M. a Imperatriz, com móveis alcatifados de vermelho e ouro, jardineiras japonesas cheias de ramos de violetas, flores que também juncavam o tapete; a do jogo, com oito mesas para voltarete; o salão nobre no primeiro andar, com as suas poltronas e tamboretas de ébano, foi simplesmente ornamentado de pavilhões chilenos e brasileiros, pendentas das colunas e iluminado a globos foscas de luz elétrica.

O transporte de convidados, em sua maioria, fez-se na barca *Primeira* e em lanchas da alfândega: aquela cruzava ao largo e estas navegavam pelo canal interior que, desde o Pharoux até a ilha, achava-se assinalado por uma linha curva formada de batelões iluminados a giorno.

Da meia-noite em diante, a barca partia de meia em meia hora, em demanda do cais Pharoux, conduzindo os convidados que ainda chegavam ou se retiravam.

A barca *Primeira*, fora ornada com pinturas e bandeiras das cores chilenas e brasileiras e iluminada a giorno. De cada bordo estendiam-se linhas de lampiões venezianos multicores de grande efeito, vendo-se as letras C e B engenhosamente arranjadas com pequenos copos de cores.

Interiormente estava alcatifada e iluminada com lanternas e candelabros. No centro havia sido preparado um único camarim, com grande candelabro de prata, para a família imperial.

* * *

Às oito horas principiaram a chegar os convidados, cujo número crescia a todo o instante.

A primeira leva de convidados aportou à ilha, conduzida pela barca *Primeira*. A impressão ao desembarcar foi de imensa surpresa. A ornamentação e iluminação da ilha, a giorno e as lâmpadas elétricas de vários sistemas eram sur-

preendentes ¹. Os convidados que chegaram pela última barca tiveram a mesma sensação porque o encantamento será de todos os tempos indescritível, quer pelo panorama delicioso da baía em noite clara, quer pela fascinação da ilha iluminada à luz elétrica, lanternas venezianas, copinhos de cores, realçando os penachos, os chapéus armados, os vestidos de baile, os brilhantes, as espadas, as pulseiras, os penteados, os decotes, o olhar das morenas e o porte airoso das louras...

Pouco antes de dez horas chegou à estação *Ferry* a família imperial. S. M. o Imperador fardado de almirante, o príncipe d. Pedro Augusto vestido de casaca, trazendo a grã-cruz do Cruzeiro.

SS. AA. a princesa imperial e seu esposo conde d'Eu, embarcaram às 10 e um quarto. S. A. trajava casaca.

Pouco antes haviam seguido para a ilha a oficialidade da Guarda Nacional da corte em grande gala, assim como os oficiais da Marinha e do Exército.

Os ministros que embarcaram primeiro foram os srs. conselheiro Cândido de Oliveira e barão de Ladário.

Abrigados por enormes toldos, nos terraços do norte, estavam dispostos vários bufês e do lado do oeste enormes mesas para a ceia, ornadas com suntuosidade. Internamente, bufês para senhoras e um separado, para a família imperial.

Todo o serviço foi da Casa Pascoal, dirigido pelos seus proprietários e servido por 150 empregados.

No alto da torre tocava a banda de música do Arsenal de Guerra e aos lados dos dois principais salões de dança, duas orquestras compostas dos melhores professores e dirigidas pelos profissionais Joaquim de Carvalho e José de Oliveira.

1. O serviço, fornecido pela Confeitaria Pascoal, foi dirigido pelos srs. Manoel Fernandes da Silva, Marcelino Fernandes Teixeira, Manoel Lopes de Carvalho e Bernardino Ferreira Cardoso, empregados e interessados daquela confeitaria.

Foi chefe dos copeiros, cujo número era de 150, o sr. Vicente Espaim. Serviram, além desses, durante a ceia, 60 trinchadores. Passaram pela copa 12.000 garrafas de vinho, licores, champanhe, cerveja, águas gasosas e minerais e outras bebidas; 12.000 sorvetes, 12.000 taças de ponche, 20 peças de açúcar para centro de mesa e 500 pratos de doces variados. Dirigiram todo o serviço da cozinha, onde trabalharam 40 cozinheiros e 50 ajudantes os srs. João Torres e José Pequeno. Serviram-se 18 pavões, 80 perus, 300 galinhas, 350 frangos, 30 fiambres, 10.000 sanduíches, 18.000 frituras, 1.000 peças de caça, 50 peixes, 100 línguas, 50 maioneses e 25 cabeças de porco recheadas.

SS. MM. Imperiais e Sua Alteza o príncipe d. Pedro Augusto chegaram às 10 horas e foram recebidos ao som do Hino Nacional, por uma comissão de senhoras, pelo presidente do Conselho de ministros, comendador Hasselmann, barão de Javari, conde de Figueiredo, comendador Rodrigues de Oliveira e outros.

Acompanhavam SS. MM. o conselheiro barão de Sampaio Viana, vários membros do ministério e inúmeras pessoas gradas.

SS. MM. foram encaminhados para o salão do lado sul, onde tomaram assento e onde já se achavam reunidos o sr. Vilamil, ministro da República do Chile, o segundo secretário da legação chilena, o conde (cônsul do Chile) e condessa da Estrela, vários membros do corpo diplomático estrangeiro, oficiais de mar e terra, senhoras e cavalheiros da mais alta sociedade fluminense.

O capitão-de-mar-e-guerra dom Constantino Bannen, comandante do *Almirante Cochrane* e mais oficiais do couraçado chileno, chegaram à ilha pouco depois de SS. MM. Imperiais, numa lancha a vapor.

Os oficiais do couraçado *Almirante Cochrane* foram recebidos pelo presidente do Conselho de Ministros, barão de Sampaio Viana, comendador Hasselmann e Estado-Maior da Guarda Nacional.

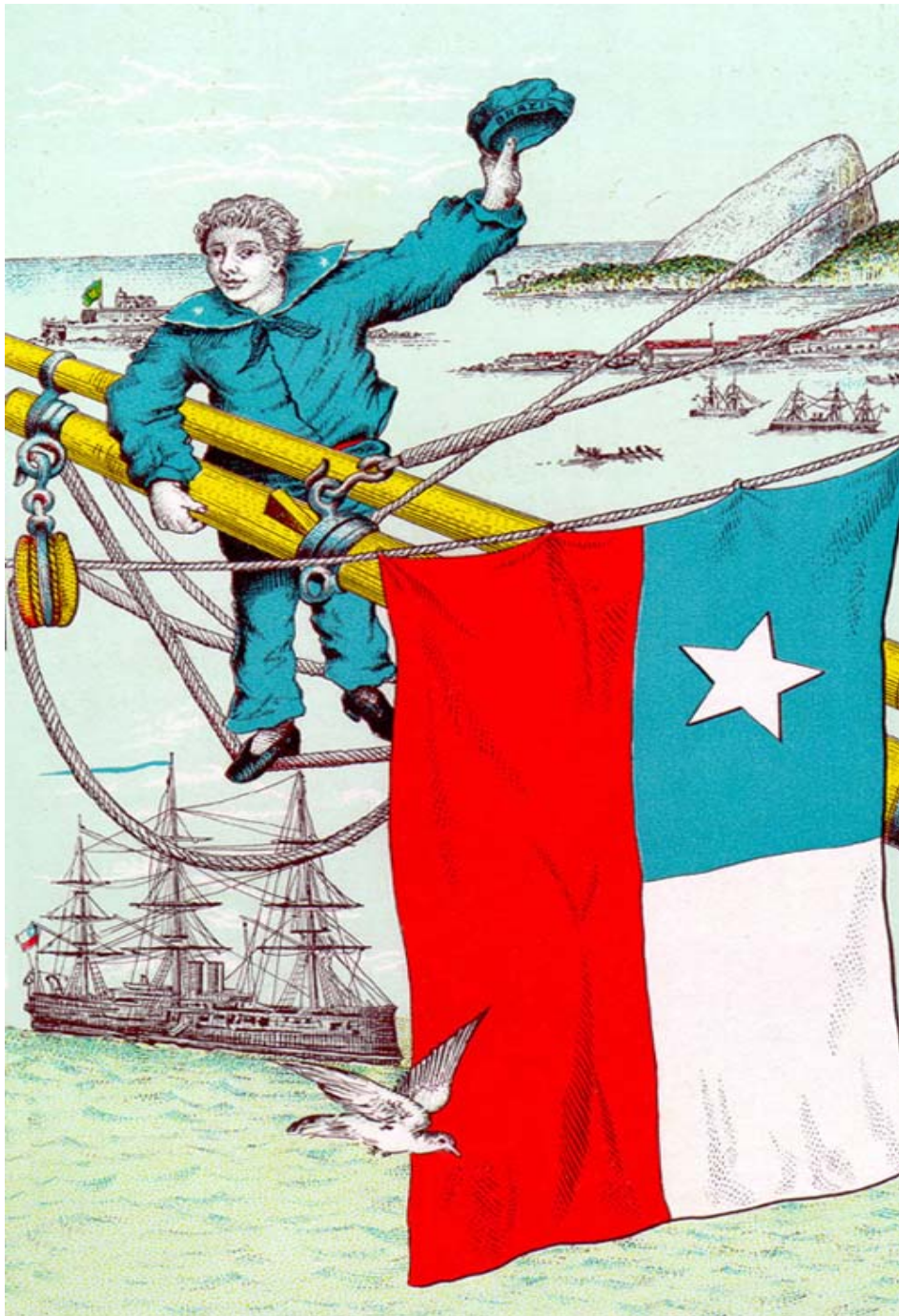
Em volta da ilha, barcas iluminadas, chalupas a vapor, escaleres apinhados de famílias paravam a pequena distância, admirando o esplendor das iluminações, das *toilettes*, das músicas e dos revérberos multicores nas serenas águas da baía, revérberos aos quais se juntavam os poderosos jatos luminosos elétricos dos holofotes da ilha, do couraçado chileno e dos couraçados brasileiros.

Sua Alteza a Princesa Imperial e Sua Alteza o sr. conde d'Eu fizeram entrada no salão às onze horas.

O baile

Dado o sinal da primeira quadrilha, as contradanças começaram nos dois grandes salões às onze horas em ponto.

ILUSTRAÇÃO LITOGRÁFICA,
COLORIDA,
NO
CARDÁPIO
DA
FESTA
DA
ILHA FISCAL



As danças foram dirigidas pelos srs. barão de Maia Monteiro, dr. Miguel Arcanjo de Paula Lima, Luís da Gama Berquó, Raul de Sampaio Viana, dr. José Pinto de Souza Dantas e José de Figueiredo.

A *Primeira*, no seu incessante vai-e-vem, apinhava ainda quando à uma hora da madrugada aportava à ilha e não será exagero computar em número superior a quatro mil os convidados que tomaram parte nesse baile memorável.

Tudo quanto se distinguia em posição elevada, política, diplomacia, magistratura, exército, armada, ciência, imprensa, belas artes, comércio, letras e indústrias, lá se achava brilhantemente representado.

A uma e meia da madrugada, SS. MM. e AA. Imperiais tomaram lugar na mesa da ceia que lhes fora preparada, no pavilhão para esse fim construído e em compartimento contíguo parte dos convidados, em duas grandes mesas de forma semi-oval.

Ao servir-se o *champanhe*, foram corridos os reposteiros que dividiam as duas salas.

O visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho, ao *champanhe*, em eloqüentes palavras, ergueu o brinde, recordando os serviços prestados pelo almirante Cochrane ao Chile e ao Brasil, a amizade das duas nações sempre constante e demonstrada em diversas circunstâncias, lembrando os progressos e engrandecimento do Chile, que ocupava posição respeitada entre as nações cultas, referindo-se à índole generosa do povo chileno, acentuando o seu constante empenho na manutenção da paz, honrando o patriotismo e o valor dos cidadãos daquela República; disse que aquela demonstração não era só do governo, era do povo brasileiro cujos sentimentos de fraternal amizade interpretava naquele instante, devendo acrescentar que não era só a amizade que a determinara, mas também a gratidão pelo acolhimento e obséquios prestados aos nossos compatriotas quando aportavam ao solo chileno.

Dirigindo-se depois, nos termos mais afetuosos, ao ministro, comandante e oficiais chilenos, concluiu levantando um viva ao Chile.

Este viva foi entusiasticamente correspondido subindo ao ar uma grande girândola e dando a fortaleza de Villegaignon uma salva de 21 tiros.

O sr. Manuel Vilamil Blanco, ministro do Chile, respondendo ao visconde de Ouro Preto, disse que um sentimento que enchia o seu coração e que esse sentimento, também de todo o povo chileno, era a gratidão. Reconhecido a tantas, tão afetuosas e honrosas demonstrações feitas ao seu país, tendo ouvido, pela voz autorizada do presidente do Conselho, os mais lisonjeiros conceitos, assegurava que o Chile sentia-se feliz e orgulhoso com a amizade que em longo período o unia ao Brasil.

Só em último extremo, disse o ministro, quando esgotados todos os recursos e se tornasse imprescindível a defesa de sua honra e de seus direitos, recorreria o Chile às armas porque o seu empenho era a paz, pois reconhecia que só com ela prosperavam e engrandeciam os povos.

Recordando o longo período de paz que tinha gozado o Brasil, graças ao valioso concurso do chefe da nação que a ela se tinha consagrado dia por dia, hora por hora, minuto por minuto e sentindo-se feliz e orgulhoso pelas demonstrações feitas ao seu país, levantava um viva à prosperidade do Brasil e a S. M. o Imperador.

Ao comandante e oficiais chilenos, alvos das maiores atenções por parte das senhoras e cavalheiros presentes, foram dirigidas diversas saudações por pessoas que com eles se achavam e não podendo reproduzi-las, referimo-nos às dos conselheiro Diana, ministro de Estrangeiros e Duarte de Azevedo.

O comandante Bannen respondeu às duas saudações, em uma alocução na qual reiterava os seus protestos de gratidão pelas repetidas atenções feitas ao seu país, externando a mais lisonjeira opinião sobre as instituições, governo e povo brasileiros, fazendo o elogio do seu progresso e adiantamento, apreciado por ele e seus oficiais nas visitas feitas aos estabelecimentos de natureza diversa.

Retirados dos pavilhões da ceia os primeiros convivas, foi a lauta mesa consecutivamente renovada e servida aos demais convidados ¹.

Às duas horas da manhã, estavam as danças no seu *entrain* e em volta da ilha e no cais da cidade ainda avultavam os curiosos.

SS. MM. e AA. Imperiais conservaram-se no palácio fiscal até às três horas da madrugada, retirando-se então com as mesmas formalidades com que foram recebidos, S. A. o príncipe dom Pedro Augusto, que tinha ido com SS. MM., demorou-se ainda algum tempo.

Ao comandante Bannen ofereceu S. M. o Imperador o episódio de *Claura*, por ele traduzido, do poema *Araucania*. Essa oferta muito lisonjeou ao comandante, que agradeceu reconhecido de tanta bondade e distinção.

Algumas *toilettes* das milhares vistas no baile, pelo cronista da *Gazeta de Notícias*:

S. M. A IMPERATRIZ: vestido de rendas de *Chantilly* pretas, guarnecido de vidrilhos.

S. A. A PRINCESA IMPERIAL: *toilette* de rica *moiré antique* preta listada, tendo na frente corpinho alto bordado a ouro. No cabelo opulento diadema com brilhantes (grandes elogios a esta *toilette* pelas próprias senhoras).

BARONESA DE JAVARI: riquíssimo vestido em *moiré-noir*, grande *traine*, corpinho guarnecido por duas folhas de *croton* em veludo com rendas, quatro brilhantes, fingindo gotas de orvalho. Faixa preta presa por grande fivela de brilhantes; no cabelo duas borboletas pretas, presas por um pente de ouro cravejado de brilhantes.

BARONESA DE LORETO: rica *toilette* de veludo preto, guarnecida de vidrilhos.

1. A *Fotografia Saturno*, à rua 1ª de Março, expusera, no dia 13 de novembro, no salão de *O País*, um quadro com alguns aspectos fotográficos, entre os quais os dos salões do baile, das mesas do banquete e da sala destinada à refeição de Suas Majestades Imperiais, além de outros da exposição feita pelo Instituto Histórico por ocasião da visita feita àquele estabelecimento.

No referido *salão* de exposições artísticas de *O País*, via-se um belo desenho a pastel, do professor Honório Esteves do Sacramento, representando a ilha Fiscal, na noite de 9 de novembro, com todos os efeitos de luz, não só no edifício, mas em toda a baía e vasos de guerra fundeados no poço. Era de bonito efeito, dizia *O País* de 13 de novembro.

BARONESA DE PINTO LIMA: opulento vestido em gorgorão preto.

SRA. M. FRONTIN: vestido em *moiré* branco, bordado de pérolas e guarnecido de rendas verdadeiras. Grande cauda.

SRA. GEORGINA MARTINS: vestido em chamalote branco, com silvados de rosas; guarnecendo a saia, corpo e cabelos, buquês *en vellours*.

SRA. JOSEFINA TOLEDO: vestido em chamalote creme com listas salmão. Mangas a *juive*. Guarnição de margaridas sobre filó com pingentes *d'acier*.

BARONESA DE INOÃ: vestido de cetim azul-claro, *broché*; *liserons* de cor, saia de *ottoman* azul-claro guarnecido de vidrilho.

SRA. BEZZI: *toilette* de *reps-armure vert-pomme*, guarnecido de *passementerie*, cauda coberta por grande túnica de aplicação de Inglaterra, com guarnição de rosas de Alexandria.

SRA. JANSEN DO PAÇO: vestido de *broché* preto egípcio com rendas e guarnições de tulipa.

SRA. EURÍDICE BASTOS: *toilette* de *grenadine* listada, cor de fogo, guarnecida com rosas creme.

SRA. CHRISTERN: vestido de *royal* branco com rendas e flores da mesma cor.

DONA AMÁLIA DANTAS: vestido de *crepe de Chine vert-cactus*, com renda *Chantilly* e *panneau* de crepe bordado de preto e *pavot* rosa.

DONA MARIA LUÍSA DANTAS: elegante *toilette* azul-turquesa, coberta de rica aplicação de Inglaterra e guarnição *chrysonlines*.

DONA MERCEDES DA COSTA BASTOS: *toilette* de filó preto enfiado de fitinhas pretas e guarnição de lilás e junquinhos brancos, semeada de *papillons d'or*.

SRA. OLIVEIRA ROCHA: vestido de seda indiana, listado de bronze e branco, guarnecido de *passamenterie* bronze, corpo com flores cardial e brilhantes.

MLLES. GODÓI: *toilettes en voille-crême*, com *tabliers* de chuva de fitas *moiré* e faixa da mesma cor.

MLLE. MONTEIRO DE AZEVEDO: vestido de seda branca, com guarnição de rendas e fitas.

MLLE. RATON: vestido de seda cor-de-rosa, guarnição de filó e flores.

MLLE. JULIETA CORDEIRO: vestido de *sirah* branco, enfeitado de crepe lisa bordado e de flores.

DONA MARIA LUÍSA CHAVES: vestido de *sirah* cor-de-rosa, coberto de rendas brancas, aplicação de Inglaterra.

SRA. SIQUEIRA: vestido *royal elétrico* com rendas brancas e rosas, bordado da mesma cor.

SRA. OLIVEIRA COSTA: vestido de *faille* branco com alta tira de crepe bordada de pérolas e guarnição de folhagem.

DONA EMÍLIA DE SÁ: vestido de rica *moiré antique vert-aquatique et feu*, com salpicos de dois tons.

BARONESA DE VILA VELHA: vestido de *peau de soie* de diversos tons dominando o *chaudron* com rico bordado em relevo e flores cardial.

DONA INÁCIA JUNQUEIRA: vestido de *peau de soie* azul coberto com *broché* do mesmo tom e filó preto listado por fitinhas azul e creme; rosas miúdas no peito e cabelos.

DONA CONSTANÇA JUNQUEIRA: vestido de *reps vert-pomme* e *broché* mesma cor e rosa, com alta banda de filó matizada das cores do *broché*.

DONA RITA JUNQUEIRA: vestido rosa e alta renda branca.

SRA. MARQUES LISBOA: vestido de *Gras-surah*, *soufre* com rendas brancas e parasitas rosa e guarnição de fitas rosa.

DONA ROSA MARQUES LISBOA: vestido de *peau de soie* branco e gaze bordada.

DONA MATILDE MARQUES LISBOA: vestido de *peau de soie* rosa e gaze bordada.

SRA. FRANCISCO PINTO DE OLIVEIRA: vestido de *peau de soie* azul-claro, enfeitado de filó de seda, bordado a seda frouxa e bela cauda de pelúcia cor de safira.

MLLE. EULÁLIA MARQUES LISBOA: vestido de *surah* azul-claro, enfeitado de fitas azul-claro.

MLLE. GUILHERMINA MARQUES LISBOA: vestido de *surah* azul-claro, enfeitado de fita azul-claro.

SRA. MENDES RIBEIRO: vestido de *faille* verde nilo, guarnecido de alto bordado de crepe em diversos tons, *passementeries* e veludo esmeralda.

DONA MARIA BITTENCOURT: vestido de *moiré* francesa preta, guarnecido de filós com pastilhas da mesma cor e flores cordial.

SRA. EDMOND LEUZINGER: vestido de *reps* e crepe da China salmão, com bordado matiz.

SENHORINHA ELVIRA FARINHA: *toilette de surah*; gaze bordada, branca.

SENHORINHA ALMEIDA: vestido de *surah* e filós com pastilhas, branco.

SENHORINHA CECÍLIA AGUIAR: mimosa *toilette* de gaze branca, com linda e original guarnição de *lizerons* azul-claro.

SENHORINHA HERMÍNIA BASTOS: vestido de gaze branco.

SENHORINHA ISABEL JACOBINA: vestido de *peau de soie et filós point d'esprits* rosa.

DONA FRANCISCA BARBOSA DE OLIVEIRA JACOBINA: *toilette* de cetim Duchesse creme, coberta de rica guarnição de renda verdadeira *Chantilly*.

SRA. ROXO MONTEIRO DE BARROS: rico vestido de *peau de soie* azul-claro e *broché* azul e mais, desenho oriental, com renda *Chantilly* e rica guarnição de rosas-chá.

DONA ANTONIETA SALDANHA DA GAMA: vestido de *faille vert-montagne*, coberto de renda preta.

DONA MARIA JOSÉ DE VASCONCELOS: vestido de *moiré antique héliotrope* e branco.

DONA ANA FRANÇA: vestido de *peau de soie fleur de pécher*, bordado de tom mais claro e ouro.

SENHORINHA ANA FRANÇA: vestido de seda branco, *broché Pompadour*, enfeitado de crepe lisa de seda, bordado a *Pompadour*.

DONA MARIA FRANCO DODSWORTH: vestido de *faille* branca, guarnecido de rendas *Malines* e plumas.

SRA. REGO MACEDO: elegante *toilette de grasse, cote vert-d'ires* coberto de volante de renda de Inglaterra e lindas rosas.

SRA. CHAGAS DE ANDRADE: vestido de rica *grenadine* azul-celeste com guarnições de flores miúdas.

SENHORINHA ALBUQUERQUE MARANHÃO: vestido de *surah* branco com rica faixa *broché* e flores.

DONA ADELAIDE LIMA BRAGA: riquíssimo vestido de *ratzmir* de cauda azul-celeste e rico *broché* da mesma cor, enfeitado de filó de seda bordado a prata.

SRA. LUÍS RAFAEL VIEIRA SOUTO: vestido de *chamalote* coberto de filó de seda preto e bordado com folhas de tinhorões.

SRA. CHAPOT PREVOST: vestido de *peau de soie* cor-de-rosa, enfeitado de bordado de seda sobre gaze cor-de-rosa.

SRA. CATA PRETA (conselheiro): vestido de veludo de seda, preto, enfeitado de vidrilhos, bela *traine* de veludo.

BARONESA DE MAIA MONTEIRO: vestido de cauda, de cetim *Duchesse* creme, enfeitado de antiqüíssimo bordado a ouro sobre cassa da Índia.

SRA. TIMÓTEO NETO: vestido de *ratzmir*, preto, coberto de rendas *Chantilly*, enfeitado de chuveiro de vidrilhos pretos.

DONA ISABEL MORA DE AGUIAR: vestido de *surah* branco e *broché* branco, grandes ramagens.

DONA SOFIA MONTENEGRO: vestido de cauda, de cetim *Duchesse* branco e belo *broché* de seda branco.

SRA. ALFREDO E. DOS SANTOS: vestido de *faille* francês, cor de ouro, de cauda, gaze de seda branca, bordado de seda frouxa e flores de acácia.

DONA TERESINHA SOUTO: vestido de *broché* de seda encarnada, corpo de pelúcia encarnada e saia coberta de filó de seda creme, bordado de folhas de tinhorões e flores – rainhas margaridas cor-de-rosa.

SENHORINHA MIMI AGUIAR: vestido de *surah* branco coberto de crepe da China branco bordado e faixa *broché* branca.

SENHORINHA MARIA RITA AZAMBUJA: vestido de *peau de soie* cor-de-rosa, enfeitado de fitas cor-de-rosa.

SENHORINHA LAURINDA IPANEMA: vestido de crepe da China cor-de-rosa enfeitado de fitas.

DONA LUÍSA CAMPOS: vestido de *ottoman saumon*, coberto de rendas de Bruxelas verdadeiras.

SENHORINHA MARIA PEREIRA GUIMARÃES: vestido de *surah* cor-de-rosa, coberto de gaze de seda listada bordada de cores, enfeitado de fitas verde-musgo.

DONA ALEXANDRINA PEREIRA GUIMARÃES: vestido de *faille* francês azul-claro, corpo e cauda de *broché* azul-claro, bordados à *Pompadour*.

DONA PAULINA DE FIGUEIREDO: vestido a *Empire* em seda *armure* azul-celeste, com pinturas a óleo feitas por Aurélio de Figueiredo, guarnecido de rendas de Bruxelas, verdadeiras.

SENHORINHA HENRIQUETA CAPANEMA: *toilette* em *surah-crême* e renda *Malines* verdadeira, guarnecido de flores miosótis. Faixa de chamalote creme.

DONA EUDÓXIA TORRES REIS: *toilette* em gaze branca, túnica grega, guarnecido de seda rosa pálida e flores de margarida.

SRA. RAFFARD: *toilette* em gorgorão *grenat*.

SRA. BITTENCOURT: *toilette* em veludo *grenat*, com cauda bordada a ouro.

SENHORINHA BRITO SANCHES: *toilette* em *faille* azul elétrico, de cauda bordado a frocos da mesma cor, guarnição de flores creme.

Até às cinco horas da manhã vinham em regresso os convidados na barca iluminada. Longas filas de carruagens ainda se postavam no cais Pharoux.

Pesadas nuvens pardacentas envolviam a atmosfera. Fora, não obstante, realizada a última festa da monarquia. O encantamento daquele sábado velou o indício da borrasca em perspectiva; ela viria depois dos esplendores da festa maravilhosa, anunciar uma outra aurora e acordar-nos de um sonho fantástico.

Que sonho! Que encerramento para um ciclo de ouro foi aquele baile que ainda nos assombra com o seu esplendor grandioso!

Francisco Marques dos Santos

Notas sobre a ilha Fiscal

Com a assistência do imperador, do conde d'Eu, srs. presidente do Conselho de Ministros da Fazenda, do Império, Marinha, conselheiros Duarte de Azevedo, Bandeira de Melo e Carlos de Carvalho, oficiais-generais e superiores da Armada, Exército e representantes das diversas classes sociais, inaugurou-se, a 27 de abril de 1889, na ilha Fiscal, o edifício destinado ao serviço marítimo da alfândega, compreendendo a fiscalização do porto.

Às dez horas e meia, embarcaram na galeota imperial S. M. o Imperador e S. A. o conde d'Eu, acompanhados dos srs. conde de Mota Maia, barão de Ivinheima e conselheiro Aquino e Castro.

Recebidos no cais pelo presidente do Conselho e ministros do Império e da Marinha, conselheiro Duarte de Azevedo, Sampaio Viana, inspetor da Alfândega, comendador Adolfo Fortunato Hasselmann, guarda-mor, engenheiro Del-Vecchio e outras pessoas, ao som do Hino Nacional executado pelos menores do Arsenal de Guerra e corpo policial da província do Rio de Janeiro e de vivas levantados pelas tripulações dos navios da alfândega, formados em alas, dirigiram-se Suas Majestades e Alteza para o edifício e depois de percorrerem o pavimento térreo, subiram ao primeiro andar, em cuja sala de honra se demoraram algum tempo.

Aí apresentou o conselheiro João Alfredo o auto da inauguração, que Sua Majestade, depois de ler, dignou-se assinar. Em seguida assinaram Sua Alteza, os ministros, os semanários e pessoas presentes.

Às onze e meia retiraram-se Suas Majestades e Alteza, com as formalidades com que foram recebidos.

Por iniciativa do inspetor da alfândega, conselheiro Carlos Américo Sampaio Viana, que instava pela necessidade de criar-se em lugar apropriado na baía um posto fiscal para o serviço da Alfândega, foi, em 1881, quando ministro da Fazenda o conselheiro José Antônio Saraiva, assentada a primeira pedra do edifício a 6 de novembro, sendo engenheiro o dr. Adolfo José Del-Vecchio, diretor de Obras do Ministério da Fazenda que dirigiu a construção desde os fundamentos.

As obras, iniciadas sob a administração do conselheiro Saraiva e modificadas na do marquês de Paranaguá, foram continuadas pelos conselheiros Martinho Campos, Lafaiete, Dantas, Saraiva, Belisário e concluídas na do então ministro da Fazenda, visconde de Ouro Preto.

A antiga *ilha dos Ratos*, pela sua posição no meio do porto e em frente à barra, fora o lugar escolhido para levantar-se o posto fiscal, de cujas altas torres se pudesse dominar quase toda a baía.

O edifício, então projetado, era de mais modesta arquitetura e de menores detalhes de construção. Reconheceu-se, porém, depois, a conveniência de uma construção mais importante e de adotar-se um estilo arquitetônico mais próprio e que correspondesse não só à posição em que estava colocado como da importância do serviço a que era destinado. Por isso, quando ainda na execução das fundações, foi ideado outro projeto, aprovado pelo ministro da Fazenda de então, marquês de Paranaguá.

A colocação do edifício na ilha isolada, no meio do ancoradouro, determinou que a fachada fosse tão elevada que pudesse ser vista através dos mastros dos navios ancorados nas imediações da ilha. Era imprescindível o emprego de aparelhos elétricos que iluminassem a baía; daí a necessidade de uma torre de suficiente altura. O estilo gótico, cujo característico é a flecha, podia ser, como foi, adotado para a construção.

No ponto em que está hoje a ilha Fiscal, viam-se antigamente algumas pedras à flor da água e sobre elas foi que as obras hidráulicas da alfândega construíram muralhas de pedra formando a ilha, cuja superfície atingiu 7.000m² ocupando, o edifício, que mede 68m de frente sobre 28m de fundo, proximamente a terça parte daquela área.

Voltada para a barra, a fachada principal descansa sobre um embasamento geral de cantaria lavrada com forras inclinadas de 1,80m de altura, tendo em volta lajedo bem trabalhado e lavrado.

Destaca-se na fachada o corpo central do edifício, que fica entre dois torreões. Este corpo central mede até a ponta da agulha que o coroa 53m de altura.

Para um e outro lado do corpo central estão as alas do edifício que acabam em dois elegantes pavilhões, formando os cantos da fachada principal.

Até o primeiro andar é todo de cantaria lavrada o corpo central.

Belos portais de ferro batido, no gosto da arquitetura gótica, encontram-se nas grandes aberturas originais, que davam passagem para a praça de armas, no pavimento térreo.

Escadas de cantaria comunicam essa praça com o interior e por duas daquelas escadas, que estão entre bem acabados escudos de cantaria, vai-se aos salões das duas alas do edifício, seguindo-se a elas as portas ao lado do edifício, que correspondem aos pavilhões e fazem os cantos da fachada principal.

Nos pavilhões ficavam acomodadas as dependências do serviço do posto fiscal.

Destacavam-se na praça de armas quatro feixes de colunas de granito, que assentam sobre elevados pedestais, nos quais estão apoiados os arcos do mesmo material, formando o esqueleto das abóbadas ogivais de que é constituído o teto desta parte.

No segundo pavimento estava a sala de honra, com outro sistema de colunas de cantaria, dispostas em quatro feixes, sustentando as abóbadas ogivais que ainda constituem o teto da mesma sala.

O corpo central tem altura superior a 30m repousando sobre colunas que parecem frágeis, mas sustentam o grande peso que vem das abóbadas ogivais dos dois pavimentos.

É tão bem feito o fecho destas abóbadas, que parece de cantaria falhada em um único monólito, sendo quase impossível descobrir as juntas das pedras.

Combinados em um mosaico de estilo gótico eram os soalhos da sala de honra; neles se encontram as nossas mais belas madeiras.

Nas paredes laterais da sala de honra, em óculos abertos e em quadros de largos rosáceos de cantaria lavrada, destacavam-se em vitrais coloridos a fogo os retratos de S. M. o Imperador e de S. A. Imperial. Esses retratos eram ornados pelas armas imperiais, tendo o último uma inscrição em latim, sobre a abolição dos escravos.

No interior de um dos torreões havia comunicação do pavimento térreo com o primeiro andar do edifício, feita por uma escada de cantaria helicoidal que vai até o terraço, que cobre o corpo central, no centro do qual se eleva a torre de cantaria, onde estavam colocados os relógios e o holofote.

De cantaria é toda a torre, que apresenta nos quatro cantos colunas salientes que suportam as vigas, tendo pára-raios nas extremidades das agulhas.

Uma escada helicoidal, que há dentro da torre, comunicava com o terraço o corpo central e os pavimentos em que estavam os aparelhos acima referidos.

Fixa sobre a cantaria elevava-se a agulha, que é o ponto em que terminava o corpo central e que formava pirâmide octogonal muito aguda, em cujas faces se viam janelas com venezianas de réguas de cristal grosso.

Constituía a agulha bem combinada armação de ferro duplo T, sendo os interstícios cheios por tijolo oco.

É de mais de sete metros de altura, com um pára-raios ornado de florões e uma coroa armilar de 0,80m de diâmetro, a grande flecha que partia do topo da agulha.

A rede de defesa contra os raios foi combinada de maneira que em cada um dos torreões e nas flechas que rematam as atalaias da torre e a grande agulha existiam pontas convenientemente ligadas aos condutores.

Na torre do corpo central estava instalado um holofote, sobre engenhoso suporte que se movia em qualquer direção. Elevava-se a 60.000 velas a força do holofote, podendo assim examinar qualquer ponto do porto e facilitar a fiscalização.

Em todas as salas e dependências havia lâmpadas elétricas de luz fixa que funcionavam com a eletricidade fornecida por diversas má-

quinas, por meio de bem combinada rede de condutores. As máquinas elétricas eram montadas em casa independente do edifício.

Feita pela eletricidade a iluminação do relógio da torre, via-se durante o dia e à noite a hora exata nos quatro mostradores.

Todos os vidros do edifício eram coloridos a fogo, representando os principais emblemas do século XIV, de estilo gótico.

A ilha Fiscal estava ligada à alfândega por uma linha telegráfica, tendo-se para isto instalado um cabo submarino entre ela e o litoral.

Concorreram para esta obra, com os trabalhos de cantaria, o comendador Antônio Rodrigues Teixeira que os executou com a máxima perfeição, principalmente as armas imperiais, sustentadas por dragões, que ornaram o frontão do segundo pavimento da fachada; com a construção e montagem da grande agulha de ferro do corpo central, os srs. Manoel Joaquim Moreira & Cia.; com o mosaico da sala de honra, os srs. Moreira & Carvalho; com o relógio da torre, os srs. Krussman & Cia. que o montaram; com os aparelhos elétricos e sua colocação, o sr. Léon Rodde e com os trabalhos de pintura o sr. Frederico Steckel.

Durante a festa da inauguração foi distribuído um número especial do boletim da alfândega do Rio de Janeiro, contendo, além das matérias habituais, uma notícia sobre o posto fiscal.

Acompanhava esse boletim um minucioso quadro de rendas das alfândegas do Império desde 1808 até o exercício de 1885-1886 e um diagrama indicando a renda arrecadada pela alfândega do Rio de Janeiro desde 1808 até 1888, comparada com a renda arrecadada pelas outras alfândegas, a receita geral, excluídos os depósitos e operações de crédito e o movimento da importação e da exportação.

Por ocasião da inauguração de seu edifício, a ilha Fiscal esteve em exposição pública durante três dias.

Fontes de consulta:

Jornal do Comércio de 27 e 28 de abril de 1889.

Revista dos Construtores de fevereiro de 1886 e abril de 1889.

Memórias (inéditas) do engenheiro Adolfo José del Vecchio, construtor da ilha Fiscal.

A ELEVAÇÃO DE PETRÓPOLIS A CIDADE

A elevação de Petrópolis à cidade

Contava Petrópolis pouco mais de uma dúzia de anos de existência, quando foi elevada à categoria de cidade. Era uma povoação numerosa e progressiva. Pelo seu território, pertencente, como até hoje, à Fazenda Imperial, dependia desta, em todas as operações sobre a propriedade imóvel, visto se haver constituído em regime de enfiteuse. Pela localização em sua periferia dos imigrantes alemães chegados aqui em grandes turmas no ano de 1845, ficara sujeita, no que concernia ao exercício do trabalho e à aquisição da propriedade rural por estes, ao sistema de colônia para esse fim organizado pelo governo do Império. Enfim pelo estabelecimento e crescimento, na parte central ou propriamente urbana da antiga fazenda, de uma população nacional livre, enquadrava-se nos moldes gerais da administração pública então vigoraes e que dividiam o poder, aproximadamente como hoje, entre os três grandes aparelhamentos administrativos justapostos e concêntricos: o imperial, o provincial e o municipal, – este último subdividido, ainda, consoante convinha, em freguesias e curatos, distritos de paz, termos e comarcas.

O povoado de Petrópolis que, ao nascer, era um simples curato anexo à freguesia de São José do Rio Preto, da vila de Paraíba do Sul, de cujo distrito de paz fazia parte, já em 29 de março de 1844 fora separado deste para constituir distrito próprio, e pela lei provincial nº 397, de 20 de maio de 1846 que criou a vila da Estrela, fora anexado ao território desta e elevado à categoria de freguesia. Queria isto dizer que a povoação já possuía atividade política local, não tendo mais necessidade os “votantes” do distrito, para isso qualificados, de se transportarem, como antes, à próxima freguesia nos dias de eleição, para aí exercerem o que era uso, então, chamar-se o sagrado direito do voto.

Tal situação, entretanto, não satisfazia às pessoas que se interessavam pelos destinos de Petrópolis.

Os cidadãos exerciam aí o direito de voto e as eleições se faziam, como de lei, na própria igreja matriz da paróquia. Mas a Câmara Municipal tinha sua sede na vila da Estrela. Lá eram votados os impostos, lá nomeados os empregados municipais, lá distribuídos os parques benefícios da ação administrativa. Petrópolis estava, pois, em uma situação subalterna incompatível com o seu progresso nos últimos anos e o seu privilégio de receber no verão a família imperial.

Urgia que se remediasse a isso obtendo do governo a sua autonomia municipal.

Não importa ao caso que sob o regime então vigente, que era o da lei de 1º de outubro de 1828, essa autonomia fosse puramente fictícia. Os políticos petropolitanos de 1856 sabiam disso e pretendiam colaborar esforçadamente para a emenda dessa situação, como se vê dos artigos publicados nos primeiros números de *O Paraíba*, jornal editado em Petrópolis nessa época. Mas queiram primeiro alcançar o que lhes estava à mão, que era elevar o povoado serrano a melhor posição no quadro administrativo da província. E, com audácia intemerata, não se contentavam com pretender erguê-la à categoria de vila, como as suas vizinhas, de que fazia ou fizera parte, Estrela e Paraíba do Sul; queriam elevá-la à dignidade de cidade, como convinha a local habitadíssimo, progressivo como poucos, dotado de ótimos predicados naturais e que era honrado, todos os anos, com a estada de S.S. M.M. Imperiais, dos representantes diplomáticos das nações estrangeiras, dos altos dignitários da política e da administração do Império, dos mais famosos personagens da capital do país.

Quais tenham sido os progenitores dessa idéia é o que não é fácil apurar com exatidão.

É de supor que em Petrópolis, nessa ocasião, se haja constituído um grupo de pessoas, com foros de cultas e ambiciosas de ação política, como, guardadas as proporções, se verificara na “conjuração mineira” e ocorre sempre nos piródomos de qualquer movimento social.

Essas pessoas haveriam de se recrutar, certamente, entre as já qualificadas como votantes para as eleições anterior-

mente realizadas. Entre elas sobressairiam, de certo, como mais eminentes, os “eleitores” já escolhidos, na forma da lei eleitoral de 1846, para designarem, em nome do povo, os deputados à Assembléia Geral e à Provincial. Esses “eleitores” eram então: o tenente-coronel Amaro Emílio da Veiga, João Batista da Silva, Inácio José da Silva, Augusto da Rocha Frago, e dr. Tomaz José da Porciúncula e João Meyer. A essas pessoas se haveriam, também, de juntar outras de renome, posição, fortuna ou influência, interessadas pela vida pública local. Entre estas se contariam, provavelmente, os fundadores dos primeiros jornais de Petrópolis, Bartolomeu Sudré, do *Mercantil*, e Quintino Bocaiúva e Emílio Zalar, do *Paraíba*; o professor Henrique Kopke, que se distinguiria nas primeiras escaramuças eleitorais; os alferes Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, que ia ser o secretário da primeira Câmara; o conceituado médico dr. Manuel de Melo Franco; e, mais que todos, o barão de Mauá que inaugurara havia pouco os quilômetros iniciais da primeira estrada de ferro assentada no Brasil e destinada a ligar a capital do Império com a Imperial Fazenda de Petrópolis.

Permiti que abra aqui um parêntese para prestar uma homenagem especial a esse homem de grande energia e incontestável merecimento.

Foi Mauá o idealizador dos maiores empreendimentos industriais do Império. Tristão de Ataíde caracterizou-o com estas sintéticas e expressivas palavras: – “*Foi o Caxias da nossa unificação econômica... Pressentiu e tentou resolver todos ou quase todos os grandes problemas econômicos brasileiros, os problemas essenciais do período moderno da nossa história*”...

Mauá era homem de descortino, de audácia e de singular capacidade de ação. Foi ele que, em momento de suma gravidade, atendendo ao apelo desse genial homem de Estado que foi o visconde do Uruguai, soube restabelecer no Prata o crédito nacional abalado; foi ele que, no Brasil pacificado, instalou a primeira grande fundição industrial, a primeira fábrica de velas de estearina, os primeiros estaleiros de construção naval, curtumes modernos, fábrica de tecidos, engenhos de açúcar aperfeiçoados; foi ele quem deu ao Rio de

Janeiro a iluminação a gás, os bondes de trilhos, o cabo telegráfico submarino; foi ele quem abriu à navegação internacional o porto do Rio Grande do Sul e os do Amazonas, que estabeleceu navegação regular para portos internos do Rio de Janeiro, que promoveu o assentamento das cinco primeiras estradas de ferro aqui construídas, que estendeu no país e nos estados vizinhos, como disse Alberto de Farias (Mauá, p. 14) “aquela vasta rede de bancos que o povo conhecia por Casa Mauá...”

Não foi, contudo, só pelo motivo aludido, que procurei agora evocar a figura atraente e famosa do grande industrial do Segundo Reinado. É que me apraz – e creio que com justa causa – colocar sob o seu honroso patrocínio o feito que ora rememoramos. É certo que Mauá não precisa, para aumento da sua luminosa glória, de mais este pequeno lustre. Todavia quero crer, – embora sem me fundar em nenhum documento positivo, – que Mauá se haja interessado sobremodo pela idéia da elevação de Petrópolis à cidade, – se é que não foi ele o seu verdadeiro progenitor.

Quadra essa idéia com o seu gênio empreendedor e ativo. Quadra com os seus interesses de diretor da companhia de transportes que começava a conduzir os produtos de Minas para a capital do Império através da bem fadada colônia de Petrópolis. Quadra com o que sabemos do seu entranhado gosto por esta terra onde radicou a família, onde veio a morrer e onde fixara residência, no bem situado palacete que construíra em 1854, na chácara em frente à Confluência, e que hoje, ligeiramente modificado, pertence aos herdeiros do seu caloroso biógrafo Alberto de Faria. Quadra, ainda, com a divergência que, por diferença de índoles e de pontos de vista, separava, habitualmente, as opiniões de Mauá das de d. Pedro II. Quadra, finalmente, com o fato indisputável de ter sido a proposta de lei elevando Petrópolis a cidade apresentada e defendida na Assembléia fluminense – onde constituiu seu único trabalho – por um auxiliar de confiança e amigo de Mauá, o tenente-coronel de engenheiros Amaro Emílio da Veiga.

Estou certo de que com esta suposição que coloca sob o patrocínio de um nome de repercussão nacional a origem do movimento da emancipação de Petrópolis, não diminuo



Retrato do cel. Amaro Emílio da Veiga, existente na galeria da S. C. da Misericórdia do
Rio de Janeiro
Óleo de Eduardo Sá, 1892.

em nada o apreço e reconhecimento devidos ao denodado realizador da idéia, o coronel Veiga, que, por se haver dedicado com afinco a essa empresa, teve de pagar o seu triunfo com o sacrifício da sua honrosa carreira”.

Com efeito, fosse Veiga o seu inventor ou a houvesse ele recebido de outrem, como sugestão, o certo é que foi ele quem assumiu, sob sua inteira e única irresponsabilidade, o difícil e espinhoso encargo de transformar em realidade aquela aspiração petropolitana, consubstanciando-a em lei e vencendo, para isso, os óbices previstos, entre os quais avultava a vontade adversa do monarca.

Era Veiga uma personalidade bem talhada para se desempenhar da ingrata incumbência. Inteligente, destemido, generoso, enérgico, possuía um gênio audacioso e versátil e que um ardor insofrido e uma inquieta avidez de empreendimentos novos emprestava um prestigioso ar byroniano. Nascido nos Açores, viera aos seis anos de idade para o Brasil, onde seu pai ia exercer o alto cargo de desembargador da Casa de Suplicação do Rio de Janeiro, o que equivalia aproximadamente ao de atual ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Ainda jovem, – consoante informa na conscienciosa biografia que dele escreveu e gentilmente enviou ao Instituto Histórico de Petrópolis o prestimoso historiador patricio cel. Laurênio Lago – Amaro da Veiga assentara praça de guarda-marinha e, após haver concluído com brilho seu curso, embarcou e exerceu importantes comissões no Norte e no Sul, auxiliando o governo a debelar as rebeliões que então assolavam o país na crise da unificação do Império e logrando merecer sucessivas promoções.

Não tardou, porém, em achar outro gênero de trabalho mais interessante e, permitindo-o a legislação que então vigorava, fez-se transferir para o Exército no posto de capitão de engenheiros, correspondente ao que alcançara na Armada. Os problemas da engenharia urbana, que veio nesse tempo a conhecer, empolgaram-lhe, no entanto, a atenção mais do que os da engenharia militar da época e, com a licença do Ministério da Guerra, assumiu as funções, primeiro de ajudante e, depois, de engenheiro da Câmara Municipal da corte, que exerceu durante cerca de oito anos.

Esses e outros trabalhos que então executou, como diretor da Fábrica de Pólvora da Estrela e como engenheiro das Fazendas Nacionais de Nova Friburgo, sob as ordens do conselheiro Paulo Barbosa da Silva, deram-lhe oportunidade para conhecer a povoação recém-formada de Petrópolis e para travar relações com esse outro arrojado empreendimento de obras públicas a que já nos referimos e a cuja atividade ia se associar por vários anos, Irineu Evangelista de Sousa, logo depois barão e em seguida visconde de Mauá. Este atilado conhecedor de homens não tardou em notar a operosidade e a capacidade técnica do engenheiro militar e contratou-o, com a devida autorização do governo, para dirigir as obras de construção das estradas de ferro e de rodagem da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis que acabara de fundar, assim como da construção da grande ponte sobre o Paraíba que, como complemento da sua empresa de comunicações de Minas com o Rio, o governo da província do Rio de Janeiro o autorizara a realizar.

Cerca de seis anos esteve o major Veiga ocupado nesses trabalhos empreendidos por Mauá e de como se houve neles e como foi apreciado pelo glorioso financista é o que informa abundantemente o ofício que este espontaneamente enviou ao Ministério da Guerra e, pelo valor de quem o subscreve, importa no mais honroso dos diplomas. Nesse ofício Mauá declarou que o seu auxiliar “*se havia conduzido no desempenho dos importantes deveres a seu cargo com a maior atividade, zelo e inteligência, satisfazendo-o completamente a todos os respeitos*” (v. biografia pelo coronel Laurênio Lago).

Estava ainda e continuou Amaro da Veiga empregado nas empresas de Mauá, quando foi eleito deputado provincial, tomou assento na Assembléia e frequentou-a na legislatura de 1855 a 1857.

Foi na sessão de 1856 que, ao projeto de lei elevando à categoria de cidade as vilas de Valença e Vassouras, apresentou Veiga a emenda acrescentando: “e a povoação de Petrópolis.”

Defendido brilhantemente pelo novo deputado e bafejado favoravelmente pela influência do marquês de Paraná, grande amigo de Mauá, possuidor, naquelas regiões, de impor-

tantes fazendas e cujo imenso prestígio político continuou a ter efeito ainda depois de sua morte que veio justamente a ocorrer em 3 de setembro desse ano, – o projeto foi aprovado com a emenda e enviado à sanção. O presidente da província, no entanto, Luís Antônio Barbosa, atendendo ao pensamento do imperador, contrário à concessão dessa franquia que considerava prematura e prejudicial a Petrópolis, vetou o projeto e devolveu-o à Assembléia.

Na sessão do ano seguinte voltou o projeto a debate, com as razões do veto e, como narra o saudoso historiógrafo local Antônio Machado, “o *ten.-cel. Veiga sustentou com entranhada firmeza, em calorosos debates, a causa que abraçara*” (Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis, vol. I). Em consequência obteve que por 18 votos contra 4 o veto fosse rejeitado e nova redação da lei fosse enviada ao presidente da província. Este, porém, ainda desta vez não a quis sancionar. Passado, então, o decêndio, a requerimento do cel. Veiga aprovado por quase unanimidade de votos, pois se houve a exceção de um único deputado, a lei – como autorizava em tais casos a Constituição Imperial – foi solenemente promulgada pelo presidente da Assembléia Provincial, Francisco José Cardoso, a 29 de setembro de 1857, recebendo o número 961.

* * *

A muitos haverá parecido que a elevação de Petrópolis diretamente de povoado à cidade constituiu singular privilégio e que normalmente deveria ter subido, antes, à vila para, só depois, passar à cidade. Não houve, entretanto, esse favor nem existia essa obrigação. Não havia na legislação brasileira distinção específica entre vila e cidade. Tanto a lei de 1º de outubro de 1828 que regulou a organização das municipalidades como a Constituição de 1824 referiam-se indistintamente a vilas e cidades, ambas as quais deveriam ter, para sua administração local, câmaras eletivas. A única distinção suposta entre elas era a do tamanho; vilas seriam cidades pequenas e cidades vilas grandes. Tanto que o número de vereadores devia ser menor nas câmaras das vilas e maior nas das cidades.

É preciso remontar à Idade Média para acertar com a diferença que as caracterizava. Esta consistia, parece-me, em assentarem as cidades, como entidades livres que eram, em terras alodiais; ao passo que as vilas, sujeitas a um soberano, podiam ser edificadas nas terras a este enfeudadas.

No Brasil ocorreu um fato interessante que bem explicaram Diogo de Vasconcelos em suas *Linhas Gerais da Administração Colonial* e Max Fleuiss em sua *História Administrativa do Brasil*. – Pela primeira em que se encontrava a Coroa de Portugal na época dos descobrimentos, foram as navegações custeadas pela Ordem de Cristo, como obras de expansão da fé, sendo ajustado, como compensação, que a ela ficasse pertencendo o senhorio direto das terras descobertas à sua custa pelos navegantes portugueses. Nessas terras, e era o caso do Brasil, pois que não pertenciam à Coroa mas à Ordem de Cristo, só podiam ser erigidas vilas, e neste sentido foram redigidos os forais de doação das capitânicas. Como, entretanto, os bispos, como nobres de primeira grandeza que eram e príncipes titulares, só podiam residir em cidades, isto é, em terras livres, alodiais, nem de outro modo consentira o Papa, acontecia que cada vez que era necessário erigir um bispado nessas terras, o rei de Portugal, usando das suas atribuições de grão-mestre da Ordem de Cristo e considerando que com isso prestava um serviço à fé, antecipava a terra e logo, usando das suas atribuições de soberano, elevava à categoria de cidade a vila onde ia ter sua sede a diocese.

O curioso é que, no caso de Petrópolis, ocorreu exatamente o contrário. A povoação erigida em cidade pela lei de 29 de setembro de 1857, não assentou, como as beneficiadas antigas, sobre uma terra livre, mas por uma exceção rara em nosso país, sobre uma terra enfeudada à família imperial cujos descendentes são, ainda hoje, os seus senhorios diretos.

* * *

Como quer que fosse e nada importando ao caso essa circunstância, os políticos petropolitanos estavam satisfeitos. Tinham ganhado sua causa, graças à cooperação valiosa do cel. Veiga.

Breve, todavia, iam ter efeito as conseqüências desse ato mostrando que, melhor do que os políticos de ocasião, sabia discernir o imperador as verdadeiras conveniências do povo que era de seu dever governar e que foi seu privilégio governar com inegável prudência e tino.

Efetivamente, com a sua emancipação, Petrópolis ia perder o auxílio que pela sua situação especial de colônia lhe prestava a Fazenda Imperial e que montava a cerca de cem contos de réis por ano, soma bastante vultosa para a época, e com a qual se faziam os grandes trabalhos de preparo urbanístico do solo, como retificação de rios, aterro de pântanos, abertura e calçamento de ruas, construção de pontes e de edifícios públicos, etc.; ia ficar reduzida, para prover às despesas de sua conservação e desenvolvimento, dos seus recursos municipais ordinários cuja receita foi orçada, no primeiro ano de exercício da sua Câmara, em oito contos de réis (8:000\$000)!; ia enfim, o que era ainda mais lastimável; ser assolada pelo flagelo das paixões políticas, inquietada e dividida pelas intrigas partidárias, ficar entregue às trapaças vergonhosas e deprimentes dos manipuladores de eleições.

As duas primeiras conseqüências não se verificaram por haver intervindo o monarca, o qual manteve sua proteção sobre o povoado que com tanto carinho aqui fundara e, apesar de extinta a administração da colônia por força da sua elevação a município, achou meios de prestar-lhes os socorros financeiros indispensáveis ao seu progresso obtendo que o governo da província suprisse com trabalhos públicos nas ruas, rios e praças da nova cidade as deficiências dos recursos financeiros a que esta se vira reduzida, tendo este regime continuado, para benefício de Petrópolis, até a proclamação da República.

A última daquelas deploráveis conseqüências, porém não pode ser evitada. Logo depois de promulgada a lei de 29 de setembro, em 6 de outubro de 1857, o presidente da província, expediu ordens para que as eleições do novo município se realizassem a 22 de novembro do mesmo ano. Assim foi feito. Mas logo após a realização do pleito começaram a aparecer indícios da tempestade política que se formava. Em *O Paraíba* de 13 de dezembro foi publicada a no-

tícia de que “uma grande parte dos habitantes do 2º distrito representara ao governo contra os abusos praticados pela mesa paroquial que presidira as eleições de 22 de novembro especialmente por ter sido a eleição presidida pelo juiz de paz mais votado do 1º distrito, quando o deveria ter sido pelo do 2º distrito – e por terem comparecido 20 votantes, sendo 11 brancos e 9 libertos, entretanto que o ato do recebimento das cédulas diz terem comparecido cento e tantos votantes e terem recebido cento e tantas cédulas, cumprindo notar que o número de votantes é muito superior ao número dos qualificados como tais no 2º distrito e que é muito singular coincidência terem obtido os nove votados oitenta e cinco votos cada um!” Igualmente em *O Paraíba* de 20 e de 24 de dezembro de 1857 se lêem por extenso o recurso que com mais 300 alemães naturalizados o professor Henrique Kopke dirigiu ao governo protestando contra a exclusão deles da lista de votantes, assim como a resposta dada a esses recorrentes por um dos três componentes da mesa paroquial do 1º distrito.

Não é, pois, de estranhar que a 2 de junho de 1858 o ministro do Império, depois de demorado estudo, expedisse um aviso declarando nula essa eleição, visto como a ela haverem sido admitidos, ao mesmo tempo, votantes alistados pela qualificação de 1856 e pela de 1857. Aconteceu, assim que o primeiro uso que fez Petrópolis da sua emancipação municipal foi participar, sem nenhum benefício público, da praxe de duplicatas e fraudes eleitorais que maculavam a atividade política do país.

As novas eleições, marcadas para 13 de março de 1859 tiveram a mesma sorte das primeiras: foram declaradas nulas por aviso do ministro do Império de 12 de janeiro de 1859.

Finalmente, a 3ª eleição, marcada para 13 de março de 1859 e nesse dia realizada, foi apurada e considerada válida.

Por ela haviam sido eleitos:

Tenente-coronel Amaro Emílio da Veiga.

Comandante Albino José de Siqueira.

Capitão Manuel Francisco de Paula.

Capitão Augusto da Rocha Frágoso.

Manuel Cândido do Nascimento Brito.

João Batista da Silva.

Inácio José da Silva.

Dr. Tomaz José da Porciúncula

Dr. José Calazans Rodrigues de Andrade.

A política partidária, porém, ainda não dissera a sua última palavra no caso. Veiga e o seu grande amigo Mauá haviam perdido os apoios a que se amparavam na política geral do Império. Paraná morrera no fim de 1856. Dois anos depois, no fim de 1858, o Gabinete Olinda, que lhe continuava em parte a orientação, e do qual fazia parte Sousa Franco, muito amigo de Mauá, caíra justamente por advogar o regime de *pluralidade bancária* que este energicamente patrocinava. Sucedeu-lhe o Gabinete Abaeté, composto ainda de partidários de Paraná, mas do qual fazia parte Torres Homem, o “Timandro”, adversário de Sousa Franco e da idéia da *pluralidade bancária*, portanto de Mauá, e que assumiu a chefia da nova orientação do ministério até que este caiu e foi substituído em agosto de 1859 pelo gabinete chefiado por Ângelo da Silva Ferreira, este decidido adversário de Paraná; inimigo da política de “conciliação” até então apoiada pelo imperador. Em consequência dessas modificações, o ministro da Guerra Manuel Felizardo de Sousa e Melo, colega de Torres Homem no Gabinete Abaeté, negou ao tenente-coronel Veiga a licença de que este precisava para assumir o exercício do cargo de vereador e, como mais votado, o de presidente da Câmara Municipal, visto como o art. 19 da lei de 1º de outubro de 1828 e os artigos 1 e 2 da lei de 25 de junho de 1831 consideravam incompatível o cargo de vereador com o de oficial militar da ativa. Era legal a decisão; mas não se pode deixar de conjecturar que, talvez, ela houvesse sido diferente se estivessem ainda no poder os amigos de Mauá. Obstando-se à licença requerida, o governo, a um tempo e com um só ato, castigava o deputado que ousara forçar a decretação da emancipação administrativa de Petrópolis e teria, indiretamente, através do seu auxiliar e amigo, o ardoroso defensor, na Assembléia Geral, da política da *pluralidade bancária* emissionista, questão “nevrálgica” que já fizera cair o Ministério Olinda e ia fazer cair o Ministério Abaeté, de orientação contrária, que lhe sucedera.

Afastado Veiga, afastaram-se, também, voluntariamente, os seus amigos dr. Tomaz da Porciúncula e José Calazans, que foram substituídos pelos “suplentes” João Meyer e José Antônio da Rocha. O lugar de Veiga permaneceu vago. Os restantes vereadores eleitos e os suplentes chamados receberam os seus diplomas a 14 de junho e a 17 de junho de 1859, tomaram posse e instalaram solenemente a nova Câmara Municipal sob a presidência do segundo vereador mais votado, o comendador Albino José de Siqueira, dirigindo a cerimônia, de conformidade com a lei, o presidente da Câmara Municipal da Estrela, município do qual acabava de ser destacado o de Petrópolis.

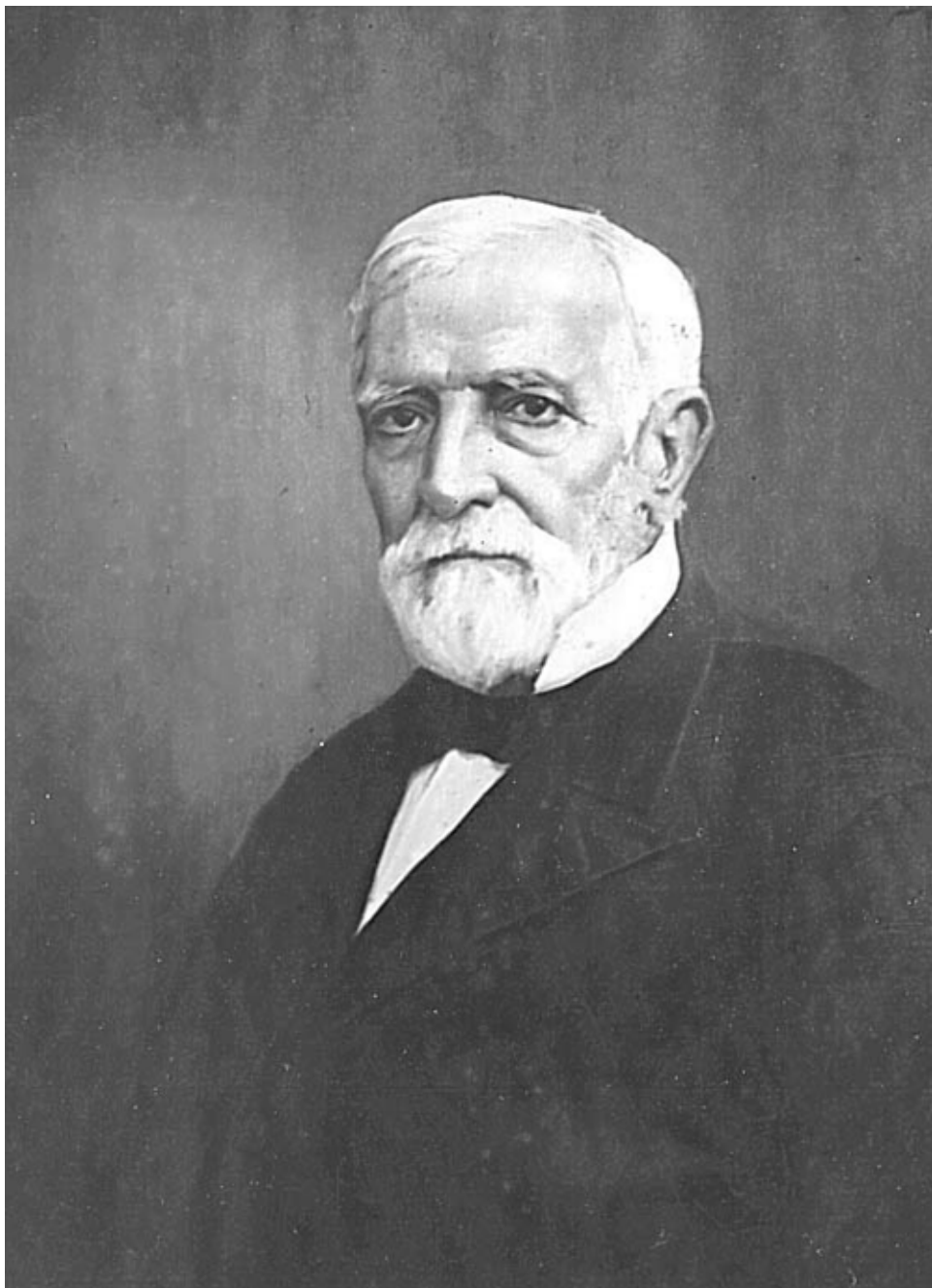
Para dar uma idéia do que então se passou, transcrevemos – conforme a encontramos no artigo que sobre o assunto publicou, na *Tribuna de Petrópolis*, a 14 de julho de 1909, o nosso ilustre confrade, o historiador petropolitano, cel. Walter Bretz, a quem devemos preciosas informações neste domínio – a notícia dada no dia seguinte pelo *Mercantil* sobre o que ocorreu na assinalada data.

“Como prevíamos, há muito, foi ontem o dia da nossa emancipação e um feliz dia foi considerado pela população reunida. Reinou em todos os peitos o júbilo e todos os lábios bendiziam aqueles que trabalharam incansáveis pela independência de um lugar, que julgavam estar condenado a ser eternamente sujeito a outro.

Às 11 horas, pouco mais, ou menos, ouviram-se retumbar pelos ares as girândolas, que anunciavam a chegada do digno presidente da vila da Estrela e o povo dirigiu-se em maioria para a casa destinada a ser o templo onde seria celebrada a solenidade da posse.

Esta teve lugar no prédio pertencente hoje a excelentíssima senhora d. Jesuína da Rocha Fragoso, à rua Paulo Barbosa, antigo nº 12, onde presentemente funciona a agência do correio desta cidade.

Presidiu-a, como ficou dito acima, o dr. Bernardino Alves Machado, presidente da Câmara da



O VISCONDE DE MAUÁ num de seus últimos retratos

Estrela, médico, chefe político, deputado provincial e cavaleiro da Ordem de Cristo, tendo servido de secretário o capitão Francisco Inácio Vargas, titular desse cargo na Estrela.

Presentes os nossos vereadores, e entre eles o sr. Albino José de Siqueira, digno presidente da nossa Câmara, foi proferido pelo estimado presidente da Estrela, o seguinte discurso, no qual, longe de se encontrar um único visio de despeito, reconheceu-se o desejo que esse senhor alimenta pela prosperidade da nossa nova cidade:

“Congratulo os habitantes de Petrópolis pela sua elevação à categoria de cidade, tendo-se feito a justiça devida à sua reconhecida importância e crescente prosperidade, que maior desenvolvimento vai por certo adquirir com a ilustrada administração de tão dignos vereadores.

Os elementos naturais de engrandecimento, a solícitude do governo da província e mais que tudo a desvelada proteção da Casa Imperial vos tornarão agradável e fácil a administração da nova municipalidade, sem sobrecarregar vossos co-munícipes com pesados impostos, bastando-vos, a princípio, alargar pouco e fiscalizar bem o que desta freguesia percebia a vila da Estrela e cujas tabelas serão fornecidas pelo nosso procurador e secretário, logo que exigirdes.

Não sendo antagônicos os nossos interesses, espero e peço que se mantenham as melhores relações entre a nova cidade e a vila da Estrela e vejo disso bem seguro garante no prestante cidadão que tem de presidir vossos trabalhos e que não se esquecera de que nasceu em Inhomirim e ali possui seus melhores estabelecimentos.

As administrações por parte do governo da província e da Casa Imperial, que fizeram Petrópolis nascer e crescer, devem ser respeitadas em vossas deliberações.

Cada passo de terreno conquistado sobre a natureza acidentada sempre grandiosa e bela destas

serranias, cada pedra de vossa cidade atestam um benefício e os nomes de suas principais ruas e praças perpetuarão vossa gratidão.

No governo da província sucedem-se os presidentes mas continua uma interrompida solicitude pelo engrandecimento de Petrópolis.

E o que diremos de S. M. o Imperador, que vos estabeleceu em terras do seu domínio particular, que aqui mandou construir a sua residência de verão, que particulariza seus socorros a vossos templos, a vossos hóspedes e à parte mais indigente de vossa povoação, que finalmente vos honra e anima com sua presença?

Não sou o intérprete mais apropriado de vossos sentimentos de gratidão e por isso limito-me a rogar-vos que me acompanheis na seguinte saudação:

Viva S. M. o Imperador!

Viva a família imperial!

Viva o augusto protetor de Petrópolis!”

Foi acolhido este discurso com geral aceitação, e o presidente da nossa Câmara, correspondeu com igual afabilidade ao do digno recitador.

A sala, destinada para este ato, achava-se magnificamente mobiliada, e a efígie do nosso augusto monarca, que a ornava, era obra do nosso compatriota, o sr. Fragoso, ao qual um futuro esperançoso se entreatre.

De tão solene ato foi lavrado um termo especial, em livro rubricado pelo presidente da Câmara da Estrela e que se encontra preciosamente guardado no arquivo municipal.

* * *

Finda a cerimônia da posse, aqueles que a presenciaram foram render ao Eterno suas fervorosas preces para que fosse duradouro o prazer que nessa hora se apossava deles, e acompanhados pelos membros da nossa Câmara, e alguns da Estrela, cumpriram respeitosamente essa obrigação que

lhes era destinada. (Esta solenidade constou de um Te-Déum cantado na matriz com grande assistência popular).

* * *

Às quatro horas da tarde outras girândolas que subiam ao ar anunciavam ter chegado a hora do banquete oferecido pelos nossos vereadores à população de Petrópolis no hotel de Bragança. Reinava o maior prazer em todos os semblantes, saudavam-se mutuamente os presidentes de ambas as Câmaras, os nacionais e estrangeiros e a maior boa ordem seguiu a todas essas saudações.

À noite, todos os moradores iluminaram suas casas, patenteando assim ser a alegria geral e na verdade era ela geral.

No hotel de Bragança houve grande baile popular que durou até alta madrugada.

* * *

No dia seguinte ao da posse da Câmara Municipal realizou-se a primeira reunião ordinária dessa corporação, sendo nomeados os primeiros funcionários e resolvido adotar-se, provisoriamente, o Código de Posturas em vigor na Vila da Estrela, deliberação que foi aprovada pelo governo provincial em 7 de julho do mesmo ano.

* * *

Os primeiros funcionários da Câmara Municipal de Petrópolis foram os cidadãos seguintes:

Secretário: alferes Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, ajudante do escrivão e fiel da superintendência da então Imperial Fazenda de Petrópolis, nomeado na sessão de 18 de junho de 1859.

Fiscal: Tomás Gomes Machado, nomeado na mesma sessão.

Procurador: Gregório José Teixeira, nomeado na sessão de 21 do mesmo mês, tendo sido fiador o negociante Baltazar José de Sousa Machado, conforme o termo assinado em 13 de junho desse ano.

Porteiro: Guilherme Nicolay, nomeado em sessão de 21 de junho.

Engenheiro: Ricardo Soares, empregado na diretoria da colônia, nomeado em 27 de agosto.

Guardas fiscais: Silvestre Antônio de Araújo e Antônio Moura de Gomes e Sá, nomeados aquele em 26 de setembro e este em 15 de outubro do supracitado ano.

* * *

O *Mercantil* e o *Paraíba*, jornais que se aqui publicavam nessa época, inseriram dias depois o seguinte edital, que foi o primeiro baixado pela nova edilidade:

“A Câmara Municipal, desta cidade, faz público que se acha empossada de seu cargo e, para constar, mandou afixar o presente. Paço da Câmara Municipal de Petrópolis em 18 de junho de 1859 – O presidente, Albino José de Siqueira. O secretário, Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda”.

* * *

Instalada e organizada a municipalidade de Petrópolis, Amaro da Veiga a quem magoara profundamente a decisão do ministro da Guerra negando-lhe licença para assumir a presidência da Câmara e determinando-lhe que se recolhesse à capital do Império “deu parte justificada de doente e havendo sido inspecionado de saúde passou a ser considerado doente” (biografia pelo cel. Laurênio Lago). Pouco depois a sua situação era definitivamente resolvida: “pela imperial resolução de 15 de novembro de 1859, tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar, o tenente-coronel Amaro Emí-

lio da Veiga foi reformado na graduação de coronel com o soldo de tenente-coronel” (biografia pelo cel. Laurênio Lago).

Nesse mesmo ano Veiga desligou-se das empresas de Mauá. Para o período de 1861-1864 foi novamente eleito vereador, com 209 votos, mas não tomou posse por se haver ausentado para fora do Império, e, mais provavelmente, por se haver desgostado da vida política ou não o impelir mais a essa atividade qualquer compromisso assumido com Mauá. Até o fim da sua vida, morou parte do ano em Petrópolis, onde várias pessoas ainda se recordam dele. Magro, ereto, com grandes suíças louras, ar distante, era uma figura austera e respeitável. De manhã era visto habitualmente no seu *brougham* que ele próprio guiava, de luva e cartola, muito empertigado, enquanto o cocheiro, de libré, no banquinho de trás, braços cruzados, sério e firme como um manequim, completava o conjunto de gosto acentuadamente vitoriano. Morreu nesta cidade a 22 de abril de 1896. A *Gazeta de Petrópolis* consagrou-lhe um brevíssimo artigo no qual lembrava que à sua atuação fora devida a emancipação de Petrópolis. A Câmara Municipal que, justamente nessa ocasião se achava reunida, para vergonha dela, não lhe prestou a menor homenagem; os edis de então, preocupados de romperem quaisquer laços com a derrubada Monarquia, não tiveram sequer o atilamento de aproveitarem o ensejo para, homenageando a Veiga, ferir de longe o exilado imperador que se lhe opusera ao intento.

* * *

Terminemos apresentando duas ligeiras observações que os próprios fatos que vimos comentando nos impõem.

A primeira diz respeito à reversão, que em nossos dias se operou, nas relações do município com os demais órgãos do governo, à situação vigente no tempo em que Petrópolis foi elevada à cidade. O recente decreto-lei federal nº 1.202, organizando o Departamento Administrativo dos Municípios, oferece interessantíssimas analogias com a lei de 1º de outubro de 1828 que regulava o assunto durante a monarquia.

Ambos esses atos souberam escapar à fascinação do prestigioso conceito de “autonomia municipal” para considerar na sua localidade concreta o município brasileiro, freqüentes vezes prejudicado pelos erros e enganos que, nas suas aplicações, esse falso conceito tem produzido entre nós.

A outra observação concerne à minguada eficácia das medidas políticas sobre os destinos profundos de um povo. Petrópolis tem-se desenvolvido e progredido constantemente, quer como colônia e povoado, quer como freguesia e distrito, quer como município autônomo na 1ª República, quer como município tutelado na monarquia e no Estado Novo, quer como simples cidade, quer como capital do Estado... E enquanto Petrópolis continuamente se adiantou, as suas rivais e semelhantes, as vilas que com ela tinham sido elevadas à cidade, Valença e Vassouras, se conservaram estacionárias ou então, regrediram e se arruinaram, como a da Estrela, da qual ela fora tributária e a de S. José do Rio Preto à qual começou pertencendo e que hoje constitui o mais distante dos seus distritos.

O seu progresso não dependeu em ocasião nenhuma do amparo ou do embargo de medidas unicamente políticas ou administrativas, mas dos elementos valiosos que contribuíram para a sua formação e entre os quais se contam o seu clima suave, a sua topografia pitoresca, a sua proximidade do mar e da capital do país, o reservatório no seu seio de possantes energias hidráulicas, a grande mescla em sua população logo no princípio, de europeus trabalhadores e morigerados...

Petrópolis constitui um conjunto único em nosso país: é uma cidade de veraneio e de turismo, para descanso, alívio e encanto de ricos; é uma cidade industrial, na qual vicejam fábricas e oficinas de toda a sorte, que dão subsistência a uma população de vários milhares de operários; e é uma cidade de estudo e meditação, onde trabalham numerosos colégios, escolas e cursos de todos os graus e onde se acolhem diversas congregações e ordens religiosas ocupadas, de acordo com os seus particulares estatutos, no duplo labor incessante e tranqüilo do serviço dos homens e do serviço de Deus...

Parece que a providência divina se comprouve em formar neste delicioso recanto fluminense uma cidade privilegiada, destinada a não sabermos que importante missão na história espiritual da nossa pátria.

Foi, talvez, profeta o escritor que, no número inaugural do *Paraíba*, publicou que “a cidade de Pedro não podia ser predestinada para nada menos do que para a capital do Império”.

Esperemos, confiadamente, na realização desses grandes destinos e, se tanto nos for dado, contribuamos para isso, imitando o exemplo de atividade honesta e digna que nos deixaram esses antigos benfeitores de Petrópolis, um Mauá, um Veiga, cujos cometimentos acabamos de rememorar.

Mesquita Pimentel

IMPERATRIZ AMÉLIA

Imperatriz Amélia

A princesa Amélia Eugênia Augusta Napoleona, – Amélia Beauharnais, duquesa de Leuchtenberg e Eischstoedt, imperatriz do Brasil e duquesa de Bragança, foi acima de tudo, “a imperatriz de encantamento e doçura”.

Considerado o ânimo ardente e impulsivo de Pedro I, não será por certo temeroso, nem imprudente, dizer-se que o entusiasmo inicial do monarca foi pela formosura e mocidade de d. Amélia. A deslumbrada primeira impressão do imperador ao vê-la, e criando a Imperial Ordem da Rosa sob a divisa – “Amor e Fidelidade” – haveria de definir desde logo a significação dessa mulher em sua vida.

Muito bonita, afetuosa, educada, inteligente, e de apurada formação moral, Amélia exerceu sobre d. Pedro I uma verdadeira ação catalítica.

Relembrando, simplesmente, essa circunstância, não nos propomos no entanto, desenvolver aqui, nem mesmo tratar desse assunto. Levados pelo intuito de divulgar interessantes peças da iconografia de d. Amélia, existentes no Museu Imperial, nas quais se acentuam esses aspectos da imperatriz, vamos por outro lado reproduzir trechos esquecidos de jornais, que ilustram a matéria e evocam pitorescas usanças da época imperial. Está neste caso o caprichoso cerimonial da chegada da imperatriz ao Brasil, e a extraordinária importância ao fato atribuída, tudo isso num tal requinte de hipérboles que, para os nossos dias, se apresenta como um delicioso conto de fadas.

Assim é que a 16 de outubro de 1829 chegava ao Rio a fragata *Imperatriz*, e o imperador, “saindo prontamente a barra em barca de vapor, acompanhado dos excelentíssimos ministros de Estado e criados da sua Imperial Casa, encontrou a poucas milhas da barra a desejada fragata, e passando ao escaler, e desde a mencionada, os primeiros objetos, que se

apresentaram à sua vista foram a augusta imperatriz, e a senhora dona Maria II, rainha fidelíssima, sua muito amada e prezada filha. Entre demonstrações de amor e de respeito, no tropel de idéias que assaltaram sua imaginação, o coração de Sua Majestade o Imperador sofreu o embate violento de paixões diversas, e fora milagre que por um momento não sucumbisse à torrente de prazer, que inundava sua grande alma. Mas recobrando logo os sentidos, desafogou mais tranqüilo seus sentimentos em gratos colóquios, o que sucedeu o jantar, onde nenhuma atenção mereceram as iguarias, entretido (e não saciado) o apetite com tão encantadora cena. Entretanto, a imperial fragata rebocada pela barca de vapor entrava ufana a barra entre multiplicadas salvas, e logo a seguiam a fragata imperial *Isabel*, e a inglesa *Seringapatan*, e francesa *La Magiciene*, que tinham ido encontrar a Sua Majestade Imperial a Imperatriz.”¹

Quarenta e sete dias gastou de viagem d. Amélia para vir de Portsmouth ao Rio, e em sua companhia, além de seu irmão o príncipe Augusto de Eischstoedt e a rainha de Portugal, a baronesa de Sturnfeder, os condes de Meyan e Spritz, um antigo general íntimo amigo do príncipe Eugênio, dois coronéis, cinco capitães, o médico e o confessor.

A cidade do Rio de Janeiro engalanou-se de modo singular, e os seus habitantes viveram intensamente por muitos dias.

Não foram apenas as medidas governamentais que promoveram as públicas alegrias pelo acontecimento.

A iniciativa e a participação privada foram marcante nota de franco e dilatado júbilo popular. A imprensa exaltava o episódio de maneira a dar-lhe a coloração de novos destinos e maiores glórias à pátria. O povo dançava e cantava pelas ruas. E até as colônias estrangeiras entenderam contribuir com sua homenagem especial.

Não admira, pois, que por força de semelhante significação dada ao segundo casamento do sr. d. Pedro I os programas oficiais fossem os mais imponentes.

1. *Diário Fluminense*, de 17 de outubro de 1829 (Biblioteca Nacional).



Retrato a óleo da imperatriz Amélia, atribuído a Armand Pallière
(Coleção do Museu Imperial)

E como não haverá palavra atual capaz de ser aceita como verossímil para bem reviver a memória daqueles dias brasileiros, nada mais razoável que acompanhar os documentos da época, e de quando em vez, deixá-los fielmente falar, na eloquência de sua incrível quanto pitoresca realidade.

Assim foi que a decoração das ruas, notadamente as da passagem do cortejo conduzindo Suas Majestades de bordo para a Capela Imperial, merece a descrição de alguns detalhes. Entre os artistas que se esmeraram nessa arte, basta referir os pintores José Leandro e Francisco Pedro do Amaral, e Pezeirat, arquiteto das imperiais quintas. E aqui um trecho do assunto, escrito no *Diário Fluminense*: “Na rua Direita, no canto da rua dos Pescadores, havia um outro arco de 18 palmos de abertura e 9 de largo, e com 40 palmos de altura até a cimalha real, decorado com quatro colunas da ordem Corinthia composita; tinha no centro uma cúpula, com a cifra das letras iniciais dos nomes de Suas Majestades Imperiais e num escudo sustentado por himeneu e amor, que com uma grinalda de flores coroavam esta cifra.

Sobre os corpos salientes da platibanda repousavam as figuras seguintes: na face do Norte à direita o Rio gravado em um tronco o dia 16 de outubro de 1829, e sobreposta a Fama; e da esquerda o Brasil, e o anjo tutelar do Império. Da face do Sul ornavam o lado direito Minerva e a Paz, e o esquerdo a Aurora e a Abundância; e nas platibandas os nomes por extenso de Suas Majestades Imperiais. Por baixo do arco distinguiam-se os dois nichos, onde se colocaram dois meninos de 10 para 11 anos com açafates de flores, no felicíssimo dia 17 do corrente, lançando-se sobre os coches, que conduziram Suas Majestades Imperiais, que nas noites de iluminação foram substituídos por vasos de flores”².

No canto da rua do Sabão se elevou um arco triunfal, e dos ornatos destacava-se, entre outros dísticos contendo versos o seguinte:

*“Ardentes votos atendidos foram;
És nossa, és do Brasil, Princesa augusta:
As pompas de Himeneu nunca ilustraram
Laços mais belos, União mais justa”.*

2. *Diário Fluminense*, de 31 de outubro de 1829.

A arquivolta do arco era abrihantada pelas 19 estrelas das Armas do Império, e aos lados da mesma pendiam de dois gênios festões de flores. Coroava a cimalha um friso geral, em que estava gravada a inscrição:

“Petro & Ameliæ Populus Fluminensis consecrat”.

Fronteiro à praça do Comércio, um lindo peristilo dórico foi erigido, em nome da Imperial Guarda de Honra, e basta dizer-se que a sua concepção foi de Grandjean de Montigny.

No caminho de São Cristóvão, junto à ponte da propriedade do comendador Manoel Caetano Pinto, imponente arco se erguia, e entre os dizeres, este:

*“Só faltava ao Brasil para ser ditoso
Amélia possuir; render-lhe cultos,
Se Pedro há feito do Brasil a Glória
Delícias do Brasil vêm ser Amélia”*

Das homenagens prestadas pelas colônias estrangeiras sobressaía a do comércio francês que erigiu uma coluna, à imitação de Vendôme de Paris, trabalho executado por um sr. Augé, com o auxílio de carpinteiros da esquadra francesa, que o contra-almirante Grivel franqueou do melhor agrado.

E aí está uma amostra do aparato decorativo, com que a cidade do Rio de Janeiro recebeu a segunda imperatriz do Brasil.

No dia imediato à sua chegada, devia a imperatriz Amélia pôr o pé em terra.

Respeitemos, para tanto, o sabor descritivo do periódico contemporâneo:

“Enquanto Suas Majestades Imperial e Fidelíssima repousavam a bordo da fragata Imperatriz, as salvas de artilharia das fortalezas e das naus, a iluminação da cidade, os repiques dos sinos, preveniam o dia feliz 17 do corrente –, em que deviam ser abençoados os votos do augusto imperador do Brasil.

Sua Majestade o Imperador tinha vindo para terra ao anoitecer.



Imperatriz d. Amélia
Litografia de Senefelder, posteriormente colorida a mão por Julien
(Coleção do Museu Imperial)

Entre as formosas iluminações que mencionamos, sobressaía a dos navios de guerra imperiais, que formavam duas linhas a saber, no poço em frente ao paço, a fragata *Imperatriz*, a nau *Pedro I*, as fragatas *Isabel*, *Maria Isabel* e *Paraguassu*; e a terra prolongadas com o paço as canhoneiras *Greenfell*, *Itaparica*, *Pojuca*, *Jacuipe* e *Jaguaribe*.

Toda a esquadra era comandada pelo ex.^{mo} conde de Souzel, que tinha arvorado sua insígnia de vice-almirante a bordo da fragata *Imperatriz*.

Raiou o dia suspirado 17 de outubro aplaudido por salvas de artilharia, e festejado por luzido embandeiramento de todas as embarcações de guerra nacionais e estrangeiras ordenadas em arco.

No Arsenal da Marinha havia-se preparado num magnífico desembarque com um soberbo arco de elegante, e majestosa arquitetura; estando assoalhado todo o pavimento desde o cais até o arsenal, e coberto de ricas tapeçarias, guarnecidos os lados por duas ordens de pilastras, de que pendiam grandes globos de vidro.

Estava pronta a ser lançada ao mar a nova corveta *Amélia*, recordando o nome adorado de Sua Majestade a Imperatriz; e de antemão preparado o camarim de que SS. MM. II. deviam presenciar este ato, guarnecido esplendidamente, e com a maior elegância. Infelizmente, torrentes de chuva que duraram todo o dia, vieram de alguma sorte embutir o esplendor, com que se patenteariam sentimentos de tanto júbilo, sem todavia poderem resfriar o ardor e entusiasmo, que tão dignamente os haviam produzido.

Mas aquela multidão de agoa não embaraçou a Sua Majestade o Imperador de embarcar no cais de S. Cristóvão pelas 11 horas da manhã, na sua grande galeota, acompanhado das mais embarcações que compõe o seu estado de mar, todas no mais alto grau de asseio, bom gosto e riqueza: às 11 horas e 40 a bordo da fragata *Imperatriz*; e quando Sua Majestade Imperial se aproximou à linha dos navios de guerra, salvou toda a esquadra.

Desde às 10 horas se achava no Arsenal de Marinha a Guarda dos Arqueiros, a Imperial Guarda de Honra, o 1º Batalhão de Granadeiros, e toda corte.

Ao meio-dia largou SS. MM. de bordo, salvando então os navios de guerra com as tripulações nas vergas, que deram

sete vivas a SS. MM. vinte minutos depois anunciaram as salvas de todos os navios de guerra, e fortalezas a chegada de SS. MM. II. ao Arsenal de Marinha, onde se achava a oficialidade do corpo da Armada, e da artilharia da Marinha, assim como a companhia dos guardas-marinhas.

Inumerável multidão de povo sem embargo da copiosa chuva se apinhava, e empurrava para ter a felicidade de avistar os digníssimos consortes, objeto da sua curiosidade, quanto do seu amor. Suas Majestades conservaram-se algum tempo dentro da galeota, e depois das cerimônias do estilo, se pôs em marcha o respectivo acompanhamento precedendo uma girândola à nova salva dos navios de guerra e fortalezas.

A ordem de marcha era a seguinte:

Precedia um piquete de 20 soldados, comandado por um oficial subalerno, a que se seguia a música das imperiais cavalariaças, iam então os correios de gabinete, e após destes o rei d'armas, arauto e passante.

Sucediam doze porteiros, seis da missa, e outros tantos da cana, e tanto estes como os precedentes todos a cavalo.

Marchava então o grande acompanhamento das pessoas, que tem o título de Conselho, e daqueles que fazem corte, em que não coube emprego na Casa Imperial, todos em suntuosas carruagens de vidros, ostentando a riqueza e o bom gosto.

A esta comitiva seguia num piquete da imperial guarda de honra, comandada por um subalerno; e logo os moços da estribeira a cavalo.

Tinha o primeiro lugar entre os coches o que conduzia o mordomo-mor, e veador de Sua Majestade a Imperatriz, e o veador de Suas Altezas Imperiais.

Era o segundo o que conduzia os excelentes marquês da Palma, João da Rocha Pinto, José Alexandre Carneiro Leão e Joaquim José de Siqueira como mordomo-mor, camareiro-mor, camarista de semana de Sua Majestade o Imperador e o mestre-de-cerimônias da corte.

Seguia-se o que conduzia o ex.^{mo} marquês de São João Marcos, como estribeiro-mor de Sua Majestade o Imperador, acompanhado de um moço da estribeira a cavalo, um de cada lado.



Porta-livro em madeira, com coroa imperial e a inicial A, pertencente à imperatriz Amélia
(Coleção do Museu Imperial)

Era imediato o que conduzia os astros brasileiros Suas Altezas Imperiais com suas damas, e a ex.^{ma} marquesa de Aguiar, camareira-mor, acompanhado como o precedente.

Foi então que o maior alvoroço e com transportes da mais sincera alegria aplaudiram todos os espectadores a augusta presença de Sua Majestade a Imperatriz, acompanhada do ex.^{mo} marquês de Barbacena, e de suas damas, em um pomposo coche a oito cercado de moços da estribeira.

Com júbilo não menor se via a Sua Majestade o Imperador, e a senhora rainha fidelíssima a senhora d. Maria da Glória, e Sua Alteza Real o duque de Leuchtenberg em outro coche a oito à direita do qual ia o ex.^{mo} marquês de Cantagalo, capitão da guarda, e da esquerda o estribeiro-mor, formando-se em alas ao lado do mesmo os moços da câmara, e por fora destes os moços da estribeira, todos a pé, e com o chapéu na mão.

Seguiam-se entre as rodas do coche os ajudantes-de-campo de Sua Majestade o Imperador, e fechava esta pomposa e muito numerosa procissão a esplêndida Guarda de Honra, comandada pelo chefe o ex.^{mo} conde de Vila Nova de São José.

Ia então o coche que conduzia as damas de Sua Majestade a Imperatriz, e as de Sua Majestade fidelíssima a que se seguia o que levava os criados de S. A. o duque de Leuchtenberg, fechando esta magnífica procissão um esquadrão de cavalaria.

A 1 ³/₄ hora chegaram Suas Majestades à Capela Imperial onde foram recebidos primeiro pela Câmara, e depois pelo Ex.^{mo} bispo capelão-mor, o qual acompanhado de seu cabido, em ricos paramentos, deu a cruz a beijar a Sua Majestade a Imperatriz, que na plenitude de sua devoção lhe prestou a devida adoração.

Seguindo Suas Majestades Imperiais para a capela-mor, ali o mesmo ex.^{mo} bispo procedeu às bênçãos do ritual romano, entoando depois o *Te-Déum*, que foi cantado pelos professores da Imperial Câmara e Capela, sendo a música da composição de Sua Majestade o Imperador, a quem a natureza liberal concedeu todos os talentos.

Não recearemos parecer exagerados nem lisonjeiros, quando abonados pelo testemunho de todos os espectadores, acrescentamos que as lágrimas de ternura corriam aos olhos

de S. M. I. durante aquela religiosa cerimônia; nem era possível que faltassem os sentimentos de piedade neste ato, aquele que os havia ostentado há pouco produzidos pela sensibilidade natural, e pelas excelentes qualidades que adornam o seu imperial coração.”¹

No domingo, 18 de outubro, Suas Majestades deram audiência solene ao corpo diplomático e concederam a seus súditos de beijarem suas augustas mãos, sendo este ato precedido pela salva das fortalezas e navios surtos no porto.

À tarde, o imperador e a imperatriz se transportaram em riquíssimo coche a oito à capela da Senhora da Glória, objeto da particular devoção de d. Pedro, e o seu trânsito foi festejado com colchas de seda pelas janelas das residências e muitas flores que à porta lançavam sobre a sua carruagem os moradores.

No dia 19, festa de São Pedro de Alcântara, 1º padroeiro do Império, houve grande parada militar. Deixemos dizer, um pouco, no seu detalhe noticioso, o *Diário Fluminense*:

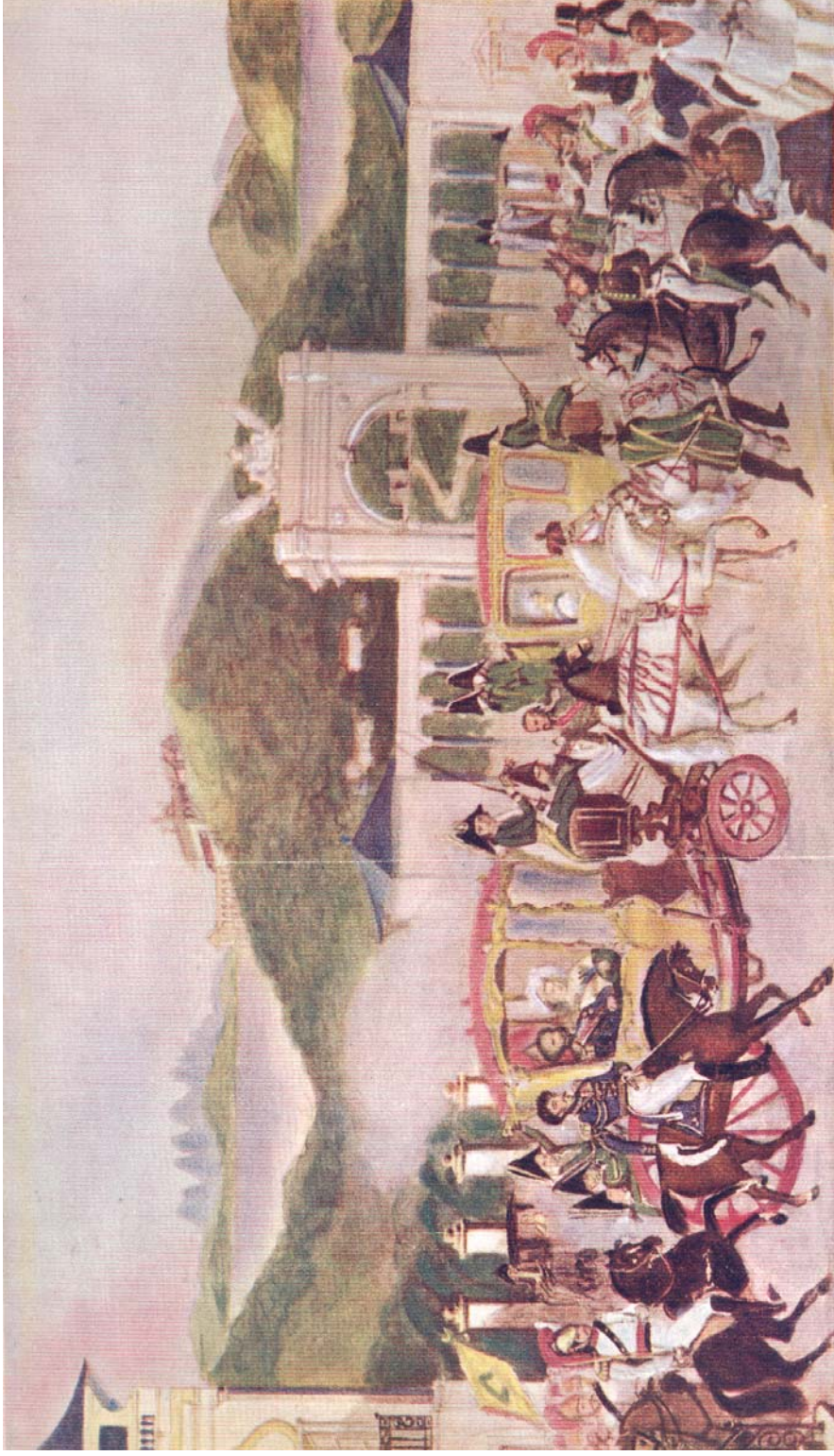
“Pelos 3 horas da tarde achava-se a tropa no campo da Aclamação, formada em duas brigadas, a primeira composta do Batalhão do Imperador, do de Granadeiros, e 3º de Caçadores, e dois esquadrões de cavalaria, estando entre esta e a 1ª Brigada 4 bocas de fogo de artilharia a cavalo, e 2 baterias de artilharia de posição de 6 peças cada uma.

A segunda brigada composta dos Batalhões de Caçadores 9 e 26, 4 bocas de fogo de artilharia a cavalo, e dois esquadrões de cavalaria.

Comandava a 1ª o sr. brigadeiro Vasconcelos, e a 2ª o sr. coronel Lima e o sr. coronel Bracete comandava a artilharia; e toda a divisão era comandada pelo ex.^{mo} sr. general conde de Rio Pardo.

Às 4 horas da tarde entrou no campo Sua Majestade a Imperatriz em um pomposo coche a oito, juntamente com S. M. Fidelíssima, e SS. AA. II., suas augustas irmãs, acompanhada de um esquadrão da Imperial Guarda de Honra; e o ex.^{mo} sr. conde general lhe fez a devida continência.

1. *Diário Fluminense*, de 19 de outubro de 1829.



Cena pintada por Paillière, representando a chegada da imperatriz Amélia e da rainha Maria II ao Brasil (Coleção do Museu Imperial)

Logo chegou Sua Majestade o Imperador a cavalo, acompanhado de S. A. o príncipe de Leuchtenberg, e de seus ajudantes-de-campo, e seguido por um esquadrão da Imperial Guarda de Honra.

Sua Majestade o Imperador, tendo recebido a continência passou em revista as tropas, e tomou o comando das mesmas, sendo então a 1ª Brigada comandada pelo sr. marechal Lázaro José Gonçalves, e a 2ª pelo sr. brigadeiro Lima, e a artilharia pelo sr. brigadeiro Vasconcelos.

Mandou o mesmo augusto senhor a continência a Sua Majestade a Imperatriz; a que se seguiu a salva de 101 tiros e as três descargas, e os vivas a Sua Majestade.

Depois das mais acertadas evoluções marchou a tropa em continência.

Sua Majestade a Imperatriz entrou no coche magnífico, com sua majestade fidelíssima e SS. AA. II., e Sua Majestade o Imperador, prosseguiu a cavalo à direita do coche, e juntamente S. A. I. o príncipe de Leuchtenberg, fechando o acompanhamento a Imperial Guarda de Honra.

Chegados SS. MM. II. ao paço, dignaram-se conceder a honra de beijar a suas augustas mãos aos oficiais que ali se achavam presentes, realçando com mais esta prova de sua imperial benignidade, as demonstrações já manifestadas da satisfação, com que recebiam tão repetidos sinais de afeto e respeito a objetos tão sagrados”.

A participação pública foi de molde a bem evidenciar o regozijo geral pelo extraordinário acontecimento. Segundo os jornais, além das grandes iluminações oficiais e coletivas, distinguiram-se entre muitas, promovidas por particulares, as dos srs. marquês de Santo Amaro, João Valentim de Faria de Souza Lobato, dos srs. Madureira Pará, defronte do Arsenal de Marinha, Braga, no largo do Capim, Duvivier, na rua do Ouvidor, do dono da fábrica de chapéus de seda na rua da Ajuda e Mariano, na praça da Constituição. Nas noites de 27 e seguintes, diversos grupos de máscaras, em ricos vestidos à imitação de turcos, velhos, mouros e outros, acompanhados de música, dançaram pelas ruas da cidade, e lograram ser apreciados por Sua Majestade, num tablado posto no campo da Aclamação.

Pedro Plancher-Seignot, editor estabelecido na rua do Ouvidor, 95, anunciava dar brevemente a público, pelo preço de 2\$000 o “Esboço da vida e campanhas do príncipe de Leuchtenberg, augusto pai de nossa imperatriz, ornado do retrato do mesmo herói”.

A veia poética popular extravasava, por sua vez, em abundância igual à modéstia dos seus recursos literários, por toda a imprensa.

Aqui está um exemplar colhido:

“Debalde o grão Tonante dividira
Com seu cetro dourado adamantino
Esse lago cerúleo, Netunino,
Das campinas, que Ceres doma, e mira.
Debalde Prometeu, que se conspira
Contra o mesmo poder alto, e Divino,
Sofrera da arrogância o prêmio dino,
Intimando aos mortais de Jove a ira.
O Grande Pedro, o forte, o poderoso,
Mil nadantes baixeis postos em frente,
Abate de Netuno o colo undoso;
E altercando com Jove onipotente,
Submetido a Seus Pés o mar iroso
Reduz o Mundo inteiro à continente.”

Vários foram os atos de d. Pedro I, como sinal de regozijo pelo seu feliz consórcio, destacando-se o avultado número de promoções nas classes armadas e funcionalismo público e as condecorações conferidas.

Ao novo cunhado, que dentro em pouco tempo, seria também seu genro como esposo da rainha de Portugal, conferiu o imperador o primeiro título de duque que o Império possuiu, pela seguinte carta:

“O príncipe de Eischstoedt, e duque de Leuchtenberg, Amigo: Eu D. Pedro Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Império do Brasil vos Envio muito saudar como aquele que muito amo e Prezo. Tendo-Me sido extremamente grata a vossa vinda a este Império na ocasião



Imperatriz d. Amélia e a princesa d. Maria Amélia
Litografia de J. Fertig, segundo Dürck
(Coleção do Museu Imperial)

afortunada do Meu Faustoso Consórcio com a Princesa Amélia de Leuchtenberg, vossa Irmã, e hoje Minha Muita Amada e Prezada Mulher: E desejando, em atenção às altas qualidades que vos distinguem, Mostrar, por um testemunho, que dure na memória dos homens, o puro afeto, que vos Consagro, e a justa estimação, que Faço de vossos sublimes méritos e virtudes: Hei por bem e Me Praz Conferir-vos o Título de Duque de Santa Cruz com o Tratamento de Alteza Real. Nosso Senhor vos haja em Sua Santa Guarda. Escrita no Palácio da Boa Vista em cinco de novembro de mil oitocentos e vinte e nove, oitavo da Independência e do Império. *Imperador Com Guarda. José Clemente Pereira*”.

No recolhimento da família, no íntimo aconchego do paço, uma cena doméstica refletia os bons augúrios com que era recebida a imperatriz Amélia, aquela que, excelente e dedicada esposa, procuraria ser, com abundância de coração, a mãe de seus enteados.

D. Januária, em nome dos órfãos de d. Leopoldina, recitou-lhe estes simples quanto expressivos versos, da lavra do cônego Boiret, capelão-mor do Exército:

“Qu’il est cher, qu’il est doux
Ce nom qui sur la terre
N’existoit plus pour nous
Le tendre nom de mère.
Je le croyois perdu,
Ce charme de la vie,
Mais il nous est rendu
Par vous, Belle Amélie
Qu’il nous soit donc permis
De dire à Notre Mère,
Nous Vous serons soumis
Tout comme à Notre Père.
Du respect de l’amour
Et de l’obéissance
Vos enfans dans ce jour
Vous donnent l’assurance.

Leurs cœurs jusqu'á présent,
Etoient tout à leur Pere
La moitié maintenant
Appartient à leur Mère.
Pour ces engagements,
Que nous venons de prendre,
Donnez à vos Enfants
Le baiser le plus tendre”.

Efetivamente, dona Amélia passou a demonstrar o maior carinho pelos enteados, e são bem conhecidas várias de suas cartas aos mesmos, notadamente a tocante missiva dirigida a Pedro II no momento da despedida.

Duas inéditas cartas a dona Januária merecem ainda ser divulgadas: ¹

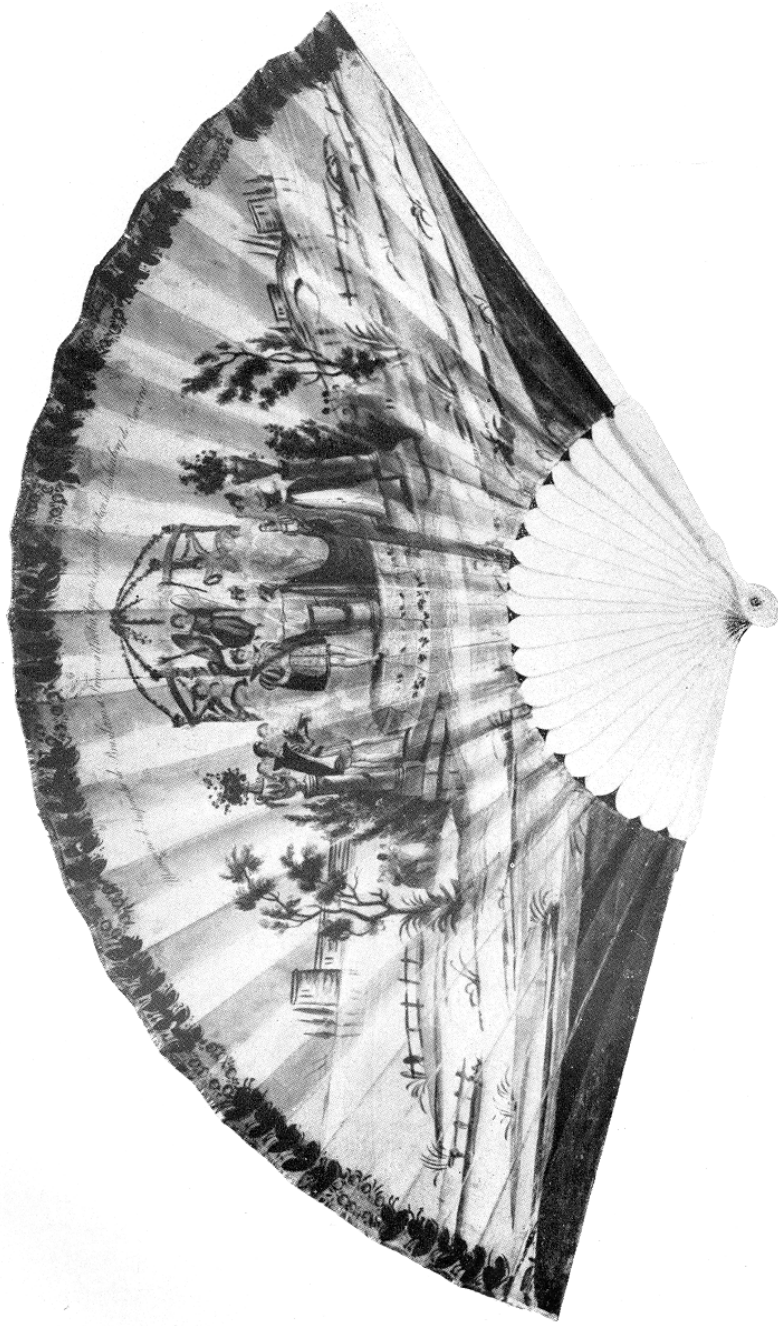
“Paris, 9 de janeiro de 1833.

Aproveito pressurosamente, minha cara Januária, a partida do sr. Guyon para o Rio de Janeiro para dar-te notícias nossas e assegurar-te da viva ternura que tenho por ti.

Não comecei este ano novo sem formular votos bem sinceros pela tua felicidade, pela de tuas irmãs e de teu irmão, e o bom Deus atenderá o coração de uma mãe. O meu está bem atormentado de saudades (*sic*), pois neste momento estou também separada de teu pai e não se passa dia sem que eu rogue por ele e por vós.

O sr. Rocha ², ministro do Brasil, que hoje vi, disse-me que acabava de receber pelo paquete notícias do Rio de Janeiro e que vós estáveis muito bem. Também espero, com impaciência, uma carta do Porto, de teu pai, pois as últimas são de 17 de dezembro.

1. Tradução da cópia feita do original, em francês, por Luís Aleixo Boulanger, que consta de um álbum pertencente ao sr. Francisco Marques dos Santos, pelo professor Hélio Vianna.
2. José Joaquim da Rocha, figura preponderante no episódio do “Fico”, exilado com os Andradas, em 1823, ministro do Brasil em Paris de 1831 a 1834.



Leque comemorativo do casamento de d. Pedro I com d. Amélia de Leuchtenberg, com varetas de osso e folha de papel pintado a guache, na qual se vê a seguinte legenda: "Matrimônio do Imperador do Brasil com a Princesa Amélia, Augusta, Eugênia, Napoleón de Leuchtenberg de Baviera"
(Coleção do Museu Imperial)

Tua irmã Maria e eu vamos passando muito bem, mas tua pequena irmã Amélia está um pouco doente por causa dos primeiros dentes que estão prestes a sair.

Adeus, minha cara e bem amada filha, eu te abraço de todo o meu coração e sou, por toda a vida,

tua mãe terna e amiga.

Amélia

Meus cumprimentos a tuas damas, etc., etc. e uma palavrinha envio à boa Joana Pinto.

Envio-te uma pequena cesta de trabalhos, um pequeno necessário de pau de sândalo e um trabalho começado que eu sei que tu desejas, um par de suspensórios em pano de seda.

Encontrarás também três braceletes de cabelos que são de tua irmã Maria; um par para ti, os outros dois para tuas duas irmãs”.

“Paris, 1º de março de 1833.

Minha cara e bem amada Januária.

A carta que te escrevi em 9 de janeiro, bem como a tuas irmãs e a teu irmão, ainda não foram remetidas porque o sr. Guyon, que devia ser o portador, adiou a sua viagem ao que parece. Entretanto, como vai sair um navio do Havre para o Rio, aproveito-o para enviar as minhas cartas anteriores e as pequenas bagatelas que nelas anunciei, meus caros e bons filhos. Acrescento esta palavrinha, a fim de dar nossas notícias mais recentes e enviar-te alguns livros, assim como às tuas irmãs e a teu irmão, os quais reúnem o útil ao agradável. Embora cada um de vossos nomes esteja marcado nos livros, a fim de que não haja confusão, faço aqui a lista dos mesmos e a quem eu os destino:

Para teu irmão Pedro: 1º “História de França”, de Colart, 1 volume. 2º “Máximas morais e políticas extraídas de Telêmaco”, 1 volume. Para ti: “Os anais da virtude”,

de madame Genlis, 5 volumes. Para tua irmã Paula: “As conversações de Emílio”, 2 volumes. Para tua irmã Francisca: “Entretenimentos, dramas e contos morais”, por M^{lle}. de la Fite, 4 volumes.

Espero que estes livros vos dêem prazer, e que contribuam para vos dar gosto pela leitura. Se desejarem alguma coisa que eu possa enviar, escrevam-me francamente, pois será para mim uma felicidade poder vos provar a minha ternura.

Ah! minha cara Januária, tu já estás em idade de poder sentir e refletir e conhecer a saudade de teus pais. Faça o céu com que eu possa ainda uma vez em minha vida apertar-vos sobre o meu coração com estes braços que não podem vos atingir no Brasil.

Tua irmã Maria te abraça; ela passa muito bem e nós falamos muitas vezes de ti; tua irmãzinha Amélia já está começando a falar e nós lhe ensinamos a pronunciar os vossos queridos nomes. As últimas notícias que recebi de teu pai são de 21 de fevereiro estava bem, graças ao céu.

Adeus, abraço-te de todo o meu coração.

tua amiga por toda a vida
tua devotada e terna mãe
Amélia.

Envio aqui uma palavrinha da baronesa de Sturnfeder para Maria Antônia, a quem tu farás o favor de a entregar”.

E como fecho destas notas acerca da imperatriz Amélia, merece ser lembrada a carta por ela dirigida aos enteados narrando a morte de dom Pedro I:

“Lxa. 29 de 7^{bro}. 1834.

Minha cara filha: eu te escrevo com o coração retalhado de dor, não sabendo que verdadeiramente como te anuncie o terrível acontecimento que me torna desgraça para todo o resto de minha vida!!! Admiras-te de se passar tanto tempo sem receberes notícias minhas, o que depreendo de vossa boa carta de 7 de junho que (?) que recebi os dias passado (*sic*), ai de mim! o estado de teu infeliz pai, que de dia em dia se tornava pior, era a causa do silêncio, porque eu não o deixava e me esforçava incessantemente em provar-lhe por



Peça de cristal que pertenceu à imperatriz Amélia
(Coleção do Museu Imperial)

meus cuidados, e ternura quanto o amava! Minhas súplicas foram vãs, os socorros da arte inúteis: Deus quis chamá-lo a si!!! Ele expirou em meus braços no Palácio de Queluz a 24 de setembro, pelas 2 ½ oras (*sic*) da tarde, depois de longos e cruéis sofrimentos, que suportou com uma resignação e piedade edificante! Não se iludindo nunca a respeito de seu estado, se preparou para a morte, e fez suas disposições alguns dias antes do fatal momento, em que roubado a sua esposa aflita, e a seus pobres filhos, passou para uma melhor vida. Morreu como um santo mártir e filósofo cristão, e jamais houve uma morte tão tranqüila! Está no céu presentemente, meus caros filhos, junto de vossa excelente mãe e de vossa boa irmã Paula, e roga por nós. Ele prometeu e disse tão bem para vos escrever que no seu leito de morte ainda vos abençoava!! Ele agora está no céu, e Deus o terá indenizado multiplicadamente, de todos os sofrimentos que teve na Terra. Nós, eu sua infeliz viúva, e vós todos seus infelizes filhos (esta palavra está riscada) órfãos, somos dignos de compaixão; por que perdemos o nosso melhor amigo e protetor! Rogai e chorai comigo meus infelizes filhos, e que Deus tenha piedade de nós. No dia 27 a noite teve lugar o enterro, vosso pai foi depositado na igreja do antigo convento de S. Vicente, junto de seus avós; seu coração, será transportado para o Porto segundo sua última vontade. Em seu testamento também me nomeou tutora de todos vós, meus bons filhos, e este sinal de seu afeto me tocou muito; por que me prova que ele sabia apreciar, o que eu vos tinha. Quanto serei feliz de poder voar meus amados filhos para vos provar ao menos que vós ainda tendes uma mãe que vos ama, e quer votar-se a vós. Porém de longe como de perto eu não pensarei, e não me ocuparei senão de vós, pedindo a Deus que vele sobre vós, e que me dê força para viver até que eu tenha a consolação de vos tornar a ver, de vos abraçar, e abençoar. Tende sempre em lembrança vosso bom pai; e seu espírito vos guie, e aclare em todas as vossas ações. Minha cara e boa Januária, como não tenho tempo de escrever a teu irmão, e a tua irmã mostra-lhes esta carta, que será também para eles, e abraça-os de minha parte, guardando para ti um terno beijo.

De tua afetuosa e infeliz
mãe e amiga
Amélia.

Tu não podes fazer idéia da tristeza que reina aqui, até os miguelistas choram, dizendo que eles perderam o seu protetor; e é ao menos para mim uma consolação ver a maneira tocante com que os portugueses testemunham sua veneração; seu amor e seu reconhecimento à memória do herói, a quem tive a fortuna de ser unida, e que os livrou sacrificando sua própria vida. A enfermidade de teu infeliz pai data do Porto; pela autópsia do corpo viu-se que o pulmão direito estava cheio de água, que pesava para mais de 2 litros e o esquerdo não existia. O coração estava dilatado. Ah! meu Deus como deveu sofrer teu infeliz pai!!!

Ajunto aqui cabelos de teu pai, para ti, teu irmão e tua irmã.
Tuas irmãs te abraçam, bem como a Pedro e Francisca.”

E por esses documentos, pode bem verificar-se que Amélia de Beauharnais foi a “imperatriz de encantamento e doçura”.

Alcindo Sodré

P. n.º. Elle prometiu ediffe taoben p.
vos exercer, q' no seu leito de morte ainda
vos abençoava!! Elle agora esta no leito
e d' obediencia indenizada, multiplicada
de todos os espiritos q' teve na terra. Vos,
em sua infeliz vida, e os todos seus infelizes
filhos, os irmãos, somos dignos de con-
paração; P. b. perdemos o nosso melhor
amigo, e Protector! Jogad e chorai con-
go meus infelizes filhos, e tenha piedade
de nós. No dia 24.º ante tize lugar
seu enterro, e o seu Caj foi depositado pro Toge-
jo do antigo Convento de S. Vicente, jun-
to de seu P. n.º; seu coração, sera' trans-
portado p' o doze seg.^{da} sua ultima vontade.
Em seu testam.^{to} tapben me nomeou tu-
tora de todos vós, meus bons filhos, e este
signal de seu affecto me tocou m.^{to};
P. q' me prova q' elle sabia apreciar, e q'
seus filhos tinham. Quanto serai feliz de
poder voar meus amados filhos, e os
provar aomenos q' não ainda q' d'elles haia
ella q' vos ama, honrosstar-se avós!
P. b. de longe com: de perto em vós,
pensarei, e fazei-me esquecer em vós.
De vós, pedindo ad.^o q' elle sobre vós, e q'
necessaria p' a vida de q' eu tenho.

aconselhaçáo de vos tornar avós, de vos
abraçar, e abençoar. Não de sempre em
lembranças, e rasos, com Paiz, e seu espirito
vos quize, e abraçar em todas as rasas
accens. O' Chára e boa Januario, como
nao tenho tempo de escreveraten órmão,
estua Tomaz, e matron. Ues esta carta,
q' sera' taobem p' elles, abraça-os de
p' te, guardando p' ti hum termo beijo.

De tua affectuosa e infeliz
mae - Maria

Amelia

Tu não podes fazer idio da tribo que
reino aqui, tal' os Oliguelistas, e braço,
dizendo p' elles perdendo o seu Protector,
e he admenos p' mim hum consolaçáo
ver amant' tocante com q' os Portuguezes
testemunha sua veneraçáo, e seu amor
em reconhecim^{tu} a memoria do Thesoa,
q' tira a fortuna de ser unido e q' os lixrao
sacrificando sua propria vida. O imper-
mid' de teu infeliz Paiz, dato do Por^{to}; pela
autopsia do corpo p'rioso, e a alma do dir^{to}
estava cheio de arua, q' p'raza p' m' de 2
M, e o esquerdo h' m' g'osetio. O Coraçáo

estava dilatado. Ah meu Deus deus
soffro em infeliz Pai!!!

Agosto aqui com elles de teu Pai, pa
te, tel. Formosa, etna Formosa.

Suas Commaos de abraçai,
bem como a Pedro e Francisco.

UMA CERIMÔNIA NA CORTE EM 1864

Uma cerimônia na corte em 1864

O casamento da princesa imperial

Com a morte sucessiva dos filhos varões de dom Pedro II passara a herança da Coroa à filha mais velha, a princesa dona Isabel, nascida em 1846.

Repetia-se, dessa maneira, o terrível vaticínio que pesava sobre os Bragança desde dom João IV, e ao qual nenhum jamais escapara. Assim, depois de ter sucedido aos irmãos dom Afonso, em 1847 e dom Pedro, em 1850, tornou-se daí em diante, dona Isabel, a princesa imperial, título que, desde essa última data nenhum outro príncipe lhe arrematou mais.

Compreendendo, destarte, a função da princesa não só na sua família – como primogênita – mas no cenário político do Brasil, como futura imperatriz, seria natural que seu casamento fosse objeto da mais acurada escolha dos responsáveis pelo governo.

Em todos os tempos, aliás, o casamento de um príncipe – para não falar já no de um herdeiro de trono – foi sempre motivo de grandes movimentos diplomáticos e sérias cogitações políticas. O Brasil, entretanto, separado das demais monarquias pela imensidade de um oceano, que os poucos meios de comunicação ainda tornavam maior, de há muito que não assistia dessas batalhas de chancelarias, a se guerrearem por um príncipe ou princesa em condições de tomar estado. De fato, desde os tempos agitados do 1º Reinado, em que Barbacena, condecorado e solene, com a sua bela estampa decorativa, mendigara pelas cortes européias, (com sérios riscos de fracasso) uma noiva para dom Pedro I, não mais tiveram os nossos ministros e secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros, oportunidade de con-

sultar sofregamente os almanaques de Gota, cujo o olhar interesseiro pelas idades dos jovens de sangue azul.

Verdade é que, com o casamento do senhor dom Pedro II, movimentou-se a diplomacia brasileira; esse movimento, no entanto, ficou muito aquém de todo o bulício espalhafatoso dessas ocasiões. Mas o imperador tinha irmãs, e ambas também casaram. Tais casamentos, porém, não chegaram a mobilizar embaixadores ou plenipotenciários; constituíram mesmo *felizes acasos*. Na verdade, a distância, mantida pela corte americana das demais monarquias, constituía sério embaraço à escolha dos noivos e “salvo algum príncipe que se decidisse vir até o Brasil por simples espírito de aventura ou curiosidade em conhecer terras novas, nenhum outro se abalaria a viajar para tão longe com o propósito determinado de conhecer e se aproximar das duas princesas brasileiras”¹. E fora aliás, como se dera o casamento das princesas dona Januária e dona Francisca. Esta viria a se unir ao príncipe de Joinville, filho do fiel Luís Felipe, e que por aqui andara, a primeira vez em 1818, como simples oficial da Marinha francesa, a bordo da fragata *Belle-Poule*, o mesmo navio que, em 1840, sob o seu comando, repatriara de Sta. Helena os gloriosos despojos de Napoleão. Mais tarde, em 1843, aportava novamente ao Rio, casando-se então com a irmã mais moça de dom Pedro II.

A outra princesa, dona Januária, conheceria o futuro esposo por ocasião do desembarque da cunhada imperatriz, de cuja comitiva fazia parte. De volta a Nápoles, ele próprio facilitaria as negociações diplomáticas que se processaram e, tempos depois, voltava para ser o marido da então princesa imperial.

Nenhum dos príncipes, portanto, aqui viera com o intuito deliberado de casamento. Foi tudo, por isso, uma feliz coincidência. Mas nem todos os príncipes se fazem oficiais de Marinha, e, muito menos, têm irmãs que se casam com o imperador do Brasil...

O problema, por isso, em se tratando de dona Isabel, apresentava-se mais sério e delicado. Este último principalmente. E isso porque S. Alteza seria chamada um dia a suceder seu

1. Heitor Lira – *História de Dom Pedro II* – vol. I, p. 393.

pai no trono do Império e seu casamento acarreta, a todas as dificuldades inerentes à escolha do futuro imperador – titular, embora – do Brasil. Quando se dera o consórcio de d. Januária, focalizara-se já esse aspecto da questão. Mas dom Pedro II, era, nessa época, um jovem de menos de 20 anos, casado havia pouco e com todas as probabilidades de assegurar a sua sucessão. A hipótese do trono vir a caber à então princesa imperial era, por isso, uma possibilidade um tanto remota.

Agora, porém, o caso apresentava-se diferente: d. Isabel era a herdeira incontestável da Coroa, e seu marido teria de arcar com todas as responsabilidades e espinhos reservados aos príncipes consortes.

* * *

Mas em 1860, ano em que se começou a cogitar do assunto, contava d. Isabel apenas 14 anos, e estando o imperador em plena mocidade e viço, nada indicava que houvesse pressa em casar qualquer das princesas suas filhas. Entretanto, já 3 anos antes, a correspondência diplomática² deixa transpirar os passos dados nesse sentido. Em 1857 completava S. Alteza seus onze anos, o que não era muita idade, mesmo para uma princesa herdeira de trono. O imperador, porém, não se dando conta desse fator, a ser verídica a informação do diplomata abelhudo, lançava suas vistas para o sobrinho, dom Luís de Bourbon, filho da princesa d. Januária e do conde d'Áquila. E o representante de Sua Majestade Apostólica informava à sua corte: “A idéia de colocar, por um futuro casamento, um príncipe, filho de uma princesa brasileira, no trono que a princesa d. Isabel terá que ocupar, parece tanto mais natural, quanto se adapta perfeitamente às tendências e sentimentos exclusivos dos brasileiros”³. No arquivo da Casa Imperial do Brasil existem, aliás, 3 cartas do conde d'Áquila a dom Pedro II, enviadas exatamente nesse ano de 1857⁴. Versarão sobre o assunto do possível casamento?

2. Ofício de Sonnleithner à corte austríaca, de 13 de maio de 1857. Apud Heitor Lira, op. cit. p. 395.

3. Idem, idem, idem.

4. Inventário dos documentos do arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no castelo d'Eu, vol. II, p. 47, maço CXXIV, nº 6.195.

O projeto que não foi logo desfeito, arrastou-se ainda por 3 anos, dando lugar a boatos e notícias oficiosas. Ainda em agosto de 1860 o enviado do imperador da Áustria comentava essa “idéia plausível” à qual dom Pedro II “se inclinaria talvez momentaneamente”⁵.

Insinua Heitor Lira que “esse casamento daria lugar forçosamente a uma aproximação entre o imperador e o seu cunhado, o conde d’Áquila, consertando assim o desentendido que se abrira entre ambos no ano de 44 e que tão tristes recordações havia deixado no Rio de Janeiro”. Mas fosse a lembrança desses mesmos mal entendidos, fosse a pouca estima do monarca pelo cunhado, ou fosse ainda desinteresse demonstrado pelos condes d’Áquila por esse enlace, o fato é que as negociações não chegaram a tomar o caráter oficial e se desfizeram ainda no terreno das conjeturas.

Por ocasião da viagem que fizera ao Brasil, ainda nesse ano de 1860, o futuro imperador do México, correram boatos de que se tratava do casamento da princesa imperial com um seu irmão, o arquiduque Luís José Antônio Vítor, ou mesmo com o cunhado, o conde de Flandres⁶. Era este príncipe filho do rei Leopoldo I da Bélgica, e irmão da princesa Carlota, futura imperatriz do México, que teve tão trágico fim. De seu posterior casamento viria o conde a ser o pai do grande Alberto, rei dos belgas. Será interessante lembrar de passagem – uma vez que se trata de pretensões matrimoniais – que esse mesmo arquiduque Maximiliano fora anteriormente noivo da princesa brasileira dona Maria Amélia, o único fruto do casamento de dom Pedro I com dona Amélia de Beauharnais, e que tão prematuramente se finara na Madeira. Também não será demasiado recordar que a princesa Carlota da Bélgica, então arquiduquesa da Áustria e futura imperatriz do México, estivera para ser rainha de Portugal, pois as negociações do seu casamento com dom Pedro V, chegaram a ser influenciadas pela própria rainha Vitória.

Mas voltemos à princesa Isabel: nenhum dos candidatos logrou ver prosseguidas as negociações e nenhuma medida oficial foi tomada nesse sentido. É verdade que dom Pedro II,

5. Apud Heitor Lira, op. cit. p. 395.

6. Alberto Rangel, *Gastão de Orleans, o Último Conde d’Eu*, p. 53.

querendo tratar ele próprio do assunto, que timbrava em considerar como uma *questão de família*, nunca permitiu a mais leve intromissão do elemento oficial. Querendo, desse modo, dispensar a ação dos diplomatas, “natural foi que dom Pedro II se dirigisse à irmã d. Francisca, estabelecida na Inglaterra e portanto ao pé de candidatos possíveis e espalhados nas várias cortes européias, suscetíveis de negociações matrimoniais”.⁷

Pensou-se na facilidade que daí adviria de casar-se uma das filhas de dom Pedro II com o próprio filho da princesa de Joinville, o futuro duque de Penthièvre, então oficial de marinha na Armada Real portuguesa. Mas foi desfeito o novo projeto, ainda na fase das conjeturas, pois, comenta Heitor Lira, a d. Francisca “não tentava o papel de sogra da futura imperatriz”⁸, mas sem dizer porque... Esgotados assim os recursos junto às irmãs, teria o imperador entrado em entendimentos com o cunhado o rei dom Fernando de Portugal, viúvo de dona Maria II. A rainha falecera em 1853 e deixara 5 filhos varões. O mais velho, dom Pedro V, sucedera-lhe no trono e o 2º, dom Luís, era então o príncipe real e indigitado a ser o futuro rei na falta de descendentes do irmão. Não obstante, seu nome teria sido apontado para provável marido de d. Isabel. D. Pedro II, prudente e avisado, teria porém, afastado logo a idéia, ante o fantasma de uma possível união de Coroas, que tão fatal fora à vida e à política de seu pai.

Restavam ainda os príncipes dom João, dom Fernando e dom Augusto, os 2 primeiros pouco mais velhos e o último um ano mais moço que a princesa Isabel; não seria porém esse o motivo de impedimento matrimonial. Contudo, não parece que o rei se deixasse tentar pelo trono brasileiro. Seria, acaso, o profundo conhecimento das dificuldades do papel imposto aos príncipes consortes? Quem sabe... O certo é que dom Fernando, segundo se depreende da correspondência do representante vienense para a sua corte⁹, teria indicado ao cunhado imperador dois sobrinhos, na companhia dos quais pretenderia ele próprio vir até o Brasil.

7. Idem, idem, idem.

8. Heitor Lira, op. cit, p. 396.

9. Ofício de Sonnleithner à corte austríaca, de 23 de agosto de 1864. Apud Heitor Lira, op. cit. p. 398.

Dona Francisca, por seu turno, não desistira de dar andamento aos projetos do irmão. Desfeitas as negociações relativas ao enlace com o próprio filho, tal como sucedera ao rei consorte, seu cunhado, pensou na indicação de dois sobrinhos. E o mais interessante, a ser verídica a informação de Sonnleithner, é que os príncipes agora propostos pela princesa de Joinville e pelo rei dom Fernando eram, precisamente, os mesmos!

Indicados os príncipes que outros não eram senão Gastão de Orleans, conde d'Eu e Augusto de Saxe, duque de Saxe-Coburgo-Gota, passou d. Francisca a encarecê-los ao mano Pedro. Assim se referia ela em carta de 7 de fevereiro de 1864¹⁰, remetendo o retrato do conde d'Eu: "Si on pourrait mettre la main suir lui pour une de vos filles, ce serait la perfection. Il est grand, fort, beau garçon, bon, doux, très aimable, très instruit, aimant l'étude et de plus il a déjà une petite renommée militaire". E dona Januária reforçava de Paris, a recomendação, em carta de 20 de setembro: "Eu sei que Eu é um moço muito bem educado e de grande coragem e de mui boas qualidades como o Coburgo todos os que vi me dizem isto"¹¹. Resolvida assim definitivamente a escolha, partiram os príncipes para o Brasil, muito embora sem compromisso algum formal.

Mas apesar de haverem ambos os pretendentes partido de Lisboa a 13 de agosto e a 22 de setembro chegado ao Rio, nada de oficial havia a respeito. Somente o imperador tratara das negociações e fizera mesmo questão de não entregá-la a nenhum diplomata, por mais hábil e indicado que fosse. Tudo o que se sabia, por isso, era boato. O próprio dom Pedro II, na Fala do Trono de 3 de maio de 1864, dizia laconicamente: "Anuncio-vos com prazer que trato do casamento das princesas minhas muito amadas e queridas filhas, o qual espero se efetue no corrente ano". E a respeito é precioso este trecho do ofício de Sonnleithner à sua corte: "Não posso deixar de chamar a atenção para o discurso do Trono... em que S. Majestade informa à Câmara que os casamentos das duas princesas terão lugar no correr do ano, sem dar, porém, nenhuma indicação sobre as pessoas des-

10. Alberto Rangel, op. cit. p. 53.

11. Idem, idem, p. 98.



A princesa imperial e o conde d'Eu na época do casamento

tinadas a serem seus futuros genros”. E, comentando o caráter de questão de família dado aos casamentos, continua: “O imperador dirigiu pessoalmente esse negócio, não o deixando transpirar a ninguém, nem mesmo nos círculos que lhe são mais próximos. A escolha de príncipes europeus, que parece já feita, é para todos, até agora, um segredo”¹².

E porque todo esse mistério? O casamento da princesa imperial – este principalmente – interessara a todos. Porque motivo, pois, conservar-se o assunto inacessível às cogitações populares? Por que o imperador fazia questão de procurar ele próprio os “príncipes encantados”? Possivelmente em seu cérebro bailaria o fantasma dos sucessivos fracassos do 2º Cairu em Viena para casá-lo, e, como pai extremoso, queria evitar às filhas esse desgosto. Seria porém, esse motivo bastante para determinar S. Majestade a se externar sobre o assunto somente quando já era coisa certa? E provado que fosse, porque então essa pressa – sofreguidão mesmo – em casar as filhas, uma vez que eram ambas bastante jovens ainda e nada indicasse a necessidade de assegurar de pronto a sucessão ao trono? E por que também casar as duas ao mesmo tempo?

Luís da Câmara Cascudo¹³, tratando desse assunto, indaga ainda, ao verificar a escolha do conde d’Eu: “Por que foi ele o indicado? E por que a escolha imperial recaiu sobre um príncipe exilado e não num membro de família reinante?” Quem nos dirá que com o desinteresse mostrado pelos candidatos pertencentes a famílias reinantes, quis o imperador afastar as inevitáveis intrigas diplomáticas e, sobretudo, a violação do segredo que fazia questão de guardar.

* * *

Decidido afinal o casamento das princesas brasileiras com o conde d’Eu e o duque de Saxe, embarcaram os 2 príncipes com destino ao Rio de Janeiro, muito embora “sem compromisso algum prévio. Entretanto, salvo preferências recíprocas, ao príncipe Augusto de Saxe-Coburgo-Gota seria destinado à princesa dona Isabel”¹⁴. E a respeito co-

12. Heitor Lira, op. cit., p. 398.

13. Luís da Câmara Cascudo, *O conde d’Eu*, p. 55.

14. Alberto Rangel, op. cit, p. 54.

menta Rangel: “A ambição dos Coburgos veria com bons olhos a possibilidade de um dos seus co-participar do trono do Brasil”. E continua: “À d. Leopoldina caberia o conde d’Eu. Não obstante, o imperador parecia decidido a escolher o conde d’Eu para a mais velha”¹⁵. Deve ter sido, por isso, grande a alegria de dom Pedro II, ao verificar que os próprios corações dos príncipes (ou, pelo menos, o da princesa) inclinavam-se também para essa mesma solução. Pois assim escreveu dona Isabel em seu diário: “Chegaram o conde d’Eu e o duque de Saxe. Meu pai desejou essa viagem com o fito de nos casar. Pensava-se no conde d’Eu para minha irmã e no duque de Saxe para mim. Deus e os nossos corações decidiram diferentemente”¹⁶. O conde d’Eu, porém, em carta à irmã, consigna de modo diverso essa troca: “Avant hier l’empereur a déclaré au general¹⁷ que c’était moi qu’il desirait voir épouser son héritière (nada portanto de preferências recíprocas, como se vê). Celà m’a fort ému d’abord; mais je crois de moins en moins devoir me refuser à cette position importante que Dieu met sur mon chemin. Cependant jusqu’à present aucune décision n’est prise: l’empereur doit nous remettre ses conditions par écrit. Nous les pèserons et nous demanderons quelques jours pour lui répondre”¹⁸. Não aparece, assim, nesse relato, aliás insuspeito, qualquer interferência de ordem sentimental. Tudo até muito seco e protocolar. Em carta posterior à mesma destinatária, talvez para salvar as aparências acrescenta: “Je l’ai cru plus apte que sa soeur cadette à assurer mon bonheur domestique”¹⁹.

Essa troca, porém, ocasionou uma demora no noivado, pois era necessária outra consulta aos pais dos príncipes sobre as novas pretensões dos noivos. Enquanto isso ficaram hospedados no velho casarão dos vice-reis, transformado em

15. Idem, idem, idem.

16. “Alegrias e Tristezas”. Manuscrito da princesa Isabel existente no arquivo da família imperial. Apud Heitor Lira, op. cit. p. 400.

17. General conde Dumas, representante do duque de Nemours, pai do conde d’Eu.

18. Carta à princesa Margarida, de 6 de setembro de 1864. Apud Alberto Rangel, op. cit. p. 97.

19. Carta de 19 de setembro de 1864. Idem, idem, idem.

Paço da Cidade, convenientemente adaptado para tal fim. E durante esse tempo de espera, procurou o conde d'Eu conhecer o melhor possível a cidade que o acolhia, inteirando-se de tudo. E do contato mantido com a família imperial e das impressões colhidas, ia dando conta aos parentes: “L'empereur et l'impératrice sont l'un et l'autre extrêmement aimables et bons quoique lui ait un regard fort sérieux et presque rebarbatif”²⁰. E as princesas? Que impressão teriam causado no espírito do jovem príncipe? “Les princesses sont laides, informa à irmã; mais la seconde decidedly moins bien que l'autre, plus petite, plus forte, et en somme, moins sympathique”²¹. E era exatamente a que lhe estava, de início, reservada... E sobre a princesa Isabel, dizia em outra carta: “... pour que tu ne sois pas surprise quand tu verras mon Isabelle je te previens qu'elle n'a rien du tout de joli dans la figure”²². E mais além, acrescentava, procurando dourar a descrição: “Mais l'ensemble de sa tournure ei de sa personne est gracieux”.

Assim, viu-se o príncipe Gastão de Orleans – que ainda havia um ano não pensava em casamento²³ – transformado em noivo da herdeira do trono do Brasil.

Enquanto corriam os dias, na expectativa da resposta do duque de Nemours (pai do conde d'Eu) à nova proposta de casamento do filho, fervilhava na Câmara dos Deputados a discussão do contrato antenupcial. A comissão designada para elaboração do projeto de lei referente à dotação da princesa desincumbira-se da tarefa a 27 de maio e o assunto entrara em discussão no plenário. Será interessante recordar que um dos autores desse projeto chamava-se Joaquim Saldanha Marinho, que mais tarde, já republicano e em pleno regime que ideara, foi o mais ardoroso defensor dos direitos dos príncipes, quando viu as propriedades imperiais ameaçadas de confisco; essas mesmas propriedades que lhes eram asseguradas por lei, discutida e aprovada pelo Parla-

20. Carta à princesa Margarida, de 6 de setembro de 1864. Idem, idem, pp. 96 e 97.

21. Idem, idem, idem à p. 97.

22. Idem de 18 de setembro de 1864. Idem, idem, p. 98.

23. “Por ocasião das bodas do duque de Chartres, celebradas em Saint-Leonards-on-Sea, escreveu ele a 1º de maio de 1863, a Gauthier: “Quant à ce que vous dites de mon tour, ceux qui croient le voir venir pourront l'attendre longtemps”. Alberto Rangel, op. cit. p. 52.

mento e da qual fora ele um dos autores. E não se diga que essas discussões foram pequenas e meramente *pró-forma*; não! Foram longas e acaloradas discussões em que foram examinados, minuciosamente, cada parcela da dotação, cada artigo do contrato.

A princesa recebia 150 contos anuais de alimentos, cessando a dotação que anteriormente lhe era assegurada. Mais 200 contos para compra do enxoval e 300 para a aquisição do prédio da residência dos noivos. Essas, em resumo, as principais obrigações determinadas pela lei. No caso porém, da princesa sair do Brasil, receberia mil e duzentos contos de uma só vez, cessando os alimentos.

* * *

Afinal, tendo chegado, a 17 de setembro, a permissão do duque de Nemours, relativa ao casamento do filho com dona Isabel, apressou-se o jovem noivo a fazer o pedido formal logo no dia seguinte. E a 19, comunica dom Pedro II em carta, ao presidente do Conselho: “Pode dizer a quem quiser que os príncipes pedirão a mão de minhas filhas: o conde d’Eu a de Isabel e o duque de Saxe a de Leopoldina, assim como comunicar a seus colegas o que for preciso para a celebração dos contratos”.²⁴

E fixada a cerimônia para o dia 15 de outubro, a 8, dava S. Alteza informações sobre o ato à irmã, a princesa Margarida, ao mesmo tempo que tecia comentários sobre hábitos e costumes da nossa corte: “Il será décidément célébré ici le samedi 15 par l’Archevêque de Bahia (Rio in *sede vacante*). Figure toi qu’ici on se marie sans messe. Mais j’ai insisté pour entendre la Messe ce jour là soit avant, soit après la bénédiction nupcial et il a été décidé que nous irions le matin à Saint-Christophe pour l’entendre là *privately*. De là on viendra ici *in state*, aus pas des chevaux, l’empereur, Gousti²⁵ et moi dans une voiture, l’impératrice et les deux princesses dans une autre. Le reste du cérémonial, j’ai demandé à n’en pas entendre parler jusqu’au jour où il me faudra

24. Alberto Rangel, op. cit. p. 98.

25. O príncipe Augusto, duque de Saxe.

apprendre par coeur ma partie. Tout ce que je sais c'est que toute *função* (comme on dit ici) doit être terminée à 2 hs”²⁶.

A 12 de outubro dava o ministro do Império as necessárias ordens no sentido de ser cumprido o artigo do contrato nupcial relativo à soma destinada ao enxoval da princesa. Nesse mesmo dia publicava o “Diário Oficial do Império do Brasil” o programa do préstito e cerimônias do casamento²⁷. Os convites foram expedidos em profusão, para que não faltasse a tão solene ato o alto mundo oficial²⁸. Assim, no dia marcado, 15 de outubro de 1864, observado fielmente o protocolo e o cerimonial, realizou-se a solenidade do casamento de S. A. I. a princesa dona Isabel com S. A. R. o príncipe conde d’Eu.

A julgar pelo noticiário do tempo, correu tudo com muita pompa e brilho, sem contudo, é certo, igualar o fausto dos primeiros tempos da monarquia, principalmente os do reinado do primeiro imperador, que sabia esmerar-se nessas ocasiões. Os jornais estampavam as determinações emanadas da Mordomia imperial: “Os convidados deverão achar-se no Paço da Cidade às 10 horas da manhã, apresentando-se, como nos cortejos, em grande gala”.²⁹

26. Alberto Rangel, op. cit., p. 99.

27. Desse programa foram tirados exemplares à parte distribuídos às pessoas gradas. O exemplar consultado para este trabalho pertenceu ao conselheiro Paulo Barbosa da Silva.

28. Dentre os convidados, destacavam os jornais da época: os membros do corpo diplomático e suas mulheres; os ministros e conselheiros de Estado e suas mulheres; os grandes do Império e os que destas honras gozam e suas mulheres: os conselheiros de guerra, vogais e do Supremo Tribunal de Justiça; os senadores e deputados presentes e suas mulheres; os prelados das religiões; os guarda-roupas e suas mulheres; os fidalgos cavaleiros e moços fidalgos; os titulares até os de Conselho inclusive; os generais de mar e terra efetivos e reformados; os diretores das secretarias de Estado, os oficiais da Casa, oficiais das secretarias de Estado e das Câmaras; os médicos da Imperial Câmara e suas mulheres; os mestres da imperial família; os oficiais superiores de tenentes-coronel para cima, tanto de linha como da Guarda Nacional; os condecorados que têm honras de coronel para cima; os desembargadores; a Câmara Municipal; os membros do Tribunal do Comércio; a comissão da Praça do Comércio; o presidente da província do Rio de Janeiro; os membros da Assembléia Provincial e autoridades superiores da província; o presidente e Mesa da Imperial Academia de Medicina; os presidentes e Mesas dos institutos; os diretores do museu, faculdade de medicina, escolas central e militar e academias de Marinha e das Belas-Artes; os juizes territoriais da corte e da capital da província do Rio de Janeiro; o secretário de S. Alteza Real o dr. duque de Saxe. In *Correio Mercantil*, de 15 de outubro de 1864.

29. Loc. cit. Idem.

E no dia seguinte, a imprensa noticiava com destaque a cerimônia ³⁰: “Entre júbilo de um povo inteiro que adora a augusta família imperante, celebrou-se ontem o auspicioso consórcio de S. A. I. a sra. d. princesa Isabel com S. A. R. o sr. príncipe conde d’Eu”. E acrescentava que “o préstito saiu em ricos coches da Imperial Quinta da Boa Vista pouco depois das 9h da manhã. Na sua passagem subiram ao ar numerosas girândolas de foguetes e as bandas de música postadas nos diversos coretos entoavam o Hino Nacional, do campo da Aclamação elevou-se galhardamente aos ares o sr. Wells no seu monstruoso e vistoso balão, e impedido pela brisa de terra foi cair são e salvo no morro da Viúva, tendo-se elevado a considerável altura e gastando cerca de meia hora na sua arrojada viagem aérea”. O seu balão, segundo informa outro jornal, chamava-se *Princesa Isabel*.

Acompanhando o programa estabelecido pela mordomia, completando-o com o noticiário da imprensa, tem-se uma completa descrição de toda a cerimônia, narrada com a fidelidade com que a descreveram os periódicos.

Abria o cortejo um piquete de cavalaria, acompanhado dos moços da estribeira ³¹. Seguiam-se então as carruagens, na ordem seguinte:

1^a. Carruagem do porteiro da Imperial Câmara, do guarda-roupa e do médico de semana ³².

2^a. Carruagem com o veador de serviço de S. A. I. e o secretário de S. A. R. o príncipe duque de Saxe ³³.

30. *Jornal do Comércio*, de 16 de outubro de 1864.

31. “Il.^{mo} e ex.^{mo} sr. – Tornando-se necessário para o préstito do dia 15 do corrente, alguns moços da estribeira honorários, e tendo mandado proceder às competentes informações, acho nas circunstâncias os 4 que mandei passar as nomeações, que se merecem a aprovação digo, as nomeações inclusas, que se merecerem a aprovação de vossa excelência, rogo assiná-las e devolver-m’as para ter a devida execução. Deus guarde a vossa excelência. – Mordomia da Casa Imperial em 1^o de outubro de 1864. Il.^{mo} e ex.^{mo} sr. marquês estribeiro-mor – *Paulo Barbosa da Silva*.

Livro de Registro de Ofícios – VII – p. 54 (Vol. 44 dos Livros da Mordomia da Casa Imperial).

32. Era porteiro da Imperial Câmara o conselheiro Paulo Barbosa da Silva. Nesta cerimônia, porém, desempenhava tais funções o guarda-roupa Antônio Dias Coelho Neto dos Reis, futuro conde de Carapebus. O médico-semanário era o dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles.

33. Não nos foi possível identificar o secretário do duque de Saxe.

3^a. Carruagem com as damas de SS. AA. II. ³⁴.

4^a. Carruagem com a dama de S. M. a Imperatriz e a condessa de Barral e Pedra Branca (aia de SS. AA. as senhoras princesas) ³⁵.

5^a. Carruagem com o camarista, veadores de semana e do serviço SS. AA., os senhores príncipes, e o mestre-sala ³⁶.

6^a. Carruagem com o general conde Dumas, representante de S. A. R. o duque de Nemours.

7^a. Carruagem com o estribeiro-mor ³⁷.

8^a. Carruagem de respeito. Fora o carro da Casa Imperial que, vazio, acompanhava o cortejo, antecedendo os coches do imperador e da imperatriz, para servir a SS. MM. em caso de qualquer acidente nas respectivas carruagens.

9^a. Carruagem de S. M. a Imperatriz e SS. AA. as senhoras princesas.

10^a. Carruagem de S. M. o Imperador com SS. AA. os senhores príncipes conde d'Eu e duque de Saxe ³⁸.

Aos lados das portinholas deste carro cavalgavam, à direita, o comandante da Guarda de Arqueiros e, entre rodas, os ajudantes de campo do imperador ³⁹.

Fechava o préstito o regimento de cavalaria.

“Em frente à fábrica de gás, no Aterrado, deu-se um interessante incidente: o coche que conduzia S. M. a Imperatriz e SS. Altezas as princesas parou. Uma formosa menina adiantou-se e, aberta a portinhola do carro por um

34. Baronesa de Lages e d. Rita Augusta de Lima de Lamare, ao serviço, respectivamente, das princesas Isabel e Leopoldina.

35. Era dama de Sua Majestade a sra. d. Josefina da Fonseca Costa, mais tarde baronesa e viscondessa da Fonseca Costa.

36. Conselheiro Delamare, guarda-roupa a serviço do duque de Saxe; barão de Lages, idem do conde d'Eu, exercia as funções de mestre-sala o conselheiro Paulo Barbosa.

37. O sr. marquês de Itanhaém.

38. Alberto Rangel, op. cit., p. 101, consigna, erradamente, os ocupantes destas carruagens (conforme se verifica pelo programa citado e pela correspondência do conde d'Eu).

39. Eram ajudantes de campo de Sua Majestade (segundo o *Almanaque Laemmert* para 1864) os srs. marquês de Caxias, Francisco Xavier da Silva Cabral e barão de Tamandaré.

criado da casa, ofereceu a S. A. I. a sra. dona Isabel um elegante *porte-bouquet*, contendo algumas escolhidas violetas e mimosos cravos brancos”.⁴⁰

Ao passar pelo largo do Rocio da Cidade Nova, a Guarda de Arqueiros aí formada, acompanhou o cortejo fazendo alas. No largo do Paço a Guarda Nacional, o 1º Batalhão de Fuzileiros e o corpo policial formavam em parada ostentando o novo uniforme e salvaram o aparecimento do préstito com as descargas do estilo, correspondidas pelos navios de guerra nacionais e estrangeiros, embandeirados em arco. Sobre o coreto de cavalaria da Guarda Nacional, flutuava o estandarte da antiga Guarda de Honra do sr. dom Pedro I.

Por volta das 10h chega o préstito ao Paço da Cidade, sendo a família imperial recebida pelo sr. visconde de Sapucaí, introdutor diplomático, coadjuvado pelos senhores guarda-roupas Leopoldo Augusto da Câmara Lima (encarregado de receber o corpo diplomático), José Dias da Cruz Lima (encarregado de receber a corte), Antônio Martins Pinheiro (encarregado de receber o corpo legislativo), oficial menor da Casa J. M. Pamplona Corte-Real (encarregado de receber as senhoras convidadas), guarda-roupa honorário Augusto Cândido Xavier de Brito e oficial da mordomia Francisco Pinto de Melo.

Formou-se então novo préstito, sob as ordens do mestre-sala, em demanda à Capela Imperial e assim constituído:

Os porteiros da câmara e da maça⁴¹.

Os oficiais da Casa, médicos, guarda-roupas, moços-fidalgos, cavaleiros-fidalgos e titulares com o tratamento de senhoria.

O porteiro da Imperial Câmara tendo à direita um moço-fidalgo⁴² levando em uma salva de ouro sobre almofada de veludo bordado o filão de grã-cruz de todas as

40. *Correio Mercantil*, de 17 de outubro de 1864.

41. Deve ter havido equívoco nessa designação. Havia na Casa Imperial os porteiros da cana, os quais acompanhavam os cortejos “vestidos de capa e volta e levando as canas na mão. Dentre eles são os porteiros da maça, que nesses atos públicos e solenes levam as maças”. Apontamentos de legislação etc., comentados por Américo Jacobina Lacombe, in *Anuário do Museu Imperial*, Ano I, p. 108. Talvez houvesse confusão com a designação dos antigos servidores do rei: reposteiros da Câmara.

42. Manoel Inácio da Cunha Souto Maior Pinto Coelho.

ordens do Império e o colar da Imperial Ordem da Rosa, destinados ao conde d'Eu. À esquerda, outro moço-fidalgo ⁴³ levando, do mesmo modo, os anéis nupciais e dois cartões onde se achavam escritas as palavras canônicas que SS. AA. tinham de pronunciar no ato do casamento. À esquerda deste outro moço-fidalgo ⁴⁴ também levando, em salva de ouro, o auto do casamento.

Seguiam-se no préstito os grandes do Império, os camaristas, os veadores e o general conde Dumas, precedendo o mestre-sala, – este, mencionado pitorescamente no programa: *no seu lugar*.

Vinha agora a família imperial na seguinte ordem:

S. A. R. o príncipe duque de Saxe.

S. A. R. o príncipe conde d'Eu à esquerda da princesa imperial. S. A. trajava um vestido de filó branco com dois folhos de renda de Bruxelas, véu da mesma renda, grinalda de flores de laranja feitas de penas e ramos das mesmas flores apanhando o vestido do lado esquerdo. Como jóia, usava apenas a pulseira de pérolas e brilhantes que lhe fora oferecida pelas senhoras sergipanas ⁴⁵. O conde d'Eu vestia a farda de marechal do Exército onde sobressaía a grã-cruz do Cruzeiro com que fora galardoado a 3 de setembro, a comenda e o hábito da Ordem do Mérito Militar da Espanha, a comenda da Ordem da Casa de Saxe, (a que pertencia pelo lado materno) e a medalha da campanha de Marrocos ⁴⁶.

Seguiam-se no cortejo S. M. o Imperador, tendo à sua direita S. M. a Imperatriz e à esquerda S. A. a sereníssima princesa d. Leopoldina.

43. José Garcez Pinto Madureira.

44. Comendador José Lopes Pereira Baía.

45. A propósito dessa simplicidade da princesa, escreveu Machado de Assis, em crônica no *Diário do Rio de Janeiro* a 17 de outubro: “Uma das coisas que fez mais efeito nessa solenidade foi a extrema simplicidade com que trajava a noiva imperial. É impossível desconhecer o delicado pensamento que a este fato presidiu, na idade e na condição de Sua Alteza: as suas graças naturais, as virtudes do coração e o amor deste país, são o melhor diadema e as suas jóias mais custosas”.

46. *Jornal do Comércio* cit.

Fechava o préstito o mordomo-mor⁴⁷, o camarista, os ajudantes de campo, as damas de serviço, os veadores de semana e do serviço de SS. AA. os srs. príncipes, o guarda-roupa e o médico de semana.

Ao chegar à Capela Imperial, foram SS. MM. e AA. recebidos pelo sr. arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, d. Manoel Joaquim da Silveira (futuro conde de São Salvador) o qual – de acordo com a bula pontifícia *Ecclesias quae*, de Leão XIII – fora, na antevéspera, nomeado vice-capelão-mor⁴⁸. Aspergidos por S. ex.^a rev.^{ma}, conforme determinava o cerimonial, dirigiram-se à capela do Santíssimo Sacramento para fazer oração, subindo depois para a capela-mor. O sr. arcebispo ocupou o sólio, do lado da Epístola e SS. MM. e AA. o trono, do lado do Evangelho. Dentro do templo distribuiu-se a corte e convidados pelos lugares previamente designados:

Os membros do corpo diplomático e suas mulheres ocuparam as respectivas tribunas; as damas, mulheres de grandes do Império, de ministros de Estado, camaristas, veadores e oficiais-mores da Casa Imperial, as tribunas das damas; os senadores, deputados e suas mulheres, as tribunas do lado do Evangelho; a corte e os grandes do Império, seus respectivos bancos. Aos mais convidados estavam reservados lugares dentro das grades e no centro da capela, com a direita para o altar de S. Pedro de Alcântara e a esquerda para a capela do Santíssimo Sacramento⁴⁹. Os monsenhores e cônegos ocuparam a quadratura; os marqueses, a condessa de Barral e Pedra Branca, as damas de serviço, o camarista, os veadores de semana e do serviço de SS. AA. os senhores príncipes, o mestre-sala, os porta-in-

47. “Durante o Segundo Reinado, após a mordomia-mor de d. Francisco de Assis Mascarenhas, marquês de São João da Palma, não se preencheu este alto cargo. Exercia suas funções, geralmente, nas solenidades, o camarista que tivesse saído de semana”. Américo Jacobina Lacombe. *Nobreza Brasileira*, in *Anuário do Museu Imperial*, ano I, p. 66. Nesta solenidade foi o cargo preenchido pelo conde de Iguaçú.

48. O bispado do Rio de Janeiro *in sede vacante*.

49. *Correio Mercantil* cit.

15
18 ★ 64
10



Moi LOUIS-PHILIPPE-MARIE-FERDINAND-
GASTON D'ORLÉANS,

Comte d'Eu;

Je prends Dona ISABELLE-CHRISTINE-
LEOPOLDINE-AUGUSTE-MICHAËLE - GABRIËLE -

RAPHAËLE - GONZAGA,

Princesse Imperiale du Brésil,

ici présente,

*pour ma légitime Epouse, suivant le Rit
de Notre Sainte Mère, l'Eglise Romaine.*

Fórmula impressa em cartão, e lida pelo conde d'Eu na cerimônia
de seu casamento
(Pertencente à exma. sra. Isabel Jacobina Lacombe)

sígnias e as testemunhas tomaram lugar no centro da quadratura ⁵⁰.

Estando tudo pronto, o mestre-de-cerimônias eclesiástico ⁵¹ comunicou ao mestre-sala. Obtida então a ordem de S. M. I. para começarem as cerimônias e feita a vênua a SS. AA, para os prevenir da Ordem Imperial, desceram os noivos os degraus do trono, dando sempre o conde d'Eu a direita à sereníssima princesa imperial. Do pavimento fronteiro a SS. MM. fizeram-lhes uma profunda reverência, daí subiram ao presbitério acompanhados do mestre-sala, das testemunhas, da condessa de Barral, das damas de serviço e do porta-anéis.

Aproximando-se então SS. AA. do arcebispo, lhes dirigiu este as perguntas canônicas, e fazendo os augustos noivos uma reverência a S. M. para pedirem o seu consentimento, repetiram as respostas escritas nos cartões que lhes eram apresentados pelo mestre-sala.

Disse S. A. Imperial:

“Eu, Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, princesa imperial do Brasil: recebo a vós Luís Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans, conde d'Eu, por meu legítimo esposo, assim como manda a Santa Madre Igreja Romana”.

Disse, então, a seguir, S. A. real:

“Moi, Louis-Philippe-Marie-Ferdinand-Gaston d'Orléans, comte d'Eu; Je prends Dona Isabelle-Christine-Leopoldine-

50. Foram padrinhos: por parte da princesa, o conselheiro Francisco José Furtado então presidente do Conselho e o marquês de Itanhaém, antigo tutor de dom Pedro II; por parte do conde d'Eu, o seu primo duque de Saxe e o marquês de Olinda, ex-regente do Império.

A imprensa liberal entrou a criticar essa escolha talvez por aristocrática demais e o Correio Mercantil (17/10/1864) inseriu a seguinte nota: “As testemunhas do casamento de S. A. – As Câmaras Legislativas se mostram tão afetuosas e dedicadas para com as augustas princesas que se ignora a razão da desfeita que levaram os srs. presidentes não sendo escolhidos para testemunhas ou padrinhos de casamento!...”

Não sabemos como escapou a um ministério liberal deixar de aconselhar uma medida que, até certo ponto, devia esperar-se, visto que ninguém pode apadrinhar melhor os atos da realeza constitucional do que a representação nacional. – Um do povo”.

51. Havia na Capela Imperial três mestres-de-cerimônias: padres José Lira da Silva, Luís Antônio da Cunha Ferreira e Manoel Inácio da Silva.

Auguste-Michaèle-Gabrièle-Raphaèle-Gonzaga, princesse imperiale du Brésil, ici présente, pour ma légitime Epouse, suivant le Rit de Notre Sainte Mère, l’Eglise Romaine”.

Teve então lugar a cerimônia dos anéis, apresentados pelo monsenhor diácono ao arcebispo que os benzeu, entregando então ao sr. conde d’Eu o anel da sereníssima princesa, logo colocado no dedo, recebendo depois o príncipe o que lhe competia.

Concluída esta cerimônia estenderam os guardas-tapeçarias uma rica colcha bordada a ouro no estrado do altar-mor e oferecendo aos veadores as almofadas estas as colocaram convenientemente e ajoelhando-se SS. AA. receberam a benção nupcial. Levantaram-se então e dando o príncipe a direita à sereníssima princesa, desceram do presbitério e fronteiros a SS. MM. II. fizeram-lhes as suas reverências. Daí subiu S. M. Imperial ao seu lugar, depois de ter beijado a mão aos seus augustos progenitores. O sr. conde d’Eu então, subindo em frente a S. M. o Imperador recebeu de suas augustas mãos as condecorações a ele destinadas que foram apresentadas pelo mordomo-mor. Lançadas as ordens, dignou-se S. M. osculá-lo paternalmente, abraçando-o como público testemunho de regozijo por havê-lo recebido no grêmio de sua imperial família.

Voltando S. A. ao seu lugar, o ministro do Império, tendo recebido do porta-insígnias o auto do casamento e colocando-se em frente a S. M. o Imperador, procedeu à sua leitura em voz alta. Uma salva de artilharia – correspondendo pelas fortalezas e embarcações de guerra, anunciou estar concluída a cerimônia.

Entoou então o sr. arcebispo primaz vice-capelão-mor, o *Te-Déum Laudamus*.

Terminada assim a cerimônia religiosa regressou o préstito, na mesma ordem, para o Paço da Cidade, recebendo então SS. MM. e AA., das janelas do palácio as continências da tropa.

Na sala do trono recebeu a augusta família imperial o cortejo de estilo. Sob o dossel, em cadeiras de espaldar, sentavam-se o imperador, a imperatriz, a princesa imperial e a princesa d. Leopoldina, a qual tinha à sua esquerda, mas no 2º degrau do trono, o sr. conde d’Eu. O príncipe

duque de Saxe ocupava uma cadeira à direita do sr. dom Pedro II, junto ao trono. Foi introduzido em 1º lugar o corpo diplomático, pronunciando então o sr. internúncio apostólico um discurso de felicitações. Seguiram-se as delegações da Câmara Municipal da corte e da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro. Tendo S. M. dispensado a leitura de outras felicitações, foram as mesmas entregues ao ministro do Império. Em seguida foram apresentadas a SS. MM. e AA. as senhoras dos membros do corpo diplomático e de altos funcionários de Estado, terminando assim a recepção. Às 2 horas da tarde teve lugar o jantar, depois do qual embarcaram os augustos noivos na galeota imperial com destino a Petrópolis, acompanhados pelos barão e baronesa de Lajes. Em Petrópolis ficaram os príncipes hospedados em casa da antiga rua dos Mineiros, pertencente a Joaquim Ribeiro de Avelar, barão de Ubá⁵², em frente à qual deliberou a Câmara Municipal acender mais dois lampiões⁵³.

A todo esse esplendor, chamou Alberto Rangel “pompa de ranço um tanto lusitano, puída, vetusta, e pouco cuidada da Casa Imperial”...

Em regozijo pelo feliz consórcio, assinou S. Majestade nesse dia um decreto libertando os escravos que serviam na fazenda de Santa Cruz, ato esse que tomou o nº 530⁵⁴. Na mesma data, outro decreto imperial conferia ao conde d’Eu as honras de marechal do Exército, cuja efetividade, entretanto, só seria reconhecida pela Assembléia Geral a 27 de junho de 1865.

Ao sr. conselheiro Paulo Barbosa da Silva, mordomo da Casa Imperial, dirigiu o conde d’Eu, antes do casamento, uma carta, acompanhando rica tabaqueira de tartaruga, trazendo na tampa o retrato do rei Luís Felipe, em agradecimento pelas atenções recebidas.

52. Prédio hoje ocupado pelo Colégio Sion, na rua Silva Jardim.

53. Livro de Atas da Câmara Municipal de Petrópolis – 1864 – Apud Paulo de Matos Rudge. O casamento das princesas e sua repercussão em Petrópolis, in *Centenário de Petrópolis. Trabalhos da Comissão*, vol. III, p. 190.

54. Livro de decretos da Casa Imperial, tomo VIII p. 37 (vol. 37 dos Livros da Mordomia).z

Não se esqueceram os jornais de estampar grandes artigos laudatórios da efeméride: estava assegurada a perpetuidade do trono do Brasil...

Os brasileiros, realmente convencidos das virtudes e vantagens do regime sob o qual viviam, poderiam sinceramente subscrever as palavras do panegirista: “A pira deste himeneu não está só no templo de Deus; está também no coração do povo!”.

Lourenço L. Lacombe

Anexo

Documentos existentes no Arquivo do Museu Imperial

Il.^{ma} e ex.^a senhora.

Incumbindo-me Sua Majestade o Imperador de convidar a v. ex.^a para assistir, de grande gala, em uma das tribunas da Imperial Capela, ao ato solene do feliz consórcio de Sua Alteza Imperial a senhora dona Isabel com Sua Alteza Real o senhor conde d’Eu, o qual há de ter lugar no dia 15 do corrente mês, pelas 10 horas da manhã, assim o comunico a v. ex.^a para seu conhecimento.

Deus Guarde a v. ex.^a

A s. ex.^a a senhora do sr. barão de Lages.

(a.) José Liberato Barroso

* * *

Il.^{mo} e ex.^{mo} sr. general.

Em dezembro, remeteu o sr. ministro do Império cópia dos artigos de contrato de casamento de Sua Alteza Imperial a senhora d. Isabel, a fim de se apresentar ao corpo legislativo a proposta sobre o posto de marechal de Exército ao sr. conde d’Eu.

Em 26 daquele mês entreguei ao antecessor de v. ex.^a, a proposta a fim de ser examinada, e alterada com todos os documentos.

Ignorando onde param esses papéis, tomo a liberdade de chamar a atenção de v. ex.^a, sobre este objeto, pois aproxima-se a reunião do corpo legislativo, e convém ter pronta a proposta, que se houver de apresentar.

(a.) M. C. de Souza Correia

22 de março de 1865.

Ilmo. e ex.^{mo} sr.

Apresento a v. ex.^a a inclusa proposta sobre a efetividade do posto de marechal concedido ao sr. conde d'Eu.

V. ex.^a dignar-se-á notar a doutrina do art. 2º com o que dispõem a 2ª parte do artigo adicional ao contrato de casamento. Por este um segundo projeto deve-se apresentar para a hipótese figurada no art. 2º da proposta. Mas se na lei conferir o posto de marechal sem restrição, outra, que venha com qualquer declaração, parece-me que inclui disposição retroativa.

V. ex.^a me esclarecerá sobre esta dúvida, se a minha redação lhe não agradar.

(a.) *M. C. de Souza Correia*

* * *

2ª Seção – Rio de Janeiro – Ministério dos Negócios do Império em 30 de novembro de 1864.

Ilmo. ex.^{mo} sr.

Transmito a v. ex.^a a inclusa cópia do artigo separado adicional ao contrato de matrimônio de Sua Alteza Imperial a princesa imperial, a fim de v. ex.^a, lhe dar execução na parte que lhe cabe.

Deus guarde a V. Ex.^a.

(a.) *José Liberato Barroso*

Sr. Henrique de Beaurepaire Rohan.

* * *

Artigo separado adicional ao contrato de matrimônio de Sua Alteza Imperial a princesa imperial do Brasil d. Isabel Cristina com Sua Alteza Real o príncipe Luís Felipe Maria, conde d'Eu, desta mesma data.

Sua Alteza Real o conde d'Eu fará parte do Exército brasileiro.

Um projeto de lei será apresentado às Câmaras na primeira sessão para o fim de se conferir a Sua Alteza Real o conde d'Eu o posto efetivo, cujas honras lhe houverem sido outorgadas por Sua Majestade o Imperador, e das quais não será privado da hipótese da última parte deste artigo.

Outro projeto de lei será também apresentado pelo governo à Assembléia Geral na primeira sessão dispondo o seguinte:

Quando Sua Alteza Real o conde d'Eu, viúvo e sem filhos, deixe o Império uma obrigação prescrita no artigo dezessete renunciará à efetividade do posto, não conservando das vantagens do mesmo artigo dezessete, senão a quarta parte da dotação do art. 6º.

Esta estipulação terá tanta força e valor como se fosse inserida palavra por palavra no contrato matrimonial.

Contrato de casamento de Sua Alteza Imperial a princesa imperial do Brasil Dona Isabel Cristina com Sua Alteza Real o príncipe Luís Felipe Maria, conde d'Eu.

Art. 17

Se Sua Alteza Imperial falecer primeiro que seu augusto esposo terá este direito à metade da dotação, de que fala o art. 6º deste contrato, e a conservar os prédios destinados à habitação dos augustos esposos, conquanto residir no Império, sem se ausentar com licença do imperador.

Se em tal caso Sua Alteza Real o conde d'Eu, tendo um ou mais filhos, recusar cumprir a obrigação de, logo que for chamado pelo imperador, voltar ao Império, e nele permanecer, enquanto o mesmo augusto senhor assim o entender, reputar-se-á, que renunciou a todas as vantagens, que lhe são garantidas.

Se porém não tiver filhos, cumprir-se-á o que se acha ajustado na segunda parte do artigo adicional do presente contrato, se for este artigo aprovado por lei.

Art. 6º

Depois da celebração do casamento pagar-se-á aos augustos esposos pelo Tesouro Nacional uma dotação anual de cento e cinquenta contos de réis, que será recebida mensalmente, cessando desde então os alimentos, que atualmente percebe Sua Alteza Imperial, nos termos do art. 112 da Constituição Política, e art. 1º, § 1º, da lei nº 1.217 de 7 de julho do corrente ano.

Confere.

Fausto Augusto d'Aguiar.

LOUÇA DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS

Louça da Companhia das Índias

- A) O caminho das Índias e sua projeção no Ocidente
- B) A Casa Imperial do Brasil e suas louças da Companhia das Índias
- C) A louça japonesa – síntese histórica

A) O CAMINHO DAS ÍNDIAS E
SUA PROJEÇÃO NO OCIDENTE.

Nunca se poderá dizer tudo sobre as conseqüências dos grandes descobrimentos marítimos a partir do século XV.

Particularmente o descobrimento da América (1492) e o do caminho marítimo para a Índia (1498) tiveram um papel tão preponderante sobre a sociedade européia na sua transformação radical que os historiadores não titubeiam em dar ali por finda a já moribunda Idade Média e o surgimento da era dos tempos modernos.

O que foi o arrojo da maruja portuguesa, tão bem descrito nas páginas heróicas dos Lusíadas, nas suas navegações “por mares nunca dantes navegados”, enche de curiosidade a princípio, depois de espanto e por fim, de veneração por aqueles bravos. Curiosidade – daqueles que lhe estudam os feitos, e também deles próprios, pois foi ela que os impelia sempre, e sempre avante, em busca do desconhecido, do ansiado eldorado que povoa a mente de todos os idealistas. Espanto – pela sua intrepidez, não importando o desconhecimento total das rotas singradas por suas frágeis naus de então; nada valendo a ameaça de encontrar povos hostis, falando língua diversa da sua, de costumes inteiramente diferentes dos de Portugal ou alhures na Europa; enfrentando com a frente ativa, fustigada pelo vento e chuva os mares encapelados para além de “Tabropana”, o cabo da Boa Esperança, esperança que não lhes falhou nunca mas que os

galardoou prodigamente pela posteridade afora. E veneração – pelos que deram a vida no seu esforço insano, abrindo para a humanidade novos horizontes, traçando novos rumos com possibilidades ilimitadas, criando para Portugal um nome que jamais feneceria na mente dos povos, mas, tudo isto com o sacrifício próprio, desde a separação dos entes queridos à beira do Tejo, aos quais muitos deles jamais tornaram a ver, até às rudes lutas contra populações inimigas, e sofrendo enfermidades traiçoeiras, até seu último bafejo de vida entregue no holocausto da pátria para torná-la grande, próspera e ditosa!

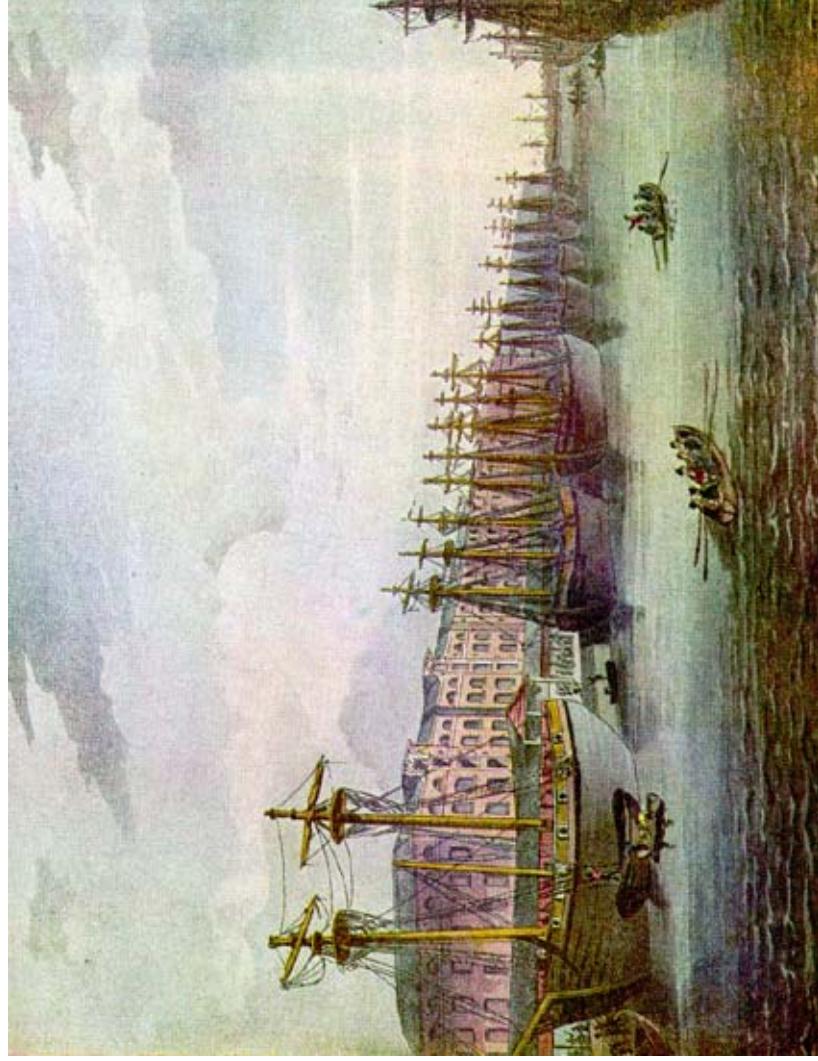
“Nenhum dos nossos pilotos do século XV, já no seu último quartel, mesmo os mais célebres, nos deixaram qualquer *livro de rotear* conhecido. O próprio *roteiro da primeira viagem da Gama* é muito parco dos precisos elementos para assim ser classificado.

Os primeiros roteiros que nos foram conservados são já dos começos do século XVI.

Fomos os primeiros no rotear para novas terras, fomos naturalmente os primeiros a escrever e depois aperfeiçoar os respectivos livros, e durante muitos séculos por eles se regularam todas as marinhas que foram a essas terras. Copiados, traduzidos, e mais tarde apropriados, ainda os vemos em obras estrangeiras do século XVIII.

Foram eles o basilar pedestal dos atuais roteiros, de que há mais de 70 volumes ingleses, que abrangem todos os mares e todas as costas conhecidos.

Causa calafrios pensar no enormíssimo potencial de energia, sob todos os aspectos, de que esses homens dos descobrimentos seriam dotados para resistirem a todos os horrores da vida marítima de antanho, ainda aumentados preventivamente do seu estado moral no momento da partida, derivado da incerteza da volta. Podemos avaliar qual este último seria, sabendo que, nos séculos seguintes, ao zarpar anualmente do Tejo a *Nau da Índia*, os sinos da igreja de Chagas dobravam agoiramente a finados:



Naus da “Companhia das Índias” nas suas docas em Londres, séc. XVII. Reprodução da litografia de Rowlinson & Pagin, aquarelada por Bluck. Altura 0,195mm. Lagura 0,255mm.
(Gentilmente cedida pelo sr. Francisco Marques dos Santos.

| | |
|-----------------|------|
| Tlão | Tlão |
| Tlão | Tlão |
| Pelos que vão | |
| Tlão | Tlão |
| Tlão | Tlão |
| E não voltarão. | |
| Tlão | Tlão |
| Tlão | Tlão |

como ainda aconteceu em 1835, à partida da charrua *Maia Cardoso*, que levou 140 dias a Moçambique, tendo morrido de escorbuto, em viagem, 70 pessoas incluindo o comandante!

E os mareantes dos *Descobrimentos*, nessas terríveis condições de luta, diariamente hercúlea, ainda tiveram coragem para escrever. Como os devemos admirar e bendizer!” (A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, Lisboa, 1939, 2ª edição).

O que representavam na época essas viagens das naus portuguesas ao Oriente e a importância dos seus roteiros traçados pelos discípulos da famosa Escola de Sagres, depreende-se do valor que as demais nações navegadoras da época lhes emprestavam. Por exemplo:

“*Roteiros Portugueses, traduzidos e publicados por Linschoten, em 1596*” – Linschoten, na sua célebre viagem às Índias Orientais, em navio português, pode apreciar de visu o valor dos roteiros dos nossos pilotos, cujas cópias obteve, traduziu e publicou em holandês (1596), inglês (1598) e francês (1610).

Esta notável coleção de *Roteiros Portugueses* do século XVI ocupa, na tradução francesa, cerca de 119 páginas de grande formato. Reproduz, entre outros, o de Málaca para Sonda e grande parte do capítulo intitulado *Da navegação de Málaca para Java*, dos *Roteiros do Livro de Marinharia*, e contém ainda muitos outros, de pilotos anônimos, da

Ásia Meridional, Macau, China, Japão e ilhas da Sonda.

Perderam-se os originais de toda a coleção.

É muito grande a coleção de *Roteiros Portugueses* que existiram em livrarias de particulares nacionais, hoje perdidos ou cujo paradeiro é ignorado” (idem).

Entre outros, os assinalados com a letra *k* e *m* dizem:

“k) Roteiros dos portos de Japão para a China, Filipinas, Maláca etc. anônimo, século XVII.

m) Roteiros para diferentes partes da Ásia, China, Japão e outras, anônimo, século XVII” (idem).

Daí se vê que foram os portugueses a singrarem os mares distantes do Extremo Oriente e a traçar-lhes os roteiros. Na longa citação dos muitos *Roteiros Portugueses* ainda existentes ou desaparecidos, todos aqueles que se referem à Ásia intitulam-se aproximadamente: *Roteiro das Índias*.

O nome *Índia* ia se tornando sinônimo de Ásia, e certamente para muitos não existia distinção alguma entre um e outro. Era, contudo, um erro apenas superficial, cabendo aos próprios portugueses a honra de corrigir o erro muito mais grave, tal como o de localização, sobre o mapa-múndi, do continente asiático no local da atual América, como isso aparece no globo de Martin Behaim de 1492, elaborado naturalmente pelos informes dos que haviam feito a viagem ao Oriente Próximo e Médio por via terrestre, através da Ásia Menor. Nesse globo de Behaim a Ásia, com as designações de Tartária, Cathay (China) e Índia, figura no lugar da América, sendo a ilha de Cipango (Japão), a maior de um imenso arquipélago, a sua guardiã no oceano. (OLIVEIRA LIMA, *História da civilização*, 2ª edição, S. Paulo, 1922).

O comércio que vinha sendo feito com o Oriente, particularmente com a Índia e China, durante a Idade Média tinha cessado devido à invasão turca e assim o caminho marítimo para a Índia veio abastecer as mesas européias com suas especiarias, os salões das cortes com as obras de arte daquelas regiões distantes, e a vaidade feminina com as suas jóias, tecidos e plumagens exóticas.

Diz Oliveira Lima, na sua *História da Civilização*:

“O delírio dos metais preciosos atacou esta sociedade e arrastou milhares de indivíduos para longe dos seus lares. Lisboa tornou-se o entreposto do comércio oriental, arruinando Veneza e Alexandria. O império mercantil português estendeu-se até as ilhas do Pacífico, como o arquipélago das Molucas.

No Oriente a atividade portuguesa foi prodigiosa na primeira metade do século XVI, dela resultando, não só a descoberta da Indochina e das grandes ilhas da Malásia, como, na segunda metade do mesmo século, o intercuro direto com a China e o Japão. A ocupação de Macau data de 1557”.

E prossegue:

“O apogeu da prosperidade portuguesa deu-se sob d. Manuel (1469-1521), cujo reinado foi opulento pelo tráfico da Índia, donde as naus transportavam a canela, o cravo e a ardente especiaria, além das pedras preciosas e dos artefatos caros que se espalharam pela Europa, fazendo a fortuna dos intermediários, em busca dos quais vinham naves do norte, coalhando as águas do Tejo e baixando delas os mercadores a disputarem as coisas do Oriente nos bazares de Lisboa.”

O que foi esta atividade comercial e de influência ocidental do português sobre os povos do Oriente atesta as inúmeras palavras portuguesas introduzidas no linguajar daqueles povos, num período bastante breve, pois, durante a união de Portugal à Coroa da Espanha por um período de 60 anos, pôde a marinha holandesa expandir-se a ponto de tomar-lhe das mãos o grosso das suas atividades no Oriente.

José Gonçalves de Andrade, em *Berço Imperial*, Porto, 1940, escreve: “Até mesmo nos países e nos povos mais refratários aos contatos das civilizações estranhas, como a China e o Japão, a ação portuguesa deixou bem evidenciados os seus traços civilizadores.” E em outra página: “De 1415, com a conquista de Ceuta, até 1542, com a descoberta do

Japão, os portugueses fizeram o que o mundo não foi capaz de fazer em mais de três mil anos.”

Estava realizado o grande feito da maruja lusitana; cujo valor jamais será empanado, pelo seu heroísmo e intrepidez, tantas vezes comprovados em terras asiáticas e americanas nos séculos XVI e XVII, nem mesmo pela decadência de suas navegações, passando a primazia temporariamente aos holandeses. Esses, de princípio, vinham abastecer-se em Lisboa, mas não tardaram a ir por si mesmo à Índia, ocupando Ceilão, Java e Sumatra, além de fazer tentativas de formar um outro ramo do seu império colonial na América.

Portugal viu, portanto, todo o esplendor do comércio com o Oriente e as casas dos seus senhores fidalgos ostentaram artigos dos mais variados e do que havia de mais fino desta procedência. E os soberanos não haviam de ficar indiferentes a tanto brilho e exuberância que a metrópole recebia através dessas pontes movediças, de madeira, com velas de pano branquejadas pelo sol e ventos dos mares do sul, que se estendiam da Europa até às longínquas paragens de Macau e Nagasaki, donde traziam com preferência as louças e porcelanas maravilhosas e quase totalmente desconhecidas na Europa.

Não admira que em breve também a Inglaterra organizasse a Companhia Inglesa das Índias Orientais, que durou desde 1600 até 1858, entrando na luta com a Companhia Francesa das Índias Orientais, criada por Colbert, e de pouca duração. Os flamengos foram mais bem sucedidos, fundando Batávia, na ilha de Java, o entreposto de maior importância do Extremo Oriente na época, e ainda fundando a colônia do cabo da Boa Esperança para abastecimento de aguada e víveres de suas naus que singravam da Holanda ao Oriente e vice-versa.

Sob o reinado de d. João V, o rei de maior pendor artístico de Portugal, a sua corte esplendia em obras de arte de todo o gênero, e certamente as porcelanas do Oriente, trazidas pelas diversas companhias das Índias Orientais que faziam o seu comércio, abasteciam o mercado luxuoso de Lisboa.

Não tardou muito a Europa começar a sua própria tentativa na confecção dessas obras maravilhosas de cerâmica, e dentro em breve a tentativa evoluiu ao mais alto grau de

perfeição artística, como atestam as famosas porcelanas de Vista Alegre, Saxe, Sèvres, etc. etc.

**B) A CASA IMPERIAL DO BRASIL E
SUAS LOUÇAS DA COMPANHIA
DAS ÍNDIAS.**

A Casa Imperial do Brasil possuía um grande número de objetos de porcelana, como o atestam o inventário que foi levantado em 1834 e o leilão procedido na Quinta da Boa Vista, Paço da Cidade e fazenda de Santa Cruz, de 8 de agosto até 13 de novembro de 1890.

Conquanto a nossa corte não fosse das mais faustosas, nem por isso ela deixou de ter o seu esplendor e o seu patrimônio artístico bastante grande e apurado.

O próprio príncipe regente, quando aqui aportou em 1808, veio com quase todos os seus bens móveis, não propriamente como um *fugitivo* e sim como quem resolvesse transferir, ainda que temporariamente, a capital de seu reino para outra parte, só deixando atrás de si o que trazer não pôde, por se tratar de bens imóveis, ou porque o espaço nas suas naus não comportasse tudo. E não é de admirar. Parece um caso virgem na história moderna, onde um príncipe regente é acompanhado por um séquito de cerca de 15.000 fidalgos que se acotovelavam nos 40 navios mercantes e 16 navios de guerra de que se compunha a frota de d. João, ainda acrescida por navios de guerra ingleses, que o escoltaram até a Guanabara.

Bendita vinda do futuro rei às terras da sua colônia mais próspera e promissora! Com ela veio a convicção para os patriotas brasileiros de que raiava a oportunidade, jamais sonhada para tão breve, da emancipação política dentro em breve.

Para quem lança as atenções sobre o que de valioso nos trouxe o príncipe regente d. João no terreno da cultura, ainda mais grato lhe fica e perdoa os seus defeitos e as faltas ocorridas durante a sua estada no Brasil.

Tratando, porém, da porcelana, e particularmente da denominada louça da Companhia das Índias, é muito provável que ele a tenha trazido para o Brasil, como o fez da sua

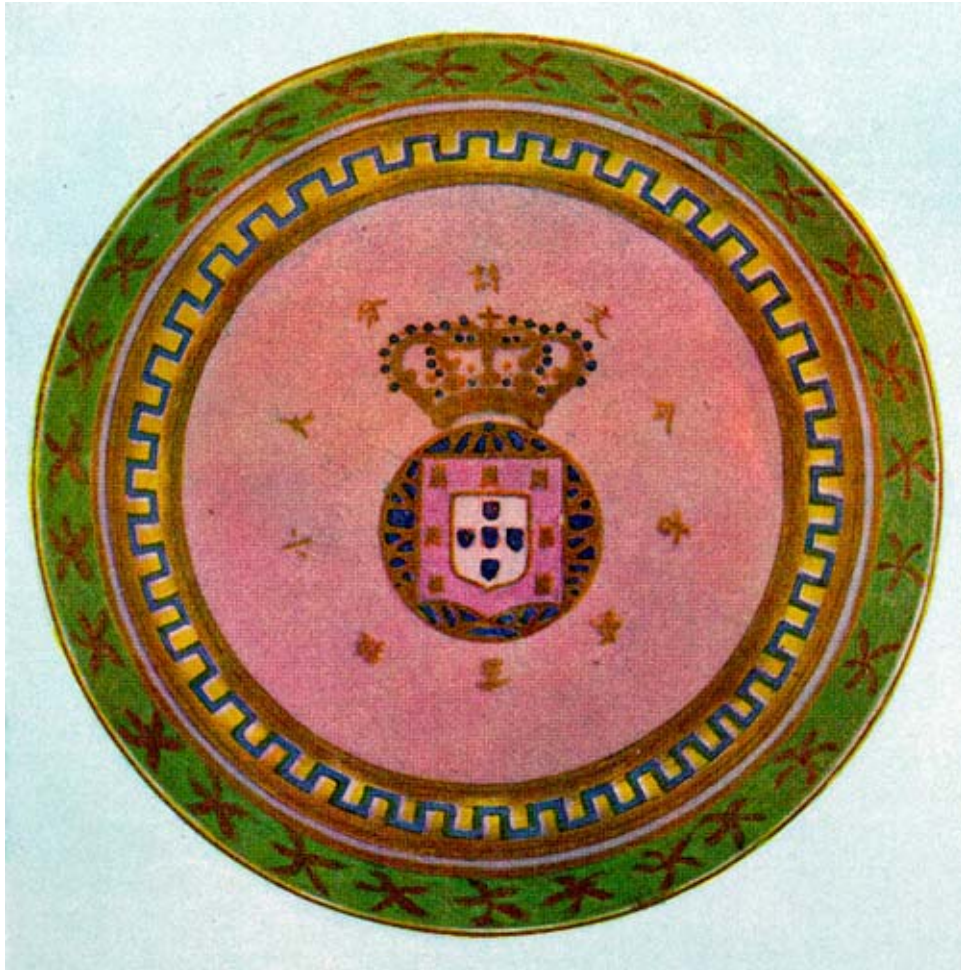
biblioteca, coleção de estampas, gravuras, mapas, etc. que ainda hoje atestam algo diferente na sua personalidade do que aquele d. João que geralmente é apresentado pela maioria dos seus biógrafos no seu aspecto patético.

Muito do que o príncipe regente trouxe para o Brasil aqui ficou. Durante o reinado de d. Pedro I relativamente pouco foi comprado, o que atesta um voto de F. Álvaro Machado para o parecer da comissão de contas do tutor de S. M. e AA. II., datado de 14 de agosto de 1837 e procedente do paço da Câmara dos Deputados e onde se lê, entre outras coisas, que se devia dar um crédito de 50:000\$000, para a aquisição de diversas coisas, tais como carruagens, baixelas, mobílias, jóias, alfaia, e outras muitas mais, que precisavam de reforma ou faltavam de todo.

No *Livro 78 da Mordomia da Casa Imperial*, em que está registrada a *Cópia dos Inventários*, dos objetos inventariados em 1814, encontram-se referências sobre porcelana da Companhia das Índias, com os seus respectivos preços, provavelmente adquiridas no 1º Reinado. Nesse inventário faz-se menção a outras porcelanas, de procedência européia ou chinesa. Preferimos extrair apenas a que traz a denominação de “Companhia das Índias”. Esta porcelana é toda do Oriente, sem contudo deixar clara a sua procedência local, salvo as peças de imitação inglesa, principalmente da porcelana chamada de Macau. Verdade é que o Oriente só viu as porcelanas da China, seu berço, no Japão e cercanias. A Pérsia nunca fez porcelana propriamente dita, mas faiança envernizada, e a Índia não consta no rol dos povos porcelanistas do Oriente.

A causa dessa confusão na designação é atribuível unicamente ao costume de chamar a porcelana de fabricação oriental como sendo da Companhia das Índias devido às naus que a traziam e que na sua quase totalidade pertenciam a alguma das diversas Companhias das Índias. E como somente o perito é capaz de distinguir entre peças da China e do Japão, e assim mesmo em muitos casos por simples intuição, a quase totalidade dos compradores a tinham por igual.

Sem ter a peça em questão para exame, jamais se poderá afirmar se esta ou aquela porcelana denominada da



Pires de porcelana chinesa apresentando no centro as Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves circundadas por uma legenda em chinês.

Procedência: fazenda de Santa Cruz.

Dimensões: diâmetro 0,14.

Agradecemos ao exmo. sr. ministro da China no Brasil, dr. Shao Hwa Tan, que se prontificou traduzir a legenda afirmando ser ela tirada das primeiras duas páginas do primeiro livro de escola primária na China e diz o seguinte: “SHUH E YAH existem grandes e pequenos;

A poesia e a prosa dividem-se em antiga e moderna”

Nota: SHUH e YAH são nomes próprios de livros muitos conhecidos na China, segundo dr. Shao Hwa Tan.

“Companhia das Índias” é chinesa ou japonesa, pois que as naus iam aos dois países e o entreposto de Batávia recolhia grandes quantidades de porcelana de todas as procedências, para carregar as suas embarcações e despachá-las o mais depressa de regresso à Europa, para auferir lucros fabulosos para os seus intermediários.

O que, porém, em definitivo está fora de qualquer dúvida é que nunca houve porcelana de alguma “Companhia das Índias”, sendo errôneo e sem fundamento algum dar-lhe esta denominação como sendo algo diversa da porcelana chinesa ou japonesa.

Entre as louças inventariadas em 1834 no Palácio da Quinta da Boa Vista, lê-se:

| | | |
|--------------------------------------|-----------|----------|
| 4 jarras de louça da Índia | a 15\$000 | 60\$000 |
| 6 vasos de louça da Índia | a 10\$000 | 60\$000 |
| 4 jarras de louça da Índia, douradas | a 10\$000 | 40\$000 |
| 6 vasos de louça da Índia | a 9\$000 | 54\$000 |
| 2 jarras de louça da Índia | a 20\$000 | 40\$000 |
| 3 vasos de louça da Índia, redondos | a 16\$000 | 48\$000 |
| 2 vasos de louça da Índia, quadrados | a 10\$000 | 20\$000 |
| 8 barris de louça da Índia | a 30\$000 | 240\$000 |

Aparelho da Índia, esmaltado: 160\$000

- 4 terrinas.
- 28 pratos travessas.
- 8 pratos quadrados com tampa.
- 4 pratos travessas, para peixe.
- 1 terrina pequena.
- 2 souceiras, com pratos.
- 2 saladeiras.
- 6 pratos ovados, cobertos.
- 20 pratos de guardanapos.
- 7 pratos para sopa.
- 9 pratos para frutas.

Louça da Índia, pintada: 8\$000

190 xícaras de asas, para creme.

16 tigelas para caldo.

9 pires para as ditas.

Louça da Índia, ordinária: 80\$000

5 pratos para sopa.

4 saleiros.

4 pratos travessas para peixe.

62 pratos travessas para peixe.

22 souceiras.

1 tigela.

1 manteigueira com tampa.

8 saladeiras.

Qual teria sido a procedência dessa louça e porcelana da denominada “Companhia das Índias”? Por que outras peças levaram a designação positiva de “porcelana da China”? – Talvez pela mesma razão pela qual ainda agora os leiloeiros escrevem nos seus catálogos as designações de procedência, quase que inconscientemente, dizendo: “porcelana chinesa”, “porcelana japonesa”, e logo adiante “porcelana da Índia”, ou “porcelana da Companhia das Índias”, ou “porcelana legítima do Oriente”, isto é, devido ao desconhecimento técnico da porcelana para distingui-la uma da outra e a fim de indicarlhe a procedência exata ou, pelo menos, aproximada. Mas, se a que traz indicação nos catálogos como sendo chinesa é só porque apresenta cenas e figuras chinesas (e pelo visto parece ter sido esse o caminho seguido pelo “classificador” dos catálogos dos leiloeiros) não pode ainda ser critério seguro, pois que o Japão fez muita porcelana imitando a chinesa, inclusive decorando a sua porcelana com cenas da vida dos aristocráticos mandarins chineses, cujo esplendor tanto empolgava a mente ainda simples do artista japonês habituado ao ambiente rústico que o cercava ainda séculos depois de a China já ter passado o seu período de maior esplendor.

Acresce ainda outra dificuldade. Boa parte das porcelanas da China e do Japão não traz marca alguma, o que vem complicar ainda mais a sua classificação.

Portanto, sem ver o objeto torna-se grandemente inseguro e mesmo pouco hábil afirmar-se a sua procedência exata tratando-se de peça desconhecida.

– A nossa independência política e formação conseqüente de uma novel aristocracia em terras americanas, com criação de títulos e brasões de armas e desejo de ingressar condignamente na grande família da nobreza espalhada pelo mundo afora, veio trazer muitas encomendas às casas revendedoras de porcelanas, não só européias, mas ainda às do Oriente. E que isto é fato atestam as figuras em trajés ocidentais e de olhos amendoados, os brasões de armas muitas vezes erradamente executados e trazendo marcas de procedência chinesa ou japonesa, e leques com representações de retratos, brasões, alegorias, paisagens européias na sua face e no lado oposto, apresentando cenas tipicamente orientais.

No Rio de Janeiro podiam fazer-se encomendas às oficinas porcenalistas não só da Europa mas ainda da China e do Japão, através das casas que aqui negociavam nestes artigos e que remetiam os desenhos e as encomendas aos seus fornecedores, os quais, por sua vez, os encaminhavam ao artista. Daí muitas vezes apareceram tipos ocidentais com características aproximativas do oriental, ou personagens de uma raça branca dentro de uma paisagem do Oriente, pois o artista talvez nunca tivesse visto nem fosse capaz de imaginar da existência de seres diferentes dos seus próprios concidadãos ou os da raça amarela e malaia, acontecendo o mesmo em relação à paisagem, onde a de encomenda européia era inteiramente diversa da sua própria.

– Retornando às porcelanas da Casa Imperial do Brasil, surpreende o grande acervo que dela aparece nos leilões de 1890, em que as coisas tão carinhosamente reunidas e conservadas pelos nossos soberanos viram a irreverência do martelo do leiloeiro e a curiosidade frívola duma população por momentos esquecida do muito que seu último e já encanecido imperador a amou e por ela fez.

Ao todo 168 lotes de porcelana sem procedência mencionada, excluindo dessa relação a que vem assinalada como

sendo da China, Portugal, França, Inglaterra, Itália, Áustria, Alemanha e outras. Estes 168 lotes compreendiam 1.980 peças, sendo que 14 lotes não são discriminados em número, o que o elevaria para bastante mais de 2.000 ao todo. O leiloeiro laconicamente colocou ao lado: “antiga porcelana”, “biscuit”, “faïence” e “louça”. A quase totalidade é designada como sendo porcelana. E, diante do exposto linhas atrás, porque não aceitar que muita dessa porcelana tenha vindo do Oriente, isto é, da China e do Japão, trazida pelas naus das Companhias das Índias Orientais, se elas vinham para a nobreza que formava a corte do nosso Império, e se vários dos serviços de jantar do rei d. João VI deixados aqui eram da China?

E de que constavam esses objetos de porcelana, para mais de 2.000, por ocasião dos leilões dos bens imperiais de 1890, só dos de origem não mencionada? Hei-los, “tout-court”: jarros, bacias, serviços para lavatório, escarradeiras, necessários, serviços de jantar, bules, xícaras e pires, açucareiros, conchas para sorvete, canequinhas, terrinas, fruteiras, compoteiras, jardineiras, pratos-travessas, cremeiras, tigelinhas, vasos, lâmpadas, figuras, lamparinas, jarrões, vasilhos, cestinhas, ânforas, comadres, saladeiras, moringuinhas, porta-jóias, cofrezinhos, floreiras, placas com desenhos, grupos, tinteiros, lavatórios, platôs, bibelôs, caixinhas para pó-de-arroz, saboneteiras, cabos de leques, etc.

– E agora, quando começamos a reconstituir o ambiente antigo do tempo do Império, quanta dessa porcelana vendida ao correr do martelo já não se destruiu, quando a sua presença entre outras coisas pertencentes aos nossos soberanos atestaria silenciosamente o que foi artisticamente o rico, variado e precioso acervo dos salões imperiais por tantos apoucados pela expressão leviana de que o nosso Império nada teve à altura de seu título.

Finalmente, apresentamos uma síntese histórica da porcelana no Japão por ser a que maiores dificuldades apresenta pela imprecisão de dados e contradições encontradas a cada página dos autores que dela trataram.

C) A LOUÇA JAPONESA –
SÍNTESE HISTÓRICA

1) *Origens remotas da cerâmica japonesa*

A cerâmica japonesa é filha da península da Coreia e neta do celeste império.

China, berço sublime e inconfundível da mais admirável porcelana de todos os tempos, ensinara aos coreanos a arte de fabricar louças diversas, por intermédio de chineses que foram à península e através da louça ali recebida vinda pela Manchúria ou por via marítima.

Os coreanos rapidamente tornaram-se peritos no preparo da pasta e na arte de modelar os objetos mais diversos.

A península da Coreia foi, portanto, a ponte cujos extremos apoiavam-se um na China, outro no Japão. De início o fluxo através dessa ponte foi no sentido China-Japão, porém, decorridos séculos, chegou o dia em que ele foi na direção inversa, Japão-China, e com grande estima e aceitação desta.

– Os documentos mais remotos da literatura japonesa fazem referência ao hábito dos imperadores e grandes dignatários feudais (Tenno e Otodo, respectivamente) ¹ mandarem enterrar vivos, junto com eles quando morriam, os seus ministros, escravos e cavalos a fim de os acompanharem para o Nirvana...

Posteriormente essa prática modificou-se, substituindo-se os seres condenados no sacrifício por figurinhas de barro. Diversas delas têm sido descobertas e são documentos etnográficos valiosos para o estudo do primitivo povo japonês.

– Consta, sem que haja documentos certos confirmando isso, que desde 660 a.C. foram fundadas inúmeras fábricas de cerâmica na província de Yamato ².

Dessa louça nada mais se sabe, e toda pesquisa para encontrar seus vestígios tem sido em vão.

Mas, fronteira à parte meridional do Japão fica a extensa península da Coreia, quase um terço da extensão de todo

1. Nota: "Otodo" – senhor feudal, título usado desde a antiguidade, no Japão; de 700 anos para cá foi substituída pelo de "Daimio" com o mesmo significado.

2. Edouard Garnier – *Histoire de la Céramique*, Paris, s/d.

o Império, que bem antes da nossa era já possuía uma adiantada civilização. Sob a denominação antiga de Sankan (Três Reinos) ela se dividia posteriormente em Shiragui (o Sin-Ra de Louis Figuier em “*Les Merveilles de L’Industrie*”), Kudara e Koma.

Foram os oleiros de Shiragui os primeiros a peneirarem no Japão, na pessoa de um príncipe real com todo o seu séquito e diversos ceramistas que aí estabeleceu a primeira corporação de fabricantes de louça ¹.

Este acontecimento ocorreu na primavera do ano 27 antes da nossa era, sob Suinin Tenno, cujo governo coincide com o advento da Era Cristã. Estabelecendo-se na província de Omi, localidade de Hasama, desde logo atraiu para lá discípulos das províncias circunvizinhas que aprenderam a arte de modelar o barro.

Ainda dessa louça não se conhece peça alguma apesar dos esforços para encontrar seus vestígios objetivos. Sabe-se dela unicamente através dos textos japoneses traduzidos pelo dr. Hoffmann e divulgados na sua “*Memoire sur les Principales Fabriques de Porcelaine au Japon*” publicada na obra de Stanislas Julien: “*Histoire et Fabrication de la Porcelaine Chinoise*”, p. 278 ².

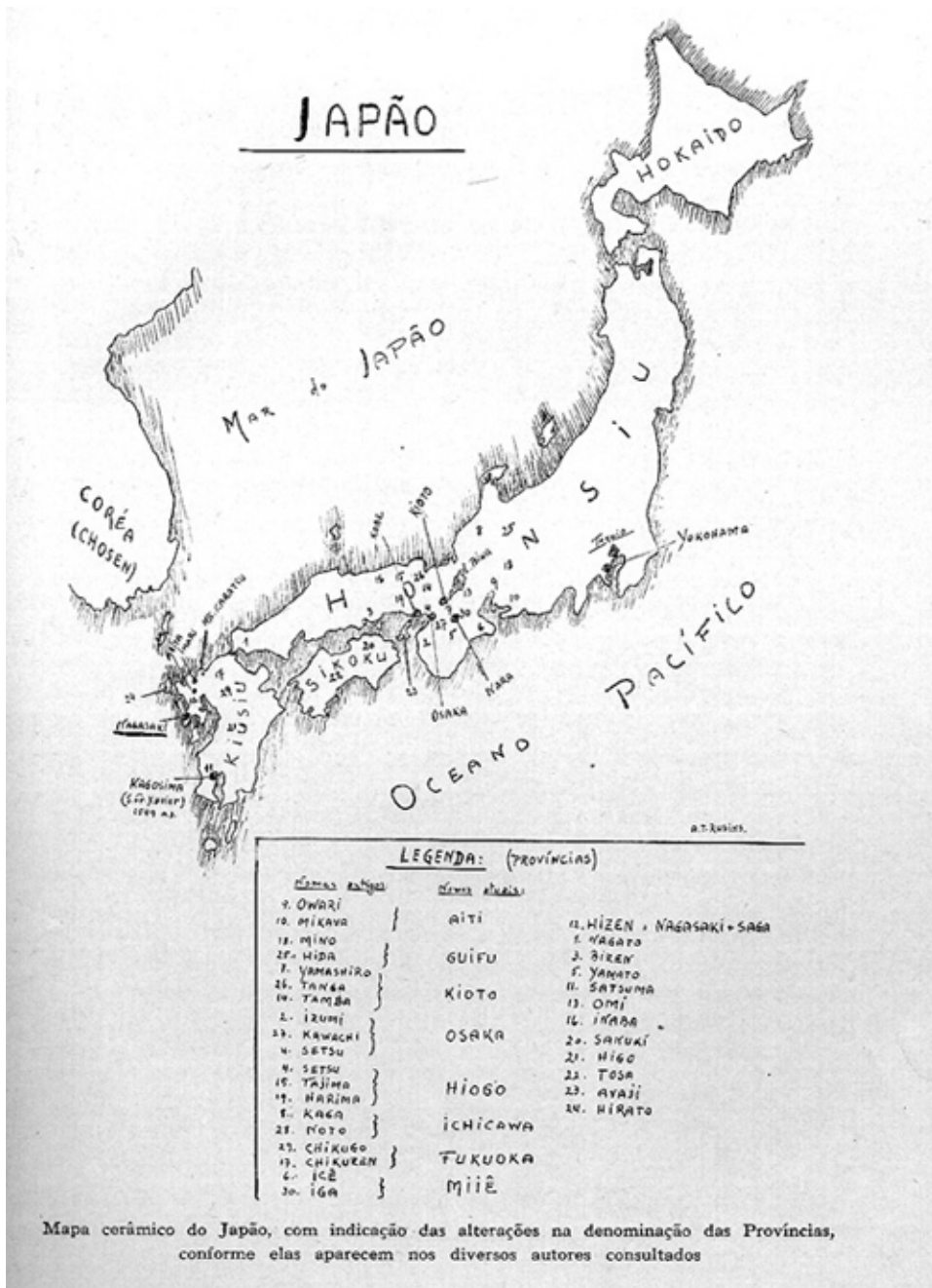
Essa louça nos é descrita da seguinte maneira: apresenta a sua superfície uma mistura de cinzento, vermelho e preto, sem separação distinta entre as cores, mas tendo linhas cruzadas de forma irregular. Se nada de positivo pode ser dito quanto à sua decoração, resta-nos um dado importante a observar, desde então os ensaios em argila, de manufatura local, são substituídos pela fabricação de louça dura e resistente.

A influência chinesa através da Coréia é tanto mais compreensível quando se toma em consideração que foi no Japão onde se refugiou a raça de Chin-Han que então ocupava a

1. S. Bing, *La Céramique*, cap. IX, tomo II, pp. 239-334, de *L’art Japonais de Louis Gonse*. Paris. 1883.

A. Jacquemart, *Les Merveilles de la Céramique*, Paris, 1868, diz que esse pretenso filho do rei de Sin-Ra (sic) aportou na província de Arima fixando-se na de Omi onde fundou a corporação de ceramistas.

2. Louis Figuier, *Les Merveilles de l’Industrie*, Paris, s/d.



Mapa cerâmico do Japão, com indicação das alterações na denominação das províncias, conforme elas aparecem nos diversos autores consultados

região SE da Coreia e que descendia, segundo a tradição, da dinastia T-Sin. Essa dinastia fora expulsa da China no ano 203 a.C. pela dinastia dos Han (sic) ¹.

Provavelmente repousa nesse fato a causa remota, fortemente embrionária e diluída, da grande afinidade entre ambas as porcelanas, chinesa e japonesa, a ponto tal que não raro o próprio perito encontra dificuldades em optar quanto à procedência de algum objeto, prato ou vaso.

Os discípulos japoneses, por sua habilidade peculiar em aprender e seu espírito de assimilação para reproduzir, aliados a um sentimento muito vivo para a decoração, conseguiram revelar-se dignos dos seus mestres próximos e remotos.

Dos mestres coreanos aprenderam o fabrico de uma louça muito mais dura do que a sua primitiva produção própria. Dos mestres chineses tomaram a inspiração para a sua pintura e modelagem chegando a produzir verdadeiras obras-primas devido à sua grande capacidade de adaptação às fórmulas novas ².

Mas, se tão insignes mestres teve o Japão até o início e durante os primeiros tempos da era cristã, infelizmente houve um longo letargo milenar até o segundo grande surto, acompanhado desta vez pela sua maravilhosa porcelana.

A manufatura incipiente não encontrou, por certo, um ambiente propício e, as primeiras obras locais ainda eram de qualidade muito inferior às louças vindas da China, através da Coreia.

Consta, pela época da chegada do príncipe de Shiragui, que um certo artista de nome Hagibe, fabricava vasos e figuras humanas de louça. As últimas destinavam-se para substituir as vítimas humanas por ocasião dos funerais do imperador e outros ³.

– Em plena fase embrionária a cerâmica japonesa fechou-se no casulo letárgico de mais de dez séculos para res-

1. Louis Figuier, op. cit.

2. René Jean, op. cit.

3. Diversos autores citam, sem indicar a fonte de onde extraíram semelhante informação, que, na época da chegada do príncipe de Siragui, na província de Izumi, um atleta de nome Nomino Sukume, fabricava vasos e figuras humanas “em faiança e porcelana” (sic), e que, como recompensa recebeu a autorização de tomar por nome de família o título Fazi, em coreano Patzi, que significa: fabricante, artista.

Louis Figuier, op. cit.; A. Jacquemart, op. cit., e outros.

surgir mais tarde, na sua segunda fase, decidida e firme. Depois, outro período de sonolência, muito mais curto que o anterior, até que, finalmente, libertada dos grilhões da longa metamorfose ela surge dominante e deslumbradora, como veremos a seguir.

Podemos dividir, portanto, a fabricação da louça no Japão em três períodos distintos: primitivo, médio e atual. O primeiro, desde as origens do fabrico da louça no arquipélago japonês até aproximadamente o ano 201 A. D. coincidindo com a invasão da Coréia por Singu Kogo. O segundo (denominado pelos japoneses de Idade Média), estende-se do III séc. até cerca do XV^o séc. O terceiro, desde o estabelecimento da Companhia das Índias Orientais até a data atual, quando ela toma um aspecto comercial e apresenta visível declínio artístico em relação à fase final da Idade Média.

2) Dez séculos de elaboração

Segundo S. Bing, que estudou a porcelana japonesa in loco, com o auxílio e orientação das maiores sumidades japonesas nesse assunto por volta de 1880, sabemos que os primeiros dois séculos da nossa era nada produziram digno de nota.

Só do ano 201 A. D. em diante vem alguma contribuição apreciável da Coréia, invadida e submetida por ordem da imperatriz (Kuogo) Jingu (201-270), Okina-Gatarashi-hime viúva do 14^o Tenno, adotando a adiantadíssima civilização peninsular.

Repetia-se o fenômeno histórico já experimentado poucos séculos antes no Sul da Europa. Os gregos, conquistados, submetidos e escravizados pelos troianos, transmitiram-lhes a sua civilização e aprimoraram o seu gosto artístico empanado pelo seu espírito belicoso. Assim agora, são os coreanos os mestres primeiros da arte de fabricar a cerâmica dos seus conquistadores, os japoneses.

No séc. V já existem fábricas de louça disseminadas pelas províncias de Yamashiro, Icê, Tamba, Setsu, Tajima e Inaba.

O 21^o tenno (Yuryaku 456-480) estabelece competições nessa época entre os artistas para a confecção de vasos destinados a receber as ofertas consagradas às divindades.

Contudo, é só no séc. VII, que a cerâmica começou a ter fabricação sistemática.

Foi o 42º imperador, Monnu-Tenno, que subiu ao trono em 697 A. D., o fundador da universidade japonesa incluindo entre as suas primeiras reformas uma administração oficial da fabricação de louça e encorajando-a por todos os modos ¹.

Quer parecer que já então os imperadores possuíam fábricas de sua propriedade pessoal para a confecção de louça para seu uso e com que presentear outros soberanos e altos dignatários do Império.

O budismo teve grande influência na propagação dessa arte admirável, penetrando no Japão, no ano 552 A. D., quando um rei da Coréia enviou ao Tenno do Japão algumas imagens e escritos sagrados sendo o príncipe (Ko-Tai-Shi) Shotoku (593-621) quem o tornou popular nesse país.

No séc. VIII, particularmente se destaca um nome ligado à propagação da arte cerâmica, o do sacerdote budista Guiogui. Descendia ele de uma das famílias reais de Kudara, na Coréia, e nasceu em Otori, na província japonesa de Izumi. Com a idade de 24 anos dedicou-se à vida sacerdotal; fundou o Templo Todaiji em Naira, capital imperial de Sete Tenno, (710-784 A. D.) e de grande importância para o estudo da arte japonesa em geral ².

Guiogui, transportando-se de cidade para cidade, ensinava uma série de conhecimentos, sendo a cerâmica o seu assunto predileto e vulgarizando o segredo da fabricação da louça translúcida ³. A ele é atribuída a invenção do torno que data de 712 ou 720 ⁴. Toda a produção de louça de seu tempo levava o nome de Guiogui-Yaki (Yaki – coisa queimada; Yaki-Mono – coisa de louça).

A construção do Templo Todaiji foi concluída em 752, três anos após a morte do seu criador. A santidade do tem-

1. S. Bin, op. cit. e William Lee, *L'Art de la Poterie*, Paris, 1913.

2. A. Jacquemart, op. cit., menciona com o nome de Guiogui como tendo vivido no reinado de Teu-tsi (662-672 a. D.) e que na província de Izumi ele se estabeleceu numa aldeia de nome To-Ki-Mura – “Aldeia ao serviço da porcelana”.

William Lee, op. cit., menciona com o nome de Gyogi-Bosatsu e dá as suas datas extremas como 670-749.

3. Louis Figuier, op. cit. e outros.

4. S. Bing, op. cit., e outros.

plo, porém, foi aumentada principalmente devido ao enorme acúmulo ali existente de objetos preciosos que haviam pertencido aos imperadores, entre os quais predominavam peças de cerâmica. É precisamente aí onde reside parte dos documentos mais preciosos para o estudo da arte japonesa ¹.

Sob a proteção do local sagrado, repousam esses objetos, protegidos durante mais de um milênio contra todas as intempéries possíveis do tempo. Gerações que foram sucedendo dispensaram a esse sacrário os maiores cuidados. Durante mais de dez séculos ele está murado dentro do monumento ao qual fora dedicado, e todos os 60 anos é aberto para se verificar o seu estado de conservação e a fim de restaurar o edifício ².

Foi aproximadamente no fim do séc. VIII, que um príncipe chamou ceramistas da Coréia para trabalharem nas suas fábricas de porcelana na província de Nagato ³.

– O Japão só conheceu o esmaltamento no começo do séc. IX, donde, todas as peças encontradas com revestimento “sob coberta” anteriores a essa época, serem de procedência estrangeira.

Sob o reinado de Sei-Wa (859-876 A. D.) o número de fábricas aumentou consideravelmente. O movimento de propagação dos conhecimentos cerâmicos não cessava no Japão. Por volta do ano 1000 da nossa era, encontramos fábricas espalhadas pelas províncias de Owari, Bizen, Mikawa, Chikuzen, Izumi, Awaji, Nagato, Mino, Harima e Sanuki.

Nessa época, porém, o segredo da esmaltagem parece ter desaparecido temporariamente devido a dissensões políticas, proibição de comerciar e à falta de artistas ceramistas notáveis.

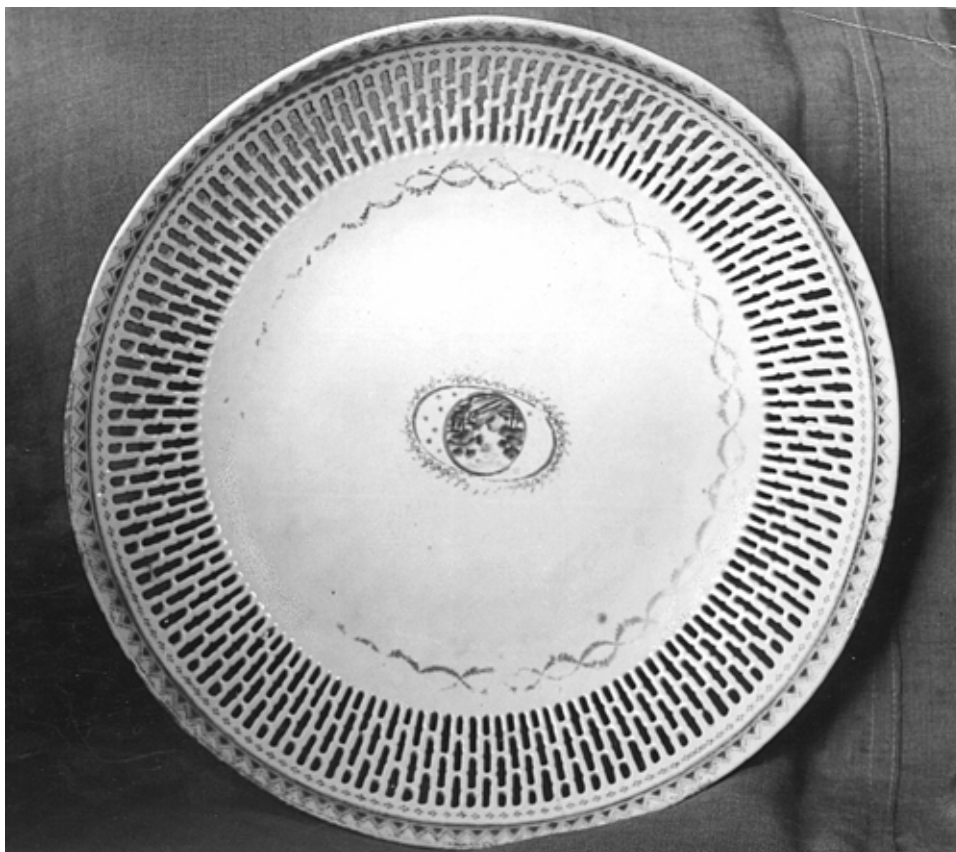
– Devido à generalização do uso do chá, introduzido no Japão no séc. VIII, e já cultivado por volta de 815 A. D., que se deu a transformação mais determinante na cerâmica do país do Sol Levante. Mas, ainda assim, decorreram

1. S. Bin, op. cit.

William Lee, op. cit., menciona o mesmo fato acrescentando que o torno já era conhecido e usado na China para mais de cem anos antes de Guioqui torná-lo conhecido no Japão.

2. S. Bing, op. cit.

3. Louis Figuier, op. cit.



Fruteira de porcelana, conhecida por “Companhia das Índias” - provavelmente de procedência chinesa; branca, friso em ouro e azul na borda rendilhada, tendo ao centro uma paisagem de cor sépia dentro dum medalhão cercado por uma elipse de ouro. Não apresenta marca de origem.

Diâmetro: 0,280m.

Altura: 0,060m.

Atribuída a d. João VI; presentemente faz parte da coleção do Museu Imperial.

cerca de quatro séculos até que o seu uso tornou-se popular devido especialmente aos esforços ingentes do sacerdote budista Koben, durante o reinado de Syun-Tok (1211-1221 A. D.).

Esse sacerdote procurou um vaso bem fechado e adequado para o chá. Encontrou-o com o ceramista Toshiro-Kato, habitante da aldeia de Seto na província de Owari.

Nesta época o Japão havia restabelecido suas relações com a dinastia Song da China, e Toshiro-Kato segue para lá em companhia de outro sacerdote, Doguen, no ano 1223. (A. Jacquemart, op. cit., dá como tendo sido de 1211-1212). Jovem, inteligente e ambicioso, passa na China 5 anos proveitosíssimos, estudando com afinco os segredos da arte sublime da cerâmica. Rico de conhecimentos técnicos e de matéria-prima – tanto no conhecimento da composição das pastas cerâmicas, como na dos esmaltes – regressa à sua pátria disposto a realizar aí algo mais notável daquilo que até então vinha sendo feito. Constrói fornos e funda fábricas segundo a técnica mais aprimorada da época e prossegue na execução dos já famosos potezinhos para o chá.

Tal foi a celebridade dessa aldeia de Seto e sua influência no Japão que ainda hoje na língua japonesa não existe outro termo para designar a cerâmica além de *Setomono* (coisa de Seto).

Já nessa época o segredo das manifestações artísticas é considerado patrimônio da família, transmitindo-se de geração para geração. Na ausência de descendente direto escolhia-se o filho de um amigo que além de receber o segredo de seu mestre adotava-lhe também o nome, fato esse que traz grande confusão e enorme dificuldade na identificação exata de inúmeras peças que ornaram muitos museus do Japão e do Oriente em geral, bem como da Europa e provavelmente da América. Assim, por exemplo, o sucessor imediato de Toshiro assinava o mesmo nome do seu mestre e pai adotivo; o segundo sucessor assinava Tojiro e o que seguiu a esse assinava-se Tosaburo ou Tosa.

Toshiro-Kato no Japão é considerado como sendo o “pai da cerâmica”¹.

1. S. Bing, op. cit.

– Em Kioto, a partir do séc. XVII, as famílias ceramistas continuam, de pais a filhos, segundo os costumes nacionais, a “arte dos antepassados”, ou “arte hereditária”, tais os oleiros Kingozan, os Taizan, os Tozan, os Mokubei, etc. (Zan – montanha).

3) A porcelana

Torna-se difícil precisar com exatidão quando começa o fabrico de porcelana propriamente dita, pois todos os autores fazem grande confusão na nomenclatura, por vezes empregando indistintamente as denominações: cerâmica, louça, faiança e porcelana, alguns chegando mesmo a chamar de porcelana a primitiva produção cerâmica de antes da nossa era, coisa que nos parece de todo insustentável e ilógica. Não obstante essa confusão de nomenclatura, tão importante para um estudo tão embaraçoso como esse da porcelana no Japão, os mesmos autores afirmam, páginas adiante, que só no séc. XVI, aparece a porcelana entre as peças de cerâmica japonesa.

O que, porém, os elementos históricos permitem estabelecer é o seguinte: a porcelana japonesa foi importada pelos coreanos e aperfeiçoou-se sob a inspiração chinesa, durante a dinastia Yuan.

Os japoneses atribuem a Suebe a primazia de ter iniciado a fabricação de porcelana propriamente digna desse nome no Japão ¹.

1. Seria o mesmo Gorodayu Shonsui mencionado por diversos autores? A *Enciclopédia Japonesa* cita o nome de Suebe como o iniciador da porcelana no Japão. Informação prestada durante a elaboração desse trabalho pelo senhor Kenichi Kyohara, secretário da Associação Central Nipo-Brasileira. A ele também agradecemos a verificação dos nomes e datas mencionados, confrontando-os com a *Enciclopédia Japonesa* escrita numa língua e em caracteres por nós desconhecidos.

Nota: René Jean, op. cit., chama-o Kato Shiro Zayemun; e Louis Figuier, op. cit., por sua vez, de Katosiro Uzemon.

S. Bing, op. cit., diz simplesmente Toshiro enquanto na recente obra japonesa de Kikusaburo Fukui, Tóquio, 1936, *Human Elements in Ceramic Art* diz Tashiro Kato, nome que julgamos mais correto por ser obra recente e de autor japonês.

Na *Enciclopédia Japonesa* o seu nome é dado como sendo: Kato Shiro Zayemon Kaguè Massa.

Ela surgiu na província de Hizen aonde veio fixar-se. Gorodayu Shonsui, natural da província de Icé, estivera na China em 1510 A. D. onde aprendera a arte da fabricação da porcelana, seus princípios e métodos.

De regresso, descobriu jazidas de caulim nos montes Matsura e Karatsu que passou a explorar e fundou próximo dali a localidade de Arita onde durante um século inteiro fabricou-se uma porcelana branca com decoração azul “sob coberta”.

Segundo a “Memória” do dr. Hoffmann, no Japão as fábricas de porcelana estão principalmente localizadas na província de Hizen, onde se encontram em abundância os materiais e terras argilosas necessárias à manufatura em questão. Desta forma, próximo de Imari, sobre a encosta duma montanha, Karatsu, que fornecia o caulim, encontramos 25 aldeias que possuíam pelo menos uma ou duas fábricas de porcelana cada uma.

“Descobrimo-se material necessário para o fabrico perto do monte Izuyama afluíram para lá inúmeros artífices ceramistas. A vila foi aumentando e recebeu o nome de Arita. Durante mais de um século ali se fabricou a Sometsuké (porcelana cujo desenho é estampado)”¹.

S. Bing tem razão localizando Arita afastada de Karatsu, pois examinando os vários mapas do Japão, de publicação oficial, temos Karatsu bastante afastado de Arita, estando o porto de Imari localizado entre ambos.

Os dados mais antigos sobre esta localidade, remontam ao período de Ghenko (1321-1324) mas é só a partir de 1598 que a cerâmica de Karatsu (ou Arita, ou Imari) tornou-se célebre².

Durante as duas invasões da Coréia pelos japoneses sob Toyotomi Hideyoshi, em 1592 e 1597, os príncipes participantes das campanhas militares trouxeram de lá ceramistas peritos que se instalaram nas províncias de Higo, Chikuzen, Tosa, Nagato, etc., estabelecendo os fornos dos quais surgiria a porcelana artística, inspiradora da arte japonesa.

Coreanos, portanto, foram os funiladores dos fornos em Satsuma que começou a fabricar no fim do séc. XVI, a finíssima porcelana que ainda hoje dá fama ao Japão, sen-

1. S. Bing, op. cit.

2. Idem.

do na cidade de Navashiro o seu principal centro de produção ¹.

Em 1598 o generalíssimo Toyotomi Hideyoshi ² trouxe de Coréia, durante a sua segunda expedição militar aí, dezessete famílias de ceramistas que instalou em uma de suas propriedades, Ku-Shiguino, na província de Satsuma.

Durante muito tempo esses artistas executaram aí obras, aliás de certa maneira rudimentares, seguindo a técnica do seu país de origem, a Coréia, mas já no fim do séc. XVIII, seus produtos transformaram-se e se revestem de belas tintas amarfinaadas, muito suaves à vista e de um esmalte levemente “craquelé” o que veio dar a essa cerâmica a sua característica típica e inconfundível.

A porcelana demorou muito mais tempo para tomar desenvolvimento no Japão do que na China, séculos antes, onde, sob a dinastia dos Ming desenvolveu-se uma produção de grande perfeição. A causa primordial era a modéstia do padrão de vida japonês em relação ao já luxuoso e opulento do celeste império.

As duas invasões do Império coreano no fim do séc. XVI vieram modificar profundamente essa simplicidade de costumes. Os príncipes e daimyos (senhores feudais) que participaram das caminhadas militares, trouxeram regresso, artistas e muitos objetos artísticos, fundando fábricas nas suas propriedades e adotando destarte a civilização coreana que era muito mais adiantada que a do Japão.

Isto é fácil de compreender. O Japão, situado sobre um arquipélago, separado do continente pelo mar do Japão, encontrava-se muito a salvo das influências estrangeiras, ao passo que Coréia, ligada ao continente, estava em contato constante com a civilização adiantadíssima da China.

Devido a esta profusão de artistas e de objetos vindos ao mesmo tempo da Coréia, explica-se que simultaneamente tenham surgido fábricas em diversas províncias, produzindo porcelana bastante semelhante.

No séc. XVII, no único lugar franqueado ao comércio exterior, Nagasaki, estabeleceu-se um certo número de chineses, entre os quais havia hábeis ceramistas. Um habitante

1. René Jean, op. cit.

2. Shimadzu-Yoshihissa, para Henry Havard, *La Céramique*, Paris, s/d.



Travessa de porcelana chinesa, Família Rosa. Do serviço de d. João VI na fazenda de Santa Cruz.
Dimensões: 0,365 × 0,270

de Imari, chamado Tokoyemon, vai para a sociedade dos mesmos no ano de 1647 e aprende a arte de decorar a porcelana “au moyen de couleurs vitrifiables relevés d’or”. (*sic*, S. Bing, *op. cit.*)

Esse método de decoração passa a ser adotado em Arita e em breve os próprios chineses disputam essa porcelana.

O comércio principal se concentra desde então na cidade de Imari, porto de mar, fronteiro à península da Coreia, e a própria produção de Arita passa a ser comercialmente como sendo “porcelana de Imari”.

A fabricação de porcelana até esta época não sofria em qualidade pela pressa na sua confecção visto que o padrão relativamente simples da vida dos japoneses não exigia outros objetos a não ser os que serviam nas aristocráticas cerimônias do chá. Tudo o que até então se fazia em porcelana era puramente para atender ao gosto do artista e para servir como oferendas às divindades budistas e aos grandes senhores feudais. Daí a grande variedade, tanto no formato como na decoração, da porcelana do Japão dessa fase da Idade Média. A porcelana apresenta uma feição aristocrática, sóbria, inspirada. Os ávidos compradores europeus não haviam ainda pisado o solo japonês despertando a cobiça entre os produtores e inconscientemente provocando a decadência da porcelana nipônica pela produção onde predomina o interesse maior pela quantidade que pela qualidade.

4) *Introdução da porcelana japonesa na Europa*

A denominada porcelana de Imari foi largamente conhecida na Europa, em toda a sua multiplicidade de variações, através da Companhia Holandesa das Índias Orientais.

Os portugueses estabeleceram-se no sul do Japão no ano de 1534 introduzindo aí o uso das armas de fogo. S. Francisco Xavier chegou aí em 1549 e se localizou no extremo sul do país, na cidade de Kagoshima, na província de Satsuma.

Sendo a parte meridional do país essencialmente rico em fábricas desses objetos preciosos de porcelana e que na Europa eram arrebatados a preços não raro fabulosos, os portugueses desde logo dedicaram-se ao seu comércio. E

não somente à pura transação comercial, mas, sob a orientação espiritual dos missionários católicos, particularmente do jesuíta S. Francisco Xavier, procuraram influir nos motivos decorativos da porcelana, coisa que tanto desagradara aos japoneses que, acrescido a mais outros motivos, resultou no massacre e expulsão dos portugueses em 1641. Não era da índole japonesa ver a sua porcelana decorada com as figuras de santos católicos, de raça branca, vinda do Ocidente, pois o budismo com a sua figura obesa, de olhos amendoados, e com a sua teoria do Nirvana correspondia muito mais de perto às tendências nacionais e raciais dos nipônicos.

Aos portugueses sucederam os holandeses. Estes, mais bem avisados e mais prudentes do que os seus predecessores, limitaram-se unicamente ao comércio da preciosa mercadoria, sem mesmo preocuparem-se muito com a sua qualidade. Só recentemente a qualidade dessa mercadoria constitui propriamente uma preocupação do conspirador nos mercados ocidentais, conseqüência natural da concorrência de ótima porcelana dos fornos já celebrizados da Europa.

E, raciocinamos de nós para nós mesmos, foi o desejo ardente dos missionários em ver o mais breve possível o povo japonês convertido ao cristianismo que os levou a criar um budismo cristão, substituindo as cenas próprias do Japão pelas cenas bíblicas, e pelas figuras da Virgem Maria e dos santos da Igreja, em vez das nipônicas figuras locais, a fim de lhes fazer sentir melhor as belezas da religião de Cristo pela contemplação constante daquelas imagens sobre as suas peças tão estimadas de porcelana.

A sua mente ficaria saturada não só da imagem, como ainda dos ensinamentos do mestre. Mas, falhou o sempre inteligente e sábio expediente do jesuíta, devido à inadaptação dos nipônicos a esse modo de sentir.

Por outro lado, o bom êxito do holandês foi conseqüente ao protestantismo, que abolira de todo a representação tanto da Virgem como dos santos.

Voltaremos ao assunto, na parte relativa à “Porcelana da Índia”, completando ali as declarações que fizermos neste capítulo referindo-nos à Companhia Holandesa das Índias Orientais.

5) *Fabricação de porcelana reservada aos imperantes*

Em Arita fabricava-se uma porcelana particularmente bela, de um branco mate, de esmalte recobrando a pasta tenuíssima. A essa cabia o papel primordial da produção japonesa, e, raramente esses têm maculado a pureza de seu aspecto pela aplicação de desenhos azuis antes da junção da cobertura aveludada. A decoração, ao fogo de “mufla”, apresenta uma superfície de florezinhas delicadíssimas, ou representa, sobre um terreno florido, alguns pássaros de contornos elegantes; tudo numa escala de matizes muito delicada e suave e não recebendo o brilho de nenhum douramento.

Até Saxe e Chantilly imitaram-na séculos depois.

Esse gênero tão delicado e encantador era especialmente reservado ao uso dos “grandes” do país. Mas, como Arita estivesse totalmente absorta, no decorrer do tempo, na fabricação para o comércio de exportação, fez-se necessário criar fábricas particularmente destinadas ao fabrico para os palácios dos imperantes ¹.

Sob o governo de Nakamikado (1709-1735), o daimyo Nabeshima fundou uma fábrica em Okavadji, aldeia situada no mesmo distrito de Arita, onde, em vez do artigo comercial dessa, produzia uma porcelana fina de amator, cuja brancura era de tal natureza que se julgou desnecessário qualquer retoque de decoração, a não ser leves esboços de desenho em azul claro.

O daimyo Matsura, invejando aquele, ergueu, no governo de Momozono (1747-1762), na aldeia de Mikavadji, uma fábrica que em nada ficou a dever à anterior, excedendo-a mesmo em finura.

Ambas são tão semelhantes que ficaram conhecidas sob a mesma denominação de “porcelana de Hirato”.

Na fase inicial a sua produção era exclusivamente destinada para o uso do imperante, ornando os seus palácios. Cinquenta anos depois, passaram no entanto a trabalhar para fins comerciais, decaindo muito em excelência de produção como isso já acontecera em Arita.

Os soberanos chegaram a considerar como patrimônio pessoal a indústria que se fazia nos seus domínios, cada qual sendo mais zeloso por ela que os outros.

1. S. Bing, op. cit.

Fora de Hizen, o único lugar onde se fabricava antigamente a porcelana propriamente dita, foi na província de Kaga, (hoje Isikawa). Um shogun (governador superior a daimyo), cerca do ano de 1620, resolvera dotar os seus domínios com uma fábrica de porcelana e encarregou um “samurai” (cavaleiro) de nome Tamura a fim de realizar o seu projeto.

Esse encontrou material apropriado na encosta de uma montanha onde erigiu forno para esse fim. A novel localidade recebeu o nome de Kutani. Por falta de artistas peritos a produção era de qualidade inferior. O shogun então recorreu ao dolo. Ordenou ao seu ceramista Goto-Saijiro apresentar-se como trabalhador em Arita. Esse desempenhou o seu papel com tamanha maestria que, para melhor se inteirar dos segredos da nobre arte, casou-se com a filha do afamado Kakiemon, o hábil e sábio organizador das fábricas de Arita e quem começou a decorar com cores vítreas as peças de porcelana, bem como iniciou o seu douramento.

Senhor de todos esses segredos, por volta de 1650 regressa a Kaga e se aplica à execução dos seus ricos conhecimentos. Essa produção destinava-se exclusivamente ao próprio shogun e, por exceção, também para algum general afamado.

Durante cerca de 150 anos essa fábrica continuou sendo uma instituição principesca. No fim do séc. XVIII, ela cai em decadência.

Mais do que qualquer outro ramo da cerâmica, a produção artística de Satsuma deve a sua origem à grande expedição de Toyotomi Hideyoshi à Coréia, chefe militar e político esse que governava a província de Satsuma nessa época. Sobre essa produção já tivemos, aliás, ocasião de nos referir.

No decorrer do tempo que entremeia os anos 1624-1643 certo ceramista descobriu uma pasta branca em Husuki e ao mesmo tempo compõe um esmalte de matiz claro e delicado de material proveniente de Kaseda.

Essa produção de Satsuma destinava-se a amadores e uso dos daimyos e dos shoguns. Na Europa somente se conheceu a aprimorada faiança de Satsuma que provocava grande ad-



Travessa de porcelana, conhecida por “Companhia as Índias – provavelmente de origem chinesa; branca, bordos com desenho ornamental de cor sépia; ao centro, dentro do medallhão, aparece uma paisagem holandesa interpretada ao gosto oriental, vendo-se uma residência de estilo europeu, moinhos de vento, dois personagens vestidos à holandesa e um barco a vela no rio.

Não apresenta marca de origem.

Dimensões: diâmetro maior 0,340m.

diâmetro menor 0,265m.

Fazia parte do serviço do 1º visconde de Cabo Frio, Luiz da Cunha Moreira.

Atualmente ornamenta a coleção de porcelanas do Museu Imperial.

miração entre aqueles que a disputavam a peso de ouro. Só depois do ano 1868 é que os japoneses permitiram a saída das peças de amador dessa procedência.

No fim do séc. XVI e começo do XVII surge um artista de gênio, criador da verdadeira e típica cerâmica nacional do Japão. Foi ele Nanomuro-Ninsei, natural de Kioto. Ele criou a cerâmica de tonalidade creme, finamente rendilhada, e de esmaltes em cores vivas. Essa fábrica ainda produz até hoje. Ninsei percorreu as províncias de Satsuma, Kaga e Hizen; visitou Odo na província de Tosa; Haghi na província de Nagato; e diversos outros lugares.

Nenhuma outra localidade igualou Kioto na produção de variedades cerâmicas, apesar do afã com que se trabalhava em toda parte, pois cerca do ano de 1765 todos os japoneses parecem tomados de febre pela fabricação de porcelana.

Ninsei reuniu as tradições chinesas e coreanas às tendências tipicamente pessoais dos japoneses, fazendo surgir dessa fusão singular uma arte definitiva no Japão. Foi ele quem conseguiu libertar o seu país da influência artística chinesa devido ao seu gênio criador, formulando leis decorativas nacionais. Seus discípulos elevaram a cerâmica à sua perfeição máxima.

– Os enormes lucros obtidos pelo daimyo de Hizen da exportação de suas porcelanas e produções cerâmicas em geral, estimularam os daimyos de outras províncias a fazer o mesmo. Foi uma verdadeira “corrida” em busca dos imensos lucros proporcionados pela porcelana e objetos de cerâmica, disputadíssimos nas cortes da Europa.

Devido a essa competição, grandemente estimulada pela inveja, surgem durante os séculos XVII e XVIII as famosas produções das províncias de Wakasa, Kioto e Hirato, cujos daimyos tornaram-se riquíssimos magnatas dessa indústria.

Para avaliar-se o que representava essa porcelana dentro do próprio Japão nessa época, citamos o relato de dois antigos viajantes: Pierre de Goyer e Jacob Keyser, do séc. XVII, narrando que o Sungo Tenno pagara 14.000 ducados por um vaso, e que certo japonês da cidade de Sakai, conver-

tido ao cristianismo, pagara por outro, formado de três peças, 1.400 ducados ¹.

Narram, esses dois viajantes, que no Japão a antigüidade e o nome do artista que executou o objeto é o mesmo que a pedra de toque para o ourives a fim de indicar a maior ou menor pureza do ouro ou prata, condição essa que, quando satisfeita, aumentava consideravelmente o custo do objeto em apreço. Afirmam mesmo que existiam peritos juramentados para fazerem essa avaliação.

6) Principais características da porcelana japonesa

A cerâmica primitiva proveniente de influência coreana conservava as características desta, isto é, o esmalte apresentava tonalidade marmórea realçada de tintas marrom de um só matiz. Distingue-se pelos desenhos formados por meio de incrustações de esmaltes brancos, de fundo cinzento-pérola e pelas aplicações de espessos revestimentos cujo vigor resplandece em tons brilhantes e quentes ² não possuindo outros ornamentos se não finas gretas (craquelures) sulcando as superfícies monocromáticas.

Como todos os povos primitivos, os coreanos não apresentavam diferenças notáveis entre as várias classes sociais, daí a uniformidade de sua cerâmica. Ao contrário da China. Ali a diferença era muito acentuada, sendo a porcelana de uso exclusivo dos privilegiados e da corte, enquanto a plebe servia-se da cerâmica inferior. Daí a influência quase que exclusiva da arte chinesa na porcelana japonesa, tornando-se por vezes difícil distinguir entre ambas qual a procedência exata de determinada peça. E tanto mais difícil se torna essa distinção visto que houve fábricas que reproduziram exatamente os padrões chineses, seus motivos decorativos e suas inscrições ³.

1. A. Jacquemart, op. cit. Louis Figuiet, op. cit., menciona, em vez desses viajantes, como sendo informação dada pelo embaixador holandês no Japão naquela época.

2. S. Bing, op, cit.

3. A. Jacquemart, op. cit., diz textualmente: "Existiam dois tipos de porcelana no Japão. Um corrente, rival e tão semelhante ao da China que é difícil distinguir entre as duas procedências. Outro, fino, de pasta admirável, decoração deliciosa e sem rival no Oriente. A primeira pertence à família "Crisântemo-Peônia", é geralmente rica de decoração, se bem que sua pasta seja acinzentada e sujeita a rachamento (tressaillure fr.). Essa porcelana apresenta a data ou o nome do ano quando foi feita. Evidentemente esta porcelana é imitação da chinesa".

Nota-se que na arte japonesa durante longo tempo, correm lado a lado, sem contudo misturarem-se, como se fora duas correntes paralelas, elementos coreanos e chineses, tornando possível seguir essas influências sobre uma grande parte do percurso.

São as províncias de Hizen e Kaga que perpetuaram a tradição chinesa. É de Hizen que procedem as célebres peças chamadas “vieux japon”, fabricadas em Arita e seguindo as tradições coreanas, estabelecidas aí desde a sua submissão no fim do séc. XVI. Não se conhece marca nenhuma dessa porcelana dum admirável esmalte branco, muito bem vitrificada, com desenhos muito delicados e leves em azul suave, verde amarelado, vermelho e dourado.

Imari é o porto de embarque da porcelana de Arita conhecida sob aquele nome. É a porcelana mais conhecida do Extremo Oriente devido às importações holandesa, portuguesa e inglesa dos séculos XVII e XVIII e ainda atualmente. A pasta é algo grosseira e espessa, tendo uma cobertura branca levemente cinzenta, azul ou verde. A decoração é caracterizada por grandes manchas azuis “sob coberta”, muito escuras, tendo relevos de ouro. A produção primitiva era muito mais cuidada que a mais recente. Não apresenta marcas. Às vezes traz círculos no fundo dos vasos e pratos enquadrando flores, folhas e palavras japonesas.

É bastante famosa desde o séc. XVIII a fábrica de Mikawachi-Yama da ilha de Hirato. Sua pasta é transparente, fina e caprichada, muito semelhante à da China. Apresenta belíssima coberta dum branco ligeiramente esverdeado. A decoração é quase sempre de azul “sob coberta” extremamente delicada e típica. Por vezes é assinalada por caracteres japoneses. Tornou-se comercial a partir do ano 1830.

Seria assunto para um tratado fazer apreciação, ainda que ligeira, de todas as principais fábricas e suas características específicas. Portanto, limitar-nos-emos a mencionar apenas os motivos divergentes entre essa admirável porcelana japonesa e da sua predecessora, a muito semelhante porcelana chinesa.

A indústria cerâmica japonesa oferece uma multidão de obras variadas. Toda essa fabricação está reunida num gran-

de número de oficinas isoladas, espalhadas pelas então 23 províncias do Japão (correspondendo hoje a 46 prefeituras).

– A fabricação da porcelana japonesa é feita sobre bases quase inteiramente análogas às da China.

A pasta é rica em silício e a coberta é calcária, razão por que essa porcelana é geralmente mais branca, mais transparente e mais lustrosa que a da China. Há mais elegância e fantasia nessa porcelana que na chinesa.

Na porcelana azul da redondeza de Nankin, China, os desenhos parecem estar na superfície, ao passo que na japonesa eles parecem absorvidos na pasta, donde “sob coberta”, isto é, sob o verniz.

Os desenhos japoneses são geralmente mais simples; os ornamentos menos carregados; os dragões menos monstruosos; as flores apresentam mais gosto e são de maior correção científica.

Enquanto o chinês se preocupa pelo complexo no desenho, descuidando do particular, o japonês cuida de ambos.

A decoração japonesa comumente é de esmalte puríssimo e muitas vezes com decoração pintada em relevo, apresentando freqüentemente personagens civis.

Raríssimas são as vezes onde a decoração tem motivos religiosos ou históricos. Suas cenas são quase sempre representações da “alta aristocracia chinesa” (*sic*), ¹ e de cenas da vida íntima.

O dragão, quando empregado como atributo do imperador, tem somente 3 garras e segura na direita anterior uma pérola (para os chineses ele é representado com 5 garras).

O “Cão de Fô” e o pássaro “Fong-Hoang” são dois animais encontrados freqüentemente sobre a porcelana japonesa ².

De Mauri, op. cit., divide a porcelana japonesa em 4 períodos, a saber:

1. L. De Mauri (Ernesto Sarasino). “L’Amatore di Maioliche e Porcellana”. Milão, 1924, 3ª edição.

2. Edouard Garnier, op. cit., dá essas duas figuras também na porcelana chinesa; e nos parece que acertadamente, ao passo que De Mauri, op. cit., descreve-nos como sendo unicamente de uso japonês. A Jacquemart, op. cit., também as atribui tanto ao Japão como à China.

Nota: *Cão de Fô*, tem os pés armados de garras, a cabeça em careta com dentes agudos, a juba crespa, parecendo-se com um leão fantasiado ao gosto oriental. Ele era o defensor da soleira dos templos e dos altares búdicos. Era



Prato de porcelana, denominado “Companhia da Índias” – provavelmente chinesa; branco, bordos com friso ouro e verde e flores de colorido natural; no centro apresenta um ramalhete de flores diversas com os mesmos coloridos dos bordos. Não tem marca de origem.

Diâmetro 0,240m.

Dada por alguns conhecedores do assunto como tendo pertencido a d. João VI; hoje pertence à Coleção do Museu Imperial.

I – compreendendo a porcelana branca, parecendo uma bela pasta muito fina e transparente, quase sem ornamentos e é, quando no seu estado natural, sem friso, às vezes apresentando um filete ou dois sobre a orla, e em outras também um esboço desenhado muito levemente e de grande bom gosto.

II – assinalando-se orlas mais ricas, com desenhos na parte mediana, representando uma espécie de mosaico delimitado por traços pretos e dourados, ou salpicada por uma tinta azulada, verde suave, amarela ou rosa.

III – apresentando paisagens contendo flores, plantas e pássaros, nas quais os canteiros de flores ocupam a parte mais destacada, formando o motivo decorativo principal, circundado por belos arabescos, enquanto os motivos em flores e frutos correm toda a orla dando-lhe maior riqueza decorativa.

IV – apresentando ornamentos do que se pode imaginar de mais artístico: sua superfície é inteiramente coberta com desenhos de natureza vária e bizarra, não se podendo pousar a ponta do dedo sobre um único ponto desnudo, e toda a tinta é acompanhada com ouro e prata.

Ainda, segundo o mesmo autor e outros, citados na bibliografia, a porcelana japonesa como a chinesa divide-se em duas grandes classes: a “Família Crisântemo-Peônia” e “Família Rosa”. Dentro dessas duas classes de famílias podemos acrescentar a pequena produção da Indochina e da Índia, que também derivam, bem como sofreram grande influência, da porcelana do celeste império.

Examinemos a japonesa:

Família Crisântemo-Peônia: a pasta de que se compõem todas as peças dessa família é muito espessa, de cor cinzenta e o verniz que a reveste descasca facilmente.

A porcelana mais comum apresenta geralmente os seguintes motivos ornamentais: o pássaro, a tartaruga, o dragão imperial com 3 garras, a flor de Kiri (espécie de rosa

ainda o símbolo de certas funções militares. O “Cão de Fô” é uma das quimeras curiosas do Oriente antigo.

Fong-Hoang: pássaro mitológico, singular e imortal, que vive na esfera mais elevada do espaço e só se aproxima dos homens para lhes anunciar os acontecimentos felizes e a prosperidade.

Sua cabeça é ornada de carúnculas, o pescoço envolto em plumas sedosas, e a cauda tendo-as semelhantes às do argos e do pavão.

de 4 pétalas, atributo da autoridade imperial), o tronco do pinheiro, todos os símbolos de longevidade reunidos na mesma peça (o grú, a tartaruga, o pinheiro e o bambu).

A porcelana de mais luxo apresenta o desenho de uma cárvia. É muito freqüente a inscrição de um augúrio.

Família Rosa: é a porcelana de pasta fina, em que a decoração é sempre feita em esmalte produzindo um ligeiro relevo. Varia bastante pela qualidade da pasta, da sua espessura e decoração.

A porcelana japonesa pertencente a esta família só tem de comum com a mesma de procedência chinesa o nome – tirado do emprego do vermelho dourado; os esmaltes realmente são os mesmos, mas eles são tão bem selecionados e de tal pureza que nada se pode dizer contra os mesmos; o vermelho dourado resplandece intensamente quando empregado só, e passa até ao rosa mais suave pelo acréscimo de esmalte branco; fenómeno idêntico ocorre com a cor azul, colocado “sob coberta”, seja em proporção leve ou carregada, forma um camafeu tornado mais vivo pela transparência do verniz petro-silicoso (pétro-siliceux – fr. A. Jacquemart; op. cit.), disposto sobre esse verniz seja fazendo fundo, seja como relevo, mostra-se vigoroso como um lazulita ou suave como uma turquesa.

As tintas verde-água e amarelo alaranjado apresentam a característica de pureza guache (pureté gouachée -- fr. idem).

Quando esses esmaltes são enriquecidos com damasco fino ou dum mosaico colorido, a cor vermelha viva faz ressaltar o amarelo e o rosa; a preta por sua vez o azul-celeste; a azul carregada (bleu foncé – fr.) salpicada de manchas carmesins, destaca as rosas de matiz pálido, etc.

No que diz respeito ao desenho, o aspecto é inteiramente novo: as figuras apresentam uma graça e languidez voluptuosas. “É a arte sonhada, e não a imitada do natural, a primeira manifestação do pensamento sob forma” diz A. Jacquemart, op. cit. Conforme atestam as enciclopédias nacionais da China e do Japão, deve-se admitir que a produção da Família Rosa japonesa foi inspirada nas admiráveis produções de Nankin, China, e contemporânea, inicialmente, a Tching-Hoa (1465), época quando os livros chine-

ses falam pela primeira vez em vasos ornados de flores e pássaros. Contudo, a questão ainda continua envolta em obscuridade impedindo, por falta de dados exatos, a que se faça afirmações definitivas.

Para fazer-se uma classificação analítica é preciso dividir a porcelana desta família em categorias secundárias: artística, mandarim, da Índia – com flores e vítrea.

Artística: é a obra-prima da cerâmica japonesa, ressaltando todo o gosto artístico desse povo curioso.

Reunindo todas as características de grande bom gosto parece destinar-se à decoração dos palácios suntuosos dos soberanos, príncipes e grandes senhores, apresentando ramalhetes de flores, pássaros de penas brilhantes, cenas familiares tomadas da vida da requintada alta sociedade chinesa.

Existem peças com caracteres sagrados e nas quais figuram divindades búdicas.

Mandarim: é a porcelana de grandes dimensões, particularmente a mais antiga, sendo mais espessa do que delicada e quase sempre de pasta ondulada na superfície, o que indica que foi feita pelos processos denominados *moulage* – fr. e *au moule* – fr.; algumas peças apresentam-se decoradas em relevo.

A forma geral dos vasos é mais alongada que a da porcelana chinesa, desse grupo.

A decoração, na maioria das vezes, é pintada em vez de esmaltada; os tons do vermelho tirados a ouro são violáceos e o roxo puro, o verde-água, o vermelho de ferro vivo, o amarelo-claro, “cor do cervo” ou “russo ferrugem”, são muito comuns.

Os motivos decorativos são quase sempre circundados por um fundo ornamentado.

Essa porcelana não é muito antiga, pois foi em 1616 que os Tsing conquistando o trono introduziram os costumes tártaros e dividiram os mandarins em 9 categorias, tendo cada uma delas certas características particulares, o que as distinguia entre si.

É possível estabelecer diversas divisões na “porcelana mandarim” devido à irregularidade mais ou menos perfeita da decoração, e devido à natureza do douramento básico.

Assim, em *primeiro lugar* veio a *fase de transição*, revelando a associação do gênero artístico à nova tendência na qual o fundo de tinta da China e bordadura a ouro enquadram um assunto pintado, ou, o fundo novo se espalha em torno de um medalhão contendo figuras artísticas.

Na *segunda divisão*, de *fundo em filigrana*, encontram-se peças de qualidade muito fina, freqüentemente enriquecidas de medalhões esmaltados. O fundo consta de uma decoração em raios de ouro, muito unidos e formando uma tonalidade suave, interceptado com espaços mais ou menos grandes. O medalhão principal é delimitado por um traço ou por arabescos de ouro intenso; ao passo que os pequenos espaços vazios desses arabescos são ocupados por pássaros, flores, ou paisagens, em camafeus vermelhos ou pretos, de uma liberdade e delicadeza encantadoras.

Em *terceiro lugar* segue-se o “*mandarim vermelho*” facilmente reconhecível pelo seu aspecto de severidade; uma bordadura preta dentro duma grega dourada circunda o fundo, e o vermelho de ferro vivo pondo em destaque cada divisão do mosaico. Esse é o gênero mais decorativo da “porcelana mandarim”, atingindo os preços mais elevados no comércio.

Em *quarto lugar* vem o tipo chamado “*mandarim de fundo variado*”, cuja descrição se torna praticamente impossível num trabalho de apreciação rápida.

Existe ainda o grupo do “*mandarim chagriné*” e o “*mandarim gaufré*” no qual não raro a decoração se apresenta em relevo. Esses são geralmente pequenos vasos alongados, de pescoço estreito, boca larga, bojo oval, tendo a superfície coberta com o que o chinês denomina “pele de galinha”. A espécie “*gaufré*” apresenta a pasta delicadamente denteada, decorada com personagens e com guirlandas e ramalhetes de flores. Na sua generalidade a decoração é azul “sob coberta”.

O quinto grupo é denominado “*mandarim em camafeu*”; é o tipo imitado em Saxe e foi conhecido na Europa como porcelana “Pompadour”, apresentando o fundo dividido e ocupado por losangos escuros.



Travessa de porcelana chinesa, Família Mandarin.
Dimensões: 0,32 × 0,25

Porcelana da Índia, com flores: caracteriza-se pela variedade e forma típica das flores que apresenta. Entre as mais representadas podem ser mencionadas: o crisântemo, a rosa, o cravo singelo, a papoula, as anêmonas dobradas, miosótis e diversas outras.

Para executar essa decoração o artista sobrepõe o carmim ao rosa, o preto sobre cinzento, o russo ferrugem sobre amarelo, enquanto que as folhas recebem relevos em traços pretos.

É essa a porcelana mais freqüente dos mercados de curiosidades. Encontram-se serviços de mesa com armaria européia o que prova que também essa porcelana é bem próxima da nossa época, à semelhança da “porcelana mandarim”.

Interessante, contudo, é saber-se qual foi o centro de sua produção e qual a causa do seu nome tão em desacordo com a sua procedência.

Essa porcelana nada tem de comum com a do Indústão. A sua procedência japonesa e chinesa está fora de toda a dúvida. – Basta lembrar que as naus portuguesas dominavam as rotas da Europa à Ásia quando os holandeses fundaram a *Companhia Holandesa das Índias Orientais* no ano 1602. Devido a esta, a marinha holandesa não tardou a ocupar o primeiro plano entre os países navegadores da época imediatamente posterior às grandes descobertas marítimas do fim do séc. XV e princípio do séc. XVI. No ano de 1664 Colbert fundou na França uma *Companhia das Índias Orientais* que, no entanto, não obteve êxito e não tardou a desaparecer.

Devido ao nome da Companhia das Índias, a porcelana mais comum e em grande escala importada pela mesma desde 1609, passou a ser conhecida sob a denominação de “Porcelana da Índia”. O mesmo aconteceu com a porcelana azul conhecida como de “Macau” que, na verdade não passava de porto de embarque da porcelana azul de diversas procedências.

Como exemplo da grande atuação holandesa nesse comércio especializado em porcelanas, bastará citar que em 1664, quando o rei Luís XIV concedeu privilégios especiais para o comércio com o Oriente através da Companhia das

Índias Orientais fundada por Colbert, chegaram à Holanda, vindas do Japão e da China, 44.943 peças de porcelana muito fina. Ainda, no mesmo ano, da Batávia chegaram 16.580 peças de porcelanas diversas através da Companhia Holandesa das Índias Orientais.

Em “Ambassades Mémorables” encontram-se detalhes curiosos sobre a atuação holandesa no mercado porcelanista da época. “Enquanto o sr. Wagenaar preparava-se a regressar para Batávia, recebeu 21.567 peças de porcelana branca... os japoneses tornaram-se tão hábeis no fabrico da porcelana que não somente os holandeses mas até mesmo os chineses a compravam... O sr. Wagenaar, grande conhecedor e muito hábil nesse negócio, inventou uma flor sobre um fundo azul que foi considerada tão bela que das duzentas peças, sobre as quais ele mandara executá-la, não sobrou nenhuma...”

Holanda premiou Wagenaar pela sua brilhante representação no Japão concedendo-lhe durante certo número de anos o monopólio do comércio de porcelana.

Os orientais rapidamente se adaptaram à execução perfeita dos motivos novos que aparecessem, entre os quais os de origem européia, e devido a isso recebiam muitas encomendas dos nobres e dos soberanos da Europa que desejavam ver sobre suas baixelas e louças os motivos de adorno de sua preferência, além da exibição do seu brasão de armas. E como essa porcelana proviesse de encomendas feitas às fábricas japonesas e chinesas por intermédio dos holandeses, e como as porcelanas fossem transportadas na sua grande maioria pelos navios da mesma nacionalidade e pertencentes a uma companhia em cujo título se lia o nome Índias, e, finalmente, como para o europeu nobre da época pouco interessasse aprender os nomes esquisitos e múltiplos do Oriente e tanto se lhe desse ouvir esse ou aquele nome de cidade chinesa, japonesa, ou ainda sem que contudo soubesse localizá-la mentalmente, ficou a dita porcelana com a denominação errônea de *Porcelana da Índia, com flores*. “*Com flores*” – devido à predominância do motivo ornamental ser quase exclusivamente de flores, e por haver outra porcelana que as não apresentava e no conjunto levava a mesma designação de porcelana da Índia.

Aliás, o nome em si é um elemento secundário quando se sabe o seu significado ou o quociente do seu valor preciso. Esta mesma porcelana tanto poderia ser denominada de um nome ou outro que continuaria a ser o mesmo objeto de estima e apreço geral e os que se dessem ao trabalho de estudá-la iriam, sem dúvida alguma, localizá-la no seu centro de fabricação tanto japonês como chinês, pois ambos a produziram em larga escala.

Vítrea: de início, parece-nos pleonástica essa denominação dada por quase todos os autores que descreveram os diversos tipos de porcelana japonesa. Pleonástica, dizemos, porque quase toda a porcelana possui uma superfície que parece vidrada, donde parecer-nos uma impropriedade a denominação dada. Mas, novamente estamos na mesma encruzilhada que acabamos de transpor no tocante à porcelana da Índia, ou à porcelana de Macau, ou à de Imari sendo denominações impróprias e sem exprimirem a realidade do fato.

Essa espécie é tipicamente japonesa. A pasta é preparada com materiais de tanta pureza e o esmalte é de tal homogeneidade que nem se pode supor ter havido superposição desse sobre aquela, resultando uma cor e translucidez de jade muitíssimo delicado.

Observando-se essa porcelana ninguém nem sequer desconfiaria que entrasse nela outro elemento, na sua composição, além do caulim. Participa dela, porém, um pó obtido duma pedra (?) muito difícil de ser triturada. “Os ceramistas japoneses têm para ela um provérbio que diz: na composição da porcelana entram ossos humanos” (sic) ¹.

As peças características dessa produção são pequenas taças muito abertas, sobre um pé alto em forma de cone truncado, que são muito empregadas para se beber o “saki” (espécie de aguardente japonesa).

A decoração é muito sóbria e duma grande pureza na execução. Apresenta quase sempre esmaltes em relevo e freqüentemente uma espécie de pérolas brancas, quase redondas.

1. A. Jacquemart, op. cit.

Nota: em nenhum outro autor encontramos isso, nem tampouco conseguimos descobrir qual fosse essa “pedra” citada.

As gramíneas, os pássaros em traços vermelhos ou dourados, ou uma mulher agachada (*conchée* – fr.) aparecem como assunto principal. Nos bordos encontram-se esmaltes brancos ou azuis em grande relevo.

Nesta produção salientam-se ainda xícaras em forma de campânulas, sem pires, dum branco notável pela sua pureza, finas como “folhas de tropel” (sic) ¹. O exterior quase nunca é decorado tendo apenas um filete a ouro. Quando aparece alguma decoração é a representação do monte sagrado Fugi-Yama, ou do Fong Hoang nas nuvens, ou do grú.

Mas, as xícaras dessa “porcelana vidrada” em uso corrente, caracterizam-se mais pela sua forma típica limitando a flor regular de pétalas irregulares da malva cultivada. A pasta cor de creme se presta maravilhosamente para a figuração delicada da fibra vegetal; os traços gravados na porcelana dão-lhe um aspecto real de nervuras que partem da base das pétalas, enfim, todo um conjunto de arte tão aprimorada que encanta o observador.

A decoração da “porcelana vítrea” é geralmente muito simples, apresentando animais em ouro, ressaltados em vermelho, pássaros fabulosos de chifres de veado, de garras de leão e asas de morcego; gansos ciscando na margem dum riacho; grilos ou louva-deuses pousados sobre a haste das flores, etc.

À “porcelana vítrea”, translúcida, pertencem as espécies mais preciosas da porcelana japonesa moderna (1868 – A. Jacquemart, op. cit.) e é um mistério como eles conseguem obter duma pasta de argila tamanha delicadeza a ponto de parecer-se quase uma folha de papel, sabendo-se, além do mais, que ela leva uma segunda espessura que é a da cobertura. É particularmente de Imari que procede essa porcelana já de longa data. Não é propriamente produção de Imari, seu porto de exportação. As fábricas, cerca de 25, estão localizadas na cercaria do monte Izumi-Yama do qual extraem a rocha caolínica.

Além desses tipos de porcelana já descritos, existem outros, especiais, tais como: “cloisoiné”, “laqueada”, “craquelée” e “grés”.

1. Idem.

Cloisonné: é a porcelana de esmalte, com separações (cloisons – fr.), para a qual se empregam os mesmos esmaltes que para o “cloisonné” sobre metal, do qual tem a aparência ornada por vezes de zonas brancas decoradas com desenhos a ouro “sob coberta”.

Laqueada: é a porcelana revestida de belo verniz preto ou vermelho, a laca, de brilho puríssimo, feita a frio e decorada com desenhos delicados a ouro e prata.

A laca no Japão é extraída do “rhus vernix” e é conhecida aí por “urusi-no-ki”. Os japoneses a aplicam sobre todo o tipo de objetos mas foi particularmente sobre a porcelana que eles obtiveram um efeito artístico notável.

É curioso observar que eles se utilizaram de porcelana chinesa, para o seu trabalho em laca. Assim, não raro, lê-se no fundo de um vaso laqueado: “Fabricado durante o período Tching-Hoa (1465-1487) da grande dinastia dos Ming”; ou, “Fabricado durante o período de Yung-Tching (1723-1735) da grande dinastia dos Tsing”.

O que se pode concluir é que os laqueadores serviram-se da porcelana que melhor lhes convinha para o seu tipo de decoração, isto é: a de pasta densa e ondulada, de superfície rugosa, grossa, que melhor suportasse as mudanças de temperatura.

A fim de fixar melhor o verniz preto sobre a porcelana, não raro o artista utilizava-se da pasta nua, ou mesmo do “biscuit”. Comumente a decoração à laca é elementar. Sobre o fundo, dum preto perfeito, destaca-se uma paisagem em mosaicos diversamente coloridos. As peças, duma finura extrema, são recortadas e coloridas artificialmente a fim de fazer variar o efeito das aplicações nacaradas. Custa compreender que a paciência humana chegasse a tal extremo, a ponto de recortar, uma a uma, as folhas duma árvore ou dum bambu, as penas dos pássaros, as parcelazinhas minúsculas e brilhantes imitando respingos duma corredeira de rio, etc.

A combinação desses mosaicos recortados é um trabalho não só de artista consumado mas ainda de paciência incompreensível para o ocidental.

Craquelée: é a porcelana gretada, parecendo rachada irregularmente por toda a superfície. Para a sua obtenção, fenômeno que ocorre durante o cozimento da pasta já modelada, emprega-se certa dose de “pedra-sabão” (estea-

tite). Adicionada antes do revestimento da porcelana, com o vidrado, é submetida a várias temperaturas. A mudança brusca de calor produz uma brusca mudança na dilatação dessa cobertura, rachando irregularmente e dando o “craquelée artificial”. O fator tempo também consegue esse efeito, por vezes, sendo então chamado “craquelée natural”.

Grês: procedente especialmente de Bizen, onde a sua origem japonesa remonta a grande antigüidade, é cozido a uma temperatura muito elevada, recoberto de uma camada álcalo-salina que acresce ao brilho de sua pasta um belo tom marrom tendente para o vermelho.

O “grês” geralmente é apresentado formando figuras de animais e de pessoas, e os japoneses sabem aplicar nisso toda a sua originalidade curiosa e que dá às suas obras um encanto indescritível.

E, para concluir, faremos ainda menção de Banko, na província de Icê, que produz umas chaleirinhas admiráveis em “grês” muito delicadas, resistentes e sonoras, cuja pasta jaspeada e marmórea oferece um colorido cinzento muito harmônico.

7) Produção atual da porcelana no Japão

As últimas estatísticas feitas em 1935, apresentam-nos os seguintes resultados interessantes.

Existem ao todo 6.624 fábricas de porcelana, cuja quase totalidade ainda segue o método primitivo, isto é, trabalha em pequena escala, com uma média de 5 operários cada uma (5.291), e as demais, representando 20% do total, com mais de 1.000 operários.

Por toda a parte do país são encontradas essas oficinas humildes de cujo labor surgem verdadeiros mimos artísticos.

No ano em apreço, a indústria da porcelana rendeu ao país 100 milhões de ienes, cerca de 500.000:000\$000 o que por si só é suficiente para dar uma idéia do que seja essa manufatura.

Mais de 50% do total, hoje em dia, é produzido na prefeitura de Aiti, bem no centro do Japão. A seguir a Aiti temos as prefeituras de Guifu, Kioto, Osaka, Ichicaua, Fucuoca e Nagasaki.

O segredo de fabrico ainda constitui uma tradição que passa de pais a filhos, por isto é muito difícil de ser imitada a produção de cada localidade. Hoje gozam de fama como sendo técnicos locais destacados e incomparáveis os porcelanistas de Kutani da prefeitura de Ichicaua e Kiiomisuiaki da prefeitura de Kioto.

O Japão ainda importa alguma porcelana e outros produtos cerâmicos, sendo, porém, a diferença, entre a importação e exportação, tão grande que praticamente a primeira desaparece. Assim, em 1937, a importação foi de 600.000 ienes (3.000:000\$000, contra 54.000.000 ienes (270.000:000\$000) de exportação ¹.

É interessante vermos para onde segue a maior parte dessa exportação japonesa hoje em dia. A Europa já não mais a disputa como de antanho. Atualmente, 1937, os Estados Unidos da América do Norte ocupam o primeiro lugar com 16 milhões de ienes (80.000:000\$000). A seguir vêm as Índias Britânicas com 3.700.000 ienes (18.500:000\$000). Depois têm-se as Índias Orientais Holandesas com 2.400.000 ienes (12.000:000\$000) secundadas imediatamente pela Austrália com 2.300.000 ienes (11.500:000\$000) ².

Até hoje pode-se afirmar que a manufatura de porcelana no Japão ainda não conseguiu emancipar-se das suas tradições multisseculares, o que lhe embarga um desenvolvimento ainda maior.

Assim, por exemplo, em Setoyaki (Seto), Imariyaki (Imari) e Kutaniyaki (Kutani) ainda conservam exatamente os processos já consagrados secularmente. A única diferença é que por toda a parte do Japão produz-se modernamente utensílios de uso ocidental – pratos de mesa, xícaras, e outros.

Como o nosso decênio é particularmente de estatística, tomamos a liberdade de apresentar uma relação da produção atual da porcelana nesse país.

A prefeitura de Aiti representa mais de 50% do total da produção, apesar de ter apenas 1/3 de fornos e fábricas. Ao

1. Informação a nós endereçada da Associação Econômica Nipo-Brasileira. Rio, datada de 14/11/1941.

2. Idem, doc. cit.

passo que a prefeitura de Guifu, tendo mais de 50% dos fornos e fábricas de Aiti, produz apenas ¼ da produção total dessa.

Quase 80% da produção total fica circunscrita a Aiti, Guifu e Miié. Seguem-se-lhes, em ordem decrescente, Kioto, Kaga, Ichicaua, Osaka, Hiogo, Fucuoca e Nagasaki.

No ano de 1931 foi fundada a Federação de Uniões da Indústria Cerâmica do Japão, para exercer o controle geral sobre as fábricas. A ela compete controlar a produção, fixar os preços, fomentar as invenções nesse ramo industrial, examinar as compras de matérias-primas, bem como distribuir, dentro do sistema adotado, créditos aos seus membros, os produtores de porcelana.

O controle da exportação hoje em dia está sob a superintendência da Federação de Uniões dos Exportadores de Objetos Cerâmicos dai Nippon.

8) Marcas

A origem de quase todas as marcas de porcelana no mundo já fora estabelecida, exceção feita ao Japão, onde ainda existem muitas marcas cuja origem é obscura.

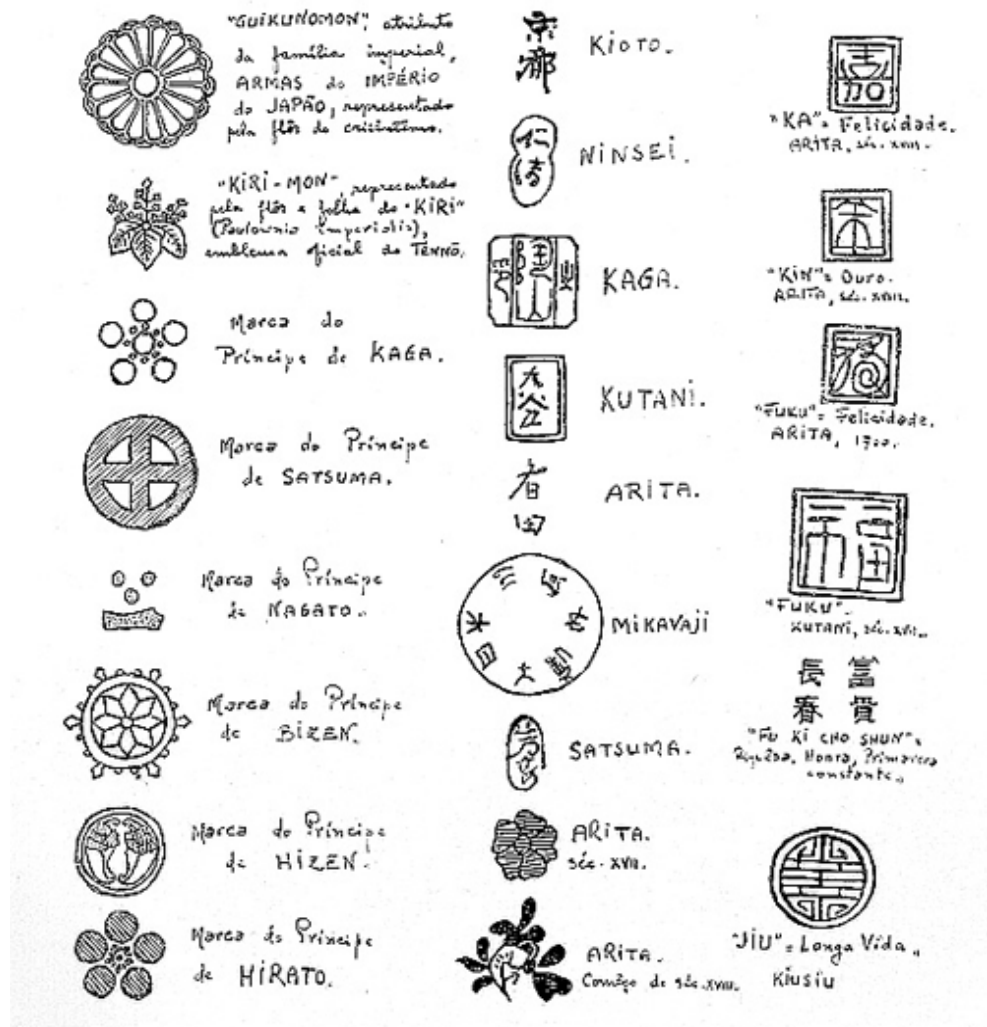
Derivando da porcelana chinesa, apresenta freqüentemente as marcas e a forma dessa, a ponto de poderem ser confundidas facilmente.

Por vezes apresenta caracteres japoneses em azul ou gravados na pasta, porém, não indicam de início uma marca da fábrica, e sim o nome dum artista, artífice, operário, decorador ou uma dedicatória a alguma pessoa para quem o objeto fora fabricado.

As marcas das fábricas só aparecem na segunda metade do séc. XIX.

Existem ainda porcelanas japonesas que apresentam emblemas, retratos, brasões de armas e inscrições européias. A Companhia Holandesa das Índias Orientais encarregava-se de as encomendar às fábricas não só japonesas como também chinesas.

A seguir, a título de exemplo ilustrativo, damos algumas das marcas dentre a multitude delas na porcelana japonesa.



Algumas das marcas mais características da porcelana japonesa, existindo um número incalculável delas ainda não identificadas.

NOTA:

Para a elaboração do presente trabalho valemo-nos de inúmeras obras cuja leitura foi-nos sobremodo útil e muito nos animaram, neste particular, as palavras que tomamos a liberdade de transcrever: “... il est clair que nos connaissances personnelles se devaient d’être contrôlées par maintes recherches et compilations dans la plupart des ouvrages de nos illustres devanciers”¹.

A bibliografia sobre cerâmica é imensa, bastando dizer que Solon publicou uma obra intitulada “Ceramic Literature”, citada em 1911² que consta de nada menos de 650 páginas (sic).

Ainda mesmo que a bibliografia sobre a parte referente ao Japão seja bastante pequena em relação a outros países, muitos são os trabalhos publicados, e de 1911 para cá tem-se um riquíssimo aumento de 30 anos de intervalo, tempo bastante para enriquecer a já ampla lista de obras que tratam deste assunto.

Chamamos ainda a atenção sobre a questão de nomes de localidades. Na sua grande parte eles continuam os mesmos que eram por ocasião da ocorrência dos fatos citados. Alguns, porém, particularmente os de províncias, hoje não são os mesmos, sendo inútil pretender localizá-las nos mapas de publicação atual.

Na “Legenda” do Mapa Cerâmico do Japão que apresentamos podem ser vistas algumas das alterações havidas. Na sua maioria, essas mudanças consistiram na reunião de duas ou mais províncias antigas ou parte de cada uma delas em uma prefeitura atualmente.

Alfredo Teodoro Rusins
Conservador do Museu Imperial

1. Lacour-Bréval et Gaston Édinger. Dictionnaire Pratique de Céramique Ancienne. Paris, sem data.

2. René Jean, *Les arts de la Terre*, Paris, 1911. In nota.

Bibliografia

- La CÉRAMIQUE, de S. Bing. Capítulo IX, tomo II, pp. 239-334 de "L'Art Japonais" de Louis Gonse. Paris, 1883.
- LES MERVEILLES DE L'INDUSTRIE, de Louis Figuier, Paris. S/d.
- LES ARTS DE LA TERRE, de René Jean. Paris . 1911.
- LA PORCELAINE, de Georges Vogt. Paris. 1893.
- GUIDE DE L'AMATEUR DE PORCELAINES ET FAIENCES, de E. Zimmermann. Berlin. 1910.
- DICTIONNAIRE DE LA CÉRAMIQUE, de Edouard Gamier. Paris. S/d.
- HISTOIRE DE LA CÉRAMIQUE, de Edouard Gamier. S/l. S/d.
- THE NEW COLLECTOR'S HAND-BOOK OF MARKS AND MONOGRAMS ON POTTERY AND PORCELAIN, de William Chaffers. S/l. S/d.
- COMMENT RECONNAITRE LES PORCELAINES ET LES FAIENCES, de E. S. Ausher. S/l. S/d.
- L'AMATORE DI MAIOLICHE E PORCELLANE, de L. De Mauri (Ernesto Sarasino), Milão, 1921. 3ª ed.
- LA CÉRAMIQUE (HISTOIRE), de Henry Havard. Paris S/d.
- LE JAPON, de Henry Dumolard. 4ª ed. Paris. 1905.
- JAPAN FOR THE YOUNG, publicação do Board of Tourist Industry, Tóquio. 1937.
- HUMAN ELEMENTS IN CÉRAMIQUE ART, de Kikusaburo Fukui, Tóquio. 1936.
- LES MERVEILLES DE LA CÉRAMIQUE, de A. Jacquemart. Paris. 1868.
- L'ART DE LA POTERIE, Japon-France, de William Lee. Paris, 1913.

O PALÁCIO IMPERIAL DE PETRÓPOLIS
Documentos sobre sua construção

Três grandes técnicos nacionais, como é sabido, ligaram o seu nome à construção do Palácio Imperial de Petrópolis: Araújo Porto-alegre, Joaquim Cândido Guilhobel e José Maria Jacinto Rebelo. Dos três, Guilhobel foi o autor e Rebelo o maior executor. Porto-Alegre foi, talvez, um mero assistente já no fim dos trabalhos, na qualidade de diretor das obras dos imperiais palácios para que foi nomeado a 3 de março de 1855.

Guilhobel, a propósito de sua participação, recebeu a seguinte carta do então mordomo da Casa Imperial:

“Il^{mo}. Sr.

Tendo sido presente a Sua Majestade o Imperador os bons serviços por V. S. prestados com o mais louvável zelo, dedicação e desinteresse na direção dos trabalhos da construção e embelezamento do Palácio de Petrópolis, formulando as plantas e modelos com os mais minuciosos detalhes, facilitando aos operários a execução das obras e finalmente empregando com toda a assiduidade o seu tempo e reconhecido talento a bem dos interesses da Casa Imperial durante a sua residência naquele lugar: de ordem de Sua Majestade e em Seu Imperial Nome, agradeço a V. S. tão distintos e desinteressados serviços.

Deus guarde a V. S^a. Paço, em 22 de junho de 1854.

José M^a. Velho da Silva.

Il^{mo}. sr. coronel Joaquim Cândido Guilhobel”.

Rebelo, também no exercício do cargo de superintendente da Imperial Fazenda de Petrópolis, foi esclarecido executor das obras, e pelos relatórios apresentados à mordomia, pode-se bem seguir o andamento da construção. Assim é que no relatório referente às atividades de 1854, havia as seguintes menções às

Obras do Palácio Imperial *

Corpo central. Como disse no meu último relatório coube-me a honra de acabar em dezembro de 1853 a parte central do palácio não tão perfeitamente como desejei pela falência de tempo, na aproximação da jornada da augusta família imperial para esta fazenda, porém capaz de ser habitado em caso extremo, ocupando-me posteriormente dos detalhes de aperfeiçoamento.

Dessa data em diante e no corrente exercício fizeram-se os seguintes serviços:

Carpinteiros

Pavimento superior: colocação de uma escada de 25 degraus toda de ferro em espiral, assoalhado de patamar, corrimão e forro do anel de enfiamento da mesma.

Uma outra escada toda de madeira em semicírculo, feita e pregada sobre um montante curvo para conservar os vãos inferiores, corrimãos, balaustres, guarda-chapim e guarnecimentos envernizados. Duas salas e um corredor atravessados a plano. Grande sala de recepção superior assoalhada com pequinhá, no sistema de espinha e sem pregos, entabeirada, de jacarandá e lustrada convenientemente. Uma divisão de tabique e porta para o corredor, uma bandeira ou mesanina para fornecer luz direta a um dos quartos, pouco esclarecido.

Pavimento térreo: quatro salas e um corredor atravessados a plaina; uma cancela de vinhático, com balaústres e xadrez envernizada no vestíbulo; três portas de cedro almofadadas e guarnições; tudo envernizado a polimento: duas estantes e mesas para os tacos e marcadores do jogo de bilhar; um armário, uma marquesa e uma mesa de costura. Assentaram os arames de comunicação para o aviso por meio de campainhas.

Estucadores

Pavimento superior: cinco salas rebocadas a branco com gesso e cal de pedra que foram burnidas.

*. As cópias dos relatórios aqui transcritos foram enviados ao Museu Imperial pelo dr. Américo Jacobina Lacombe, extraídas do arquivo do cons. Paulo Barbosa, em seu poder.

Pedreiros

Pavimento térreo: quatro ditas com três florões nos tetos, separando a cimalha e teto do vão da escada de serviço interior.

Pavimento superior: duas bandeiras ou mesaninas abertas na parede lateral do torreão sobre o telhado e lançamento de cimalthas próprias.

Pavimento térreo: retoques nas paredes do corredor e na sala de bilhar; assentaram doze braças quadradas de lajedo nas rampas do próprio para subida dos carros.

Mármore: obra nova da ala esquerda em construção. Ladrilho de mármore de todo o vestíbulo obra tratada por empreitada quer o material como a mão-de-obra, com Fratelli Zignago.

Carpinteiros

Vigamento de todos os tetos, madeiramento geral de cobertura apoiada em quatro tesouras. D.º d.º do portículo saliente ao edifício do lado da rua do Imperador sustentado por quatro prumos que serão convertidos em colunas: entablamento completo de ordem jônica igual ao do edifício moldado, e pregado no seu lugar, tarugendo e camboteando toda a parte interior para estuques do teto e sufites. Seis divisões de xadrez para frontais das paredes das salas e quartos internos; quatro clarabóias feitas e guarnecidas no corredor geral. Cambotamento e ripado dos tetos e cimalthas de seis salas e de todo o corredor para receberem os estuques. Tarugeu-se todo o vigamento inferior de quatro salas para receber assoalhas: assoalharam-se, duas das ditas salas. Fizeram-se mais 25 vãos de caixilhos, outras tantas bandeiras arquitraves e aduelas, tábuas de peitoril e portas em três peças almofadadas para todas as janelas de peitoril, 16 bandeiras interiores, 25 alizares para guarnecimentos interiores sendo de cedro; treze dúzias de peroba lavrada e aberto de macho e fêmea para assoalho, d.º 24 dúzias de canela, d.º três dúzias de pequiá igualmente aberto para idêntico fim.

Além destes serviços fizeram mais o seguinte: para os jardins 4 caramanchões, um balanço, parreira, 490 palmos

de extensão de cercado novo, assoalho da mantearia, um banheiro para SS. AA. separado, um dito novo para as damas, oito biombos, 18 cabides para roupas, 24 macas, 3 estantes, 2 quartos novos nas cocheiras para cômodo dos criados, 8 cabides de arreios, 1 telheiro para o amassador e muitos pequenos reparos e obras miúdas para serviço da Casa Imperial.

Pedreiros

Construíram 21.790 palmos cúbicos de paredes interiores compensadas para portas e janelas, 8 pilastras ressaltadas, 30 braças de comprimento de cimalha mestra, com 2 palmos de balanço bem como todo entablamento compreendido nesta extensão, completamente rebocado de branco e já acabado, 28 braças de comprimento da platibanda, com 30 pedestais ressaltados, e lançamento de cornija já rebocada e tudo acabado, 112 braças quadradas de telhado feito com braceiras e passadeiras, 286 palmos de cano de cobre para esgotos d'águas pluviais; 2 clarabóias de telhas de vidro; 8 óculos abertos para ventilação dos assoalhos e barrotamento, 20 braças quadradas de frontais e 7 paredes interiores, divisórias das salas, emboço das paredes, andaimes novos, outros reparos etc.

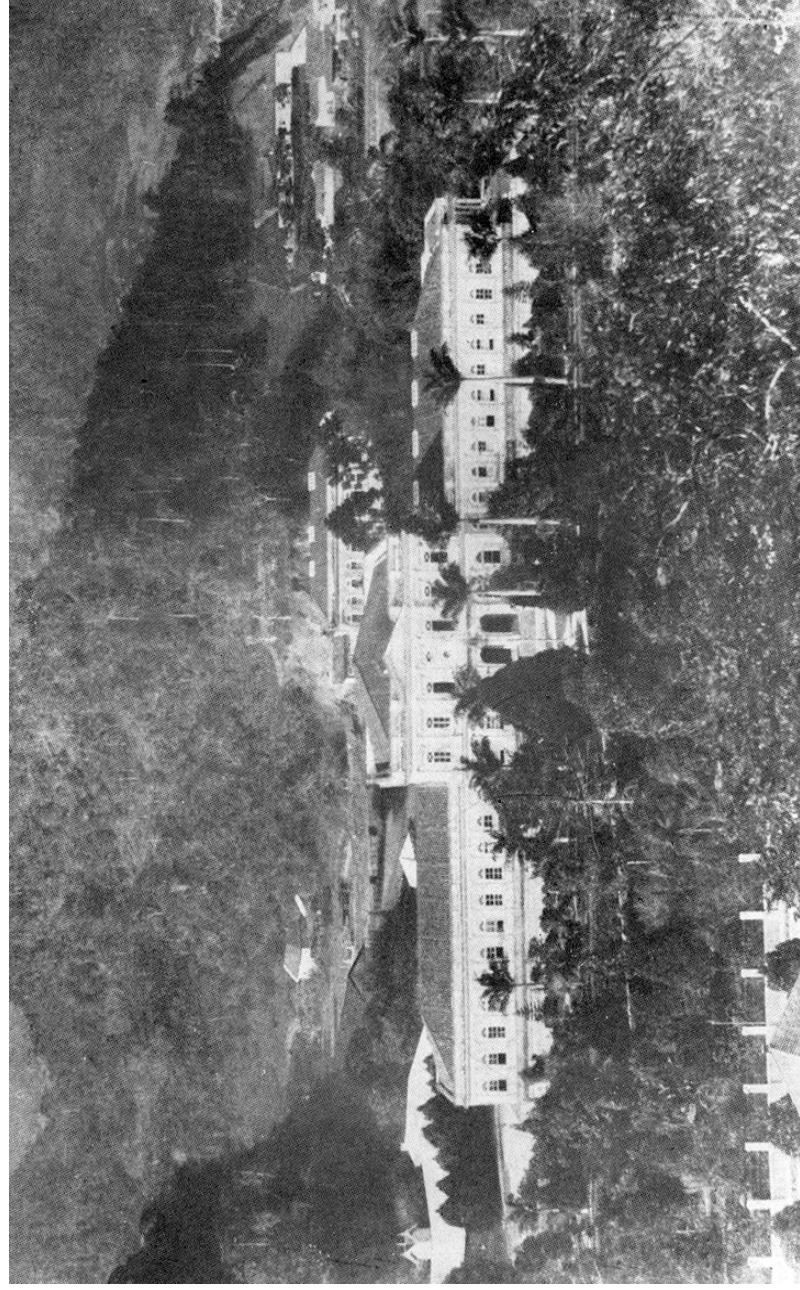
Fora estes serviços ocuparam-se mais nos reparos de açudes dos banheiros, quartel dos semanários, casa da mordomia, dita dos músicos e 2 quartos feitos nas cocheiras, bem como o reparo geral de limpeza e calçada para os animais das cavalariças; calcinaram-se 4 moios de cal de marisco para a obra.

Estuques

Enchimento com cal dos saibros dos tetos e cimalthas de 6 salas, 1 quarto e corredor geral para receberem os estuques.

Obra de cantaria por empreitada

Soleiras na extensão de 55 ½ palmos para 3 portas do pórtico, e excedentes do embasamento geral, 8 banheiras, 8 arquitraves empostas das portas exteriores; 59 ½ palmos de



Fotografia da fachada principal do Palácio de Petrópolis, tirada por volta de 1860. (Coleção do Museu Imperial)

soleiras para embasamento das colunas e vão da escada exterior do pórtico, 4 dados e 4 bases para as colunas que tudo ficou assentado pelos pedreiros.

Obras exteriores nos jardins

Assentaram depois de feitos 7 pedestais lisos e de cantaria para serem colocadas as estátuas de mármore.

Encanamento d'água e chafariz com repuxo.

Um encanamento d'água potável na extensão de 292 braças para o repuxo do centro do labirinto. Um repuxo, tanque e bacia feitos no jardim para rega e ornamento do mesmo.

Ruas calçadas

Rua de entrada calçada pelo sistema Mac Adam na superfície quadrada de 1.486 braças, com uma sarjeta ou raleta para esgotos d'águas fluviais no comprimento de 154 braças, guarnecida de cordões de meios-fios de cantaria; 320 braças quadradas de calçada de pedras irregulares junto à casa da mordomia.

Muralhas

Em volta dos terraplanos do palácio em substituição das faxinas arruinadas fez-se 1.991 braças quadradas ou 118.200 palmos cúbicos de muralha de pedra seca contratada por empreitada em 1º de julho de 1854, 2 canos subterrâneos de esgotos d'águas.

Cavouqueiros

Os cavouqueiros fizeram e deram fogo a 160 minas partindo as pedras grandes para servirem de alvenaria fornecendo toda quanto foi necessária para a nova construção do palácio.

Desaterros e aterros

As carroças fizeram 315 braças cúbicas de desaterro dos morros que ficam por trás dos quartéis dos semanários,

e em frente ao palácio tendo já aterrado uma superfície de 299 braças quadradas ao lado do palácio, e em frente da Praça Municipal.

Jardins

Em 31 de outubro p. p. ficaram concluídos os 2 jardins do Imperial Palácio contratados a sua confecção, preparo de terreno, plantação, plantas e sementes, com João Batista Binot, para empreitada em 29 de abril de 1854.

Faz-se sentir a necessidade de um jardineiro que cuide da conservação e aumento não só destes como dos pomares e horticultura. Fez-se um aumento na plantação de capim para os animais de serviço da obra na superfície quadrada de 900 braças cujas vantagens já se fizeram sentir poupando alguns meses de despesa, entretanto convém desenvolver as proporções para de uma vez dispensar-se este ramo de despesas”.

No relatório de 1855, continuava Rebelo:

“Obras

Se bem que o meu antecessor tivesse deixado as obras do corpo central do palácio com grande adiantamento, contudo algumas coisas restavam fazer-se no pavimento superior, e outras de maior vulto no pavimento térreo, tudo por efeito de sua retirada, deixando porém preparadas muitas destas para quem o substituísse. Foi por esta circunstância que no pavimento superior se assentaram todos os guarnecimentos, portas, janelas e caixilhos de cedro; escada principal, tetos de estuques e ladrilhos do terraço, fazendo-se todos os pedestais, balaustrada, colunas, pilastras; guarnecimentos, portas, janelas e caixilhos (madeira de cetim e jacarandá), soalho da sala principal e escada de ferro assentada: e no pavimento térreo, todos os guarnecimentos, caixilhos das janelas, algumas portas de cedro e parte dos soalhos; fazendo-se o restante das portas e dos soalhos, todas as janelas, estuques dos tetos e das paredes, colunas, pilastras e ladrilhos do vestíbulo. No pórtico fez-se 3 arquivoltas, 4 grandes pedestais, fachas e socos de cantaria e os

muros das rampas. Felizmente, em novembro do ano p. p., obtive ficar esta obra concluída, restando alguns retoques, o soalho da sala principal e escada de ferro, que efetivamente mais tarde foram concluídas.

Seguindo o uso até então estabelecido das consultas feitas com o coronel Guilhobel, e à vista de suas luzes e projetos, que foram aprovados para as obras desta fazenda, digo, que foram aprovados para as obras deste palácio, tenho sempre seguido pontualmente os seus planos, procurando desempenhá-los quer no corpo central, como na obra nova.

Na ala esquerda do palácio ora em construção, e que pela frente e lado somente tinha construído parte dos alicerces e duas janelas erguidas, fiz construir e assentar toda a cantaria do faxiamento, sendo 25 peitoris das janelas, 4 portas e arquivoltas, tudo de cantaria lavrada, fazendo os alicerces interiores e divisórios, paredes externas e suas janelas entre pilastras, lançamento da cimalha geral, barrotamento, vigamento, madeiramento, e cobertura de telha de valadio, bem como o pórtico das escadas colaterais, guarnecidas de cantaria e bases das colunas, restando prontas a ser assentadas nesta obra nova 15 janelas, seus caixilhos e guarnições de cedro.

Reparei o camarim da igreja, mudando-o de lugar, e dando-lhe novo aspecto, bem como os banheiros de SS. MM. e AA.

Encanei em tubos de chumbo água potável para um bebedor dos animais, em frente das cavalharices, depois de reparado o açude, e encanando do banheiro de SS. MM. as sobras d'água pelo mesmo sistema, para um repuxo do jardim.

Aterrei os brejos que existiam em frente e ao lado do palácio, e nessa superfície fizeram-se e plantaram-se dois jardins, um em frente à rua de S. M. o Imperador, e outro à de S. M. a Imperatriz. Esta plantação e preparo do terreno foi contratada por empreitada com João Batista Binot a 29 de maio do corrente ano.

Fiz um depósito, digo, um repuxo provisório para depósito d'água e rega das plantas no jardim lateral do palácio.

Outros aterros se operaram em frente ao quartel dos semanários, fazendo-se os cortes das terras nos morros próximos do lugar.

Tenho construído 150 braças quadradas de muralhas de pedra seca, em substituição das faxinas fronteiras aos jardins, por empreitada, conforme o contrato feito com João de Oliveira no 1º de junho deste ano.

Um cercado de madeira provisório, porém decente, em todo o perímetro dos jardins pelas ruas do Imperador, praça e rua da Imperatriz.

Estou calçando pelo sistema Mac Adam a estrada para o palácio, junto à residência de v. ex.^a.

Aumentei as cocheiras para serviço do trem da Casa Imperial, levantando mais dois quartos para cômoda habitação dos moços empregados neste gênero de serviço.

Para vantagem e economia da casa, promovi uma plantação de capim nos morros em que está circunscrito o banheiro de SS. MM., tendo-se já colhido bons resultados, se bem que convenha dar maior desenvolvimento conforme espero.

FORÇA DOS CONTRATOS CELEBRADOS

com a superintendência de Petrópolis para a fatura e plantação dos jardins, obras, etc.

Aos 29 dias do mês de abril do ano corrente celebrou a superintendência de Petrópolis com João Batista Binot o contrato para preparo do terreno e plantação dos pomares e jardins do palácio por empreitada, e sendo o empreiteiro obrigado a satisfazer diferentes condições, distinguindo-se entre elas: **1ª** preparar por sua conta os terrenos da frente e lado do palácio para o fim de serem plantados admitindo boa terra, e adubada convenientemente; **2ª** executar os riscos que lhe forem dados, e neste sentido; riscar, arruar, guarnecer e plantar os jardins e pomares referidos; **3ª** fornecer e mudar de seu viveiro e casa – no quarteirão Nassau – as árvores, arbustos e flores constantes da relação que apresentou, e serviu de base ao contrato, na totalidade de 14.485 pés, sendo distribuída do modo seguinte: macieiras 300 pés – pereiras 500 – pessegueiros 30 – ameixeiras 20 – damasqueiros 10 – cerejeiras 10 – nogueiras 20 – ave-

lãs, castanheiros etc. etc. no total de 940 pés de plantas da Europa. Arvoredo frutífero do país 1.550 pés; roseiras variadas 1.185. Arbustos e ornamentos variados 640 – vinhas 170. Cebolas, bulbos, etc. 2.000 pés. Dálias dobradas, diferentes qualidades, 5.000; plantas herbáceas 3.000 pés, etc.; 4^a responder por todas as plantas acima mencionadas, e também pelas suas qualidades.

Admitir por conta do seu contrato os trabalhadores que para todos estes diferentes serviços forem mister.

Debaixo das condições acima mencionadas e outras constantes do contrato, etc. depois de julgadas perfeitas e bem desempenhadas, receberá a quantia total de 7:000\$000 em prestações mensais até final conclusão do contrato o restante desta quantia no fim de três meses depois de ultimados os serviços.

Contrato de marcenaria

Aos 29 dias do mês de abril, do ano corrente celebrou o superintendente com o marceneiro H. L. Jaeger o contrato de empreitada para fatura da mão-de-obra de esquadria e assentamento em seus lugares de todas as portas interiores, janelas e caixilhos, bandeiras de cedro da obra nova da ala esquerda do palácio imperial, conforme os modelos apresentados pelo preço de 60\$ rs. cada um vão completo, excetuando-se as ferragens, parafusos, grude e madeiras que lhe são fornecidos. O pagamento será mensal e conforme a obra feita e julgada pelo respectivo mestre carpinteiro das obras do palácio.

Contrato para a construção das muralhas em torno do

Palácio I.

No dia 1^o de junho do corrente ano celebrou o superintendente com o pedreiro João José de Oliveira o contrato por empreitada para construção das muralhas de pedra seca para revestimento dos taludes e rampas do platô do palácio, em substituição das faxinas ora existentes e arruinadas, pelo preço de 18\$ rs. a braça quadrada, dando o empreiteiro o material e serviços de mão-de-obra necessários, e debaixo das condições prescritas pelo contrato quer na espessura de 6 palmos, quer no talude e agulheiros para sa-

ída das águas, etc. O pagamento desta obra será feito pelo superintendente mensalmente, conforme o serviço feito, e depois de julgados pelos respectivos mestres da obra do palácio.

“Obras

Tem progredido a construção da nova ala, esquerda, do palácio, e posso asseverar a v. ex.^a estar concluída e por conseguinte todo o edifício, apresentando simétrica e regularmente toda a fachada do palácio.

A parte interior porém ainda se ressentir da falta de alguns trabalhos inerentes à sua completa prontificação.

Para frisar mais facilmente as obras concluídas e as que restam ainda fazer-se, procurarei socorrer-me com a planta, de que v. ex.^a tem cópia, para à vista do projeto da distribuição interna ajuizar do adiantamento dos diferentes compartimentos interiores, estabelecendo a devida seleção entre uma e outra parte.

Posto que os relatórios mensais tenham habilitado v. ex.^a a avaliar todas as obras executadas, devo contudo lembrar que todas as paredes interiores das divisões e distribuições das salas e gabinetes estão prontas.

Os dois gabinetes destinados um para oratório e o outro para sacristia estão prontos de assoalhos, cornijas e tetos de estuque assim como dos guarnecimentos de portas e janelas.

A sala de jantar, as duas outras que lhe ficam contíguas e mais 4 salas que em sentido oposto lhe são fronteiras, separadas pelo corredor central, estão igualmente acabadas de soalhos, cornijas e tetos de estuques; notando-se que no *plafond*, ainda resta fazer-se em duas destas salas as gregas de estuque nas esteiras dos tetos.

O corredor central de comunicação, com quatro clarabóias no teto está concluído de assoalho, cornijas e tetos de estuque; bem como as clarabóias que foram ornadas e embelezadas com ornatos adequados para evitar uma monotonia geral: estando tão bem guarnecidas todas as portas que das salas laterais com ele se comunicam. A ordem de arquitetura é a mesma da parte acabada. O sistema geral dos assoalhos, tem sempre sido seguido o de tábuas, estreitas de juntas

paralelas, ou de espinha sempre entabeiradas e com os pregos encobertos: é a imitação de um ligeiro e simples parquetê.

Todas as paredes, quer gerais divisórias pelo lado inferior estão preparadas de reboque próprio p^a receber papel ou scaiolla — como tive a honra de participar a v. ex.^a, pedindo para quanto antes serem forradas de papel, a fim de servirem as salas da nova obra para melhor acomodação da imperial família na primeira jornada.

Conquanto estejam acabadas todas as janelas, portas e salas respectivas guarnições; não obstante ainda precisam ser envernizadas e polidas com lustre francês uma grande parte: todavia acham-se pregadas em seus lugares as janelas e fechada a obra, porque o serviço que ainda pedem em nada prejudica a conveniência de ordem e segurança.

O pórtico, sustentado pelas 4 colunas ficou pronto no *plafond* e soffitos da coberta; bem como as duas escadas de cantaria, com escalões que lhe ficam laterais. Falta porém fazer-se *pavage* e assentamento de capitéis das colunas.

A exceção do assoalho, teto e paredes (face interior) da sala de baile; e outrossim dos rodapés gerais de parte do corredor, e de algumas salas (há uma palavra ilegível) conjuntamente com o polimento a verniz das peças de madeira, portas e janelas, tudo o mais está concluído.

Tal é o estado de adiantamento interior da nova obra, quanto ao exterior direi que está completamente acabada em todas as faces que apresenta, acrescento ter já a escada de cantaria assentada na fachada do fundo a porta de serviço que foi mudada do outro lado, da frente da ala direita para regular simetria do edifício convertendo-se aquela antiga porta em janela.

Depois desta resumida exposição passarei a mencionar detalhadamente os serviços desempenhados para chegar ao estado de adiantamento da obra presentemente; notando a falta de alguma madeira, ferragem e vidros para o interior (bandeiras).

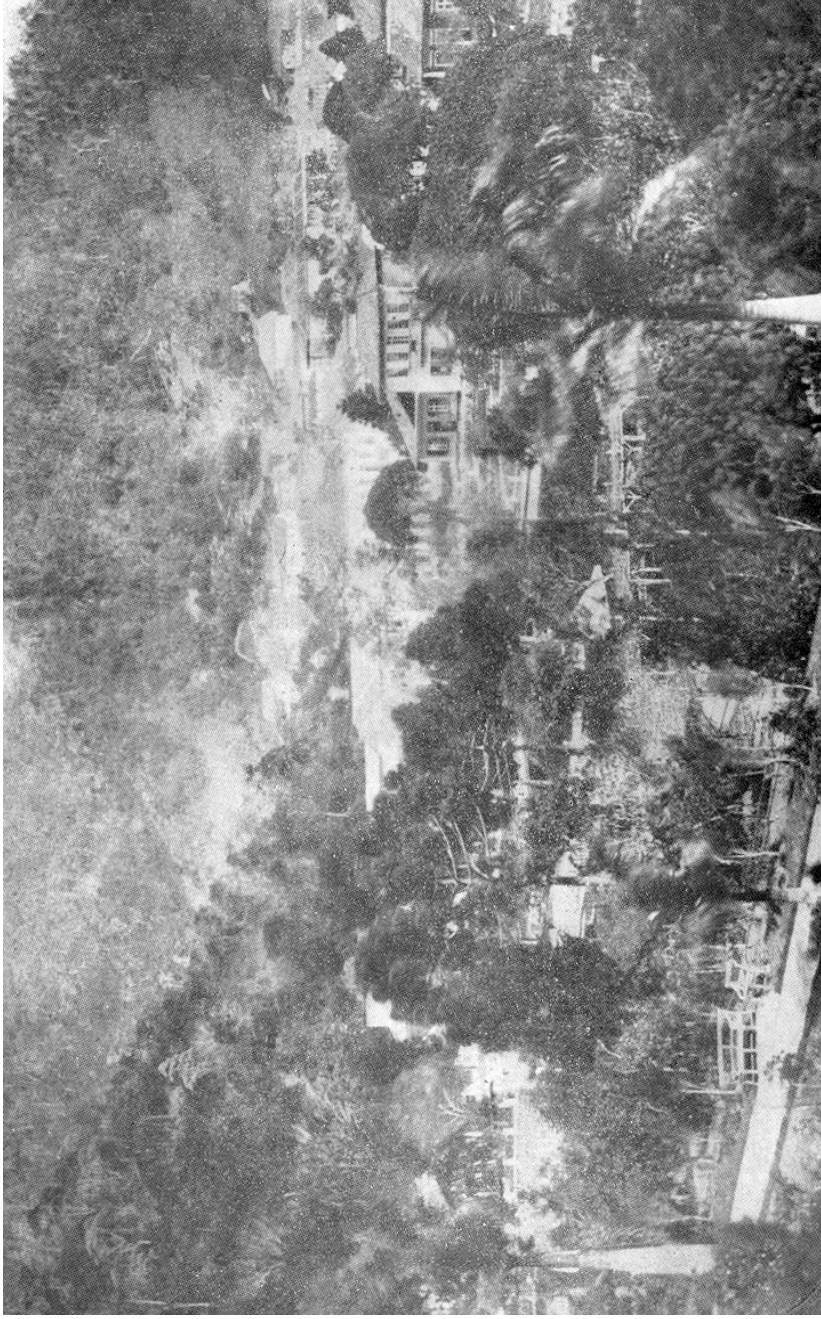
ALA ESQUERDA DO PALÁCIO

Obra de carpinteiros e marceneiros

Barrotaram, cambotearam e riparam todo o pórtico, sustentado por 4 colunas de ordem jônica, e dividido o teto em

três caixões: 10 salas em duas ordens de tarugos; um corredor de 108 palmos, com 4 vãos de clarabóias e seus competentes reverberos; fizeram 7 divisões tecidas de xadrez nas linhas divisórias das salas para frontais; serraram, para servir aos estucamentos 45 d^{as} de tab. de pinho; tarugaram, assoalharam e entabeiraram com tábuas de canela 6 salas e 2 gabinetes; serraram e lavraram 40 dúzias de tábuas de canela de 3 polegadas de face, abertas de macho e fêmea para soalhos; soalharam mais com peroba a sala de 43 palmos por 31 de largo, tarugada com entabeiramento; serraram e lavraram 8 d^{as} de tábuas de peroba para o soalho da d^a sala, com macho e fêmea; tarugaram, soalharam e entabeiraram um corredor de 108 palmos por 11 de largo, dividido em 11 painéis com o assoalho de tapinhoã; lavraram e serraram 18 d^{as} de tábuas de dita aberta de macho e fêmea com 3 pol. de face para o mesmo corredor; engradaram, pregaram e envernizaram as guarnições de 25 vãos de janelas da frente exterior e bandeiras com suas diferentes guarnições, tab. de peito caixilhos de correr; portas e janelas almofadadas de 3 vãos com moldados, com os rebaixos de talões envernizados; assentaram 17 alizares de janelas bem como g^{da} cadeiras e rodapés de 4 salas; 14 alizares mais das 2 arestas das paredes divisórias e interiores; 24 portais guarnecidos com adoelas, 22 vãos de portas interiores almofadadas divididas em 2 ½ portas e 22 caixilhos para as bandeiras; assentaram mais 2 vãos de portas semelhantes às antecedentes, correspondente às paredes divisórias do pavimento central do palácio, 1 outro vão de portas almofadadas de 2 ½ para a frente exterior, (fundos) com caixilhos, bandeira, assentaram uma nova escada montada em 25 degraus, no pavimento central, com guarda, chapim, grega, corrimão e balaustrada e 1 divisão de 10 palmos de alto, por 14 de comprido, com uma porta.

Para o serviço do paço e dependências, aprontaram 12 cabides de 6 palmos para os semanários; 1 pequena mesa redonda, uma marquesa, uma estante de cedro para SS. AA.; 4 quadros envernizados para pedras de escrever de pequiá; 3 armários de cedro; de 10 palmos por 6 com portas; 20 braças de cabide para vestidos, 1 biombo com 10 painéis, forrados de linhagem e papel; um vão com bandeira para transmissão de luz na parede divisória do pavimento central.



Fotografia do parque do Palácio de Petrópolis
(Coleção do Museu Imperial)

Obras diversas

Para o jardim 2 caramanchões a gosto chinês sobre colunas; 2 parreirais de 158 palmos (cada um) com 28 prumos de 16 freixais, tecidos com ripas de polegada quadrada; em torno do dito jardim fizeram mais 200 palmos de cercado de 4 palmos de alto e 1 jogo de balanço para SS. AA. Um telheiro de 40 palmos por 30 de largo, para amaçadouro; 4 escadas novas para o serviço da obra; régua de pedreiros para cimalthas; 5 moldes para cornijas régua e andaimes, uma para estucamentos e outros para pedreiros; cavaletes para guarnecimento de alisares; 3 estantes para música de 10 palmos; 10 cavaletes para as camas dos músicos; 8 camas de vento; 4 cabides e cobertas para selim; 1 dito de 20 palmos para arreios; 1 tapamento de 20 palmos para despejos; 2 estrados para as cavaliariças; e repararam o quartel dos semanários, fiel, os 3 banheiros e cavaliariças.

Pedreiros estucadores, e canteiros

Abriam 8 óculos para ventilação debaixo do faxeamento da ala esquerda do I. Palácio, 7 divisões de salas na extensão de 28 braças quadradas de frontal a tijolo; 211 braças quadradas de esboços a cal de saibro intensa; 11 ditas, ditas, de baldrames para escada e soleiras; assentaram 59 palmos de soleiras de 3 ½ palmos de largura, para entabeiramento das colunas do novo pórtico; cobriram de telha uma extensão de 175 palmos digo braças quadradas; 162 telhas de vidro nos 4 vãos de clarabóias; concluíram os três lados da frente do palácio, compreendendo 32 pilastras com bases pedestais e capitéis da ordem jônica; lançaram 25 arquivoltas, ombreiras repassadas, 376 palmos de arquitrave, 382 de cimaltha, 17 ½ braças de platibanda com pedestal e base ressaltadas e tudo metido a oca; assentaram 453 palmos de cano de cobre nos respaldos das paredes junto ao telhado, em bordaduras de tijolo e 4 condutores de 29 palmos, rasgaram um vão de banda na parede externa do pavimento central, com cornijas; assentaram 9 palmos de soleira na antiga escada, cuja serviu para a parte em que foi assentada, nos fundos assentaram em frente do palácio o mastro do pavilhão; repararam uma parede da escada de SS. MM. que havia sofrido com as grandes chuvas; assentaram 7 braças de lajedo no vestíbulo do

pórtico principal, levantaram 1 portão na rua principal de entrada, acompanhado de 3 braças de baldrame para assentamento da soleira do mesmo com ombreiras e capitéis; fizeram 981 palmos de valeta ao lado da d^a rua principal; 86 ditos de pedra lavrada para cobertura da mesma valeta; e concluíram os 2 lances de escada do novo pórtico; repararam e caiaram muitos aposentos, e entre eles o telheiro em que mora o fiel por arruinado e péssimo, cozinhas, estrebarias, etc. etc. etc.

Foram estucados 9 tetos e 9 aposentos; corredor geral e os 4 vãos de clarabóias, tetos do pórtico, colunas e capitéis. Retocaram também, e burniram muitos dos serviços do pavimento superior.

Fez-se 189 braças quadradas de muralha de pedra seca em torno, e em substituição das antigas faxinas em frente e ao lado do Imperial Palácio.

Cavouqueiros

Deram fogo a 300 minas, limpam e travouaram as pedreiras.

Pintores

Repararam em geral todas as dependências, caixas para condução de comida etc. e pintaram todos os caixilhos de correr das janelas da ala esquerda do palácio.

Carroceiros

Ocuparam-se nos transportes de terras e materiais de uns para outros lugares.

Jardins

Foram limpos e transplantadas as plantas; fizeram-se 80 pirâmides de segurança para as parreiras, canteiros, caminhos, e um pequeno jardim para SS. AA.

Armamentos de morro denominado bevedel para fácil acesso recreativo, e plantação numa superfície de 5.000 braças quadradas.

Conclui-se um pasto fechado para os animais das obras.

Aterros e desaterros

Foram freqüentes em frente ao palácio, do quartel e fundos dos semanários e outros pontos.”

No relatório de 1856, dizia Rebelo:

“Obras no Imperial Palácio

Está terminada a obra do Imperial Palácio de Petrópolis. À administração de v. ex.^a estava reservado concluir a obra que v. ex.^a principiou, e cuja primeira pedra foi lançada no dia 18 de julho de 1845. Congratulando-me com v. ex.^a por tão feliz circunstância, encho-me de prazer pela insignificante cooperação que lhe prestei. Mencionar detalhadamente os muitos e diferentes serviços que ela comporta, e se fizeram este ano, seria fastidioso, quando por demais tem v. ex.^a perfeito conhecimento deles pelos relatórios mensais que tenho tido a honra de apresentar a v. ex.^a, e por isto abstenho-me de os repetir. Uma circunstância porém me induz a ponderar que, no desempenho da construção seguiu sempre os desenhos e plantas do sr. cel. Guilhobel, aprovados no todo ou modificados por um juízo superior. Faço esta advertência porque desejo que v. ex.^a se compenetre de que a única alteração que se me pode atribuir (muito insignificante é verdade) e tão-somente filha da necessidade, aí existe no teto da sala de baile, cujos ornatos de estuque não serão exatamente os mesmos que projetara o sr. Guilhobel; mas não sou um culpado e antes sim aquele distinto arquiteto por demorar a entrega dos desenhos, apresentando-os a v. ex.^a agora em meados do mês de dezembro, quando a obra já estava a concluir-se. Não me animaria a assim proceder, se porventura me falecesse o assentimento de v. ex.^a quando lhe dei parte da prejudicial demora dos desenhos e pedia uma decisão para não parar a obra: creio que deste fato está v. ex.^a lembrado. Parece-me que uma parte dos ornatos são aproximadamente os mesmos que projetara o sr. Guilhobel, por ter tido ocasião de os ver, quando lhos pedi para serem presentes a v. ex.^a, recusando ele entregarmos.

É para sentir que o pórtico sustentado por colunas, da ala esquerda do palácio ultimamente construída, não fosse de granito como tivesse ocasião de propor, a fim de acompanhar em harmonia e solidez toda a construção da obra.

OBRAS EXTERIORES

Banheiro

O banheiro que se está construindo para SS. MM. e AA. vai muito adiantado e brevemente ficaria acabado, se as aturadas chuvas não impedissem a sua conclusão. Não obstante tem todo o madeiramento da coberta e engradamento geral semelhando um pavilhão: tanques de alvenaria, esgotos e um princípio de assoalho dos quartos. Concluída a obra será ela muito recreativa, logo que seja possível formar-se o lago e hortas adjacentes, a que se presta o terreno facilmente.

Muralhas

Tem progredido a construção das muralhas de pedra seca para substituir as faxinas de sustentação das terras do platô do palácio, fazendo-se 116 braças correntes ou 87.000 palmas cúbicas, durante este ano. Tão proveitosa obra tratada de empreitada, por um preço muito baixo tendo a influir exuberantemente na diminuição da constante despesa anual de conservar e entreter as faxinas: felizmente já pouco restara pelo adiantamento de construção das muralhas.

Encanamento d'água

Além do encanamento que fiz das águas que nascem por detrás do banheiro de S. M. I. para abastecimento dos jardins interiores no terraplano do palácio, tanque para animais e chafariz, construiu-se mais este ano 200 braças de encanamento para levar água às cozinhas imperiais, em dois diversos pontos, e repuxos dos jardins do terraplano superior, aproveitando-se as sobras para alimentação de duas pequenas grutas.

Do encanamento das águas do morro da Garganta, o diretor da colônia trouxe até o chafariz da praça municipal para abastecimento público da povoação do Imperial Palácio e suas dependências, visto ter o manancial das ditas águas grande altura e força a par de ótima qualidade física para serem proveitosamente utilizadas.

Construíram-se dois repuxos e um chafariz.

Cavouqueiros

Os cavouqueiros têm extraído da pedreira cita na retaguarda do quartel dos semanários cerca de 58 braças cúbicas de pedra de alvenaria; que tem sido aplicada para as obras das muralhas; palácio; banheiro, empedramento das ruas etc.; dando fogo a 275 minas que para isso abriram.

Revolvimento de terras

Constam os desaterros do morro atrás do quartel dos semanários e do terraplano em frente, digo lateral à mantearia, de 259,5 br. cúbicas que produziram o aterro das rampas e ruas de entrada fronteira à praça municipal do brejo em que está situado o banheiro, e diversos outros lugares.

Pintura

A parte exterior do palácio foi retocada de pintura geral e igual em colorido a que antes tinha, com a diferença, porém, de substituir-se a cor verde das janelas da ala direita por uma pintura imitativa da madeira de cedro, a fim de harmonizar com as demais portas e janelas de todo o edifício.

Prédios dependentes do palácio

As oficinas das cozinhas, mantearia e habitação dos criados, sofreram reparos na cobertura de tabuinhas por chover em algumas destas peças. O mesmo aconteceu às cavalariças: quer numa como noutras oficinas e bem assim no quartel dos músicos, lavadeiras e habitação dos srs. semanários foram os quartos inferiores limpos, e retocados de pintura os mais necessários. A construção pouco sólida destes prédios com exceção da casa dos músicos prometem pouca duração, contando-se o tempo de sua elevação.

Jardins

Em tempo próprio efetuou-se a replantação dos diferentes arbustos e flores que vegetam e ornam os jardins; e algumas sementes e muito poucos arbustos novos se compraram para serem plantados no terreno contíguo à entrada principal do lado da praça municipal.

As ruas e esgotos das águas fluviais não ficaram esquecidos.

No terraplano superior do palácio, fizeram-se diversos alegretes de flores, próprios a aformosear o lugar e tirar a reflexão dos raios solares, quando projetados no terreiro.

Os repuxos e tanques construídos, com tijolo de alvenaria para rega geral dos jardins, não são a meu ver próprios e condignos da propriedade imperial, e sua duração, se não pode dizer permanente, para que v. ex.^a em oportunidade de circunstâncias não deixe de encomendar os de mármore, ou mandar fazer de granito tantos quantos julgar convenientes para substituí-los. A urgente necessidade de estabelecer os depósitos d'água para aquele mister, desculpam a atual construção. Seria muito para desejar a aquisição de alguns outros ornamentos que faltam.

A cerca de madeira que circunda todo o jardim na parte mais baixa, e faz testada para as ruas, me parece dever ser substituída por um gradil de ferro apoiado sobre pequeno muro, ressaltado de pilares em iguais intervalos, com os portões de entrada, caso melhor gosto não seja preterido.

Na minha insignificante opinião muito bem situadas ficariam as hortas e casas para lavadeiras, voláteis, jardineiras e trabalhadores, do lado do banheiro que se está levantando, guardada a respectiva distância, depois de preparado o aterro de modo a conservar um lago para peixes, já disposto aí pela natureza, ainda que bruscamente”.

E finalmente, dizia Rebelo em 1857:

“Imperial Palácio

Bem poucos serviços de valor se fizeram neste edifício, durante o corrente ano; à exceção de três importantes salas do pavimento térreo que foram embelezadas com o ingrediente próprio para conservação da cor das madeiras; 2 portas com caixilhos de grandes vidros para dar luz e evitar a muita corrente de ar, nos corredores; limpeza dos trastes e mobília; pintura de alguns quartos e gessamento de outros, etc., etc., tais foram os serviços no edifício. Entretanto, alguns trastes novos e indispensáveis se fizeram; a saber: uma marquesa para repouso de S. M. I., e 2 sofás; 4 cadeiras empalhadas, 2 mesas, cabides, etc. para o novo



Fotografia do Palácio de Petrópolis, tirada da atual avenida Pedro I, vendo-se o tanque para banho dos animais, cocheira e a casa dos semanários, ainda inacabada (Coleção do Museu Imperial)

banheiro; 17 bancos para os jardins, caixas de condução, etc., etc. Está v. ex.^a perfeitamente lembrado que da cidade nos remeteu alguns trastes de sabido valor para mobiliar o guarda-roupa de S. M. I. e sereníssimas princesas, incluindo um bilhar e seus pertences, para uso privado do augusto proprietário.

Nas casas de dependências do palácio algumas reparações se operaram tais como a sala da mesa de Estado e alguns quartos dos semanários, quartel dos músicos, banheiros, etc., foram pintados interna e externamente e o palácio exteriormente.

Cabe aqui chamar muito particularmente a atenção de v. ex.^a para o péssimo estado dessa casa, como verbalmente tenho por vezes ponderado a v. ex.^a, a fim de evitar qualquer emergência que possa sobrevir e comprometer grandes despesas improfícuas pelas reparações parciais que se fizerem a não ser radical a providência que v. ex.^a tomar enquanto é tempo e as casas permitem. Instar sobre tal objeto sitia tornar-me fastidioso, quando nos relatórios que tenho tido a honra de apresentar a v. ex.^a já o hei feito conforme a minha humilde opinião. O projeto das novas obras, elaborado de acordo com o terreno adjacente ao palácio e comunicações do serviço doméstico, tendo em vista a economia de grandes despesas, preparavam uma ocasião de oportunamente ir acudindo as reconstruções das atuais dependências do palácio, debaixo de um plano e outra sorte de construção mais duradoura. Entretanto, este projeto que mereceu as honras de ser aprovado por v. ex.^a não se tem realizado por depender das ordens de v. ex.^a e deliberação que me disse aguardava. Sejam porém quais forem as decisões a tal respeito, espero que serão terminantes para me servirem de governo, na dúvida e crítica conjuntura de uma situação indecisa.

Banheiro

Concluiu-se esta obra tão necessária e útil quanto indispensável à vista da pequena capacidade e mau estado dos antigos banheiros de SS. AA. Em lugar apropriado e mais decente foi levantado um pavilhão, de forma octogonal, cuja sendo dividida em duas partes tem numa delas dois

tanques para banhos a céu aberto, e na outra parte quartos avarandados para vestuário. Na projeção horizontal, tem todo o pavilhão 60 palmos de diâmetro, e os tanques 30; de modo que os quartos ou a varanda geral têm 15 palmos de largura e são cobertos de zinco. A condução d'água é feita subterraneamente por tubos de chumbo, para alimentação dos tanques; e os esgotos e torneiros, ou chuveiros, estão dispostos convenientemente a prestarem o serviço fácil e necessário do seu emprego. Reconheço que esta obra não tem toda aquela riqueza e perfeição que era possível dar; mas os pequenos recursos de que presentemente disponho me não permitiam atingir ao ponto dos meus bons desejos. Procurando vencer a necessidade do momento fiquei receoso, por outro lado, de embarçar no futuro a construção de alguma outra obra semelhante que esteja a par e em harmonia com as já projetadas, para complemento das dependências do Imperial Palácio. Foi esta obra feita nos intervalos de tempo que outros serviços e sobras permitiram aos poucos carpinteiros e pedreiros que temos empregados.

Muralhas de pedra

Estão terminadas as muralhas de pedra seca, em substituição das faxinas que antes seguravam os terraplanos do palácio, e continuamente se arruinavam, pela construção da que fica em frente do edifício e entrada central, contendo o volume cúbico de 27.588 palmos. Na sua parte central foi levantado interiormente um nicho em forma de gruta rústica, guarnecido de cantaria, para receber uma *naiade* que efetivamente se colocou e lança água num tanque que a circunda. Duas outras insignificantes campas de faxinas, que lhe ficam próximas, necessitam serem alteradas por dois pequenos muros de segurança que pretendo mais tarde levantar para completar toda a obra, que tanta economia acarreta de evitar as contínuas reparações de faxinas.

Muros e gradil de ferro

Na frente do jardim que faz testada para a rua do Imperador, se levantou um pequeno número digo um pequeno muro de alvenaria, com pedestais ressaltados para receber

pilares e gradil de ferro, no total comprimento de 428 palmos, cujo muro contém 9.095 palmos cúbicos de volume, 21 pilares e 21 grades de ferro; sendo a obra em tudo igual à do portão de entrada já anteriormente construído. Tanto uma como outra obra, isto é, a construção de muros e pilares, como o gradil de ferro, são feitos por empreitada aquela na razão de 25\$ rs., por braça e 20\$ rs. cada um pilar, e na de 84\$ rs. cada grade, que tem de peso bruto 720 kg; compreende-se no ajuste da empreitada os materiais e serviços de mão-de-obra e assentamento. Uma parte do muro já foi paga, resta a outra, pilares e grade.

No jardim da Rua da Imperatriz, em frente à praça municipal, se fizeram por administração 2.070 palmos cúbicos de um outro muro, semicircular, em tudo igual ao acima mencionado, para poder receber pilares e gradil. No alinhamento da mesma rua, e para o lado de Wylepp, ficou concluído o pequeno muro, principiado o ano passado, aumentado presentemente com o comprimento de 62,3 braças correntes, ou 17.129,5 palmos cúbicos de volume, levando em conta as suas três dimensões. Todos estes muros, excetuando-se o primeiro, ainda estão por vestir-se. Entendo dever continuar com esta obra por me parecer necessária para fechar o terreno.

Encanamentos e tanques d'água

Foi neste ano aumentado de 50 braças de extensão linear, o sistema de condução d'água potável por meio de tubos subterrâneos; derivando-se do tronco principal três ramos, para a alimentação do novo banheiro, gruta da grande muralha, em frente ao palácio e um pequeno repuxo do terrapleno superior. Um outro conduto se construiu com pedras de alvenaria, na extensão de 326 braças correntes, parte coberto e a outra descoberta, para alimentação do grande tanque de lavagens dos animais. Bem assim, se construíram: grande tanque de lavagens dos animais, cujas paredes de alvenaria rebocadas com cimento, contém 12.474 palmos cúbicos.

Um tanque retangular de 15 palmos de comprimento por 8 de largo em forma de chafariz, para bebedouro dos animais. Um dito circular de 12 palmos de diâmetro,

com pedestal e repuxo, no terraplano superior; 2 ditos retangulares de 7 palmos de comprimento cada um, nas pequenas grutas das muralhas, construídas de cantaria; fora aquele da grande muralha central: à exceção dos 2 tanques de cantaria todos os outros são de alvenaria, rebocados com cimento hidráulico.

Além destas obras hidráulicas, fizeram-se mais 54,9 braças correntes de cano de alvenaria, cobertos, para esgotos das águas que nascem por detrás das cavalariças.

Revolvimento de terras

Grande foi o movimento de terras que, no decurso deste ano se operou, pelo corte de uma parte do morro do Sino, em frente ao paço, feito por empreitada, conforme o contrato celebrado com Pedro Stoffel a 15 de maio último;¹ e também daquele outro morro que demora atrás do quartel dos semanários, por administração, produzindo ambos o volume de 1.411 braças cúbicas de desmoronamento de terras que se aproveitaram em aterrar o espaço fronteiro ao quartel dos semanários e brejo adjacente ao novo banheiro, tendo-se reservado a pedra extraída.

Parece-me ocioso lembrar que este grande serviço, foi motivado pela necessidade de preparar o terreno para as novas edificações que v. ex.^a intenta fazer.

Cavouqueiros

Os cavouqueiros abriram 360 minas em pedra granítica que fizeram arrebentar o fogo, tendo extraído mais de 70 braças cúbicas de pedra de alvenaria que foi empregada nas obras e outra que existe amontoada.

Jardins e ruas adjacentes

Na estação própria foram plantados diferentes e variados arbustos e árvores frutíferas, oriundas da América do Sul, ultimamente compradas para ornamento dos pomares e jardins do palácio: no terraplano do platô supe-

1. Este contrato, assaz vantajoso, cessou enquanto não tiver certeza de se construírem as novas habitações projetadas.

rior se fizeram diversos alegretes de flores e tapetes de grama para conveniente aformoseamento do lugar.

Por oferecimento do sr. conselheiro diretor do Jardim Botânico da corte aceitei 50 pés de palmeira-real, que se plantaram em volta do edifício, a distância razoável, utilizando o serviço de um prático que o mesmo sr. conselheiro por nímia bondade nos enviou para este fim.

O gradil de madeira que circunda todo jardim foi substituído numa de suas partes, por um muro com pilares e grades de ferro, como anteriormente já ficou mencionado: penso dever continuar com tal substituição, para evitar as reparações de uma cerca de madeira, que sujeita às intempéries e com mais de três anos de idade ocasionará despesas improdutivas para sua conservação.

Todas as ruas dos jardins foram mais ou menos beneficiadas segundo as necessidades e estragos motivados pelas torrentes fluviais, e algumas outras se fizeram, por exemplo a da entrada em frente à Praça Municipal, cuja esteira tem 162 braças quadradas.

Os tanques e repuxos para depósito d'água e irrigação das plantas, já tive ocasião de fazer ver que não foram esquecidos e alguns se fizeram novamente”.

ARQUIVO DO MUSEU IMPERIAL

Documentos relativos ao conde d'Eu, especialmente copiados por ordem do sr. ministro da Guerra, para o "Museu Imperial"

“Resposta de Sua Alteza o conde de d’Eu, ao Aviso de 16 de maio de 1872.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1872.

II^{mo}. e ex.^{mo}. sr.

Recebi o aviso desse ministério de 16 de maio do corrente ano o qual determinou que cada um dos generais a quem coube a missão de comandar o Exército Imperial na campanha do Paraguai informasse com seu parecer diversos quesitos nele mencionados.

Foi motivado este aviso, segundo o mesmo declara, pelo fato de não serem suficientes as informações que da correspondência oficial do comando-em-chefe se podem colher a respeito das necessidades que durante essa larga e proveitosa experiência se manifestaram em nossa organização militar e teve por objeto que se aproveitassem as lições dessa campanha para colocar-se o Exército em condições da maior eficiência e tais que seja fácil elevá-lo com prontidão ao pé de guerra quando a defesa do Império o exija.

Cumprindo-me pois responder aos quesitos de que se trata, julgo mais conveniente passar desde já às mãos de v. ex.^a as considerações que me ocorreram em resposta ao quesito 1^o, reservando-me fazê-lo em relação aos outros à medida que me for possível.

Deus guarde a v. ex.^a II^{mo}. e ex.^{mo} sr. conselheiro ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra.

Gaston de Orleans.

1º QUESITO

Que inconvenientes se notaram no pessoal e organização dos corpos das três armas e nos especiais de engenheiros e Estados-Maiores de 1ª e 2ª classe?

Corpos científicos

– Pouco me ocorre dizer acerca destes corpos.

No relatório do Ministério da Guerra apresentado à Assembléia Geral Legislativa no corrente ano, foi indicada a conveniência de se reduzir o quadro do corpo de engenheiros e de se aumentar o do Estado-Maior de 1ª classe. Concordo com semelhante idéia, por reconhecer que em campanha o número dos empregos próprios deste último corpo será geralmente superior ao daqueles que exigem as habilitações inerentes ao curso de engenharia.

Por maior que for o Exército que o Brasil tiver de pôr em armas, creio que os serviços próprios da comissão de engenheiros serão suficientemente preenchidos se houver uma comissão central junto ao comando-em-chefe composta de um chefe e um subchefe, oficiais superiores e de mais quatro oficiais, e em cada corpo de Exército uma comissão composta de um oficial superior e mais três oficiais, o que, na hipótese bem pouco provável, de haver, como por algum tempo houve na Guerra do Paraguai, três corpos de Exército, daria um total de 18 oficiais de engenheiros. Creio que durante a Guerra do Paraguai, nunca foram tantos os oficiais desse corpo em serviço no exército de operações. Não convém entretanto por várias razões ser reduzido a tão pequeno número o respectivo quadro. A primeira é que deve ser conservada a atual proporção de número entre os diferentes postos a qual torna a promoção mais rápida nesse corpo que em qualquer outro. É esta uma vantagem que é necessária conservar, como animação para

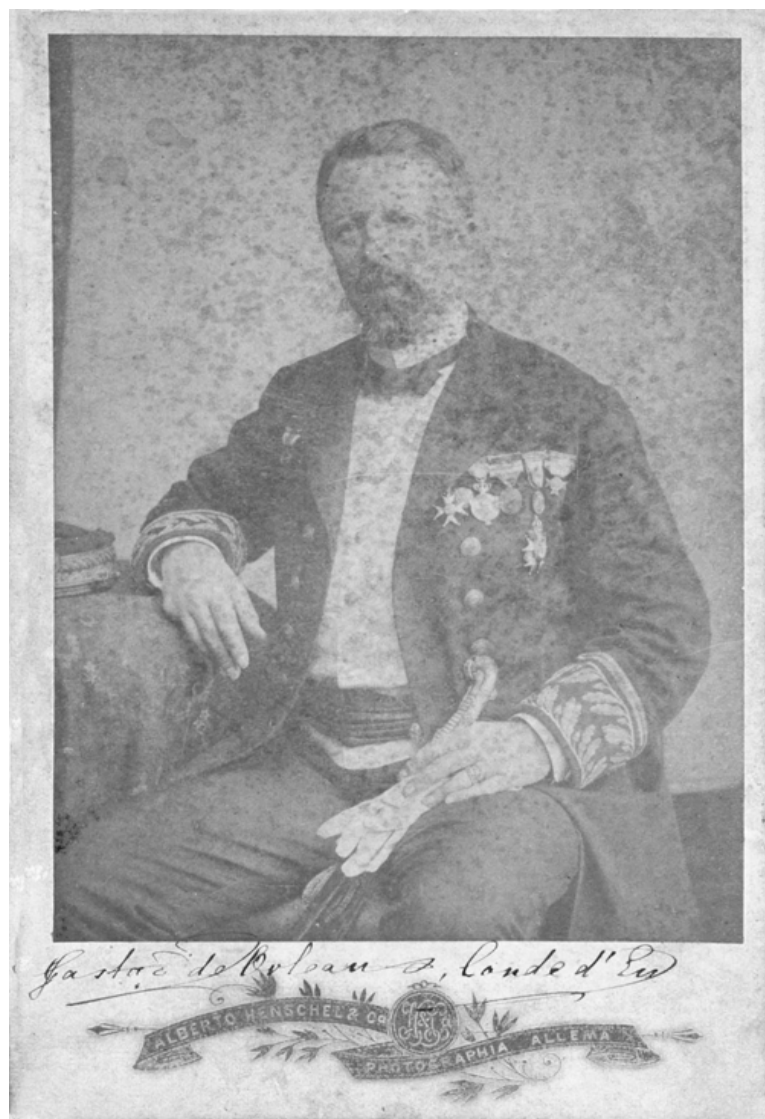
o ingresso nesse corpo, visto que para ele exige-se também maior soma de estudos. A outra razão é que os oficiais de engenheiros pertencem forçosamente certo número de comissões de serviço de paz, como sejam a repartição das obras militares da corte, a direção de quaisquer outras obras e o serviço do arquivo militar.

Além disso creio que haveria vantagem em que fossem tirados desse corpo os capitães e 1^{os} tenentes do Batalhão de Engenheiros, cujo serviço num exército de operações está essencialmente ligado ao da comissão de engenheiros. O decreto nº 1.325 de 23 de janeiro de 1855 que criou esse batalhão, estabeleceu no seu art. 3^o que os capitães do batalhão entrariam em promoção com os do corpo de engenheiros. Porém o decreto nº 3.526 de 18 de novembro de 1865 determinou, no seu art. 12, parágrafo único, que esses postos de capitães seriam preenchidos por oficiais de qualquer das armas científicas.

Assim atualmente esse batalhão não tem oficiais que lhe pertençam efetivamente; todos servem aí por comissão e são tirados de quaisquer armas e corpos, até do Estado-Maior de 2^a classe. Não descubro conveniência nesta anomalia. Por um lado com efeito acontece que o quadro de outros corpos arregimentados é, com prejuízo do serviço, desfalcado em proveito do Batalhão de Engenheiros; e por outra são por vezes admitidos nestes oficiais que não têm habilitações científicas. Releva observar que em virtude do decreto da sua criação, os oficiais deste batalhão têm vencimentos de comissão ativa, o que é mais uma razão para se exigir deles as habilitações correspondentes.

Quanto ao Estado-Maior de 1^a classe do qual convém que sejam tirados os assistentes dos diferentes quartéis-generais e até, sendo possível, os ajudantes-de-campo como acontece geralmente na Europa, creio que seria útil restabelecer nele a classe de tenente que assim como a de alferes, foi suprimida pelo decreto nº 3.526 de 18 de novembro de 1865.

Ignoro qual a utilidade e mesmo qual o fim que teve esta supressão. Pela cláusula 2^a do art. 8^o do regulamento de promoções que acompanhou o decreto nº 772 de 31 de março de 1851, eram promovidos a capitães do Estado-Maior de 1^a classe os tenentes desse corpo que tivessem servido



Retrato autografado do conde d'Eu e oferecido ao comandante Pessoa, do vapor *Alagoas*, lendo-se no verso as seguintes palavras: “Ao sr. comandante Pessoa, do paquete *Alagoas*, lembrança afetuosa de duas viagens realizadas em circunstâncias infelizmente bem diferentes. *Gastão de Orleans*. Lisboa, 9 de dezembro de 1889.”

um ano em corpos arregimentados de cada uma das três Armas. Convém, a meu ver, voltar a esta disposição que contém quanto é preciso para que os oficiais do Estado-Maior adquiram a conveniente prática do serviço de fileiras. Presentemente não pode ela ter aplicação, visto que não há mais tenentes do Estado-Maior de 1ª classe e nem sei de onde hão de ser tirados os capitães desse corpo, à vista do decreto nº 3.526 que a este respeito foi omissivo.

Os capitães que, depois de extinta a classe dos tenentes, têm sido transferidos para esse corpo o têm sido em virtude da autorização especial conferida ao governo pelas leis de fixação de força nºs 1.588 e 1.973 de 30 de junho de 1870 e 9 de agosto de 1871, autorização que julgo ser transitória, como convém que seja, à vista da sua latitude.

Estado-Maior de 2ª classe

– Repetidas vezes foi emitida a idéia de se extinguir este que até tem sido (segundo uma expressão mencionada no relatório do Ministério da Guerra do corrente ano) denominada *excrescência do Exército*. Não posso concordar com esta opinião, creio ao contrário que seria muito inconveniente a extinção deste corpo.

Há com efeito em diversas repartições um número bastante grande de empregos para cujo bom desempenho não são necessárias habilitações científicas e nos quais encontraram portanto natural colocação os oficiais do Estado-Maior de 2ª classe. Tais são, entre as comissões de paz, quase todos os empregos das fortalezas e alguns das repartições anexas à Secretaria de Estado; em campanha os de amanuenses nos diferentes quartéis-generais e mesmo os dos depósitos de material que é forçoso irem-se formando à retaguarda do exército logo que a guerra assume certas proporções. Geralmente não convirá distrair em tais empregos os oficiais dos corpos científicos, e se não houver um corpo especial ao qual eles pertençam privativamente, virão a recair sobre oficiais tirados dos corpos arregimentados, com grave prejuízo do serviço destes corpos e da regular organização do exército em geral. Penso entretanto que o quadro do Estado-Maior de 2ª classe (tal qual foi estabelecido pelo decreto nº 3.592 de 1º de outubro de 1865) carece de ser retocado no sentido de se aumentar o número dos capitães

e subalternos de modo a ocorrer a todas as necessidades dos serviços que aponte, e reduzir-se o dos oficiais superiores. O quadro atual com efeito dá para o Estado-Maior de 2ª classe 18 oficiais superiores e apenas 12 capitães, proporção que torna esse quadro mais favorável à rapidez da promoção não só que o das três armas do Exército mas mesmo que o Estado-Maior de 1ª classe o qual conta somente 2 oficiais superiores e 24 capitães! Parece-me sumamente injusto e impolítico que este último corpo de cujos oficiais se exigem estudos prolongados e conhecimentos especiais seja menos aquinhoado nas promoções que o do Estado-Maior de 2ª classe, cujos oficiais são, em virtude do art. 26 do regulamento de 31 de março de 1851, escolhidos entre os inabilitados para outros serviços e cujas ocupações serão em geral de natureza sedentária e portanto menos penosas que as dos oficiais do Exército. É este um estado de coisas que evidentemente deve ser alterado.

Corpos arregimentados

Os dois inconvenientes que à primeira vista ocorrem e se tornavam salientes nestes corpos foram o fato de serem grandemente desfalcados nos seus oficiais e praças pela necessidade de empregar estes nos quartéis-generais e outras repartições e o seu sistema de escrituração. Do primeiro destes fatos já me ocupei ao falar do Estado-Maior de 1ª e 2ª classe e o seu principal remédio está, sem dúvida, em dar-se uma organização mais conveniente a estes dois corpos especiais: ele concorreu por vezes para obrigar os generais em chefe a conceder em grande escala postos de comissão para preencher as vagas que constantemente existiam nos diversos corpos arregimentados. Releva contudo observar que estas numerosas vagas provinham também em parte não só de se acharem oficiais do Exército empregados em corpos de voluntários como da demora e irregularidade que durante boa parte da guerra houve em se fazerem as promoções legais no quadro do Exército. Este serviço está hoje felizmente regularizado graças à criação da comissão de promoções instituída pelo decreto nº 4.619 de 4 de novembro de 1870.

Só nos corpos de artilharia (a cujo quadro as circunstâncias da campanha não trouxeram outro aumento que o do 2º regimento a cavalo e de 2 companhias no Batalhão de Engenheiros) ainda em 14 de fevereiro de 1870, depois de muitas outras promoções tiveram de ser preenchidas pela concessão de comissões não menos de 29 vagas do primeiro posto, e existiam mais que não o foram por falta de pessoal habilitado.

Convém, a meu ver, por diversos motivos que a promoção do Exército, quanto for possível, esteja sempre em dia, como determinou aliás o decreto nº 3.168 de 29 de outubro de 1863. Em primeiro lugar o pronto preenchimento das vagas que se vão dando; é um direito que o legislador quis garantir aos militares e que é de muita importância para seus interesses: em segundo lugar eu reputo isto mais vantajoso mesmo para a boa ordem dum exército em campanha. Quanto a mim pelo menos, sendo comandante do Exército, preferiria não dispor senão de um pequeno número de vagas que reservaria para os atos de bravura mais salientes a encontrar-me, como acontecia em agosto de 1869, com 81 vagas do posto de tenente só no quadro da infantaria e muito maior número do de alferes, vendo-me embaraçado entre a conveniência que havia para o serviço dos corpos em preencher esse grande número de vagas, quer efetivamente, quer por comissão e a dificuldade de reunir em campanha todas as informações que me habilitassem a ajuizar dos direitos dos candidatos.

Quanto ao sistema de escrituração, a sua condenação, está, a meu ver, em que logo no princípio da campanha ficou ele quase inteiramente paralisado. Ao marcharem para fora do Império, os corpos foram deixando em diferentes lugares os seus livros mestres e o resto do seu pesado arquivo, parte do qual por vezes assim extraviou-se para sempre, e embora ficasse assim suspensa a escrituração de tais livros, nem por isso deixaram mesmo durante a campanha de crescer os arquivos de modo que se tornava preciso depositá-los nos pontos que iam servindo de base de operações tais como Humaitá e Assunção.

Assim não se escrituravam mais os assentamentos nem dos oficiais nem das praças e dos resultados desta falta ainda hoje se ressentiu os corpos; pois não foi mais possível

repor em dia a escrituração interrompida. Em França obviam-se esses inconvenientes pela existência dos terceiros batalhões chamados de depósito que em ocasião de guerra não acompanham os batalhões móveis, mas conservam-se de reserva com os recrutas e a cuja guarda fica confiado o arquivo do regimento. Esta organização de regimentos com três batalhões não é porém aplicável entre nós por ser o nosso Exército demasiadamente pequeno em relação à imensa extensão do território: nunca ou quase nunca se poderiam reunir em um mesmo ponto três batalhões de um regimento e seria pois ilusória a existência de tais regimentos; demais entendo que todos nossos corpos devem ser móveis. Penso pois que a guarda e escrituração dos livros mestres deve ser encarregada ou à repartição do ajudante general ou a outra repartição central que para esse fim se criar na corte ou na capital da província do Rio Grande do Sul. Para aí deveriam todos os corpos remeter mensalmente simples relações das alterações ocorridas durante o mês, como hoje se pratica para os oficiais dos corpos especiais que não se acham na corte, ou em termos ainda mais breves. Não seria esse um serviço difícil e com alguma vigilância dos quartéis-generais seria ele desempenhado com regularidade; pois principalmente no nosso continente; as marchas não soem ser tão constantes que não deixem em cada mês pelo menos alguns dias de folga em que se possa cuidar desta resumida escrituração.

O meio que indico me parece ser o único que possa garantir aos oficiais e às praças de pret a organização não interrompida de seus assentamentos, objeto que é de tanta importância para os interesses do militar – Com efeito não há somente a considerar a impossibilidade de arrastar da campanha prolongada livros mestres e arquivos incessantemente acumulados; há a prever eventualidades excepcionais que se dão na guerra: operações menos felizes podem trazer a perda da bagagem e portanto dos arquivos, e por fim conveniências do serviço têm obrigado por vezes os generais em chefe a dissolverem não só os corpos de voluntários ou provisórios, como até corpos do quadro do Exército. O ex.^{mo} sr. duque de Caxias dissolveu o batalhão 5^o e eu mesmo pratiquei ato análogo em relação ao 18^o que dissolvi virtualmente tirando-lhe as poucas praças que lhe restavam e man-

dando recolher à corte do Império o comandante com o arquivo. Se tais dissoluções se dão em momento de operações ativas e quando o corpo se acha desfalcado pelos combates é muito fácil que o arquivo se perca e neste caso desaparecem com ele as garantias do soldado: não há mais meio de saber se é voluntário ou recrutado, qual seu tempo de serviço e quais os vencimentos a que tem direito.

Para guardar e pôr em ordem os numerosos arquivos que em consequência das eventualidades da guerra se tinham acumulado na Assunção, o meu imediato antecessor o falecido marechal-de-campo Guilherme Xavier de Souza criou uma intitlada comissão arquivista. Prestou ela bons serviços até o fim da guerra, extraindo de tais arquivos muitos esclarecimentos que se tornavam preciosos; não era possível porém que essa organização de momento regularizasse um serviço tão complicado.

Para mostrar a conveniência de se centralizar em uma repartição fixa o registro das alterações ocorridas com as praças, citarei um caso muito freqüente; é aquele em que uma praça ao ter alta do hospital não podia reunir-se logo ao seu corpo por se achar este distante e tinha de ficar adida a qualquer outro por tempo às vezes prolongado. Se não a tinha acompanhado guia circunstanciada como sempre acontecia quando a baixa era resultado de ferimento recebido em combate, ficava ela privada de vencimentos enquanto não se reunia ao seu corpo, ou mesmo mais tarde se ao voltar para ele por qualquer circunstância também não trouxesse guia.

Já se vê que tais irregularidades seriam muito mais fáceis de remediar se todos os corpos remetessem periodicamente à repartição central notas relativas a todas as praças que neles se achassem servindo, quer como efetivas, quer como adidas, quer por qualquer outro título.

Não deixarei o assunto da escrituração sem mencionar que na relação dos livros estabelecidos pela ordem do dia nº 11 de 17 de abril de 1857, há duplicatas que devem ser suprimidas por trazerem aumento de trabalho sem vantagem que o compense. Assim o livro, que deve estar na secretaria do corpo, de carga e descarga do armamento, equipamento e fardamento me parece ter o mesmo objeto que

o de entradas e saídas que está a cargo do quartel-mestre. Julgo também inteiramente desnecessário que além do livro mestre do corpo cada companhia tenha seu livro mestre: tais livros mestres já se acham suprimidos no depósito de aprendizes artilheiros. Também o livro de distribuição do fardamento poderia ser substituído pela remessa periódica das competentes relações.

Embora os conselhos econômicos não tenham diretamente influído na Guerra do Paraguai, visto que em campanha não funcionavam, direi contudo, de passagem, que sou contrário a essa instituição. Além dos resultados desmoralizadores que ela pode ter para o caráter e a reputação da oficialidade, vê-se logo quanto tempo e trabalho deve absorver a escrituração dos cinco livros necessários ao andamento de tais conselhos, distraíndo-se assim os oficiais de outras ocupações mais proveitosas à disciplina e instrução dos corpos.

Infantaria

A organização desta arma não precisa ser complicada: quanto mais simples for, melhor será.

Não vejo utilidade na diferença que o decreto nº 4.572 de 12 de agosto de 1870, copiando nisto o de nº 782 de 19 de abril de 1851, estabeleceu entre o plano dos batalhões de infantaria pesada e o dos de infantaria ligeira. Durante a guerra procurava-se em geral que todos os corpos de infantaria indistintamente tivessem um efetivo de 500 praças: creio terem sido raras as ocasiões em que se tivessem de destinar duas espécies de infantaria cada uma a um gênero de serviço especial. A principal razão de diferença entre elas desapareceu, a meu ver, desde que o uso das armas de precisão a princípio reservadas para os corpos de caçadores se tornou geral em toda a infantaria.

Sou contrário aos corpos fixos ou companhias de guarnição e é de crer que em tempo de guerra tenham eles de se tornar móveis para engrossar as fileiras do exército ativo. Entretanto pela organização que lhes deu o referido decreto nº 4.572, os núcleos que os constituem são por demais pequenos para que neles se possam desenvolver a instrução militar e mesmo os hábitos de disciplina.

O principal defeito de nossa infantaria consiste, sem dúvida, na completa falta de exercícios que constituem nossos soldados ao uso de suas armas: praças que nunca se exercitaram no tiro ao alvo nem no manejo da baioneta vivem forçosamente na mais lamentável ignorância de quais sejam seus meios de ataque e de defesa. São óbvios os gravíssimos inconvenientes de tal estado de coisas: a diminuição da eficácia das armas quando chegar a ocasião de serem empregadas por indivíduos que as desconhecem, e a perda da força moral que seria inerente no conhecimento de seus efeitos.

É entretanto forçoso confessar que não só nossa infantaria, nunca que eu saiba, praticou tais exercícios como até é muito difícil que a eles se dedique enquanto for ocupada, como o está atualmente a quase totalidade dela, pelo pesadíssimo serviço de guarnições e de destacamentos. Quanto ao tiro ao alvo essencial para se poder aproveitar o alcance das armas de precisão é claro que ele é impossível para tropas aquarteladas dentro de povoações. Para o exercício da baioneta, não se dá o mesmo inconveniente e se o serviço de guarnição deixasse disponível o tempo necessário, valeria bem a pena instituir nos batalhões dessa Arma escolas de esgrima de baioneta confiadas a oficiais que tivessem adquirido a prática dessa arma na escola militar e aos quais se gratificaria como dispõem em relação aos encarregados das escolas regimentais de primeiras letras o artigo 10 do regulamento que acompanhou o decreto nº 3.083 de 28 de abril de 1863.

O quesito a que respondo, referindo-se terminantemente aos *inconvenientes notados no pessoal* dos diferentes corpos, não me é possível terminar o que diz respeito à infantaria sem tocar em um ponto que do contrário eu teria certamente omitido por me parecer que sobre ele está formada opinião unânime. Quero falar do sistema até hoje empregado para preencher o número das fileiras do Exército, sistema que, salvo exceções, só traz para ela os homens vadios ou criminosos que constituem, portanto, a escória da sociedade e são por sua ignorância, sua falta de qualidades morais e às vezes até por sua constituição física os mais impróprios para o bom desempenho dos honrosos misteres do soldado, desempenho que exige robustez, inteligência e ab-

negação nos sofrimentos e perigos. Para remediar este mal de um modo eficaz não vejo outro meio senão a adoção de um sistema de alistamento que, tenha por base o sorteio entre todos os moços que anualmente chegarem à idade de 18 anos. Não é próprio deste lugar estender-me sobre esta matéria que já foi objeto do estudo de pessoas competentes e se acha hoje afeta ao Poder Legislativo.

Os inconvenientes que ora aponte foram na verdade em parte atenuados pelo entusiasmo que se desenvolveu no país à notícia das violências praticadas por Lopez, e que unido às vantagens oferecidas aos que se alistassem, pelo decreto nº 3.371 de 7 de janeiro de 1865 atraiu naquela época para as fileiras dos corpos de voluntários pessoal melhor do que a massa dos recrutados. Que isto porém não foi suficiente todos o sabem, pois tivemos no decurso da guerra de ver o galé indultado e o liberto vicioso ou boçal misturar-se com o brioso Voluntário da Pátria de 1865, embotando-se talvez em tão pernicioso contato as qualidades naturais deste que em exército melhor constituído a disciplina militar teria pelo contrário desenvolvido e apurado.

Da impropriedade do pessoal que compunha os corpos de infantaria de linha decorreu naturalmente a dificuldade de se acharem bons oficiais, visto que o número dos saídos da escola militar era por demais insuficiente para preencher os quadros dessa arma. Pode-se mesmo dizer que durante a Guerra do Paraguai, os oficiais que tinham completado o curso da escola ou mesmo uma porção diminuta sequer dos respectivos estudos eram quase exclusivamente absorvidos pelos corpos de artilharia, pelos empregos dos quartéis-generais, e só se encontravam nas outras Armas como comandantes ou fiscais, não havendo talvez um só na fileira dos corpos de infantaria. São notórias a inteligência, a instrução, a coragem, o amor ao serviço do país que revelaram esses moços, filhos de pais honrados, dedicados à vida militar como a mais honrosa das carreiras e embebidos de sentimentos elevados que desde tenra idade beberam nos bancos da escola, de envolta com as lições de seus mestres. É evidente, porém, que tão belas qualidades não podem senão excepcionalmente encontrar-se em igual grau em praças que, ao contrário daquelas tenham por anos ombreado na

fileira como recruta arrastado para o quartel pela violência e em castigo às vezes de sua vida criminosa.

Quanto aos comandantes e oficiais de voluntários, embora muitos levados pelos mais nobres estímulos, porfiassem com os oficiais saídos da escola militar em inculcar a seus subordinados a disciplina, a instrução e o estrito cumprimento dos seus deveres, contudo não era possível que a sua boa vontade e a sua dedicação em tão pouco tempo suprissem completamente o que lhes faltava em conhecimentos profissionais e em hábitos militares.

Penso pois que, para dar a um exército a conveniente eficiência, é essencial que a generalidade dos seus oficiais tenham cursado a escola militar e assim recebido uma educação inteiramente distinta da das praças de pret, a quem eles têm de comandar. Só por exceção e em virtude de atos de bravura comprovados ou outros feitos distintos, devem ser promovidos os oficiais inferiores que se acham em serviço nos corpos. O olvido deste princípio no Exército francês e a admissão no quadro dos oficiais de sargentos sem estudos, tirados da fileira em muito maior escala que outrora, é hoje reconhecido como uma das coisas da inferioridade que esse Exército revelou na guerra com a Prússia.

Entre nós é ainda mais sensível este mal, pois nas armas de infantaria e cavalaria os oficiais que têm o respectivo curso constituem infelizmente ainda uma exceção ao contrário do que deveria ser: segundo o último almanaque do Ministério da Guerra de 21 majores de infantaria, tinham curso de sua arma apenas 8; de 175 capitães apenas 25; de 186 tenentes apenas 2 e de 289 alferes então existentes em um quadro de 406, nem um só.

Convém pois muito dar à nossa escola militar proporções suficientes para mudar este estado de coisas. Para isso não é, segundo penso, pessoal que faltaria; pois todos os anos o número dos candidatos paisanos e militares para admissão ao curso preparatório desta bela instituição é muito superior ao daqueles que as atuais dimensões do estabelecimento permitem admitir e a escolha entre eles não pode deixar de ser um pouco arbitrária, ficando assim perdidos para o serviço do Exército, uma porção de moços distintos que de outro modo abrilhantariam e fortaleceriam suas fileiras.

Talvez mesmo se poderia, no intuito de diminuir o ônus que o aumento da escola imporia aos cofres públicos, exigir dos alunos uma certa retribuição pelo ensino que hoje lhe é dado gratuitamente.

Cavalaria

O pessoal desta arma mostrou-se, quanto às praças de pret, superior ao da infantaria por ser fornecido exclusivamente pela província do Rio Grande do Sul onde as guerras de que, por anos, ela tem sido o teatro e o fato de ser a sua Guarda Nacional freqüentemente chamada a dar destacamentos para a fronteira, tem de há muito incutido em toda a população espírito guerreiro e certos hábitos militares. Os guardas nacionais ou voluntários da pátria que aí se alistaram formaram a maior parte das tropas de cavalaria que figuraram na Guerra do Paraguai.

O contingente da força de linha foi diminuto; não compreendia senão quatro corpos, cujo pessoal, na época em que comandeí o Exército, se achava muito aquém do marcado pelo respectivo plano e não passava ao todo de mil praças: nos seus oficiais notou-se o mesmo fato que aponteí ao tratar da infantaria: constituíam entre eles raras exceções os que tinham completado o curso de sua arma, quer na Escola Militar da corte, quer na hoje extinta, da província do Rio Grande do Sul.

Quanto aos oficiais tirados da Guarda Nacional mostraram sempre grande coragem, que nunca será assaz louvada, e muita aptidão para o serviço propriamente de campanha, prestando assim serviços da maior importância quer nos combates, quer nos reconhecimentos e piquetes. Não só, porém, eram eles absolutamente alheios a quaisquer noções literárias ou científicas; mas também os hábitos de muitos deles os tornavam em certos detalhes do serviço por demais refratários aos sãos preceitos da disciplina e às regras de uma boa administração militar. O resultado destes defeitos revelou-se principalmente na falta de cuidado suficiente para o tratamento e conservação dos cavalos e bestas confiados à nossa cavalaria. A rápida destruição destes animais e a necessidade de renová-los constantemente figuram,

sem dúvida, entre as causas que maiores ônus impuseram aos cofres públicos, aumentando de alguns milhares de contos a dívida nacional.

Estes males não podiam, na verdade, ser inteiramente evitados tratando-se de marchas forçadas por regiões aonde muitas vezes faltava aos animais a conveniente alimentação. A prova, porém, de que a fiscalização dos chefes, o zelo dos oficiais, o cuidado no tratamento dos animais e o estudo inteligente dos meios de conservá-los podiam em grande escala diminuir estes inconvenientes, encontra-se na muito maior duração que apresentavam as bestas entregues à artilharia, vantagem devida ao cuidado dos seus distintos chefes e briosa oficialidade, chegando-se a observar o fato de figurarem ainda na expedição final do Cerro Corá, depois de terem ido até os sertões de Capivari e regressarem ainda depois para a província do Rio Grande do Sul alguns dos mesmos animais que tinham acampado em Tuiuti quatro anos antes e não sei mesmo se tomado parte o ano anterior na longa marcha de Paissandu ao Passo da Pátria.

Creio pois que seria de grande utilidade a criação na província do Rio Grande do Sul de um depósito para a Arma de cavalaria análogo ao dos aprendizes artilheiros em que recebessem menores, porém já com o desenvolvimento próprio para tratar dos animais, e se lhes ensinasse, além das primeiras letras e dos exercícios da sua arma, os elementos da hipiátrica, formando-se assim um núcleo de onde saíssem para essa Arma oficiais inferiores, afeitos ao tratamento dos cavalos e muares, e, excepcionalmente, mesmo oficiais; eu já disse ao tratar da infantaria que entendo, como regra geral, que todas as praças destinadas a ser oficiais devem primeiramente freqüentar a escola militar.

Foi também muito sensível na Guerra do Paraguai, a falta de um corpo de transporte que tivesse a seu cargo as bestas destinadas à condução da reserva de munições, quer para infantaria, quer para artilharia e ao transporte de qualquer outro material necessário ao Exército.

Tal corpo teve de ser criado por meus antecessores e organizado com praças e oficiais da Guarda Nacional: o seu serviço apresentou, pois, os mesmos defeitos que acabo de mencionar ao falar da conservação dos animais da cavalaria, e estes inconvenientes formaram por vezes um lamentá-

vel contraste com o estado dos corpos da artilharia, sempre pronta nos últimos tempos da guerra para qualquer serviço. Creio, pois, que deve ser adicionado ao quadro do Exército um corpo desse gênero que tenha por missão, por ocasião dos preparativos para uma guerra, receber, amansar e tratar os animais necessários à condução de trem bélico e ter a guarda do respectivo material. Seus oficiais, não carecendo de outras habilitações que as da Arma de cavalaria, penso que devem pertencer a esta arma, cujo quadro deve, nesse caso, receber o correspondente aumento. O seu comando pode, em tempo de paz, ficar anexo à direção de depósito de instrução de que antes falei.

Quanto à organização dos corpos de cavalaria, propriamente ditos, a que pareceu mais conveniente e foi dada a todos os corpos provisórios organizados com praças da Guarda Nacional é a de corpos de seis companhias ou três esquadrões, dos quais um era armado com clavinas e os dois outros com lanças. Somente os regimentos de linha tinham oito companhias por ser este o plano que lhes deu o decreto n. 782 de 19 de abril de 1851. Achando-se porém, como já disse, muito reduzido o pessoal de tais corpos, ficavam assim suas companhias compostas dum número de praças por demais limitado em relação ao dos oficiais, organização antieconômica e inconveniente. A instituição dos corpos de caçadores a cavalo, criados pelo decreto nº 7.555 de 9 de dezembro de 1865 nenhuma vantagem apresentou, nem consta mesmo que nunca chegassem a se diferenciar dos regimentos da Arma na sua organização, no seu armamento ou no serviço que prestavam. Com toda a razão, pois, foram eles extintos pelo decreto nº 4.572 de 12 de agosto de 1870.

Neste decreto incluiu-se outra idéia feliz: a criação de um esquadrão de cavalaria na província do Paraná. Convém não deixar definhar este corpo, mas enviar-lhe de outras províncias o pessoal que a escassa população do Paraná não pode fornecer e aproveitar, assim, as condições favoráveis que o clima desta província oferece para a conservação e mesmo a criação dos cavalos.

Não reconheço necessidade em haver nos regimentos além do chefe do corpo, que é coronel, e do fiscal, mais um tenente-coronel. Não advogo entretanto a supressão deste posto, porque importaria isto a redução do quadro dos ofi-

ciais superiores, já bastante diminuto da cavalaria, e seria tal redução desanimadora para os oficiais dessa Arma: em tempo de guerra esses tenentes-coronéis encontrarão sempre útil emprego no comando dos corpos provisórios que se terão de organizar.

Artilharia

Ao tratar da organização desta Arma apresenta-se logo um fato que por sua importância domina qualquer outro: a insuficiência numérica da artilharia de campanha, segundo o plano vigente da organização do Exército. Quer o decreto nº 782 de 19 de abril de 1851, quer o de nº 4.572 de 12 de agosto de 1870, marcaram um único regimento de artilharia a cavalo, o qual não foi nem será nunca suficiente para satisfazer a todas as exigências do serviço em tempo de guerra.

Logo no princípio da passada, em 1865, revelou-se este fato; e a organização do 2º Corpo do Exército nas margens do Uruguai tornou necessária a criação de um segundo regimento provisório de artilharia a cavalo, o qual prestou relevantíssimos serviços até o fim da guerra, sendo então dissolvido por serem suas praças, quase na sua totalidade, de voluntários da pátria ou guardas nacionais.

Com o desenvolvimento que tiveram as operações por ocasião do cerco de Humaitá, este acréscimo dado à nossa artilharia a cavalo ainda assim mostrou-se insuficiente, e foi necessário dar a organização da artilharia montada ao quarto corpo que ainda hoje se conserva no Paraguai; neste estado não obstante ser qualificado de batalhão de artilharia a pé pelo plano vigente, e além destes corpos também os batalhões 1º e 3º tiveram durante parte da guerra de trabalhar como artilharia montada ou montanha. Vê-se pois que, à exceção dos dois batalhões que permaneceram em Mato Grosso, todos os corpos de artilharia do plano do Exército, e mais o segundo regimento provisório tiveram na Guerra do Paraguai de concorrer para a condução das necessárias bocas de fogo e de lidar com os respectivos animais.

Não é provável que outra guerra assuma as proporções que apresentou esta por ocasião do cerco de Humaitá, mas também é certo ser de primeira necessidade que o Exército Imperial possa dispor para qualquer emergência de mais de

um corpo de artilharia montada, e eu até advogaria a criação de mais dois (além do existente) os quais poderiam ter seu quartel um na corte e outro na província do Paraná, de onde o material e o pessoal seguiriam sem dificuldade por água para a província do Rio Grande do Sul no momento em que fosse preciso.

Escusado é demonstrar longamente que os atuais batalhões de artilharia a pé não podem prestar na ocasião de qualquer emergência os mesmos serviços que corpos organizados como artilharia montada.

Basta apontar que exclusivamente ocupados com o serviço das guarnições das cidades no qual alternam com a infantaria, não tem ocasião de se exercitar nem no tiro das bocas de fogo, nem no tratamento dos animais, no modo de conduzir o respectivo material e de conservar o armamento. Um corpo nestas condições, no qual oficiais e praças são totalmente ignorantes dos mencionados assumidos, se por ocasião duma guerra, se lhe confiarem bocas de fogo e mueres para marchar contra o inimigo, mostrar-se-á sem dúvida incapaz de desempenhar esse serviço, tornando-se um verdadeiro empecilho à marcha do Exército. É o que se observou nos batalhões de artilharia do primeiro período da Guerra do Paraguai e principalmente na longa marcha que levou nosso Exército às margens do Uruguai às do Paraná. Estes fatos vêm descritos com vivas cores no folheto publicado no corrente ano sobre a organização da Arma de artilharia em que vários distintos oficiais expuseram suas vistas sobre este ponto e o resultado de sua experiência.

Ao tratar dos corpos de artilharia a cavalo ou montados, devo dizer, como já mencionei em relação à cavalaria, que não vejo necessidade em terem estes corpos três oficiais superiores, quando os batalhões de artilharia a pé e de infantaria, cujo pessoal não é inferior em número, apenas têm dois.

Quanto ao número de praças que deva ter cada bateria, me parece que a prática da última guerra demonstrou ser mais conveniente o número de seis, que é aliás o estabelecido pelo plano que acompanhou o decreto nº 782.

O atual regimento de artilharia tem seis baterias: os que se criarem podem ter cada um quatro ou seis conforme parecer mais conveniente.

Concordo com o folheto que já citei em que haverá vantagens em serem os outros corpos de artilharia (chamem-se de posição como propõe, ou batalhões a pé, como hoje) aquartelados nas fortalezas de litoral: pois é aí que mais facilmente se podem adestrar no manejo dos canhões de grosso calibre a cujo serviço teriam de ser destinados em caso de guerra que se tenha de defender o litoral contra esquadras estrangeiras, quer tenham tais bocas de fogo de ser empregadas em algum sítio como aconteceu diante de Humaitá.

O exercício de tiro em tempo de paz não é de certo menos necessário aos corpos montados que aos de posição, para que conheçam o alcance e efeitos dos seus canhões. Deve pois haver uma linha de tiro nas proximidades do lugar de parada de cada um. O que estiver na corte deve se exercitar no Campo Grande enquanto não houver outra: ela porém é, por sua limitada extensão, insuficiente para as peças de grande alcance. Convém criar outra ou na restinga de Jacarepaguá ou na Fazenda Imperial de Santa Cruz.

Concordo ainda com os autores do referido folheto em que não há necessidade de distinguir de antemão em artilharia de campanha ou artilharia de montanha os diferentes corpos montados, ou criar corpos especiais de artilharia de montanha. Aqueles corpos devem poder trabalhar, quer com uma, quer com outra artilharia, recebendo a totalidade ou parte de suas baterias as peças de montanha quando circunstâncias especiais das operações o exigirem.

Essas peças, entre nós, não se diferenciam das de campanha senão em serem mais leves e de menos alcance. O seu sistema de viatura é análogo e o ajaezamento é o mesmo.

Durante a Guerra do Paraguai o arsenal de guerra da corte aprontou para as baterias de montanha reparos especiais destinados a serem puxados sem armão, tornando-se assim o material mais leve. Este sistema porém foi condenado pelos oficiais de artilharia na campanha, por não apresentar suficiente estabilidade virando-se com facilidade nos movimentos rápidos, e as peças de montanha trabalharam sempre com armão como as outras. Estas peças de montanha, de sistema Lahitte, também nunca foram levados nas costas de bestas, como o é em outros países a artilharia propriamente de montanha. A este respeito apenas, no tempo em que comandeí o Exército, fez-se um ensaio com as peças

de sistema Whitworth, calibre dez, as quais assim como os seus reparos carregavam-se sobre o lombo dos animais e descarregavam-se do mesmo modo sem grande dificuldade. Contudo, e não obstante a grande leveza destas bocas de fogo, foi julgado preferível conduzi-las nos seus reparos sendo estes puxados, e assim praticou-se na marcha das cordilheiras. Reconheceu-se, também, que mesmo as munições eram melhor acondicionadas e mais comodamente conduzidas nos armões e carros manchegos do que nas costas dos muares, porquanto neste último caso os animais mostraram-se mais difíceis de conter e mais sujeitos a se assustarem, introduzindo assim a desordem nas fileiras. Conclui-se, pois, que a condução da artilharia e material em costas de bestas não é conveniente senão quando as tropas tenham de galgar serranias inteiramente inacessíveis à viatura como vi praticar por frações do Exército espanhol na África. Tais alturas porém, não se encontram nas províncias fronteiras do Brasil nem nas regiões limítrofes que mais possibilidade oferecem de virem a ser teatro de guerra para nosso Exército.

Os corpos de artilharia de campanha também não devem ser divididos quanto à sua organização em corpos a cavalo e corpos montados. Estes receberam os necessários cavalos quando o exigir a necessidade de operarem com a cavalaria ou outra qualquer circunstância; em tempo de paz, porém por motivos de economia, que são óbvios, não devem ter senão os cavalos para oficiais, inferiores e clarins, à exceção talvez do Rio Grande do Sul que convém estar sempre pronto para operar.

Quanto aos foguetes entendo que devem-se exercitar no seu manejo certas baterias dos corpos de posição, duas por exemplo. Creio não ter ainda negado a vantagem que este gênero de projéteis apresenta em certas ocasiões contra a cavalaria a que se reúne a grande facilidade de transporte.

Convém pois que uma bateria de foguetes, pelo menos, acompanhe o Exército; e me parece entretanto que não deverá ela ser entregue aos corpos montados, visto que assim serão estes desfalcados, distraíndo-se do serviço que lhes é próprio parte do seu pessoal.

Depois de ter tratado da Arma de artilharia releva mencionar o batalhão de engenheiros que parecia dever ser uma

dependência dela à vista do que dispôs o art. 12 do decreto nº 3.526 de 18 de novembro de 1865 e o que se acha mencionado no art. 1º (§ 6º n. 5) das instruções de 1º de dezembro do mesmo ano. Entretanto, a disposição do referido artigo 12 tem ficado até hoje letra morta por não ter sido talvez bastante explícita, e o batalhão de engenheiros continua a não ter oficiais efetivos, tirando-se seus oficiais, por comissão, de quaisquer outros corpos com graves inconvenientes para estes. Ao tratar do corpo de engenheiros, já disse que nenhuma conveniência vejo nesta anomalia: entendo que os subalternos ou pelo menos os 2ºs tenentes deste batalhão devem pertencer à Arma de artilharia mas não aos outros corpos desta arma, e sim serem efetivos no batalhão ampliando-se pois para isso o quadro da arma.

A força do batalhão de engenheiros tal qual a estabeleceu o decreto nº 1.535 de 23 de janeiro de 1855 e subsiste no plano vigente, mostrou-se insuficiente para as necessidades da campanha. Não só tornou-se preciso atear no 2º Corpo de Exército um segundo batalhão provisório com atribuições análogas e a denominação de pontoneiros, como no próprio batalhão de engenheiros, organizar em 1867 mais duas companhias; e ainda assim, não obstante ter grande número de praças adidas de diferentes corpos não podia o batalhão vencer os muitos trabalhos da sua especialidade, nos quais se incluíam, além dos de fortificação, os de melhoramento dos caminhos, estabelecimento de pontes, passagem de rios e construção de linhas telegráficas. Parece pois de necessidade, ampliar-se o plano desse tipo, elevando-o a 8 companhias, número que têm todos os outros batalhões do Exército.

Talvez assim pudesse pelo menos parte do seu pessoal exercitar-se em tempo de paz na construção de pontes e outros trabalhos de sua especialidade, enquanto agora está totalmente absorvido pelo serviço da escola militar.

Ao falar dos corpos arregimentados em geral já mencionei a inconveniência de serem os corpos desfalcados de parte de seus oficiais e praças por estarem estas empregadas fora do corpo. Nos corpos de artilharia, principalmente no que se acha aquartelado nesta corte, torna-se este inconveniente ainda mais sensível pelo menos em tempo de paz, por

pertencer-lhes e figurar nos seus quadros a maior parte dos alunos da escola militar, quer do curso preparatório, quer do curso superior. No mês próximo passado figuraram no mapa do 1º batalhão de artilharia não menos de 109 praças como estudando na escola militar, lá se vê que este fato falseia inteiramente a organização do corpo. Em todos os outros países de que tenho notícia os alunos das escolas militares constituem um corpo separado e estão desligados de qualquer outro. Não sei por que não havia de ser assim entre nós, tanto mais quanto esse corpo virtualmente já existe na escola militar, tendo suas companhias com os respectivos comandantes. Basta pois dar-lhe o nome e mandar que tenha seu livro mestre.

Se qualquer dificuldade, que não descubro, a isto se opuser, entendo pelo menos que os alunos deveriam ser considerados como pertencendo ao batalhão de engenheiros que tem seu quartel na mesma escola e ao qual, se não me engano, já estão adidos. O costume de estarem praças adidas a um corpo e efetivas em outros nos quais não prestam serviço, só traz complicação e duplo trabalho na escrituração.

(a) *Gaston de Orleans.*

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1872.

2º Quesito

Quais os defeitos notados no armamento e equipamento das praças de pret?

O principal defeito de que se ressentiu durante a Guerra do Paraguai esse ramo do serviço foi, sem dúvida, a falta de armamento de carregar pela culatra, que por sua muito maior celeridade do tiro apresenta incontestável superioridade sobre o de carregar pela boca.

A cavalaria foi a única Arma que chegou a se utilizar desse melhoramento; pois no último período da guerra todos os esquadrões de clavineiros chegaram a ser armados de clavinas Spencer do sistema repetidor, as quais além de conterem no receptáculo da coronha sete cartuchos que se atiravam sucessivamente, sem necessidade de se carregar novamente a arma, podiam também funcionar como qualquer outra arma de carregar pela culatra, carregando-se os cartuchos um por um e ficando entretanto em reserva os sete do receptáculo ou depósito da coronha. Essas armas prestaram excelentes serviços nas mãos dos nossos soldados de cavalaria que nenhuma dificuldade encontraram no seu manejo. Entretanto, o aparelho de repetição que tornava estas armas excelentes para a cavalaria não tem a mesma vantagem na infantaria em que seu emprego seria até bastante incômodo em razão das maiores dimensões da espingarda ou carabina. Nesta Arma, pois, foram experimentados dois outros sistemas a saber: as espingardas de agulha prussianas que, se estou bem informado, tinham vindo para o Brasil em 1851, e as de sistema Roberts vindas dos Estados Unidos em 1867 ou 1868. As armas porém desses dois sistemas que foram enviadas para o nosso Exército no Paraguai, em época aliás anterior ao meu comando, foram aí reconhecidas por inservíveis em razão sem dúvida de sua má fabricação. Quando comandeí o Exército nomeei uma comissão para novamente examinar algumas centenas de armas Roberts

que encontrei nos depósitos da Assunção; o parecer porém que enunciou esta comissão depois de algumas experiências confirmou a opinião anteriormente formada da má qualidade e nenhuma solidez de tais armas e nunca mais farão elas empregadas.

É forçoso pois dotar a nossa infantaria de outras armas de carregar pela culatra visto que um Exército que só dispusesse de armamento de carregar pela boca como o nosso a Minié se encontraria, em relação ao seu adversário provido de armas de tiro rápido, em condições de notável inferioridade não só quanto à força moral inerente à posse do armamento mais perfeito, mas mesmo quanto à eficiência para a resistência ou o ataque. Só em certos casos especiais como o serviço de guerrilhas ou para o tiro de caçadores isolados pode, a meu ver, o armamento de carregar pela boca prestar os mesmos serviços que o dos novos sistemas.

Não vem ao caso elucidar aqui qual dos numerosos sistemas conhecidos é o mais vantajoso, direi apenas que julgo o cartuchame metálico, por sua mais fácil conservação, muito preferível a qualquer outro e que também prefiro os modelos de *block* descendentes como o bomblain, aos de ferrolho ou corrame entre os quais se compreendeu o prussiano, o de Chassepot e o de Berdan. Mesmo quando provido de cartuchame metálico, este gênero de construção apresenta os seguintes inconvenientes: maior superfície exposta à oxidação, fraqueza da mola em espiral e da agulha ou do percutor e por fim, facilidade de dar lugar a acidentes se o soldado não tiver, ao carregar a arma, muito cuidado em empurrar com o dedo o cartucho até dentro da câmara: se se quiser fechar o ferrolho antes de ter tomado esta precaução, dar-se-ia prematuramente o contato entre o percutor ou a agulha e o cartucho e resultará a inflamação deste antes de fechado o aparelho, com grave perigo para o atirador. Este fato é, ao contrário, impossível de se dar nos modelos de *block descendente*.

Entretanto, se por qualquer circunstância não for possível obtermos outro armamento de carregar pela culatra, que não o de ferrolho, adquira-se mesmo este, contanto que seja de construção sólida; pois o pior seria termos de nos encontrar, unicamente armados de espingardas de carregar pela boca, com um inimigo que as possuísse de tiro rápido.

Embora a patrona, segundo a tecnologia militar, não faça propriamente parte do equipamento, vem ao caso falar dela porque tem forçosamente de sofrer alteração para se adotar ao cartuchame do novo armamento que se adotar. A nossa atual patrona só pode conter sessenta cartuchos a Minié. Na Guerra do Paraguai foi esse número reconhecido insuficiente e os soldados foram providos de bolsas de couro cru que continham mais quarenta cartuchos e eram levadas a tiracolo, na frente. Como com o novo armamento o consumo de munição nunca pode ser melhor que com o antigo tornar-se necessária a adoção de alguma providencia análoga à que acabo de mencionar, visto que qualquer que seja a forma dada à patrona, não poderá ela provavelmente conter os cem cartuchos sem tomar dimensões excessivas e por demais incômodas.

Para melhor se resolver este problema me pareceria útil mandar vir da Alemanha e da França modelos das patronas aí adotadas.

Entretanto, este assunto está sendo estudado pela comissão dos melhoramentos que já mandou aprontar modelos para isso.

A adoção do armamento de carregar pela culatra torna sem serventia a mal denominada cartucheira que hoje é levada na frente do cinturão e é destinada a conter as cápsulas fulminantes. Dando-se-lhe dimensões um pouco maiores que as atuais, poderia ela conter alguns cartuchos.

Depois da patrona ocorre falar das outras partes do correame: julgo a este respeito a cor preta muito preferível à branca por sua mais fácil limpeza e conservação.

Quanto ao equipamento me ocorre dizer.

Prefiro as mochilas com caixilho às que não o tem porque estas imediatamente se deformam. Este objeto qualquer forma que se lhe dê é sempre pesado e incômodo ao soldado, o que tem dado lugar a ser geralmente em ocasião de combate lançado ao chão e assim irremediavelmente perdido com todo o seu conteúdo. Entretanto não vejo meio de obter este mal a não ser quando o general preveja de antemão a probabilidade do combate: então ou por ocasião de se empreenderem expedições rápidas de pouca duração,

devem mandar que as mochilas fiquem depositadas em lugar seguro, havendo-o.

Quanto a suprimir inteiramente a mochila, não o acho praticável porque o bernal nunca poderá conter as mudas de roupa e outros objetos que são de necessidade para o bem-estar do soldado.

Para melhorar o nosso equipamento lembro o mesmo meio que ao tratar da patrona. Mandarem-se vir modelos do equipamento mais perfeito adotado nas principais nações militares da Europa. Talvez assim venhamos a conhecer algum melhoramento que possa ser aplicado entre nós e trazer maior comodidade ao soldado em campanha. Os males que ele sofre, por exemplo com a impossibilidade de proteger contra a umidade o conteúdo da sua mochila e do seu bernal, são evidentes.

Mas não conheço meio de os evitar.

Julgo entretanto útil que o bernal seja dividido em dois ou mais compartimentos para que pelo menos possam ficar separados os diferentes alimentos e estes dos outros objetos.

Os cantis de madeira foram julgados preferíveis aos de folha por conservarem a água mais fresca e serem também de maiores dimensões. Creio porém que não devem ser pintados e ainda menos de verde como o são, por ser isso muito insalubre.

A marmitta usada entre nós não contém, além do seu fundo, senão dois pratos; um dos quais é formado pela tampa. No arsenal de guerra existe um modelo que já foi assunto de estudo da Comissão de Melhoramentos em época em que eu não exercia a respectiva presidência, e que, sem ter dimensões muito maiores compreende não só as três referidas peças como mais um copo e uma chaleira com sua tampa, que é sem dúvida vantajoso para o soldado; pois lhe permite preparar separadamente por um lado o café ou outras bebidas e por outro os alimentos gordurosos.

(a) *Gaston de Orleans.*

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1872.

3º Quesito

Convém criar, e por que modo um commissariado para os fornecimentos de forças em operações?

De todos os quesitos do aviso a que respondo é este sem dúvida o de mais difícil solução. Não tenho a pretensão de elucidar convenientemente tal problema que, se por um lado é da maior importância, visto que diz respeito ao fornecimento dos gêneros alimentícios e bem assim dos animais de transporte para os exercícios em operações, elementos sem dúvida dos mais essenciais para o bom êxito de quaisquer operações bélicas, por outro é também dos mais intrincados e obscuros por referir-se a matéria que me parece ter sido até hoje pouco aprofundada entre nós.

Enunciarei pois apenas as idéias que me sugeriu um muito breve estudo de assunto tão grave.

Em toda a legislação do Exército que consultei nas compilações existentes não encontrei uma só disposição relativa a commissariados ou a assuntos conexos como este. Apenas no regulamento para as repartições dos deputados do ajudante general e quartel-mestre-general dos corpos de exército de operações que baixou com o decreto nº 2.038 de 25 de novembro de 1857 (e que parece ter sido uma reforma de outro aprovado pelo decreto nº 762 de 22 de fevereiro de 1851), menciona-se no art. 9º §§ 5º e 6º que são deveres do deputado do quartel-mestre-general: “Fiscalizar a recepção, distribuição, conservação e consumo do armamento, fardamento e equipamento, cavallhada, munições de guerra e de boca.” e bem assim “fiscalizar as repartições do commissariado e pagadoria anexas ao corpo de Exército e toda a sua escrituração.”

Estas disposições pressupõem pois, que debaixo do quartel-mestre-general existe com a denominação de commissariado ou outra, uma repartição incumbida da aquisição

dos animais e gêneros acima mencionados. Desta repartição porém, nenhum vestígio se encontra na legislação militar. Ouvi dizer vagamente que na guerra que levou nosso Exército a Montevideu e Buenos Aires em 1851 e 1852, funcionou ela e não deu resultados satisfatórios. Ignoro porém que inconvenientes ela apresentou, visto que foi essa guerra uma das mais rápidas e felizes que possam dar. Quanto ao modo que funcionaram nessa campanha e os detalhes de nossa administração militar, estou inteiramente às escuras. Nem tenho à mão os relatórios organizados nessa época pelo Ministério da Guerra, e a única narração de que eu tenho notícia é a publicada por Ladislau dos Santos Titara com o título de “Memórias do Grande Exército Libertador”. Nela porém nada se encontra sobre o comissariado e unicamente se menciona a nomeação interina de um comissário geral cujas atribuições não são indicadas. Entretanto, para cabal esclarecimento da matéria vertente, seria de grande utilidade o conhecimento do modo porque procederam os nossos generais naquelas circunstâncias que foram muito diversas das da Guerra do Paraguai.

Penso com efeito que não é possível indicar bases invariáveis e adotar quanto à maneira pela qual tem de ser fornecidos os nossos exércitos em campanha; me parece que as conveniências variaram a este respeito segundo a natureza e circunstâncias da guerra que se tiver de levar a cabo.

Se o teatro das operações for deserto ou pouco produtivo; se os seus moradores ou os das regiões vizinhas nos forem hostis, os gêneros terão sempre de ser trazidos de longe e naturalmente por meio de contratos convenientemente organizados. Se, ao contrário, as circunstâncias forem outras, convirá provavelmente ir adquirindo os gêneros à medida que se tornarem necessárias e nas próprias localidades do teatro das operações.

Como quer que seja porém, que se tenha de proceder daquele modo, quer deste será sempre muito essencial que tais objetos sejam reunidos em tempo e em proporções conveniente para as necessidades do Exército que tiver de operar, e sendo tudo quanto diz respeito a tais fornecimentos de importância primordial para o êxito das operações, é intuitiva a conveniência e até mesmo a necessidade de que a repartição incumbida de providenciar sobre eles seja orga-



Cadeira usada pelo conde d'Eu quando presidia no Ministério da Guerra às reuniões da *Comissão de Melhoramentos do Exército*, cargo para o qual foi nomeado em 19 de novembro de 1865

nizada de modo mais conveniente que tenha atribuições precisas e deveres claramente definidos. É justamente o que não se dá entre nós.

Na Guerra do Paraguai, pelo menos de certa época em diante, ficou esse importante serviço confiado à intendência, repartição criada por umas instruções que foram assinadas pelo Ministério da Guerra em 20 de outubro de 1866 e remetidas para o Exército, que não se encontraram porém na legislação militar sem dúvida por terem tido caráter transitório. Parece-me incontestável que foi de grande utilidade a medida contida em tais instruções em virtude das quais a intendência, de conformidade com as ordens do general em chefe, não só celebrava contratos com fornecedores como procedia a quaisquer outras compras que se tornavam precisas; nem concebo mesmo como podia funcionar anteriormente o serviço de fornecimento do Exército sem uma repartição que dele fosse incumbida que se chame comissariado ou intendência.

Parece-me, porém, que aquelas instruções não foram suficientemente explícitas ao regular as atribuições da intendência e foram omissas na parte em que deviam estabelecer as relações das repartições de Fazenda com a do quartel-mestre-general e discriminar os deveres de cada um.

Seria pois de intuitiva utilidade a existência de um regulamento que desenvolvesse aquelas instruções e tornasse claros os deveres de cada repartição, estabelecendo a esse respeito princípios genéricos atendendo aos diversos casos que se podem apresentar de compras a efetuar diretamente e de contratos a celebrar, quer para fornecimento de longa duração, quer para aquisição repentina de objetos que se tornem necessários.

Sei que ao general em chefe compete dar para tudo isso as ordens convenientes e distribuir a cada uma das repartições que lhe estão subordinadas as obrigações que lhe incumbam. Não se pode, porém, negar que sua tarefa, já tão pesada, se achará facilitada se seus subordinados a conhecerem de antemão e encontrarem especificado em um regulamento natureza dos serviços a que cada um deva consagrar e cujo bom desempenho afete sua responsabilidade.

Julgo por isso muito conveniente a organização de tal regulamento que desenvolva, discrimine e harmonize as

obrigações que devam ter a cargo em um exército de operações a repartição do quartel-mestre-general e as diversas repartições de Fazenda tais como pagadoria, repartição fiscal, intendência, comissariado, ou outras que por ventura careça útil criar. É o que fez para as repartições do ajudante e quartel-mestre-general o já citado decreto nº 2.038, de 25 de novembro de 1857; embora não sejam hoje exequíveis todas as suas disposições, não há dúvida que especifica convenientemente certas obrigações dos referidos cargos e que na prática encontram-se utilidade em consultá-lo.

É coisa análoga que convém fazer quanto às repartições de Fazenda, e pode ser isso feito hoje em dia por uma comissão de pessoas competentes, aproveitando-se a experiência do que se praticou na Guerra do Paraguai.

Eis tudo quanto a meu ver se pode fazer de antemão para a criação propriamente dita de um comissariado. Quanto à natureza dos contratos a celebrar pelo referido comissariado ou intendência, as ocasiões em que deverão eles ser celebrados, a quantidade maior ou menor de gêneros ou de animais com que o Exército deva se prevenir, a criação de depósitos nos lugares convenientes, são coisas que dependem da natureza do teatro das operações e só podem ser reguladas pelo governo no momento da guerra ou nas suas proximidades, quando se conhecer ser ela já inevitável. Direi apenas aqui que não se parece em geral o mais conveniente o sistema de confiar o fornecimento de todo o Exército a uma só firma comercial por contrato de longa duração. Essa firma, livre da concorrência, adquire por esse fato uma importância exagerada de que pode fazer uso de modo prejudicial às operações.

Se houve ocasião em que pudesse parecer vantajoso semelhante sistema foi sem dúvida a Guerra do Paraguai; pois por um lado o país que se invadia, não oferecendo por assim dizer recurso de nenhum gênero, tornavam-se de necessidade os contratos de longa duração, por outro tínhamos na retaguarda a poderosa praça de Buenos Aires, cujas firmas comerciais, cada vez mais enriquecidas pela guerra, dispunham de grandes meios para poder satisfazer as necessidades do Exército e substituir quase inteiramente a administração militar; finalmente os transportes, pelo menos até o ano de 1869 eram feitos quase unicamente por água, ser-

viço para o qual os particulares não se acham menos habilitados que as repartições do Exército.

Inclino-me, entretanto, a crer que, mesmo nestas condições favoráveis, não foi vantajosa ao Exército a concentração nas mãos de um só particular de todo o serviço do fornecimento.

Quando em 1869, a natureza das operações se achou mudada em consequência da retirada do inimigo para o interior do país, os fornecedores nem sempre dispuseram dos convenientes meios de transporte terrestre para acompanhar as marchas do Exército; por vezes foi preciso recorrer aos animais do Estado para mandar buscar os gêneros que se tornavam necessários ao sustento das forças em operações em diferentes pontos.

Já se vê que este serviço ter-se-ia feito de modo muito mais vantajoso se, durante os primeiros anos da guerra, nossa administração tivesse adquirido a esse respeito a conveniente prática, e o corpo de transporte tivesse sido organizado de modo a atender a essas necessidades; coisa análoga se deu em relação ao fornecimento de gado. Depois que o Exército em setembro e outubro de 1869 sentiu falta deste alimento de primeira necessidade, deliberei-me a mandá-lo comprar a diversos comerciantes, independentemente de contrato existente com fornecedores, e tirei grande proveito desta providência; que não só proporcionou a nossos soldados gado mais gordo que aquele ordinariamente entregue pelos fornecedores como, assegurando-nos uma reserva deste artigo, facilitou grandemente as operações que trouxeram o aniquilamento das últimas forças inimigas.

Há porém ainda outras hipóteses a considerar.

Se o teatro da guerra for outro que o Paraguai, se a base das operações for por exemplo a província do Rio Grande do Sul ou a campanha do Estado Oriental, qual será aí a casa comercial bastante poderosa para tomar a si o fornecimento de todo o exército nos seus diferentes ramos? Não será mais conveniente que a administração militar por si mesma se entenda para a aquisição do gado, principal gênero de subsistência e dos animais de transporte, com os diferentes proprietários ou negociantes do teatro das operações? E quanto aos outros gêneros, a farinha, o sal, o café, o açúcar, o fumo, cuja procedência será sempre o Rio de Janeiro, não convirá mais que o seu fornecimento seja

contratado com firmas comerciais da corte do Império, do que deixar cair os respectivos lucros nas mãos de intermediários pertencentes às praças do sul?

Fornecem exemplo instrutivo os fatos que se deram no princípio da Guerra do Paraguai, em 1865. De todas as partes reuniam-se as forças destinadas à invasão do território inimigo. O exército principal marchava do Estado Oriental por Entre Rios e Corriente em direção ao Paraguai e outro organizava-se na província do Rio Grande do Sul com contingente às pressas armado e reunido. Para sustentar toda essa gente não havia, ao que parece, outro sistema que o de contratos celebrados com fornecedores e, entretanto, nem por isso deixavam de ser imensa a dificuldade e confusão que dele nasciam. Pode-se apreciar o estado de coisas que então reinava, percorrendo os volumosos anexos que acompanham o relatório do Ministério da Guerra de 1866. Principalmente na província do Rio Grande do Sul parece ter havido um verdadeiro caos. Celebrava contratos o ministro da Guerra que aí se achava nessa ocasião; celebrava-os o general em chefe barão de Porto Alegre, celebrava-os a presidência da província de Porto Alegre, celebravam-nos até comandantes de divisões provisórias como o barão de Jacuí e o brigadeiro Portinho; e com tudo isso não cessavam as ânsias do ministro, o qual não via assegurado o fornecimento das forças, ânsias que se revelam na sua correspondência oficial publicada entre os ditos anexos.

Não duvido que esses inconvenientes fossem em parte conseqüência forçosa da urgência das circunstâncias e da necessidade repentina de reunir a todo custo um exército em presença da invasão paraguaia.

Persuado-me, não obstante, que aquele importante serviço se teria realizado com mais regularidade e eficácia se tivesse estado centralizado junto do general em chefe e entregue sob as vistas deste a uma repartição convenientemente organizada, que fosse por ele responsável e destacasse os necessários empregados para as diversas divisões ou colunas isoladas.

No exército, que naquela mesma época atravessava o território argentino os inconvenientes não foram tão salientes porque havia mais unidade no comando e não se achavam tão disseminadas as forças. Entretanto aí também apare-

ceram dificuldades: é notável a este respeito, entre outros, o ofício publicado entre os referidos anexos, dirigido ao ministro da Guerra em 13 de dezembro de 1865 pelo general em chefe Manoel Luiz Osório, o qual termina lembrando a criação de uma comissão de inteira confiança do governo; exclusão do general em chefe para promover e regular o fornecimento do Exército. Não concordo com a exclusão do general, pois este deve necessariamente ser sempre a primeira autoridade em todos os ramos da administração do Exército e o primeiro responsável por eles. Porém, salvo esta restrição, o que havia de ser essa comissão lembrada pelo general Osório, para promover e regular o fornecimento senão uma espécie de comissariado? Essa lembrança revela que a repartição fiscal anexa ao comando do Exército era, quer por sua organização, quer por suas atribuições menos bem definidas, insuficientes a esse serviço; e tanto o que era um ano mais tarde foi ela completada com a criação da intendência a qual ainda assim não tinha a meu ver a organização mais própria para acudir a todas as necessidades das operações.

Para atender, pois, a todas as hipóteses desse importante serviço é que se torna necessária a criação de repartições convenientemente organizadas e que compreendam por um lado, empregados de Fazenda escrupulosos na verificação das contas e conhecedores das regras estabelecidas para a escrituração e contabilidade, e por outro lado, oficiais igualmente honrados, mas que tenham servido na cavalaria, estejam acostumados a lidar com animais, e possam proceder a escolha e ao exame do gado vacum, cavalari e muar a receber, e velar sobre sua conservação. Esses oficiais podem ser encontrados: conheci alguns que durante a campanha, postos à disposição da intendência, foram de grande proveito ao serviço desta repartição.

Não tive motivo para me queixar dos empregados de Fazenda que serviram sob minhas ordens no Exército em operações: antes notei neles bastante escrupulo, inteligência e pontualidade no desempenho dos deveres a seu cargo. Se depois do fim da guerra se encontraram dificuldades para ajustar as contas com os fornecedores, não foi isso devido àqueles empregados, mas sim ao sistema seguido e também à ignorância e desleixo dos quartéis-mestres dos corpos que

não discriminavam os lugares em que se tinham verificado os fornecimentos, englobando em um só documento rações recebidas em diferentes pontos e datando os vales sem outra designação que “Acampamento de marcha”.

Entretanto, é para mim óbvio que haveria mais probabilidade de se encontrar sempre à mão para aquele serviço pessoal habilitado e zeloso se os empregados das repartições militares de Fazenda constituíssem um só corpo com vantagens asseguradas e regras definidas para o acesso, como acontece na maior parte dos exércitos europeus, e mesmo entre nós, na armada.

A esse corpo, cuja organização se pode tomar por tipo o atual corpo de Fazenda da Armada, pertenceria preencher os lugares da repartição fiscal anexa à Secretaria da Guerra e bem assim das repartições às quais se incumbisse a aquisição das matérias-primas e mais objetos necessários aos arsenais de guerra. Até conviria a meu ver, que lhe pertencessem os contratos para fornecimento do rancho dos corpos do Exército, extinguindo-se por essa forma os atuais conselhos econômicos. Ao responder ao 1º quesito do aviso de 16 de maio já tive ocasião de enunciar minha opinião contrária à existência de tais conselhos, que reputo bastante prejudiciais à instrução e disciplina dos corpos; acresce que em campanha cessam eles incontinentemente de funcionar. A eles, pois, têm aplicação o seguinte conceito que ultimamente li algures “instituições que não funcionam senão em tempo de paz, não são instituições militares, mas superfluidades que cumpre suprimir”.

O corpo do qual falo, bem ao contrário, seria igualmente útil em tempo de paz e de guerra. Habitado a lidar com os fornecedores, a organizar contratos e a fazer compras para as necessidades dos corpos do Exército e dos arsenais, ao declarar-se a guerra iria exercer no teatro das operações essas mesmas funções para as quais se acharia completamente preparado pela sua prática e pela instrução especial da qual se deveriam exigir provas como condição para admissão nessa nova carreira.

Como já disse, convêm na organização desse corpo atender a que uma parte pelo menos de seus membros tenham a prática do serviço de cavalaria e da vida de campanha. Na Guerra do Paraguai tornava-se constantemente neces-

sária a intervenção de oficiais de cavalaria na compra dos cavalos e muares. Já se vê que esse serviço, muito lucraria em regularidade e economia se pudesse ser exclusivamente confiado às repartições de Fazenda, sendo estas convenientemente compostas para isso.

Concluo, e vou procurar resumir em breves frases a minha opinião a respeito do quesito a que respondo, que é o seguinte:

1º. Se por criação de um comissariado entende-se a adoção de um sistema de fornecimento que exclua todo e qualquer contrato de longa duração, respondo negativamente: em muitos casos, talvez na maioria, digo, na maior parte dos casos serão conveniente os contratos para o fornecimento da etapa.

2º. Convém evitar a celebração de contratos que entreguem a uma única firma comercial o fornecimento de todo o Exército.

3º. Se por criação de um comissariado entende-se a organização de uma repartição habilitada para regular o fornecimento das forças em operações, quer por meio de contratos, quer por meio de compras diretas e isoladas conforme as circunstâncias o aconselharem, respondo afirmativamente: considero uma necessidade a existência duma tal repartição que possa ter a direção de todas as compras quer de víveres, quer de meios de mobilidade, quer de outros objetos necessários ao Exército; e que funcionando sempre sob as vistas e as ordens do general em chefe, possa aliviá-lo da direção desses serviços e assim auxiliá-lo em todas as hipóteses que apresentam as operações de guerra.

4º. Embora a intendência que encontrei estabelecida no exército em operações no Paraguai tivesse até certo ponto as atribuições ora mencionadas, e embora os empregados dessa repartição e das outras repartições de Fazenda me merecessem sempre a maior confiança, contudo não me pareceu a mais conveniente sua organização nem bastante definidas suas obrigações.

5º Notei principalmente haver lacuna no que diz respeito às relações destas repartições com a do deputado do quartel-mestre-general, ignorando-se onde começava a competência de cada uma. Julgo, pois, conveniente a organização de um regulamento que defina os deveres de todas as repar-

tições de Fazenda e de material um exército em operações, o igual deve ser feito por uma comissão de pessoas que tenham a prática do serviço da última campanha, aproveitando-se no que tiverem de exigível, as disposições dos decretos nº 768, de 22 de fevereiro de 1851 e nº 2.038, de 25 de novembro de 1857 e das instruções expedidas pelo ministro da Guerra para a caixa militar e repartição fiscal das forças de Mato Grosso em 3 e 19 de abril de 1865, para a pagadoria no Rio da Prata em 3 de maio do mesmo ano, e finalmente para a intendência e repartições anexas em 20 de outubro de 1866.

6º. Julgo muito conveniente a criação de um corpo de Fazenda militar análogo ao que existe na armada.

Tais são, pois, a meu ver, os primeiros passos a dar para a organização conveniente do fornecimento dos exércitos em operações e as únicas providências que nesse sentido se possam tomar em tempo de paz.

O mais, isto é, o modo de reunir e assegurar o exercício, os meios necessários para o bom êxito das operações só pode ser determinado quando a guerra for iminente e conhecido o seu teatro provável, deve ser resolvido para cada ocasião pelo critério do governo ou do comando-em-chefe do Exército e da repartição de Fazenda que lhe deve ser anexa.

4º Quesito

As instruções que regulam manobras e evoluções militares das três Armas devem ser alteradas?

Para se responder cabalmente a este quesito seria preciso analisar um por um, todos os detalhes das disposições compreendidas nas referidas instruções e mesmo ensaiá-las praticamente por meio de exercícios.

Somente assim se pode reconhecer que defeitos elas apresentam na prática.

Seria, porém, esse um trabalho minucioso e forçosamente demorado, do qual parece pois que não deve ficar dependente a resposta ao presente quesito. Sendo assim a especialidade desta matéria obriga-me a ser a respeito dela muito breve.

Infantaria: para esta Arma vigora a disposição do decreto nº 2.978 de 2 de outubro de 1862, que mandou adotar no nosso Exército os regulamentos e ordenanças então seguidos no Exército português e publicados em 1862.

Quanto a mim, persuado-me que estas instruções são mais complicadas e, portanto, menos boas que as adotadas no Exército francês e espanhol, e mesmo que as de que usavam durante a Guerra do Paraguai os nossos aliados, os argentinos.

Entretanto, é certo que um sistema de instruções para exercícios militares ao qual um exército esteja habituado desde longa data, não pode nem deve ser mudado de chofre. Se tal se pretendesse fazer, os oficiais e praças encontrariam imensa dificuldade em adquirir a prática do novo sistema que se quisesse introduzir e o resultado seria haver pelo menos por algum tempo, grande irregularidade nos exercícios e ainda menos perfeição do que hoje nas manobras das nossas tropas.

O único meio prático de se poderem introduzir aperfeiçoamentos em semelhantes regulamentos é cotejá-los artigo por artigo com os adotados em outros exércitos para conhecer quais as modificações que poderiam ser aceitas com vantagem; isso só pode ser feito por uma comissão de homens competentes que para isso se reúna muitas vezes presidindo aos necessários ensaios; e é conveniente que nela entrem oficiais pertencentes ao maior número possível dos corpos da Arma para que, no caso de se chegar a adotar o novo regulamento assim organizado, regressando eles a seus corpos possam com facilidade introduzir neles a prática das novas instruções, de cujos detalhes e espírito serão perfeitamente conhecedores, visto terem concorrido para sua organização.

Entretanto, a respeito das instruções portuguesas hoje vigentes entre nós, há ainda a fazer as duas observações seguintes:

Na ordem do dia da repartição do ajudante general nº 332, de 14 de outubro de 1862 que publicou o já citado decreto nº 2.978, de 2 do mesmo mês e ano, logo abaixo do mesmo decreto, vem a declaração que os toques de corneta e clarim nos corpos das três Armas devem continuar a ser os mesmos até então seguidos. Parece, à vista disso que não estão adotados entre nós os toques consignados nas referidas ordenanças portuguesas e que, portanto, não existe impresso nenhum regulamento especificando os toques que o nosso Exército deva seguir, o que é sem duvida muito inconveniente.

A outra observação é que se segue:

A ordem do dia da repartição do ajudante general nº 537, de 30 de janeiro de 1867 mandou pôr em execução nos corpos de infantaria e depósitos de instrução certas modificações feitas nas instruções da Arma de infantaria por deliberação do ex.^{mo} sr. marechal de Exército marquês de Caxias, então comandante-em-chefe de todas as forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguai.

A fiel execução da referida ordem do dia foi ainda recomendada pela de nº 735, de 5 de outubro de 1870; e pois em virtude disso as ordenanças portuguesas que existem publicadas e distribuídas nos corpos do nosso Exército já não são seguidas em sua íntegra.

Vê-se logo quão conveniente seria para a facilidade do estudo e instrução dos corpos que fossem elas reimpressas já com as modificações que foram julgadas convenientes entre nós e bem assim com os toques próprios do nosso Exército.

Por ocasião de se determinar essa reimpressão, será conveniente que uma comissão competente declare quais as vantagens das modificações acima referidas ou de outras que porventura convenha introduzir.

A adoção das armas de carregar pela culatra tornará evidentemente indispensável completa alteração na parte das instruções relativas ao manejo da arma e exercícios de fogo.

Esta seção porém, da ordenança não tem a meu ver relação forçosa com as outras e pois sua alteração não há de influir no sistema geral das instruções para as manobras que se pode portanto, desde já, tratar de reimprimir convenientemente.

Quanto a essa instrução especial para o manejo das novas armas a adotar em nosso Exército, consta-me que o comandante do 1º batalhão de infantaria e alguns dos seus oficiais já se ocupam de organizar uma instrução para o manejo das armas Comblain, a qual sendo convenientemente revista pela Comissão dos Melhoramentos do Material do Exército poderá ser impressa conjuntamente com a nova edição que se tiver de fazer da ordenança geral para o exercício e manobras da Arma de infantaria.

Cavalaria: no que diz respeito às instruções para esta Arma, reina ainda maior confusão que nas da infantaria como se vê dos fatos seguintes:

Em 1862, o já mencionado decreto nº 2.978 mandara adotar, tanto para a cavalaria como para as outras armas os regulamentos e instruções então seguidos no Exército português.

Porém, em 1864, tendo de marchar para o Estado Oriental as forças estacionadas na província do Rio Grande do Sul, parece que algum dos generais que comandavam essas forças representou ao governo os inconvenientes que ofereceria em tais circunstâncias a introdução nas nossas forças de cavalaria das referidas instruções portuguesas; e em consequência, ao que me consta, de semelhante representação baixou o decreto nº 3.316, de 12 de outubro de 1864 o qual

determinou que “enquanto subsistissem os motivos extraordinários pelos quais se tinham ordenado movimentos de tropas na fronteira da província do Rio Grande do Sul se restabelecesse para a Arma de cavalaria tanto de linha quanto de Guarda Nacional, o regulamento do marechal general lorde Beresford, ficando para esse fim revogada a disposição em contrário contida no decreto nº 2.978.”

Assim, ficou restabelecido para todo o tempo da Guerra do Paraguai o mencionado regulamento de Beresford que já fora mandado adotar para o nosso Exército pelo decreto nº 705 de 5 de outubro de 1850, com referência ao de 6 de março de 1816; e, não me constando que depois da guerra tenha sido expedida qualquer disposição em contrário, é de crer que continuem até hoje a segui-lo os corpos de cavalaria existentes na província do Rio Grande do Sul. Do contrário, dar-se-ia o absurdo de haver um regulamento reservado para as manobras do tempo de paz e outro para as da guerra.

Releva mencionar que, segundo me informam, o citado regulamento de Beresford não existe impresso; o único exemplar que dele pude obter é um manuscrito que traz a data de 1825.

É, pois, urgente que o governo resolva qual o regulamento que deve ser preferido de ora em diante para a instrução e manobras da Arma de cavalaria, se o que fora mandado adotar pelo decreto de 1862, ou o que foi provisoriamente restabelecido por igual ato de 1864.

Quanto a mim, não posso, sem ouvir a este respeito pessoas competentes, formar opinião segura em relação ao merecimento intrínseco de cada um; pois a Arma de cavalaria é aquela de cujo serviço menos conhecimento tenho.

Creio porém que, estando a maior parte da nossa cavalaria e principalmente a Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul habituada desde longos anos a seguir o regulamento de Beresford, não convêm que seja este substituído sem que previamente se faça a este respeito estudo profundo, e julgo pois que o governo deve quanto antes ordenar a sua impressão, como condição essencial para que os corpos dessa Arma possam adquirir a conveniente instrução.

Apenas a parte relativa ao manejo de clavina e exercício de fogo deve ser alterada de modo a se adaptar ao manejo da

clavina repetidora de sistema Spencer, hoje reconhecida como a mais conveniente para a nossa cavalaria.

A redação duma instrução para o manejo desta arma de fogo é trabalho muito simples e pode ser desempenhado por algum dos oficiais que a virão empregar por nossos soldados na Guerra do Paraguai.

Artilharia: em consequência da introdução no nosso Exército da artilharia raiada e das conseqüentes modificações no sistema das respectivas viaturas e palamentas, os regulamentos portugueses, mandados adotar entre nós pelo decreto de 1862 já não satisfazem às necessidades de nossa artilharia. A maior parte das suas disposições não são por forma alguma aplicáveis ao serviço dos canhões de que hoje usamos. Torna-se pois de evidente necessidade que se organizem e se adotem entre nós outros regulamentos para os exercícios e manobras desta arma.

O comando geral de artilharia não se tem descuidado deste assunto. Para o serviço dos canhões do sistema Whitworth que se acham montados nas baterias de costas das nossas fortalezas, já organizou esta repartição as competentes instruções que estão sendo impressas em virtude do aviso do Ministério da Guerra de 8 do mês próximo passado.

Para o serviço dos canhões de campanha, montanha e sítio de sistema Lahitte e calibres 4 e 12 nas baterias montadas, quer os artilheiros sejam considerados a pé, quer estejam a cavalo, foi igualmente previsto e ensaiado um projeto de instruções há pouco organizado pelo coronel comandante do 1º batalhão de artilharia a pé e mais dois oficiais; este trabalho dentro de muitos breves dias poderá ser impresso.

Restará organizar o regulamento para as manobras e evoluções das referidas baterias, trabalho que também já está empreendido pelos mesmos oficiais de acordo com este comando geral e no qual se prosseguirá, ensaiando-o, conforme for possível, por meio de bateria montada que está provisoriamente criada no 1º batalhão de artilharia a pé.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1872.

(a.) *Gaston de Orleans.*

5º Quesito

Que aperfeiçoamento convém introduzir no nosso material de guerra, compreendido os meios de condução?

Este quesito não pode deixar de compreender a artilharia de campanha e as respectivas viaturas, visto ser essa a parte mais importante do material dos exércitos em campanha.

Durante quase todo o tempo da Guerra do Paraguai a nossa artilharia, (se excetuarmos as peças do sistema Whitworth e calibre 32 que somente serviram para o sítio do Humaitá, e algumas muito ligeiras do mesmo autor de calibres 1 e 2) trabalhou com canhões raiados de bronze do sistema denominado La-Hitte, por se atribuir sua invenção a um general francês desse apelido, que eram de calibre 4 para o serviço propriamente de campanha e de montanha, e de calibre 12 para o de sítio.

Nem todas as peças porém do mesmo calibre eram idênticas entre si. Tivemo-las com efeito de 3 origens e modelos diversos que diferenciavam-se entre si quer quanto à forma exterior, quer mesmo quanto à das raias. As primeiras (fundidas e raiadas na Espanha) foram ainda antes da Guerra do Paraguai vendidas pelo governo espanhol ao brasileiro. Nos primeiros anos da guerra, creio que em 1866, foram recebidas da Europa e imediatamente remetidas para o Paraguai algumas baterias de 4 e de 12 fabricadas em um estabelecimento particular da cidade de Nantes, de conformidade porém com os modelos usados pelo Exército francês.

Por fim, mais ou menos por esta época, começou-se a fabricar também entre nós artilharia raiada de bronze para montanha, campanha e sítio, fundida primeiramente no arsenal de Marinha desta corte, e mais tarde no de Guerra.

Não se lhe deu porém, exatamente a mesma forma e dimensões dos canhões vindos de França, apesar de se adotarem os mesmos calibres e o mesmo gênero de raias. Para as diferenças que se estabeleceram, concorreu a urgência das circunstâncias a qual obrigou a recorrer à forma de mais fácil fabricação e a substituir, por exemplo, a alça lateral com mira fixa no canhão, pela alça introduzida no centro da culatra com mira na tulipa ou faixa alta do bocal. Também por falta de fornos apropriados nunca foi possível obter entre nós bronze de tão boa qualidade como fundido na Espanha e na França. Daí resultava para as peças fundidas no Brasil falta de dureza e de resistência, e essa circunstância aconselhou que se lhes dessem dimensões mais reforçadas e também maior profundidade nas raias, o que não obstou a que se mostrassem inferiores em justeza de tiro às peças francesas, e bem assim, em duração, não tardando em ficarem descalibradas e mesmo algumas vezes rachadas e encurvadas, enquanto que os canhões de fundição espanhola e francesa continuaram a prestar bons serviços até o fim da guerra.

Também nas granadas fundidas entre nós, não se atendeu a dar à ponta do projétil a devida preponderância, a qual nas granadas francesas resulta de terem maior espessura na parte próxima ao ouvido, e esta circunstância concorreu sem dúvida para a menor justeza de tiro que apresentavam os projéteis brasileiros.

É, pois, de evidente conveniência regularizar o fabrico desta parte do material de guerra, e aproveitando as lições da experiência, estabelecer normas invariáveis para as dimensões das bocas de fogo e das suas munições; eu aconselharia, desde logo, a adoção dos modelos franceses que têm por si a sanção de uma longa experiência, se não fosse o receio de que a má qualidade do nosso bronze não comporte as diminutas dimensões que se observam naquele material.

Entretanto, este assunto está sendo neste momento estudado pela Comissão de Melhoramentos do Material do Exército que vai procurar verificar a dosagem e qualidade das diferentes espécies de bronze conhecidas entre nós.

Penso, aliás, que a má qualidade do nosso bronze provém principalmente da sua impureza e que o mal não pode ser remediado senão constituindo-se para a fundição desse metal

um forno apropriado, pelo sistema denominado de reverbero. A crença geralmente espalhada de que o arsenal de Guerra tem de ser removido para lugar diferente daquele em que se acha, tem sido naturalmente o motivo para que ainda não realizasse nele aquele melhoramento, e assim continua-se a fundir o bronze para nossos canhões em pequenos cubilotes inteiramente impróprios para esse mister.

Não obstante os defeitos apontados, a artilharia raiada de bronze nos prestou no Paraguai importantes serviços, sob a zelosa direção dos oficiais dessa arma, o respectivo material adquiriu grande mobilidade e ela mostrou-se superior pelo seu alcance e justeza de tiro de que dispunha o inimigo.

Entretanto, penso que a importância da artilharia La-Hitte achasse hoje muito reduzida pelos brilhantes resultados que, posteriormente à Guerra do Paraguai, a artilharia de sistema Krupp empregada pelos prussianos obteve na guerra contra a França. Os canhões prussianos mostraram-se muito superiores em alcance e justeza de tiro aos do Exército francês e inutilizaram a artilharia deste. Mal andarás pois, a potência que só for armada com canhões La-Hitte se seu adversário dispuser de peças de campanha de sistema Krupp.

Reputo pois, de muita urgência que o Brasil adquira algumas baterias de campanha de grande alcance, pelo menos em número suficiente para armar um regimento de artilharia. Por muito tempo supôs-se que o material Krupp seria muito mais pesado que o de La-Hitte, e esta consideração fazia duvidar que pudesse ser vantagem introduzido entre nós. Porém, o exame do canhão Krupp que com todos os respectivos acessórios se encontra presentemente no arsenal de Guerra, mostrou que era errônea essa suposição. Pesando sua granada 3.734 gramas, isto é, 74 gramas mais que a francesa de calibre 4, não pesa aquele canhão senão 300 kg enquanto o de bronze fabricado entre nós pesa 360; o reparo alemão com sua palamenta e acessórios pesa 474 kg, e o nosso 475; o armão alemão com munições e acessórios 675, e o nosso, provavelmente sem munições, 452. Verdade é que o reparo que acompanha o canhão Krupp é todo de ferro, o que em campanha pode ser inconveniente por ser de mais difícil fabrico e conserto que os de madeira. Nada obsta porém, a que no nosso arsenal se construam reparos de madeira apropriados para essas novas bocas de

fogo. O que deve forçosamente ser encomendado na Europa é o canhão, por ser de aço, metal cuja fundição não está introduzida entre nós nem é ainda bem conhecida.

Com esse canhão vieram os competentes projéteis e espoletas de percussão, únicas de que usa a artilharia prussiana. Estas espoletas mostraram-se muito mais eficazes que as de tempo, que são sempre difíceis de graduar com exatidão e sujeitas a falhar, e são além disso quase inaplicáveis à artilharia de carregar pela culatra, em razão de contato hermético que nessas últimas peças existe entre o projétil e a alma do canhão, e obsta a inflamação do estopim. Também a experiência da Guerra do Paraguai, onde muitas vezes as nossas espoletas de tempo não deram resultados satisfatórios aconselha a meu ver que empreguemos de preferência as de percussão, visto estar hoje reconhecido que são suficientemente sensíveis quer a prussiana de Krupp, quer a inglesa de Boxer já fabricada entre nós.

Há quem recomende que em lugar de adquirirmos artilharia Krupp, armemos nossas baterias de campanha com a que fabrica Whitworth, que é de ferro comprimido por meio da prensa hidráulica. Quanto a mim, não tendo visto em parte alguma descrição de tal artilharia de campanha que não me consta estar empregada por exército algum, não posso a priori julgar sua adoção preferível à do canhão Krupp, que tem a seu favor a sanção de esplêndida experiência. Se a artilharia de Whitworth for de carregar pela boca, não poderá apresentar a mesma celeridade de tiro que a de Krupp que é de carregar pela culatra. Se pelo contrário for deste último gênero, não sabemos qual será o aparelho empregado para o fechamento e obturação da culatra, nem portanto se apresentará a mesma solidez e simplicidade que se notam no sistema Krupp. É ponto que ainda tem de ser decidido pela experiência. Reconheço, entretanto, que os projéteis de Whitworth apresentam a vantagem de serem de muito fácil fabricação por serem inteiriços, enquanto que os de Krupp são revestidos de uma camisa de metal branco, da qual depende o forçamento nas raias.

Sabe-se também que o sistema de raiamento de Whitworth assegura grande alcance e justeza de tiro.

As peças desse sistema de calibre 2 que foram empregadas no último período da Guerra do Paraguai, mais uma

vez o comprovaram. Entretanto, a massa dos seus projéteis era por demais pequena para produzir o necessário efeito na maior parte dos casos em que tem de ser empregada a artilharia de campanha; recomendavam-se porém, para certos casos pela extrema leveza. Não sei se a peça de Whitworth, que tivesse de lançar uma granada de peso de 8 libras como as dos canhões de La-Hitte e de Krupp, não será mais pesada que estes.

Convêm mencionar também aqui o novo canhão francês, denominado de 7, por pesar seu projétil carregado exatamente 7 quilogramas. Esta boca de fogo, cuja interessante descrição se encontra na obra intitulada – *Etudes sur l'Artillerie Moderne*, por Turgan – e que foi empregada pelo Exército francês nos últimos períodos da guerra contra a Alemanha, foi inventada em 1870 pelo coronel de Reffye no intuito de compensar a tremenda vantagem que a maior justeza de tiro da artilharia Krupp dava a esta sobre a de La-Hitte, única até então conhecida em França.

Para conseguir o resultado que buscava, teve de adotar os seguintes princípios: supressão do erro, forçamento completo e constante do projétil, disposição alongada da carga, emprego da pólvora comprimida, e como consequência: carregamento pela culatra, aumento do número de raias, considerável redução do passo destas e colocação da carga em um cartucho metálico.

Com estas disposições, algumas das quais se encontram também no sistema Krupp, conseguiu o coronel Reffye dar ao seu novo canhão justeza de tiro muito superior ao canhão La-Hitte de calibre 12 até então empregado na artilharia de campanha francesa; verificou-se que à distância de 2.500 metros o ângulo de queda do novo projétil é apenas de 9 graus, entretanto que o da granada de 12 é de mais de 17, obtendo-se pois, com o novo canhão uma trajetória muito mais rasante, o que aumenta a probabilidade de se empregarem no alvo os estilhaços do projétil. O alcance máximo obtido foi de 5.000 metros, enquanto que o canhão de 12 com a maior elevação de que é suscetível seu reparo é apenas de 3.000 metros.

Releva ponderar que para apreciar as vantagens desse novo canhão, não deve ele a meu ver ser comparado com o de La-Hitte de calibre 4, nem com o de Krupp de 8 libras,

cujo peso, como já fica dito, é quase idêntico ao daquele. Sendo com efeito os pesos do canhão de 4 francês, do fabricado no arsenal, e do de Krupp respectivamente 330, 360 e 300 quilogramas, o do canhão Reffye é de 600 quilogramas, aproximando-se portanto muito mais do La-Hitte de calibre 12 (cujo peso é de 610 quilogramas) e que embora denominado de campanha pelos franceses, não tem sido em razão de seu maior peso, empregado por nós nas baterias móveis, mas unicamente em ocasião de sítio, ou para a defesa de redutos ou outras fortificações de campanha. Eis os principais algarismos que constituem as diferenças entre algumas dimensões do canhão Reffye e do La-Hitte de 12; o peso das granadas é, no La-Hitte, de 10.825 gramas e no de Reffye de 7.000; o da carga respectivamente 1.000 e 1.200 gramas; o calibre (ou diâmetro da alma na boca) 121 e 85 milímetros; o do projétil 118 e 84 (sendo tomado o de Reffye independentemente da camisa de chumbo que assegura o seu forçamento nas raias), o comprimento do projétil 231 e 235 milímetros, o da alma 1,815 milímetros e de 1,836 o total do canhão 2m,066 e 2m,052; o número das raias 6 e 14, o seu passo 3m no antigo canhão e apenas 1,85 no novo.

Supondo, pois, que se destine o canhão Reffye aos mesmos serviços que o La-Hitte de 12 o notável aumento de alcance, justeza que apresenta em relação a este, é quanto a mim motivo bem ponderoso para que se procure empregá-lo de preferência, e seria pois muito útil que se ensaiasse no nosso Arsenal de Guerra o fabrico do canhão desse novo sistema. Para isso não se dá a mesma impossibilidade que existe em relação aos canhões que são de aço, como o de Krupp, ou de ferro endurecido por algum sistema especial, como os de Whitworth.

O modo de fundir o aço em massas suficientes para o fabrico de artilharia ainda não é bem conhecido hoje nem nos países adiantados na indústria como a França. Pode-se dizer que no mundo o único estabelecimento para a fundição de artilharia de aço que tenha dado resultados satisfatórios é o de Krupp na Prússia. A esse estabelecimento mandam buscar sua artilharia não só a Alemanha como a Prússia, a Bélgica, a Itália e outras nações. A própria Inglaterra não fabrica canhões inteiriços de aço: nos de Armstrong é de aço apenas o tubo interior; os de Whitworth até há pouco

eram forçados; o método ultimamente empregado por este inventor para endurecer o ferro ainda não é bem conhecido.

Sendo assim, e Krupp fazendo mesmo um tal qual segredo de muitas circunstâncias inerentes a seu modo de fundir o aço, vê-se que não há nenhuma probabilidade de conseguirmos no Brasil artilharia de aço.

Quanto ao bronze o caso é muito diferente; o método de fundi-lo é conhecido há séculos, e, embora o bronze dos nossos arsenais tenha se mostrado até hoje inferior ao dos canhões fundidos na Europa, creio que este inconveniente pode ser removido pela mera construção dum forno de reverbero. Se, pois, conseguirmos fabricar um canhão do sistema Reffye e dele obtivermos bons resultados, poderíamos talvez reduzindo o peso do projétil de 7 quilogramas a 3 ½, que é pouco menos do da nesta atual granada de calibre 4, reduzir também as dimensões da boca de fogo e assim aplicar esse sistema a um canhão cujo peso permitisse empregá-lo nas nossas baterias móveis.

Disporíamos assim duma artilharia de campanha de grande alcance e justeza de tiro sem depender para isso, como hoje, de encomendas a fazer na Alemanha ou na Inglaterra.

Dos periódicos recentemente recebidos, consta aliás que, em França, procedeu-se ultimamente a experiências comparativas entre o canhão de 7 que descrevi, e outro de 4, sendo o resultado favorável a este.

Seria muito útil que possuíssemos notícias mais circunstanciadas acerca de tais experiências.

Já expus que nenhuma dificuldade vejo em fundir-se pelo sistema Reffye o canhão propriamente dito. Cumpre-me acrescentar que o parafuso que fecha a culatra, e bem assim o seu sustentáculo, são de aço; creio porém que, não sendo de grandes dimensões estas duas peças, não haveria dificuldade em obtê-las.

Releva aliás mencionar que neste sistema a obturação perfeita dos gases não depende como no sistema de Krupp do fechamento hermético da culatra; segundo a invenção do coronel Reffye a obturação é produzida, como acontece nas armas portáteis, pelo culote do cartucho, o qual é metálico. O cartucho de Reffye compõe-se de um cilindro de zinco com invólucro de papel, dum culote de latão, e dum aparelho especial obturador do ouvido. A sua fabricação deve de-

pende de operações análogas, embora em maior escala, a que se praticam no laboratório do Campinho para o fabrico do cartuchame das clavinas Spencer, das cápsulas de percussão para armas portáteis e das espoletas de fricção.

A inflamação nos canhões Reffye parece-me, embora o autor que consultei não seja a este respeito muito explícito, ser determinada por uma espoleta de fricção colocada no ouvido, do mesmo modo que nos outros canhões já conhecidos; a chama da espoleta penetra dentro do cartucho por duas aberturas, as quais são depois fechadas no ato da inflamação pela própria ação dos gases sobre o aparelho competente.

Quanto ao aumento de preço que deve trazer a adoção do cartuchame Reffye em relação aos cartuchos atuais feitos de sacos de lã, o coronel Reffye declara em um folheto que a diferença para uma bateria provida de 1.830 tiros seria apenas 457 francos e 50 cêntimos; para 10 baterias, ou quase dois regimentos portanto, 4.575 francos, menos de dois contos de réis!

O fabrico da pólvora comprimida pode ser ensaiada na fábrica de pólvora da Estrela.

A espoleta empregada pelo coronel Reffye é de percussão e me parece semelhante à de Boxer já conhecida e fabricada entre nós.

Não posso deixar o que diz respeito ao material de artilharia sem mencionar que o fretamento de modelo francês ou português, que até há pouco se fabricava no arsenal de Guerra desta corte, mostrou-se impróprio para as necessidades do serviço de campanha, por sua nenhuma duração e pela impossibilidade de consertá-lo no campo. Estes motivos, e bem assim o da economia, aconselham que só se fabrique para nossa artilharia o arreamento denominado de cincha ou castelhano, cuja feição característica é a adoção do lombilho em substituição ao selim. Pouco ou nada me ocorre dizer sobre as outras partes do material que não são destinadas ao serviço de artilharia. As galeras que se fabricavam no nosso arsenal deram bons resultados, parecendo-me entretanto que as suas rodas poderiam ser mais baixas, o que lhes daria maior estabilidade. Eram elas puxadas por bestas sem outras dificuldades que as provenientes dos atoleiros.

No último período da guerra e, segundo me consta, desde que o Exército arrancou além de Humaitá, não foram mais empregados os bois que se usavam a princípio para transportar o trem bélico. A morosidade das viaturas movidas por estes animais os torna inteiramente impróprios para serem empregados em um exército que tenha de empreender operações ativas.

Quanto ao transporte dos doentes, os cacolets tão conhecidos no Exército francês e que, segundo me consta, prestaram bons serviços na coluna de Mato Grosso, não puderam ser empregados com vantagem no Paraguai por falta de burros bastante robustos para suportar o peso de dois indivíduos sentados no cacolet.

Pelo que pude observar, os doentes e feridos eram transportados do hospital de sangue para os lugares de base de operações, nas próprias galeras que até esse momento tinham conduzido munições da artilharia, e que depois dos combates achavam-se vazias; ou na falta destas, nas carretas em que os fornecedores tinham trazido a farinha e outros gêneros para o consumo do Exército. Tais veículos não ofereciam, naturalmente, todas as comodidades que seriam desejáveis para doentes e feridos. Creio porém, que na maior parte dos casos a urgência das operações não permitirá que se proceda de outro modo, nem que se tenha sempre preparado, e à mão, o considerável material que será necessário para mais cômodo transporte daqueles infelizes. Os seus sofrimentos constituem um dos numerosos males que a guerra arrasta consigo como conseqüências inevitáveis.

6º Quesito

Que reformas reclamam o serviço médico e o eclesiástico com relação às necessidades de um Exército em campanha?

Serviço médico: não podem ser muitas as reformas a introduzir neste serviço porque não precisa ser complicada a organização do corpo de saúde.

Contudo a experiência da última guerra mostrou, a meu ver, a conveniência de se alterarem alguns pontos das disposições hoje vigentes.

O primeiro é o número dos diferentes postos ou graduações. Segundo a lei atual, o corpo de saúde tem a este respeito uma organização análoga à dos outros corpos do Exército, percorrendo os officios nos seus acessos, sucessivamente os cinco diferentes postos, desde o de tenente ao de coronel.

Esta escala de graduações que nos outros corpos do Exército é indispensável à organização militar, não tem a mesma razão de ser no corpo de saúde, cuja natureza e atribuições são diversas e não têm caráter essencialmente militar.

A diferença nos postos traz, principalmente no serviço de campanha, embaraços para a distribuição mais profícua do pessoal. Esta opinião já foi enunciada pelos generais Polidoro da Fonseca, Quintanilha Jordão e Henrique de Beaurepaire Rohan quando em 1867 a Comissão de Exame da Legislação do Exército discutiu um projeto de plano para a organização do corpo de saúde do Exército, e é também a opinião que posteriormente enunciou no seio da respectivamente seção da mesma comissão o sr. barão da Vila da Barra, que durante a maior parte da Guerra do Paraguai dirigiu o serviço de saúde do Exército em operações com notável tino e incansável dedicação, tornando-se a sua cooperação um auxílio inapreciável para o comando-em-chefe

na última fase da guerra. Como ele entendo que o pessoal médico não há de fazer questão das graduações militares, contanto que se lhe dêem vantagens pecuniárias adequadas e se assegure o futuro de suas famílias, e que o exercício do emprego, e a comissão de que cada um for encarregado deve dar temporariamente direito ao comando e à respectiva gratificação para que a autoridade encarregada de dirigir o serviço possa dar a cada médico o destino para o qual suas habilitações o tornarem mais aproveitável sem se achar piada como acontece na organização atual, por não se poder subordinar um médico mais graduado e outro de posto inferior.

Direi, entretanto, que a graduação de capitão indicada pelos srs. general Beaurepaire e barão da Vila da Barra não parece bastante elevada para dar aos médicos aquela consideração de que convém que gozem entre os militares, principalmente se como julgo necessário, tiverem os médicos de exercer o cargo de diretores dos hospitais. Por isto que parece preterível a adoção da idéia, apresentada na Comissão de Exame da Legislação do Exército pelo sr. general Polidoro, e segundo a qual deve haver vinte médicos com a patente de tenente-coronel e 120 com a de capitão, ou então que se dê a todos a graduação de major à exceção do chefe do corpo que deve ser coronel e poder ser promovido a brigadeiro pelos seus bons serviços.

O número dos oficiais do corpo de saúde não deve ser diminuído, visto que a última guerra mostrou exuberantemente que ele não era sequer suficiente para as necessidades de uma campanha, tendo sido necessário contratar grande número de médicos civis, alguns dos quais para prestarem seus serviços no teatro das operações exigiram remunerações extraordinárias, tornando-se assim ainda mais dispendiosos ao Estado que os médicos do quadro do Exército sem que se pudesse contar com seus serviços de um modo permanente.

Concordo, entretanto, que não se aumente aquele número em tempo de paz. O que porém, parece evidente é que devem ser aumentadas as vantagens dos oficiais do corpo de saúde de modo a chamar para ele pessoal que complete o respectivo quadro, o que não acontece há muito tempo; pois segundo o Almanaque Militar publicado no ano passado

existiam ainda 60 vagas do primeiro posto do respectivo quadro. Além desta necessidade primordial, é essencial para dar aos oficiais do corpo de saúde as habilitações convenientes estabelecer-se um ensino especial, criando-se as necessárias cadeiras que podem ser anexas à faculdade de medicina do Rio de Janeiro enquanto não houver escola especial como há em França e em outros países.

Esta idéia foi iniciada pela Comissão de Exame da Legislação do Exército no já citado projeto de plano que foi remetido ao Ministério da Guerra em 5 de abril de 1858, com o qual concordo não só nesta parte como nas regras que estabeleceu para o aumento de vencimentos necessários aos médicos, e bem assim nos seus outros detalhes, separando-me da maioria da comissão apenas nos pontos indicados nas emendas do general Polidoro, impressas conjuntamente com o referido projeto, e também na parte relativa à promoção que julgo dever ser feita sempre por merecimento, e podendo ser até por concurso. A este respeito cumpre notar que a comissão inadvertidamente talvez inscreveu no art. 12 do seu projeto regras para a promoção por merecimento, que à vista do art. 11 nunca puderam ter aplicação.

Segundo o art. 12 com efeito o merecimento para a promoção deve ser julgado à vista de provas apenas até o posto de capitão inclusivamente. Entretanto pelo art. 11 a promoção dos oficiais do corpo de saúde deve-se fazer segundo os princípios estabelecidos para a dos oficiais do Exército. Ora, segundo a lei vigente nº 585 de 6 de setembro de 1850, a promoção até o posto de capitão faz-se por antigüidade, não se tomando para ela em conta o merecimento, sendo assim não haverá pois lugar para se aplicar a disposição do citado art. 12 que marca regras para se julgar o merecimento até o posto de capitão.

Na parte propriamente regulamentar, o que me parece sobretudo inconveniente em tempo de campanha foi a coexistência nos hospitais de um diretor tirado dos corpos combatentes do Exército com o primeiro médico e o primeiro cirurgião.

Da existência dessa dupla autoridade nascia quase sempre desarmonia, segundo declarou o sr. barão da Vila da

Barra no seio da comissão, resultando daí um estado de causas prejudicial ao bem-estar dos doentes e ao serviço em geral. Não sendo o médico o diretor do hospital, mas dependendo para as coisas da administração de um outro diretor, faltava-lhe a autoridade necessária para mandar pôr em execução as medidas que lhe parecessem profícuas à higiene e boa ordem do hospital. Compreende-se com efeito quão necessário é que o médico, reconhecendo as más condições do hospital em relação à higiene dos doentes, possa por si mesmo remediá-lo, dando as necessárias ordens para muitos serviços essenciais como a limpeza geral, a caição ou pintura das paredes, o conserto dos telhados, do soalho, das janelas, e outros; que possa fazer os pedidos dos caixões e outras partes do material e distribuir este convenientemente pelas enfermarias.

Para o pronto desempenho de todos esses serviços, e de outros igualmente importantes em relação ao tratamento das praças, não deve ficar o médico dependente do concurso mais ou menos ativo de outra autoridade.

Deve poder dar ele mesmo suas ordens ao pessoal propriamente administrativo do hospital, e deve ser-lhe subordinado o encarregado do respectivo material como acontecia aliás nas ambulâncias que não são senão pequenos hospitais móveis.

Convém pois, que sejam revogados os artigos 2º e 3º das disposições aprovadas pelo decreto nº 2.715 de 26 de dezembro de 1860 os quais estabelecem: que nos hospitais haverá um diretor de patente ou antigüidade sempre superior à do cirurgião militar mais graduado que estiver servindo no estabelecimento.

A Comissão de Exame da Legislação do Exército arrendou a essa necessidade no regulamento que organizou e foi remetido ao Ministério da Guerra em 8 de agosto do corrente ano, estabelecendo-se no art. 142 que o diretor do hospital poderá ser o primeiro médico ou o primeiro cirurgião do hospital. Nesse regulamento incluíram-se muitas outras disposições que julgo úteis, aproveitando-se para isso em parte os regulamentos hoje vigentes de 7 de março de 1857 e 26 de dezembro de 1860 e suprimindo-se o que a experiência tem mostrado ser inconveniente ou impraticável. Não obstante

ter sido feito aquele regulamento como complemento do projeto de lei enviado em 1868, entendo que poderia desde logo ser adotado independentemente deste, fazendo-se-lhe apenas ligeiros retoques para pô-lo em harmonia com a organização do quadro atual.

Quanto aos outros regulamentos para o serviço interno e escrituração dos hospitais, e para a composição do material das ambulâncias e das repartições de saúde anexas às diferentes forças em operações, a sua organização deve competir ao conselho de saúde cuja criação foi indicada no já citado projeto de lei, constituirá um grande passo para a regularização do serviço de saúde dos exércitos em campanha.

Serviço eclesiástico: a repartição eclesiástica do Exército sofre do mesmo mal que o corpo de saúde: não se preenche porque não apresenta vantagens que convidem os sacerdotes a entrar para ela.

Criada pelo regulamento que acompanhou o decreto nº 747 de 24 de dezembro de 1850, foi depois aumentada pelo de nº 1.826 de 1º de outubro de 1856 que elevou a 40 capelães o pessoal do quadro desta repartição, sendo 4 capelães capitães, 6 tenentes e 30 alferes. Este número total não é de certo excessivo para as necessidades do Exército, visto compor-se este atualmente de 33 corpos móveis, além de 15 corpos ou companhias de guarnição, sem contar as fortalezas; depósitos, arsenais e outros estabelecimentos onde existe pessoal militar.

O decreto nº 747 estabeleceu que os capelães do quadro do Exército prestariam seus serviços nos corpos móveis, contratando-se capelães civis para as fortalezas e estabelecimentos. Esta disposição porém, está sendo inteiramente contrariada na prática, pois poucos são os corpos móveis que têm capelães, achando-se ao contrário empregados em estabelecimentos fixos quase a totalidade dos capelães efetivos do Exército e que segundo o Almanaque Militar de 1871 não passavam de 25, havendo, portanto, 15 vagas no respectivo quadro.

Este estado de coisas carece ser reformado, e parece que não há conveniência em se conservar como organização mi-

litar o quadro desta repartição, uma vez que a promoção é demasiadamente morosa para servir de incentivo ao ingresso para o quadro, e as outras vantagens insuficientes. É necessário, porém, dar aos capelães militares as vantagens e prerrogativas de vigário colado.

Estudando esta questão a comissão de exame da legislação do Exército aprovou neste sentido um projeto de reforma que foi remetido no Ministério da Guerra em 25 de abril do corrente ano e segundo o qual a repartição eclesiástica se comporia unicamente de capelães contratados, não podendo se contratarem por menos de 5 anos e sendo repartidos em diferentes classes conforme seu maior ou menor tempo de serviço.

Esta organização teria, além de outras, a vantagem de se poder empregar de preferência no serviço militar eclesiástico os clérigos regulares que, achando-se em virtude dos votos que contrariam, mais desprendidos das vantagens mundanas que os outros sacerdotes, me parecem mais próprios a suportar com dedicação as vicissitudes e os trabalhos da vida militar. Pelo menos é o que se observou na Guerra do Paraguai onde os capuchinhos se distinguiram por seu zelo e caridade em acudir aos doentes e moribundos nos hospitais e nos campos de batalha e bem assim em organizar nos acampamentos exercícios religiosos muito vantajosos para o moral dos soldados, fazendo também práticas muito apreciadas por estes. Julgo pois estes religiosos os mais próprios para acompanhar os corpos móveis nas suas marchas e expedições.

Para os estabelecimentos fixos porém, onde convém que o capelão possa acumular as funções de professor de primeiras letras, será bom preferir nos contratos os sacerdotes que por sua instrução sejam capazes de desempenhar de um modo profícuo este importante mister.

Eis quanto me ocorre dizer acerca da reforma da repartição eclesiástica reportando-me para o mais ao já citado projeto aprovado pela comissão de exame de legislação do Exército e à ata da sessão em que o mesmo foi discutido.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1872.

(a.) *Gaston de Orleans*”.

“Paço Isabel, 16 de julho de 1870

II^{mo}. e ex.^{mo} sr.

Somente há poucos dias tive nas mãos o relatório este ano apresentado por v. ex.^a à Assembléia Geral Legislativa.

Notei então que, na parte relativa às *Operações de guerra*, por mim dirigidas, se introduziram alguns pequenos erros; o amor à exatidão histórica leva-me pois a indicá-los aqui, porque se subsistissem sem retificação em um documento cuja publicação constitui um ato tão solene e importante, passaram sem dúvida por irrefragáveis.

Eis os fatos a que me refiro: à página 9 narra o relatório que na noite de 26 de maio o inimigo tentou utilizar a ponte sobre o rio Yuquery. Este fato não se deu em relação à ponte deste nome, mas sim à que cruza o arroio Pirayú, entre a estação desta última denominação e a de Cerro Leão.

No trecho relativo à batalha do Campo Grande, que se acha à pagina 17, v. ex.^a mencionando apenas a parte tomada nessa ação pela 8^a brigada de infantaria, e batalhões de linha 1^o, 2^o, 7^o e 8^o, pode isto fazer supor ao leitor que fossem essas as únicas forças do nosso Exército que se empenhassem no combate desse dia. Julgo pois dever lembrar que prestaram nessa ocasião relevantes serviços, por parte do 1^o corpo de Exército, não só a 8^a brigada de infantaria, como de 6^a e 2^a da mesma Arma, as brigadas 4^a e 8^a de cavalaria, o 2^o regimento de artilharia e 1^o batalhão desta Arma; e por parte do 2^o corpo de Exército, isto é: pela retaguarda do inimigo, os batalhões de infantaria 9^o, 13 e 40, e corpos de cavalaria 1^o, 2^o e 21. Esses serviços, e outras circunstâncias relativas às operações, acham-se detalhados na parte que dirigi ao governo imperial em data de 3 de setembro.

A vanguarda das forças aliadas que a 21 de agosto alcançou e bateu a retaguarda do inimigo era comandada pelo coronel Carlos Bethbeze de Oliveira Nery, e não, segundo se lê à pagina 18 do relatório, pelo marechal Victorino José Carneiro Monteiro. Este general ficara por minha ordem em Caraguataí com as forças de seu comando.

Por fim, o lugar mencionado à pagina 20, como princípio da extensa picada de Chinguello, não se denomina

Punta-Corá, mas sim *Punta-Ponã*, e é distrito do Cerro Corá junto ao qual Lopez tinha o acampamento em que foi surpreendido pelo general Câmara, no 1º de março.

São estes os pontos que, por menos exatos, me chamaram a atenção no relatório organizado este ano por V. Ex.^a, a quem

DEUS GUARDE

Il^{mo}. e ex.^{mo} sr. conselheiro de Estado barão de Muritiba
Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra
(a.) *Gastão de Orleans*”.

* * *

“Aviso do sr. conde d’Eu em 06/08/1870.

Sua Alteza o sr. marechal de Exército conde d’Eu nota em seu incluso ofício de 16 do corrente alguns pequenos erros introduzidos na parte do relatório deste ano, concernente às operações de guerra, por ele dirigidas; e diz que, a subsistirem, sem retificação, em um documento cuja publicação constitui um ato tão solene e importante, passaram sem dúvida por irrefragáveis.

Os erros notados por Sua Alteza são:

1º Dizer-se à pagina 9 que na noite de 26 de março o inimigo tentou inutilizar a ponte sobre o rio Yuquery, fato que se não deu em relação à essa ponte, mas sim à que cruza o arroio Pirayú.

2º Ter-se mencionado apenas à pagina 17, no trecho relativo à batalha do Campo Grande, a parte tomada naquela ação pela 8ª brigada de infantaria e batalhões de linha 1º, 2º, 7º e 8º; podendo isto fazer supor que fossem essas as únicas forças do nosso Exército que se empenharam no combate daquele dia, quando nele prestaram relevantes serviços não só essa brigada, como a 6ª e 2ª da mesma Arma, as 4ª e 8ª de cavalaria, o 2º regimento e 1º batalhão de artilharia, os batalhões de infantaria 9º, 13 e 40 e corpos de cavalaria 1º, 2º e 21.

3º Ter-se dito à pagina 18 que a vanguarda das forças aliadas que a 21 de agosto bateu a retaguarda do inimigo era

comandada pelo marechal Victorino José Carneiro Monteiro, quando quem a comandava era o coronel Carlos Bethbesé de Oliveira Nery.

4º Finalmente, ter-se dito à pagina 20 que a extensa picada do Chinguello principia no lugar denominado Punta-Corá, quando ela começa em Punta-Ponã.

Quanto ao 1º eis o que concorreu para que ele se desse. No ofício de Sua Alteza de 29 de maio do ano próximo findo, inserto no “Diário Oficial” de 13 de junho do mesmo ano, sob nº 142, diz Sua Alteza:

“O 2º corpo de exército estaciona por ora no Taquaral, posição importante, não só por guardar as avenidas dos primeiros passos do arroio Piraju, como por proteger aquela parte da estrada de ferro que margeia a lagoa Ipacaray, desde aí até perto do arroio Juqueri.

“A ponte sobre o Juqueri devia dar hoje passagem à locomotiva.

“Na noite de 25 para 26 desceu uma partida dos inimigos até perto da ponte do arroio, sem dúvida alguma no intuito de inutilizá-la.”

Ora, falando-se em passos do arroio Pirajú, e entendendo-se por esses passos os lugares vadeáveis desse arroio, e falando-se em ponte do arroio Juqueri, pareceu que a ponte mencionada no último trecho do citado ofício de Sua Alteza referia-se à do arroio Juqueri.

Quanto ao 2º, devo observar, que a parte do relatório relativa às operações de guerra não é a história circunstanciada dessa guerra, mas sim a exposição dos fatos reais notáveis que nela se deram.

O trecho a que Sua Alteza se refere é o seguinte:

“No dia 16 fez Sua Alteza levantar o acampamento de Caacupé, e tendo em marcha recebido parte de que a cavalaria, que formava a vanguarda, já se batia com uma força considerável inimiga, no lugar denominado Nheu-guassú ou Campo Grande, mandou avançar a infantaria.

“Travou-se o combate, durante o qual o inimigo foi sempre recuando, mas em boa ordem e fazendo jogar a sua artilharia.

Nessas circunstâncias mandou Sua Alteza avançar a 8ª brigada de infantaria com uma bateria de artilharia, a fim de atacar o inimigo pelo flanco direito, por onde mais facilmente podia ser ele contornado; devendo a divisão oriental tentar por outro lado igual movimento.

“O inimigo, acochado pela 8ª brigada, foi-se retirando vagarosamente até as margens do arroio Juqueri.

“Empenhando-se então as nossas forças para desalojá-lo daí, travou-se um combate dos mais renhidos; o arroio foi transposto pela 8ª brigada de infantaria reforçada pelo 1º e 2º batalhões de linha sob o comando do brigadeiro José Luiz Menna Barreto e pela divisão de infantaria a mando do general Henrique Castro, coadjuvada pelos batalhões 7º e 8º de linha.

“Três vezes voltou o inimigo à carga, até que por fim foi completamente derrotado.”

Ora, dizendo-se nesse trecho que a cavalaria se batia com uma força considerável ao inimigo; que Sua Alteza quando avançar a infantaria; que mandara depois avançar a 8ª brigada com uma bateria de artilharia; que as nossas forças se empenharam para desalojar o inimigo das margens do arroio Juqueri, onde se travou um combate dos mais renhidos, e que esse arroio foi transporto pela 8ª brigada de infantaria reforçada pelo 1º e 2º batalhões de linha e pela divisão oriental ao mando do general Henrique Castro coadjuvada pelos batalhões 7º e 8º de linha: parece que não se pode daí inferir que só tivessem parte nesse grande feito de armas a 8ª brigada de infantaria e os batalhões 1º, 2º, 7º e 8º.

Quanto ao 3º, eis o que ocorreu: no extrato do ofício de Sua Alteza, na parte relativa a esse feito de armas, tendo-se escrito por engano o nome do general Victorino, tratou-se imediatamente de corrigi-lo, escrevendo-se em entrelinha o do coronel Bethbesé. Infelizmente, porém, aconteceu repetir-se na cópia o mesmo engano que passou desapercibido.

Quanto ao 4º, deu-se o seguinte:

No ofício do general Câmara de 13 de março deste ano, publicado no “Diário Oficial” do 1º de abril, sob nº 75, dis-

se aquele general: “que a picada de Chinguelo principia em Punta-Porá”. Não existindo na secretaria mapa algum daqueles terrenos, por onde se pudesse conhecer o verdadeiro ponto de partida da referida picada, e parecendo ter o mencionado general escrito por engano Punta-Porá em vez de Punta-Corá, daí resultou o erro notado por Sua Alteza.

Em 22 de julho de 1870.

Galdino Justiniano da Silva Pimentel.”

NOTICIÁRIO

Arquivo da Casa Imperial do Brasil

O precioso arquivo da Casa Imperial do Brasil, recolhido ao castelo d'Eu em França, e cujo inventário, levantado por Alberto Rangel, foi publicado em 1939 nos Anais da Biblioteca Nacional, constitui uma das maiores e mais justificadas expectativas dos estudiosos de nossa história, pela abundância e valia documentária, nele contida.

O príncipe dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança, a propósito desse importante assunto, dirigiu ao presidente Getúlio Vargas a seguinte carta:

* * *

“Petrópolis, 14 de fevereiro de 1941.

Sr. presidente:

Realizando um propósito manifestado por meu saudoso pai, comunico a v. ex.^a que desejo entregar ao país o arquivo da Casa Imperial do Brasil, existente no castelo d'Eu.

Constitui esse patrimônio histórico um acervo preciosíssimo de documentos ligados à nossa tradição e que a dinastia nacional conservando, salvou da dispersão e reservou para a pátria.

Prontificando-me a ir à Europa assegurar a integridade desta doação, renovo a v. ex.^a, sr. presidente, os protestos de meu alto apreço.

(a.) *D. Pedro*”

* * *

O ex.^{mo} sr. presidente Getúlio Vargas, cujo pensamento é fazer recolher ao arquivo do Museu Imperial esses valiosos documentos, (destino este também apontado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em moção aprovada em 31 de maio de 1940) por carta da Secretaria da Presidência da República, de 19 de abril de 1941, mandou fosse

arquivada neste Museu a carta de Sua Alteza fazendo a doação, e comunicava ainda haver s. ex.^a o sr. presidente respondido aceitando a oferta, e a sugestão da ida do príncipe à Europa para tal fim, ficando esta para momento oportuno.

* * *

Relatório sobre as atividades do Museu em 1941

Pela direção do museu foi apresentado o seguinte relatório:

“Sr. ministro:

Em obediência ao artigo 6º letra *i* do decreto nº 5.474, de 5 de abril de 1940, venho apresentar-lhe o relatório sobre os serviços do Museu Imperial durante o exercício de 1941.

Obras

No ano de 1941, o prosseguimento das obras de restauração e adaptação do antigo Palácio de Petrópolis para a completa instalação do Museu Imperial, só puderam ser regularmente reiniciadas no mês de novembro. É que, se não tiveram interrupção os serviços de restauração do parque imperial, o mesmo não se verificou à ala direita do edifício e com as suas amplas dependências, que se encontravam até aquela época ainda em mãos e uso da Associação de São Norberto, proprietária do Colégio São Vicente de Paulo.

Por essa impossibilidade material só no fim do exercício tiveram satisfatória continuidade as obras de engenharia em tempo devidamente estudadas e planejadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e isso, como de hábito, em perfeita inteligência com a diretoria do Museu, e com a solicitude e eficiência que lhe são prazerosamente reconhecidas.

Na ala direita do edifício ficaram estabelecidas obras no sentido de serem ali instaladas as seguintes seções do Museu: Sala do Senado Imperial, biblioteca (parcialmente), Sala do Soldado do Império, Sala dos Estadistas, Sala das

gravuras, secretaria e sala de conferências, devendo-se ainda levantar em sua extremidade externa, uma varanda idêntica à existente no oposto da ala esquerda, como complemento não só à harmonia arquitetônica do edifício, como melhor acesso à nova Sala de Conferências. Nas dependências, serão instaladas a sala das carruagens e as seções do Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Petrópolis.

No parque deve ser feita a restauração do gradil no hemicírculo onde se encontra o grande portão, a reforma do portão de pedestres e a iluminação parcial do mesmo parque.

Procede-se atualmente à pintura geral externa do edifício. No corpo central deste, e em sua ala esquerda, acham-se completadas as obras, exceção feita da peça onde devem ser construídos o cofre-mostruário e vitrinas especiais para recolherem as coroas dos imperadores, cetros e jóias.

Serviços de instalação

Na parte do edifício cujas obras de restauração tiveram termo, procedeu-se desde logo aos serviços de instalação.

Foram adquiridos cinco lustres, restaurados três e recebidos outros três. Nos corredores e peças secundárias foram colocadas luminárias, adaptadas à eletricidade. Foram adquiridos cinco tapetes “aubuson” e recebido um por transferência de outra repartição federal. Foram colocadas 25 cortinas, passadeira na escada e parte do sobrado. Foi feito o dossel para a sala do trono, estrados para as camas e todo o mobiliário da sala de conferências e portaria. Foram adquiridas estantes de aço para duas das três salas onde ficarão os livros da biblioteca, 20 fichários de aço para o arquivo e o projetor para conferências.

Acham-se quase definitivamente completadas as instalações das seguintes peças: Sala da Imperatriz, Salão dos Embaixadores, Sala do Primeiro Reinado, Sala da Constituinte, quarto da princesa, câmara da imperatriz, quarto de Suas Majestades, Sala do Trono, gabinete do imperador, faltando concluir a sala de jantar, saleta dos cristais e porcelanas, sala dos despachos e capela.

Anuário

Em cumprimento à disposição regimental e expressa autorização de v. ex.^a foi dada publicidade ao 1º volume do Anuário do Museu Imperial, relativo ao ano de 1940, achando-se já nas oficinas da Imprensa Nacional os originais relativos ao 2º volume, correspondente a 1941.

Do 1º volume foi feita distribuição às instituições culturais do país, e a todos os que expressaram interesse em receber essa publicação.

Arquivo

Foram recolhidos ao arquivo deste Museu os 81 volumes manuscritos que constituem os Livros da Mordomia da Casa Imperial, transferidos que foram do Arquivo Nacional por determinação de s. ex.^a o sr. presidente da República. Alguns donativos de valor têm sido feitos, e este Museu aguarda a oportunidade para receber os inestimáveis documentos que constituem o arquivo particular de d. Pedro II, guardados atualmente no castelo d'Eu, em França, e doados à nação pelo príncipe d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, cuja carta, expressando a oferta, o ex.^{mo} presidente da República houve por bem mandá-la arquivar neste Museu.

Aquisições

No decorrer de 1941, este Museu foi enriquecido por várias aquisições, notadamente a coleção de porcelanas e um retrato a óleo da imperatriz Amélia ao sr. Carlos Frederico da Silva, parte dos objetos comprados pelo governo ao leilão Fonseca Hermes, e os retratos a óleo de d. Pedro II e d. Teresa Cristina, por Armand Le Berton ao sr. Jorge de Freitas.

Donativos

Vários donativos tem recebido o Museu, destacando-se os feitos pelo ex.^{mo} sr. presidente Getúlio Vargas, e os srs. dr. Amador da Cunha Bueno, Vasco Lima, professor Leonídio Ribeiro, Pedro Paranaguá, e d. Mariana Albuquerque de Avelar”.